



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito –
implicações e articulações teóricas e práticas**

Joana Filipa Mota Nunes Guedes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Júri:

Doutora Ana Maria Conceição Belchior, Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor João António Ramos Estêvão, Professor Auxiliar do Instituto Superior de
Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, Professora Coordenadora do
Instituto Politécnico de Leiria

Doutora Maria Iolanda Alves Évora, Professora Auxiliar Convidada do Instituto
Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutora Ana Catarina Lancher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar
Convidada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Dezembro, 2016

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por permitirem a minha dedicação por inteiro a este trabalho de investigação, apoiando-me de todas as formas que esta etapa académica exigiu. A ausência de qualquer tipo de apoio, resultante de consecutivas tentativas falhadas de obtenção de financiamento junto de entidades próprias, tornou-os nos principais investidores deste trabalho. Como tal, tiveram sobre sua responsabilidade não só a sobrevivência da investigadora, mas também da investigação, com todas as exigências a si inerentes, das quais destaco a estadia prolongada em Cabo Verde, decorrente do trabalho de campo e sobre a qual toda a investigação assenta. Sem eles, nada disto teria sido possível.

Ao meu orientador, professor Rogério Roque Amaro, que tive o privilégio de conhecer no meu segundo ano da Licenciatura em Economia e que me deu a conhecer a “minha economia”, a Economia Social e Solidária. Responsável pelo meu primeiro contacto com Cabo Verde, através do meu estágio curricular, motivou-me a querer saber mais sobre este país e sobre esta economia, verdadeiramente subjetiva, pensada à imagem da realidade dos indivíduos que a constituem e não apenas à luz de teorias generalistas, com a qual de imediato me identifiquei. Não sendo esta parceria uma novidade, olho para o professor Rogério como um apoio na minha caminhada académica e, ao mesmo tempo, como uma referência ideológica que vai de encontro aquilo em que acredito e que consegue, como ninguém, compreender o meu raciocínio, encaminhando-o para o papel. Sem o seu tamanho contributo, esta tese não existiria. Obrigada!

Agradeço também às instituições de microfinanças cabo-verdianas que me receberam, partilhando comigo informação crucial para a concretização desta tese. Com um carinho especial agradeço ao CITI-Habitat por me receber, mais uma vez, e colocar ao meu dispor as suas instalações e os seus recursos humanos durante todo o meu trabalho de terreno. Destaco ainda o apoio da São e da Josefa, agentes de crédito desta mesma ONG, que cuidaram de mim e me trataram como uma filha durante toda a minha estadia em Cabo Verde. Obrigada por me receberem tão bem e me fazerem sentir em casa.

Ser criado, gerar-se, transformar
O amor em carne e a carne em amor; nascer
Respirar, e chorar, e adormecer
E se nutrir para poder chorar

Para poder nutrir-se; e despertar
Um dia à luz e ver, ao mundo e ouvir
E começar a amar e então sorrir
E então sorrir para poder chorar.

E crescer, e saber, e ser, e haver
E perder, e sofrer, e ter horror
De ser e amar, e se sentir maldito

E esquecer tudo ao vir um novo amor
E viver esse amor até morrer
E ir conjugar o verbo no infinito...

Vinicius de Moraes

RESUMO

A presente tese de Doutoramento em Estudos Africanos procura analisar a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde, a partir dos exemplos concretos da mutualidade de poupança e crédito FAMI-Picos, do departamento das microfinanças pertencente ao CITI-Habitat e do programa de microfinanças da Morabi, todos eles sediados na ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Identificada a pergunta de partida “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*”, foi imprescindível começar por definir um quadro teórico coerente, que não pode deixar de compreender os conceitos de Economia Social e Economia Solidária, Microcrédito e Sustentabilidade, seguido de trabalho de investigação e de campo, o mais profundo e próximo do objeto de estudo possível. Por conseguinte, a metodologia adotada teve por base o método do estudo de caso, o que permitiu o recurso à observação direta e, com maior destaque, à observação indireta e respetivos instrumentos, entre eles a análise documental, aplicação de inquéritos por questionário e de entrevistas semi-diretivas. Este trabalho permitiu chegar à conclusão de que é possível as ONG concessionárias de Microcrédito cabo-verdianas compatibilizarem a atribuição, não só de Microcrédito, como de outros serviços de microfinanças, com a integração dos conceitos de Sustentabilidade e de Economia Solidária. Contudo, esta harmonia só se constituirá plena com o reconhecimento, por parte dos responsáveis destas organizações, da multidimensionalidade do conceito de Sustentabilidade, não só nos seus discursos como, principalmente, na sua aplicação às práticas que desenvolvem.

Palavras-chave:

Economia Social e Solidária

Finanças alternativas e complementares

Microfinanças

Microcrédito

Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade

Instituição de microfinanças

Cabo Verde

ABSTRACT

The following doctoral thesis in African Studies intends to analyse the Sustainability of Cape Verde's Microcredit Concession NGOs, based on the specific cases of the mutual savings and credit institution FAMI-Picos, CITI-Habitat's microfinance department of and Morabi's microfinance department, all of them based in Santiago Island, Cape Verde.

Having identified the research question "*Can the Microcredit NGOs make their attributions compatible with the concepts of Sustainability as well as with Social and Solidarity Economy?*", it has essential to define a coherent theoretical frame, that did not abstain from comprising the concepts of Social and Solidarity Economy, Microcredit and Sustainability, followed by deep field research that was conducted very close to the object of study.

Accordingly, it was adopted a "case study" methodology, which allowed for direct observation, as well as indirect observation and related instruments like document analysis, surveys and semi-structured interviews.

This work made possible to conclude that Cape Verde's Microcredit ONGs can reach a compatibility between the attribution of, not only Microcredit, but also other microfinancial services, and the concepts of Sustainability and Solidarity Economy. However, this harmony will only be possible with the acknowledgement from the organisations' key officials of the multidimensionality of the Sustainability concept, not only on their speeches, but most importantly in its usage in the practices they are developing

Key words:

Social and Solidarity Economy

Alternative and complementary finances

Microfinances

Microcredit

Sustainable Development

Sustainability

Microfinance institution

Cape Verde

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	XIV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XVI
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XVIII
INTRODUÇÃO	1
Objeto de estudo e justificação.....	1
Objetivos e Hipóteses de trabalho.....	2
Metodologia.....	3
Estrutura do texto	5
Dificuldades e limitações ao longo do trabalho	7
Parte I – Quadro Teórico.....	9
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	9
1.1. Introdução.....	9
1.2. Economia Social.....	10
1.2.1. Enquadramento histórico	10
1.2.2. Definição do conceito	21
1.3. Economia Solidária	26
1.3.1. Contexto histórico	26
1.3.2. O conceito.....	28
1.3.2.1. Versão Francófona	29
1.3.2.2. Versão Ibero-americana	32
1.3.2.3. Versão da Macaronésia.....	36
1.3.2.4. Análise comparativa das três versões	40
1.4. Economia Social versus Economia Solidária	42
CAPÍTULO 2 – MICROCRÉDITO	47
2.1. Introdução.....	47
2.2. Análise bibliométrica	48
2.2.1. Métodos de recolha.....	48
2.2.2. Bibliometria dos estudos em Finanças Alternativas	50
2.2.3. Bibliometria dos estudos em Finanças Éticas	52
2.2.4. Bibliometria dos estudos em Mirocrédito	54
2.2.5. Conclusões.....	57
2.3. Tipos de sistemas financeiros	58

2.4. Enquadramento histórico das finanças alternativas.....	62
2.5. Discussão crítica dos conceitos	67
2.6. Novos instrumentos financeiros, complementares e alternativos	74
CAPÍTULO 3 – SUSTENTABILIDADE	77
3.1. Introdução.....	77
3.2. Evolução do conceito de Desenvolvimento.....	78
3.2.1. Influências históricas do conceito	78
3.2.2. Conceito de Desenvolvimento no pós-guerra.....	82
3.2.3. Renovação do conceito nos últimos 30-40 anos	87
3.3. Desenvolvimento Sustentável	91
3.3.1. Emergência histórica do conceito	91
3.3.2. Discussão e evolução do conceito	94
3.3.3. Reflexão crítica	99
3.4. Do Desenvolvimento Sustentável na perspectiva macro para o conceito de Sustentabilidade na perspectiva micro.....	106
3.4.1. Sobre a Sustentabilidade das organizações e a sua relação com o conceito de Desenvolvimento Sustentável	106
3.4.2. Proposta para um conceito de Sustentabilidade reformulado	111
Parte II – Análise Empírica.....	117
CAPÍTULO 4 – NOTAS METODOLÓGICAS	117
4.1. Introdução.....	117
4.2. Opções metodológicas	118
4.2.1. Metodologia.....	118
4.2.2. Aplicação da metodologia.....	120
4.3. Técnicas utilizadas.....	122
4.3.1. Técnicas utilizadas.....	122
4.3.2. Aplicação das técnicas.....	127
4.4. Breve caracterização dos beneficiários inquiridos.....	129
CAPÍTULO 5 – ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO DE CABO VERDE....	133
5.1. Introdução.....	133
5.2. Panorama socioeconómico de Cabo Verde	133
5.3. Bosquejo histórico	140
CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	143

6.1. Introdução.....	143
6.2. FAMI-Picos	143
6.3. CITI-Habitat.....	149
6.4. Morabi.....	157
CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS	165
7.1. Introdução.....	165
7.2. Tipo e lógica de Microcrédito cedido pelas ONG observadas.....	166
7.3. Efeitos e consequências da atribuição de Microcrédito.....	170
7.4. Análise da Sustentabilidade das ONG observadas nas suas dimensões.....	175
7.4.1. Perceção recolhida da Sustentabilidade das ONG observadas.....	176
7.4.2. Projetos de Economia Solidária verificados nas ONG observadas	181
7.4.3. Contributos das ONG observadas para a Sustentabilidade macro.....	202
7.4.4. Fatores de Sustentabilidade micro verificados nas ONG observadas.....	208
CONCLUSÃO	213
BIBLIOGRAFIA E FONTES	225
ANEXOS	I
Anexo A – Figuras	XI
Anexo B – Guiões dos inquéritos por questionário e das entrevistas semi-diretivas aplicadas	XII
Anexo C – Informação recolhida no trabalho de campo através da observação direta.....	XXXIV
Anexo D – Tabelas e dados recolhidos do trabalho de campo	XXXVIII
Anexo E – Dados recolhidos no trabalho de campo através das entrevistas semi-diretivas aplicadas.....	LXXXVI
CV.....	CLXXVIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. – Indicadores estatísticos das publicações sobre Finanças Alternativas do <i>Google Scholar</i>	50
Quadro 2.2. – Os documentos mais citados sobre Finanças Alternativas do <i>Google Scholar</i>	50
Quadro 2.3. – Indicadores estatísticos das publicações sobre <i>Alternative Finance</i> do <i>Google Scholar</i>	51
Quadro 2.4. – Os documentos mais citados sobre <i>Alternative Finance</i> do <i>Google Scholar</i>	51
Quadro 2.5. – Indicadores estatísticos das publicações sobre <i>Finanças Éticas</i> do <i>Google Scholar</i>	52
Quadro 2.6. – Os documentos mais citados sobre Finanças Éticas do <i>Google Scholar</i> ...	53
Quadro 2.7. – Indicadores estatísticos das publicações sobre <i>Ethical Finance</i> do <i>Google Scholar</i>	53
Quadro 2.8. – Os documentos mais citados sobre <i>Ethical Finance</i> do <i>Google Scholar</i> ...	54
Quadro 2.9. – Indicadores estatísticos das publicações sobre Microcrédito do <i>Google Scholar</i>	55
Quadro 2.10. – Os documentos mais citados sobre Microcrédito do <i>Google Scholar</i>	55
Quadro 2.11. – Indicadores estatísticos das publicações sobre <i>Microcredit</i> do <i>Google Scholar</i>	56
Quadro 2.12. – Os documentos mais citados sobre <i>Microcredit</i> do <i>Google Scholar</i>	57
Quadro 2.13. – Novos instrumentos financeiros, complementares e alternativos.....	75
Quadro 7.1. – Tabela síntese de valores relativos ao Microcrédito das ONG observadas	167
Quadro 7.2. – Síntese do número de beneficiários que possui veículos.....	173
Quadro 7.3. – Síntese do número de beneficiários que possui bens de tecnologia de informação e comunicação	173
Quadro 7.4. – Síntese do número de beneficiários que possui bens de conforto habitacional.....	174
Quadro 7.5. – Síntese do número de beneficiários que possui bens de lazer	174
Quadro 7.6. – Projeto económico	185
Quadro 7.7. – Projeto social	188

Quadro 7.8. –Projeto cultural	190
Quadro 7.9. – Projeto ambiental.....	192
Quadro 7.10. – Projeto territorial.....	194
Quadro 7.11. – Projeto de gestão	197
Quadro 7.12. – Projeto de conhecimento	199
Quadro C.1. – Projetos de Economia Solidária.....	214
Quadro C.2. – Dimensões da Sustentabilidade.....	216

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. – Exemplo de pesquisa efetuada no *software Publish or Perish 5* 49

Figura 5.1. – Mapa de Cabo Verde..... 134

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACDI/VOCA – Agricultural Cooperative Development Internacional/Volunteers in Overseas Cooperative Assistance (Cooperativa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional/Voluntários de Assistência Cooperativa no Estrangeiro)

ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária

ACEP – Associação para a Cooperação entre Povos

AD – Associação para o Desenvolvimento

ADA – Appui au Développement Autonome (Apoio ao Desenvolvimento Autónomo)

ADF – African Development Foundation (Fundação para o Desenvolvimento em África)

ASDIS – Associação das Associações de Solidariedade e Desenvolvimento da Ilha de Santiago

CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CITI-Habitat – Centro de Inovação em Tecnologia Intermediária para o Habitat

CRIAS – Gestão, Inovação e Saúde, Lda.

CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza

ECRP – Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza

EUA – Estados Unidos da América

FADOC – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Organizações Comunitárias

FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FAM-F – Federação das Associações de Microfinanças

FAMI-PICOS – Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

ICEIDA – Icelandic International Development Agency (Agência Internacional de Desenvolvimento Islandesa)

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IMF – Instituição de microfinanças

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPPF – International Planned Parenthood Federation (Federação Internacional de Planeamento Familiar)

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRAM – Instituto Argentino de Normalización y Certificación (Instituto Argentino de Normalização e Certificação)

ISTAC – Instituto Canário de Estatística

JICA – Japan International Cooperation Agency (Agência de Cooperação Internacional do Japão)

Morabi – Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da Mulher

MpD – Movimento para a Democracia

NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OCB – Organização Comunitária de Base

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OESS – Organização de Economia Social e Solidária

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PNLP – Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ROSCA – Rotating Savings and Credit Association (Associações de poupança e crédito rotativos)

SIDS – Small Island Developing States (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UNICEF – United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

WCED – World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento)

INTRODUÇÃO

Objeto de estudo e justificação

A presente tese de investigação de Doutoramento em Estudos Africanos intitulada, “*A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas*” tem como objeto de estudo a Sustentabilidades das ONG concessionárias de Microcrédito de Cabo Verde, tendo sido tomados como referência os projetos de Microcrédito das organizações FAMI-Picos, CITI-Habitat e Morabi.

O facto da minha dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária se ter centrado no Microcrédito em Cabo Verde – “*O Microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat*” – exigiu que trabalho de campo fosse feito neste país. Decorrente desta estadia em Cabo Verde, pude contactar com especialistas e observadores privilegiados desta forma de financiamento alternativo, o que fez despontar um conjunto de questões que até então desconhecia, destacando-se entre elas o forte pendor economicista que as organizações de Economia Solidária cabo-verdianas, intermediárias de financiamentos alternativos, começavam a demonstrar.

A maioria destas organizações concessionárias de Microcrédito são designadas e aprovadas juridicamente como Organizações Não Governamentais sendo, por isso, vistas como capazes de oferecer financiamentos alternativos, por contemplarem na sua atividade os princípios e valores da Economia Social e Solidária. Porém, verificou-se uma tendência para a sobrevalorização da sua Sustentabilidade, única e exclusivamente na componente económico-financeira, em prejuízo do cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária. Consequentemente, o desígnio de facultar aos mais pobres os instrumentos necessários para a sua emancipação individual, económica e social, associado a estas organizações, está a ser substituído por uma crescente preocupação com estudos de Sustentabilidade, associados à viabilidade económico-financeira das organizações, taxa de juro e de reembolso, ao mesmo tempo que a desconsideração pelas melhorias e efeitos reais do Microcrédito na vida dos seus beneficiários e das suas famílias está a aumentar.

A pertinência deste projeto parte, então, de três constatações alcançadas no decurso do trabalho de campo levado a cabo em Cabo Verde, aquando da realização da tese do Mestrado em Economia Social e Solidária. São elas, a perceção de um aumento das atividades de Microcrédito e o conseqüente surgimento de novos conceitos teóricos, ainda pouco

esclarecidos. A confusão que se tem estabelecido entre o conceito macro, ou seja, multidimensional de Sustentabilidade, dirigido à sociedade como um todo, e as práticas micro, essencialmente económico-financeiras, da Sustentabilidade organizacional. E ainda a tendência de muitas ONG, concessionárias de Microcrédito, subordinarem as suas opções ao critério da sua própria Sustentabilidade, exclusivamente económico-financeira.

Consolidadas tais constatações, surge a inquietação relativamente à Sustentabilidade e à sobrevivência destas ONG concessionárias de Microcrédito e do próprio Microcrédito, enquanto financiamento alternativo. Neste sentido, através do presente trabalho de investigação, pretende-se perceber até que ponto é possível que as ONG concessionárias de Microcrédito são sustentáveis, na completude que o conceito pressupõe, sem que os princípios e valores da Economia Social e Solidária, que regem as suas atividades e a essência dos serviços que oferecem, sejam postos em causa.

No seguimento desta inquietação, é colocada, então, a pergunta de partida, “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*”, que se pretende ver respondida aquando do final da investigação.

Objetivos e Hipóteses de trabalho

Com o propósito de aferir sobre a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito cabo-verdianas, este estudo procura perceber até que ponto é que estas organizações são sustentáveis, partindo do pressuposto, que é sobretudo uma constatação conceptual, que o conceito de Sustentabilidade, tomado como referência, está consonante com os princípios e valores da Economia Social e Solidária. E, caso não sejam sustentáveis, se é possível alcançar esta condição, sem que os valores da Economia Social e Solidária sejam postos em causa. Este propósito traduz-se, assim, nos seguintes objetivos:

- ✦ Contribuir para esclarecer, aprofundar e distinguir os conceitos de Economia Social e Economia Solidária;
- ✦ Contribuir para esclarecer, aprofundar e distinguir os conceitos de Microcrédito e microfinança;
- ✦ Contribuir para discutir e compreender o conceito de Sustentabilidade na sua multidimensionalidade;

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

- ✘ Analisar as implicações que a preferência pela Sustentabilidade económico-financeira das Organizações Não Governamentais concessionárias de Microcrédito tem no seu domínio de atuação;
- ✘ Compreender como é que estas organizações podem continuar a ser sustentáveis, mantendo-se fiéis à lógica da prática de microfinanças alternativas.

Definidos estes objetivos à luz dos conceitos de Economia Social e Economia Solidária, Microcrédito e microfinanças, e Sustentabilidade, a sua concretização dependerá da verificação das seguintes etapas:

- ✘ Definir os conceitos de Economia Social e Economia Solidária;
- ✘ Distinguir os conceitos de sistema financeiro formal e sistema financeiro informal e os conceitos de financiamentos alternativos e financiamentos complementares;
- ✘ Definir o conceito de Microcrédito;
- ✘ Definir o conceito de Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável;
- ✘ Definir o conceito de Sustentabilidade, propondo um conceito reformulado;
- ✘ Fazer o enquadramento socioeconómico de Cabo Verde;
- ✘ Apresentar as organizações em análise: FAMI-Picos, CITI-Habitat e Morabi;
- ✘ Analisar o tipo e lógica de Microcrédito cedido pelas três ONG observadas;
- ✘ Analisar os níveis de Sustentabilidade alcançados por cada uma das ONG, na perspetiva dos seus representantes;
- ✘ Analisar os fatores tidos em conta no alcance dos níveis de Sustentabilidade de cada uma das ONG, na perspetiva dos seus representantes;
- ✘ Comparar os níveis de Sustentabilidade alcançados por cada uma das ONG na perspetiva dos seus representantes com os níveis alcançados, de acordo com o cumprimento das oito dimensões da Sustentabilidade Integrada;
- ✘ Apresentar propostas que visem a melhoria dos níveis de Sustentabilidade Integrada, alcançados por cada uma das ONG observadas.

Metodologia

Os contornos sobre os quais a presente investigação assenta, exigiram profundidade na sua execução, apelando a uma metodologia suficientemente abrangente, capaz de chegar aos métodos e técnicas mais adequadas aos objetivos, previamente definidos. Tendo como objeto de estudo a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde, um tema bastante atual no espectro da Economia Social e Solidária deste país, com repercussões

práticas no domínio da definição política, a investigação exigiu a escolha de um método que abrangesse tanto a observação direta como a indireta e as respetivas técnicas mais adequadas aos objetivos. Procurando superar os erros mais comumente associados a cada uma das observações, por forma a extrair a informação mais fidedigna possível, a partir da qual foram lavradas as conclusões, o método do estudo de caso foi eleito como o método de excelência desta investigação.

Eleito este método de análise, as modalidades de pesquisa consistiram em metodologias quantitativas e qualitativas, com recurso à observação direta e indireta, o que permitiu uma pesquisa e análise da realidade mais completa e menos enviesada pelos erros, normalmente, associados a cada uma das metodologias. De acordo com as suas características, mas também pelas condicionantes espaciais e monetárias, os *timings* da realização e entrega da tese, a observação indireta foi a metodologia dominante nesta investigação, tendo permitido a recolha de informação bastante pertinente a diferentes níveis, através das respostas dadas às questões colocadas, regra geral, por inquéritos e entrevistas. Contudo, e apesar de em reduzida escala e com menor impacto que a anterior, pelas limitações temporais e espaciais, o recurso à observação direta resultou na recolha de informação, apelando somente ao sentido de observação, decorrente da aplicação do método do estudo de caso (cf. Notas C.1. em anexo).

Relativamente às técnicas de recolha de informação foram eleitas tanto técnicas documentais como não documentais, destacando-se para as primeiras a análise documental e a recolha de dados pré-existentes, como forma de sustentar e enquadrar o estudo de caso e, para as segundas, o inquérito por questionário e as entrevistas semi-diretivas.

Assim, foram aplicados inquéritos por questionário aos beneficiários das três ONG em análise (cf. Guião B.1. em anexo), com o propósito de obter dados de caracterização social, humana, económica e financeira, bem como a sua opinião em relação ao impacto do Microcrédito nas suas vidas. Desta forma, procurou-se definir o perfil dos beneficiários do Microcrédito da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi e a sua percepção sobre o Microcrédito. Ao mesmo tempo, aplicaram-se entrevistas semi-diretivas aos responsáveis (cf. Guião B.2. em anexo) e aos colaboradores (cf. Guião B.3. em anexo) das três ONG em estudo, tal como aos observadores privilegiados (cf. Guião B.4. em anexo), pela especificidade e complexidade da informação que se pretendia recolher, mas também por alguma subjetividade que as apreciações solicitadas trariam consigo.

Estrutura do texto

Relativamente à sua estrutura, este trabalho encontra-se, essencialmente, dividido em duas partes, uma dedicada ao quadro teórico e outra à análise empírica. A primeira parte, como a designação adianta, reúne três capítulos relativos ao enquadramento teórico e cujos conceitos abordados sustentaram todo o restante trabalho de investigação.

O primeiro capítulo, designado Economia Social e Solidária, tem como objetivo dar a conhecer os conceitos de Economia Social e de Economia Solidária, por um lado, através do enquadramento histórico de cada um deles e, por outro, pela exposição da definição dos próprios conceitos. Sendo estes dois conceitos alvos de frequentes confusões e permutações, tanto nas suas definições como nos seus contornos, este capítulo culmina com uma análise comparativa, que procura deixar claras as diferenças existentes entre Economia Social e Economia Solidária.

O segundo capítulo teórico é relativo ao conceito de Microcrédito, já que é um dos elementos diferenciadores entre as ONG analisadas e as restantes ONG, que não concedem este serviço microfinanceiro. Este capítulo, com uma estrutura distinta do anterior, começa por uma pequena análise bibliométrica, desenvolvida à custa do *software Publish or Perish 5*, com vista à exposição do estado da arte dos conceitos de finanças alternativas, finanças éticas e Microcrédito, a partir de citações encontradas no *Google Scholar*. De seguida, são apresentados os tipos de sistema financeiros existentes, formal e informal, seguido do enquadramento histórico das finanças alternativas, por serem aquelas que mais interessam ao presente trabalho de investigação. Identificados alguns dos instrumentos que integram as finanças alternativas, dos quais o Microcrédito faz parte, as suas definições são apresentadas no ponto seguinte, intitulado a “Discussão crítica dos conceitos”. Tal como acontece com os conceitos de Economia Social e Economia Solidária, também a noção do que são instrumentos financeiros complementares e alternativos gera, muitas vezes, equívocos. Neste sentido, é apresentada, no ponto final, uma tabela organizativa, com recurso a exemplos concretos, identificando esses mesmos instrumentos enquanto financiamentos complementares ou alternativos.

O terceiro e último capítulo do quadro teórico é o capítulo da Sustentabilidade. A Sustentabilidade é um conceito relativamente recente, embora as suas raízes advenham de dois conceitos mais antigos, o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável, pelo que não faria sentido abordar o conceito de Sustentabilidade por si só, sem recuar às suas origens. Por conseguinte, o terceiro capítulo teórico inicia-se com a apresentação da evolução do

conceito de Desenvolvimento, com particular destaque para a interpretação que lhe foi dada após a II Guerra Mundial e a que se consagrou nos últimos 30-40 anos. Segue-se um breve enquadramento histórico e discussão da evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável até aos dias de hoje, culminando numa comparação entre aquilo que é o entendimento da Sustentabilidade das organizações e o Desenvolvimento Sustentável, dando lugar a uma proposta para um conceito de Sustentabilidade reformulado.

Fechada a componente teórica, a segunda parte deste trabalho assenta numa perspectiva empírica, onde têm lugar as análises inerentes ao trabalho de campo desenvolvido e da qual fazem parte mais quatro capítulos. Neste seguimento, o primeiro capítulo desta segunda parte refere-se às notas metodológicas e reúne as opções metodológicas adotadas, o estudo de caso, as técnicas utilizadas na recolha da informação considerada necessária para a continuidade da investigação e uma breve caracterização dos beneficiários inquiridos.

O objeto de estudo do presente trabalho de investigação é a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde. Tratado o conceito de Sustentabilidade na primeira parte cabe, na segunda, a análise dos outros elementos do objeto de estudo ainda não aprofundados, isto é, Cabo Verde e as ONG concessionárias de Microcrédito. O capítulo cinco, denominado “Enquadramento socioeconómico de Cabo Verde” terá, então, como foco a apresentação de Cabo Verde, através da exposição do panorama socioeconómico e do bosquejo histórico deste país, enquanto no capítulo seis serão apresentadas as ONG concessionárias de Microcrédito estudadas, mais precisamente, a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi.

O último capítulo respeita à análise dos resultados obtidos no decorrer do trabalho de campo graças às opções metodológicas e às técnicas de recolha de informação utilizadas. Aqui é dado a conhecer, por um lado, o tipo e a lógica de Microcrédito cedido pelas ONG observadas, com base na informação recolhida através da aplicação dos inquéritos por questionários aos beneficiários e das entrevistas semi-diretivas aos representantes das organizações. Por outro, é feita uma análise à Sustentabilidades das ONG observadas nas suas dimensões, comparando as opiniões que os representantes de cada ONG têm relativamente à sua Sustentabilidade, com aquilo que a informação recolhida demonstra, permitindo concluir sobre o cumprimento dos projetos de Economia Solidária, o contributo que estas organizações têm para a Sustentabilidade da sociedade cabo-verdiana e, ainda, quais os fatores que se revelaram mais importantes para a Sustentabilidade das próprias ONG observadas.

Para além destes sete capítulos, esta tese de Doutoramento em Estudos Africanos conta ainda com a presente introdução, cujo objetivo passa pela apresentação sucinta do objeto de estudo

e justificação, dos objetivos e hipóteses de trabalho, da metodologia, da estrutura do texto e das dificuldades e limitações ao longo do trabalho, mas também com a conclusão final.

Dificuldades e limitações ao longo do trabalho

Toda a jornada que possibilitou a execução da presente tese revelou-se, a cada etapa, uma experiência extremamente enriquecedora, tanto a nível académico como a nível pessoal. Contudo, como em qualquer trabalho de investigação, alguns obstáculos foram surgindo ao longo do seu desenvolvimento.

O primeiro obstáculo e, simultaneamente, o mais limitador, foi a ausência de apoios financeiros. Desde o primeiro momento que este projeto sobre a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito cabo-verdianas foi submetido aos concurso de apoio a Doutoramentos, promovidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, durante três anos consecutivos, sem sucesso. Paralelamente, também os pedidos de apoio direcionados para outras entidades relevantes foram negados. Mediante a ausência de apoios financeiros externos, o plano de trabalhos que havia sido idealizado inicialmente teve, obrigatoriamente, que sofrer adaptações de acordo com as disponibilidades financeiras e com o tempo útil que ainda restava para a execução da investigação.

Durante algum tempo, este trabalho, foi idealizado como um projeto de análise à Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito da Macaronésia, onde se pretendia averiguar sobre a Sustentabilidade, não só das ONG concessionárias de Microcrédito de Cabo Verde, como também dos Açores e das Canárias, seguindo uma lógica comparativa entre estas três regiões/países. Os moldes iniciais deste projeto, traziam consigo um plano de trabalho extensivo e muito dispendioso, onde as viagens para os Açores, as Canárias e Cabo Verde, por períodos nunca inferiores a um mês, eram imprescindíveis. Sem o apoio financeiro desejado, este plano de trabalhos teve de ser reajustado, dando origem à presente tese de Doutoramento em Estudos Africanos, onde a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito da Macaronésia deu lugar à Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito de Cabo Verde.

No seguimento deste mesmo obstáculo financeiro, a própria estadia em Cabo Verde e, conseqüente trabalho de campo foram condicionados ao orçamento disponível, podendo em algumas situações ter limitado a observação direta. Por seu turno, a observação indireta implicou também alguns obstáculos, nomeadamente, a necessidade de haver um intermediário na aplicação dos inquéritos por questionário aos beneficiários das ONG observadas, por

dificuldade linguística, tanto dos inquiridos como do inquiridor. Assinale-se também o facto de os contactados não terem sido seleccionados de forma totalmente aleatória, mas condicionados pela sua disponibilidade, proximidade da residência ou da atividade à sede da organização, pela falta de meios de transporte, e pelo contacto mantido com maior regularidade com a instituição. Porém, a incessante ajuda do presidente da FAMI-Picos e das técnicas do departamento das Microfinanças do CITI-Habitat acabou por minimizar este entrave.

Para além deste obstáculo linguístico, não tão facilmente ultrapassado na aplicação dos inquéritos por questionários aos beneficiários da Morabi, pela ausência de um intermediário, e da falta de apoio na seleção do inquiridos, outra limitação se sobrepôs, a indisponibilidade para a partilha de informações da organização. Das três ONG estudadas, a Morabi foi a única que dificultou a recolha de informação considerada fundamental para o progresso do trabalho e para aferir sobre a sua situação de Sustentabilidade tendo, em alguns domínios, impedido na totalidade esta recolha. Os vários esforços feitos para a obtenção desta informação, mesmo depois de concluída a estadia em Cabo Verde, foram em vão, o que acabou por limitar a análise da Sustentabilidade desta ONG, quando comparada com as restantes.

Apesar de todos estes obstáculos, uns mais facilmente contornáveis que outros, acredita-se que a presente investigação correspondeu positivamente a todos os requisitos propostos e que constitui uma mais-valia para a discussão de diferentes conceitos e de uma temática tão atual como a Sustentabilidades deste tipo de organizações.

Parte I – Quadro Teórico

CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

1.1. Introdução

Economia Social e Economia Solidária não são a mesma coisa, nem tão pouco são duas terminologias diferentes para designar uma mesma realidade. Dizem, antes, respeito a contextos e fins diferentes, embora ambos sejam encarados, pela maioria dos autores que a eles se dedica, como a força opositora à organização social vigente, o capitalismo. Porém, as confusões terminológicas em torno destes termos são uma constante, quer no “[...] debate acadêmico (que ainda se encontra incipiente, pela ausência de um número maior de pesquisas mais exaustivas sobre esse assunto), ou mesmo, e principalmente, fora dele.” (França Filho, 2002:9).

Esta falta de consenso acaba por se refletir no uso indistinto e até confuso destes conceitos, quer por muitos dos autores que os analisam, quer pela sociedade civil que pouca informação detém sobre os mesmos. Neste sentido, a difícil distinção torna mais apetecível não o fazer, optando-se pelo uso indiscriminados dos termos. Para ultrapassar esta falta de consenso, é importante haver um debate sobre os conceitos de Economia Social e Economia Solidária, afim de encontrar um fio condutor suficientemente forte que permita, de forma consistente, entender o que cada um deles pretende significar (Caeiro, 2008:62).

Na tentativa de contribuir para este debate, tão atual e necessário para a consagração da significância destes conceitos, o primeiro capítulo do enquadramento teórico tem como objetivo principal especificar os significados que os conceitos de Economia Social e Economia Solidária têm no contexto da presente investigação. Para tal começa por enquadrar historicamente ambos os conceitos, de forma autónoma, para que sejam claras as diferentes origens e motivações de fundo de cada um deles. Segue-se a apresentação da definição dos conceitos, bem como das três versões associadas à Economia Solidária, a Francófona, a Ibero-americana e a da Macaronésia, sendo adotada a que melhor se adapta aos contornos da investigação.

Consolidados e eleitos os conceitos que passarão a ser tomados de referência quando se alude a Economia Social e a Economia Solidária neste estudo, este primeiro capítulo do enquadramento teórico culmina com uma análise comparativa entre estes dois conceitos, onde serão evidenciadas as suas principais diferenças.

1.2. Economia Social

1.2.1. Enquadramento histórico

A Economia Social surgiu no contexto de afirmação da Era Industrial, como força opositora ao capitalismo vigente e resposta aos consequentes problemas que este contexto levantou na sociedade do século XIX, na medida em que o capitalismo “para se implantar e consolidar, teve de destruir ou subverter as formas económicas que o precederam” (Hespanha, 2009:52). Nas palavras de Pedro Hespanha (2009), este processo não aconteceu de um dia para o outro, foi pautado por acontecimentos que mudaram drasticamente a vida dos indivíduos e das suas comunidades, alterando as bases da sua produção económica.

O entendimento de tais constrangimentos causados pela Era Industrial à sociedade do século XIX, tanto a nível económico, como social e político, só é possível a partir do conhecimento prévio do contexto em que esta época se insere, sobretudo, a partir dos dois marcos históricos mais simbólicos do seu nascimento, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (Amaro, 2003).

Como refere Roque Amaro (2003:43), a Revolução Industrial alterou a base produtiva e as condições materiais da vida em sociedade, graças a um conjunto de outras revoluções que se deram anteriormente. Mais precisamente, a Revolução Agrícola que introduziu novos meios de produção, a mercantilização da terra, alterou as relações sociais em torno da agricultura e os modos de vida nos meios rurais. A Revolução Comercial, que fez nascer a economia de troca e a necessidade de produzir excedentes, acima da subsistência tradicional, e que contribuiu, de modo substantivo, para o atual processo de globalização, através da abertura ao mercado externo e da criação da Era da Comunicação. A Revolução dos Transportes e das Vias de Comunicação, que criou as bases da sociedade da comunicação e da circulação de pessoas, mercadorias, capitais, serviços e informação, fundamental para a criação dos mercados nacionais e, mais tarde, dos supranacionais e mundiais. E a Revolução Tecnológica que, ao melhorar os processos de produção através de novas formas e instrumentos de produção, permitiu que as sociedades industriais se libertassem da Natureza e aumentassem extraordinariamente as suas produtividades.

A conjugação destas revoluções permitiu que a Revolução Industrial trouxesse, à sociedade do século XIX, crescimento económico. Até então, as economias eram de escassez, o objetivo de produção era apenas a sobrevivência. Com estas alterações, passou a ser possível produzir-se em abundância, por outras palavras, passou a ser possível haver crescimento económico

contínuo e persistente de bens, aumentando a produção a cada ano. Passou a existir, também, produtividade – inerente à ideia de crescimento económico –, consumo – a extrema valorização da produtividade passou a permitir consumos para além da sobrevivência –, uma hipervalorização da tecnologia e processos produtivos baseados na divisão técnica do trabalho e assentes no princípio de domínio da Natureza.

Por outro lado, a Revolução Francesa alterou a base sociopolítica, os valores e as referências ideológicas da sociedade (Amaro, 2003:44-45) e, tal como a Revolução Industrial, foi antecedida e preparada por meio de outras revoluções ocorridas anteriormente. A Revolução Cultural e Filosófica, que introduziu o racionalismo, transformando a ciência económica numa área matemática, excluindo tudo o que fosse sentimentos e emoções e permitindo afirmar o antropocentrismo típico das sociedades industriais europeias. A Revolução Científica, que mudou o paradigma de construção e validação do conhecimento, que passou a ser assente no racionalismo e na dedução lógica, as explicações divinas deixaram de fazer sentido e a figura central da sociedade deixou de ser o Divino e passou a ser o Homem. A Revolução Religiosa, que dividiu a religião em duas posições, uma de resistência e fechamento e outra de aceitação e incorporação das novas ideologias da sociedade (o protestantismo), tendo estado, provavelmente, na origem da existência de uma nova ética, favorável ao espírito de poupança, investimento, lucro, consumo e bem-estar material, como realização e felicidade. E a Revolução Política, que promoveu uma mudança de paradigma na organização do poder, abrindo caminho à configuração administrativo-burocrática e territorial do Estado-Nação, à importância geográfica e sociopolítica da cidade e dos novos modos de vida urbanos e à democracia parlamentar representativa.

A ocorrência destas revoluções permitiu que a Revolução Francesa implementasse na sociedade moderna do século XIX o antropocentrismo – o Homem deixa de ser apenas um figurante, que depende das vontades divinas, e passa a ser o centro do Mundo –, a liberdade – em termos políticos e económicos, autonomizando-se dos constrangimentos das divindades e da Natureza –, a democracia – que se exprime como sistema político do antropocentrismo – e a razão – passa a haver necessidade de explicar os acontecimentos e as explicações divinas deixam de fazer sentido.

Apesar do crescimento económico e da aparente melhoria do bem-estar coletivo, resultante destas revoluções, na medida em que se passa a produzir mais e de forma mais eficaz, ao mesmo tempo que há uma maior consciencialização do Homem enquanto ser autónomo, livre e que ambiciona bem-estar material, o lado social parece não acompanhar esta evolução. Se não veja-se. Num contexto de aumento de liberdade proveniente da Revolução Francesa, o

mercado funcionava livremente, não havia intervenção do Estado, ficando na mão dos capitalistas regular o mercado de acordo com os seus interesses, o lucro. Esta liberdade de ação acabou por resultar em ritmos e horas de trabalho alucinantes, condições de higiene e segurança desumanas, salários baixos e relações de subjugação do trabalhador ao patrão.

Por seu turno, nas sociedades pré-industriais a família era alargada, constituída pelos familiares laterais e ascendentes, e tinha as funções de produção e reprodução. Na Era Industrial, as famílias passam a ser constituídas apenas pelos descendentes, quanto menos melhor, já que a produção está nas unidades fabris e não no campo, ficando esta apenas com as funções reprodutoras e de consumo. Emerge, conseqüentemente, um novo quadro familiar que abalou a sociedade em diferentes aspetos, o mais sonante, a exclusão dos mais velhos devido à quebra da solidariedade de parentesco que deixa de existir.

Com o êxodo rural, inerente a toda esta transformação industrial, as condições de habitabilidade dos novos centros urbanos ficaram muito aquém do desejável, pois as cidades não estavam preparadas para receber um número tão grande de pessoas e alojá-las em condições dignas.

No que toca à questão política, tanto a democracia económica como política ficaram longe do proclamado na Revolução Industrial e na Revolução Francesa. Por um lado, a gestão das organizações da economia era baseada no dinheiro, sendo os votos e o poder dos indivíduos proporcional ao montante detido. Por outro lado, na economia de mercado, as decisões de produção e consumo também dependiam do poder económico, impedindo os agentes económicos com menos poder económico de “votar” e de existirem diferentes poderes de “voto”, contrariando a ideia de democracia – igualdade de oportunidades.

Ora todas estas constatações permitem concluir que a Era Industrial criou uma sociedade ambivalente. Os notáveis progressos tecnológicos, o crescimento económico e a produtividade alcançados não foram sinónimos de melhoria da condição de vida dos indivíduos, pelo menos, de forma generalizada, verificando-se vários custos sociais e formas de desumanização do trabalho.

Perante tais contradições, este não foi, de todo, um processo de mudanças sem resistências e conflitos. Pedro Hespanha (2009) relembra as inúmeras revoltas camponesas, as lutas do movimento operário pela melhoria das condições de trabalho e remuneração, o movimento anarquista contra o Estado e as instituições que amordaçavam as liberdades e controlavam os modos de vida, as ideologias de esquerda, socialistas, que se foram fazendo notar e a aparição do movimento cooperativo e mutualista de origem operária que estimulou a associação dos mais desfavorecidos para a autossatisfação das suas necessidades.

É justamente neste contexto de insatisfação e de luta que a Economia Social surgiu, como resposta à designada “questão social” que assombrava as sociedades industriais.

Embora o reconhecimento do seu surgimento académico no século XIX esteja, amplamente consagrado, autores como Jacques Defourny (2009), fazem referência às formas mais antigas de associações humanas, em particular no Egito dos faraós, na Antiguidade greco-latina, na Europa da Idade Média, na China Imperial ou na América Pré-Colombiana, onde existia uma grande quantidade de grupos profissionais, religiosos e artísticos, ou sistemas de ajuda mútua. Por outro lado, outros autores centram-se no seu (re)aparecimento moderno, na Europa, no século XX, na sequência do declínio do Estado-Providência a partir dos anos 70 e como solução para os problemas económicos e sociais que daí resultaram, através de movimentos e iniciativas assentes no comunitarismo, na solidariedade e no voluntarismo.

Contudo, foi no século XIX que ficou consagrado o seu aparecimento como proposta e reação ao capitalismo vigente, através da cooperação e do pluralismo político e cultural. Uma “dinâmica de resistência popular” (França Filho, 2002:11) impulsionadora de experiências solidárias fortemente influenciadas pela ideologia do mutualismo, da cooperação e da associação. Joaquim Caeiro (2008), defende que o conceito de Economia Social apareceu em 1830, quando Charles Dunoyer publicou em Paris um tratado de Economia Social, a par com o início de um curso com a designação de Economia Social, na mesma década, na Universidade de Lovaina.

Após este marco inaugural, várias escolas teóricas nesta linha de pensamento foram-se manifestando, das quais se destaca a socialista e, em particular os seus percursos, os socialistas utópicos, por serem considerados os primeiros idealizadores do “corporativismo revolucionário” (Lechat, 2002:5). Estes pensadores consideravam o capitalismo, sistema económico vigente, irracional, desumano e injusto do ponto de vista social. Segundo Castro Caldas e Fátima Ferreiro (2007) repudiavam a ideia de *laissez faire* e de concorrência, bem como a doutrina da harmonia espontânea de interesses. Em alternativa, propunham organizações sociais que partiam de uma visão generosa da natureza humana e tinham como objetivo potenciar o melhor da espécie humana, favorecendo a solidariedade e a cooperação em oposição ao interesse próprio e à concorrência.

A doutrina e a prática de Robert Owen ilustram bem esta visão do mundo. Owen era um industrial têxtil de sucesso, que ia contra a mentalidade da maioria dos industriais da época. Defendia que a acumulação de riqueza não estava indissociavelmente associada ao sofrimento humano e que os trabalhadores não eram, por natureza, seres indolentes e propensos ao vício que deviam ser forçados a trabalhar. Pelo contrário, eram seres humanos empurrados para a

degradação física, intelectual e moral pela situação de carência absoluta a que a sociedade industrial os reduzia. Contrariando os padrões vigentes no início do capitalismo industrial, preocupava-se com as condições de trabalho dos seus trabalhadores e com a qualidade da maquinaria usada e, ao invés de empregar crianças, construía escolas para as formar. Influenciou, por isso, durante algum tempo, o movimento sindical e cooperativista inglês com a sua política social e pacifista e foi considerado um filantropo de renome (Plum, 1979:45).

Owen percebeu, da sua experiência fabril em New Lanark, na Escócia, que, ao melhorar as condições de trabalho, dedicando alguns cuidados e atenção aos seus trabalhadores, bem como às suas máquinas, conservando-as e mantendo-as em boas condições de funcionamento, todos os intervenientes do processo produtivo saíam a ganhar, sem que o seu lucro fosse posto em causa. Ao mesmo tempo, aboliu o trabalho infantil, pelo menos até aos 10 anos. Defendia que as crianças até esta idade deviam dedicar-se à sua formação social, para tal garantia que tivessem aulas de leitura, escrita e aritmética, gratuitas nas escolas das suas áreas de residência (Plum, 1979:84).

Segundo Engels (1877), a sua visão levou-o a elaborar projetos de erradicação da pobreza e de reformulação de toda a sociedade, assentes na formação de pequenas colónias comunistas apelidadas de Aldeias Cooperativas, onde o produto do trabalho era repartido de forma equitativa de acordo com o tempo gasto na produção. Falhados tais projetos centrou-se no interesse dos trabalhadores, através da criação de cooperativas de consumo, de produção e mercados de troca, entre eles, a *Labour Exchange*, uma bolsa de trocas, onde os adeptos do movimento cooperativista trocavam os produtos entre si, sem moeda, com base no critério do tempo de trabalho despendido na produção (Bertucci, 2005:14). Igualmente preocupado com o trabalho infantil, as condições de vida das famílias dos trabalhadores e os níveis salariais, passou a apelar à intervenção governamental, propondo uma reforma empresarial que visava um sistema de ajuda aos desempregados e a implementação de um sistema nacional de educação (Plum, 1979).

Também Saint-Simon era um fervoroso crítico do capitalismo, já que, no seu entender, os meios para alcançar a conceção quantitativa do bem-estar eram divergentes da organização social em que vivia. Para ele, o interesse próprio devia ser substituído pela razão e pelo interesse comum das classes profissionais e a concorrência pela cooperação (Caldas e Ferreira, 2007). Paralelamente, defendia a intervenção do Estado na economia, em casos de desemprego e de assistência social aos mais desfavorecidos.

A sua proposta de reorganização social, de natureza corporativa, baseada na ciência e na indústria, envolvia a constituição de um Parlamento Industrial, que utilizaria os

conhecimentos da elite científica e industrial, para coordenar as atividades económicas e zelar pela promoção do bem-estar, através da implementação de obras públicas. Saint-Simon acreditava que a sociedade deveria ser regida por uma elite de técnicos e o poder exercido por um grupo de homens sábios, filósofos conhecedores das ciências naturais. Neste sentido, para ele, a sociedade da sua época estava invertida, pois os homens moralmente e tecnicamente corretos não a dirigiam, ao invés eram dominados pelos senão mais corruptos e imorais, pelos menos produtivos (Engels, 1877:67).

Charles Fourier, outro socialista utópico, também acreditava numa evolução civilizacional, mas de carácter cíclico, ou seja, após a harmonia da última etapa seguir-se-ia uma regressão da humanidade e um retomar das etapas do seu aperfeiçoamento até se atingir de novo a harmonia. Nas palavras de Engels (1877:70), a civilização para Fourier movia-se num ciclo vicioso de contradições, produzindo-as constantemente sem as poder superar, e alcançando sempre o contrário do que fora ambicionado.

A organização social alternativa que propunha envolvia a formação de Cidades Jardins, pequenos núcleos de associação praticamente autossuficientes, os *falanstérios*, cada qual com cerca de mil e oitocentas pessoas, que trabalhariam em comum, reunindo as sete funções industriais, permitindo a eficiência plena do trabalho humano. O trabalho seria atraente, com uma ampla variedade de atividades, não haveria incentivo ao ócio, e nenhuma classe social veria os seus interesses comprometidos (Bertucci, 2005:12).

Neste sistema de cooperação e partilha, quer dos instrumentos de trabalho quer dos proveitos da atividade económica desenvolvida, não haveria conflito de interesses como no capitalismo. Como Fourier não acreditava na redistribuição, os membros dos *falanstérios* teriam direito de remuneração como trabalhadores, capitalistas e gestores a partir de um fundo comum oriundo da propriedade individual (Caldas e Ferreiro, 2007).

Já, Pierre Joseph Proudhon, incluído aqui no socialismo utópico (*ibidem*) (Bertucci, 2005), embora o próprio se identifique mais com o Anarquismo, condenava a propriedade privada por considerar que a sua existência castrava a liberdade individual, para ele, o maior dos valores a defender (Marx, 1974). O facto de a propriedade privada permitir produzir sem trabalhar, levava a sociedade a autodestruir-se, pois os capitalistas lutavam entre si para se superar sem que nenhum deles tivesse um compromisso com o trabalhador (Bertucci, 2005:12-13).

Ao contrário do capitalismo, não acreditava que o mecanismo de preços por si só garantisse a equidade. Neste sentido, defendia que dada a desigual distribuição do poder de mercado entre os indivíduos, o mecanismo de preços acabaria por ser tão opressivo quanto a lei ou o Estado

e conduzir sistematicamente à subjugação dos mais fracos aos mais fortes, dos que não têm nada aos proprietários.

Segundo Bertucci (2005), a aversão de Proudhon à propriedade privada levou-o a criar um sistema de crédito e de trocas que pode ser comparado aos atuais Bancos Populares e aos Clubes de Trocas. Propôs o que seria o sistema perfeito, que asseguraria o crédito gratuito para os trabalhadores, e sem juros, onde a transferência eficiente de recursos e necessidades dentro da sociedade entre diferentes pessoas seria possível, sem que o ganho sem trabalho fosse favorecido.

A sua alternativa ao capitalismo visava um mundo onde a propriedade privada era universalizada e os indivíduos livres de celebrar os contratos que entendessem. Seria uma sociedade onde a ordem resulta do respeito mútuo, e não da autoridade do Estado.

Apesar de ser considerada e até amplamente reconhecida como a principal corrente impulsionadora do cooperativismo, Defourny (2009), defende que a base teórica da Economia Social não se limita ao Socialismo Utópico, um conjunto de outras influências filosóficas e ideológicas contribuíram para a construção deste conceito. Um desses casos é o Anarquismo, que olha para o indivíduo como um ser livre que está no centro da sociedade. Acredita que esta deve estar organizada em pequenos grupos de consumidores, produtores e aforradores, próximos entre si, para defenderem o indivíduo e abomina a ideia de instituições que castrem qualquer tipo de liberdade individual.

Outra corrente é o Liberalismo Filantrópico, que defende a coexistência da cooperação e da ajuda a terceiros na lógica de mercado. Refira-se, ainda o Solidarismo Maçónico, que consiste na solidariedade entre pares e ajuda aos mais desfavorecidos, não por opção moral, mas por consciência política. Por outro lado, o Social Cristianismo assente nos princípios morais de caridade e apoio aos mais desfavorecidos. E pode-se ainda considerar o contributo do Sindicalismo, também influenciado pelo Socialismo Utópico, pelo Anarquismo, pelo Solidarismo Maçónico e pelo Social Cristianismo, que consiste na auto-organização de trabalhadores em prol da defesa dos seus interesses e classe.

Do ponto de vista histórico e segundo a perspectiva de Joaquim Caeiro (2008:62-63), é possível estratificar a evolução da Economia Social, do ponto de vista académico, em cinco períodos fulcrais:

- ✱ *A génese da Economia Social (1791-1848)* – Este foi um período marcado pela Revolução Francesa e pelos seus ideais (liberdade, fraternidade e igualdade), o que motivou o início do movimento associativo ligado ao proletariado e às organizações obreiras. Ao mesmo tempo, as cooperativas começaram a dar os seus primeiros

passos, no sentido de potenciar o emprego e reduzir as desigualdades sociais características da época. O fim deste período é marcado pela tomada de Paris (Comuna de Paris) e pela tentativa de criação de um governo autogestionário, assente no poder proletário.

- ✘ *A questão social e o movimento operário (1850-1900)* – Com o fim da Comuna de Paris, o Estado volta a assumir o seu papel secular e pela primeira vez na história do papado, o Papa Leão XIII viu-se forçado a intervir na esfera temporal, através da encíclica *Rerum Novarum*. Propôs, então, um regresso aos tempos pré-revolução e ao associativismo das profissões (corporações). Do ponto de vista das instituições de Economia Social, começaram a desenvolver-se os movimentos associativos operários, determinados pelas correntes que se afirmavam contrárias ao *status quo* dominante, designadamente o marxismo, o anarquismo e o socialismo revolucionário.
- ✘ *Os regimes totalitários e a contestação ao liberalismo (1901-1945)* – Os primeiros anos do século 20 foram marcados por dois momentos fundamentais e violentos, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917. Neste contexto, os movimentos totalitários, cuja base ideológica assentava na contestação ao liberalismo e no papel determinante do Estado na condução da sociedade, assumiram uma posição importante. São exemplos, o fascismo italiano, o nazismo alemão, o Estado Novo português e o tenentismo brasileiro.

Até à Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma fragmentação do núcleo cooperativista e mutualista nascido do movimento associativo, através da estruturação das cooperativas em ramos sectoriais pelas dificuldades de continuidade do movimento operário e pelas complicações resultantes das duas guerras mundiais. Tudo isto levou a um distanciamento e a uma falta de coesão das atividades cooperativas, mutualistas e associativas.

- ✘ *O Estado-Providência e os direitos sociais (1945-1975)* – Após o término da Segunda Guerra Mundial começou a ser implementado e desenvolvido o Estado-providência, com base no modelo *keynesiano* de intervenção do Estado na economia. Ao mesmo tempo, o conceito de Economia Social não foi ignorado, mas sim assumido como complementar ao Estado, que passou a intervir no mercado e a corrigir as suas falhas. Terminologicamente, a expressão Economia Social foi-se empregando em sentidos cada vez mais amplos e diversos do original, passando também a designar os campos de análise socioeconómica, ou seja, para designar a vida em sociedade, do indivíduo e dos grupos sociais, o que promoveu grande dispersão do conceito. A partir de 1970,

com a crise do Estado-Providência, a problemática da Economia Social voltou a ganhar relevância. Mais um vez de forma mais preponderante em França e tendo por base a proximidade entre os movimentos cooperativos e mutualistas franceses, a percepção da existência de interesses mútuos e adesão ao grupo do movimento associativo.

- ✘ *A crise do Estado-Providência e o redimensionamento da Economia Social (1975-2006)* – Da contribuição dos movimentos referidos e pelo desenvolvimento e crescimento dos movimentos cooperativo, associativo e mutualista, a Economia Social volta a adquirir dimensão e importância. Assiste-se ao desenvolvimento de apoios financeiros à Economia Social e às suas organizações, a um aumento do emprego e ao desenvolvimento de associações locais e de cooperativas dos mais variados tipos. Ligado a este movimento, surge também a tentativa de promoção da inclusão social, quer pelo emprego quer pela constituição de associações de âmbito social. Em 1975, nasceu o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas (Cnlamca) que lançou em 1978, em Bruxelas, um debate europeu sobre Economia Social. Em 1981, com o reconhecimento do seu poder político, pela criação de uma Delegação Interministerial para a Economia Social (DIES) pelo governo francês, passa a depender de uma Secretaria de Estado.

Como já descrito antes, a Economia Social surgiu como resposta aos problemas não só de âmbito social, mas também económico e político que a Era Industrial provocou na sociedade do século XIX. Neste sentido, e para conseguir abranger estes três domínios, apareceu como uma conjugação de três projetos.

Um projeto económico, que prevê produzir e/ou distribuir bens e serviços, que permitam satisfazer necessidades, dando resposta a consumos, criando empregos e, assim, distribuindo rendimentos, de forma a gerar algumas poupanças e permitindo algum investimento. Estes dois últimos aspetos são os mais fracos da Economia Social, enquanto projeto económico, muito por culpa do equívoco com a ideia de excedente. Ou seja, tende-se a associar a ausência de lucro das instituições de Economia Social, no sentido de remuneração do capital, com a ausência de excedente. Todavia, a primeira não implica inevitavelmente a segunda, podendo a segunda existir sem a primeira e, até em alguns casos, haver lucro, desde que não seja o objetivo principal, e que todos os colaboradores o aceitem e sejam beneficiados de igual forma.

Um projeto social, considerado o objetivo fundamental, associado à mutualização de interesses ou à filantropia do interesse de outrem (interesse geral). Exprime-se pela

diminuição das desigualdades, da pobreza, da minimização da insatisfação de necessidades fundamentais e pela prevenção e respostas a situações de dificuldade.

Um projeto político, baseado no princípio de gestão democrática nas organizações de Economia Social, a democracia económica.

Na sua filosofia inicial, a Economia Social pretendia ser a conjugação destes três projetos, onde o projeto social seria a finalidade, o projeto económico o meio e o projeto político a dinâmica orgânica. Porém, do ponto de vista histórico, a excessiva focagem no projeto social provocou uma erosão no projeto económico, resultando numa perda de eficiência do mesmo e numa tendência para o formalismo do projeto político sem democracia. Esta desarticulação entre os três projetos fez com que a Economia Social se centrasse na filantropia, acabando por perder a sua identidade original, o que, aliado aos novos problemas e desafios postos com as crises do século XX, aos quais se tornou difícil dar resposta, impulsionou o aparecimento da Economia Solidária, questão retomada no ponto seguinte.

As experiências de Economia Social, na sua origem, dizem, então, respeito às consequências das condições de trabalho, já que este é, por assim dizer, o cerne de todos os problemas associados à Era Industrial, relatados anteriormente. Aparecem como “alternativas em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio económico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente” (França Filho, 2002:12). Eram iniciativas oriundas dos setores populares que, na sua ação organizacional, combinavam uma dimensão social e económica sob um fundo de luta política, regidas pelos princípios e valores de referência da Economia Social (Guedes, 2012:45-46; Caeiro, 2008:66; Defourny, 2009:158):

- ✘ *Princípio do predomínio do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse individual* – Entende-se por interesse comum a mutualização e cooperação entre pares e, por interesse geral a filantropia a favor de terceiros. Ainda que estes dois tipos de interesse pareçam afastar a Economia Social da Economia de Mercado e aproximá-la da lógica do Estado, tal não é linear, pois o interesse comum não é uma faceta do Estado e apesar do interesse social o ser, na Economia Social este apenas se destina a grupos específicos. Assim, a aparente proximidade do Estado é apenas numa lógica de afastamento da conceção da Economia de Mercado. A divisão jurídico-institucional atual das instituições de Economia Social associa, predominantemente, o interesse comum às cooperativas e mutualidades e o interesse geral às associações e fundações.
- ✘ *O objetivo principal não é o lucro (ou a ausência dele), mas sim objetivos de solidariedade e cooperação* – Este princípio implica normalmente a ausência de lucro,

no sentido de remuneração do capital (o que não implica ausência de excedente), opondo-se totalmente à lógica da empresa e aproximando-se do Estado, sendo no entanto possível, em alguns casos, aceitar-se o lucro, ainda que não seja o objetivo principal, quando todos os colaboradores das instituições de Economia Social o aceitam e são beneficiados de igual forma.

- ✘ *Primado da pessoa sobre o capital* – As pessoas estão acima de qualquer capital, pelo que, nas instituições de Economia Social, são condenadas todas as formas de desumanização do trabalho, de externalização das condições de trabalho e de economias destruidoras da pessoa humana.
- ✘ *Gestão democrática* – “Um homem, um voto” – Todos os colaboradores das instituições de Economia Social devem ter o mesmo poder de decisão, salientando o conceito de solidariedade política nas decisões e não só nos ganhos.
- ✘ *Autonomia face ao Estado* – Esta autonomia respeita à gestão e a decisões internas das instituições de Economia Social e não a nível financeiro, evitando a sua transformação em serviços públicos.
- ✘ *Adesão voluntária* – Os elementos que constituem as instituições de Economia Social juntam-se, coletivamente e integram estas iniciativas de livre e espontânea vontade, partilhando um objetivo comum que os move na sua associação.

A partir do reconhecimento jurídico e institucional dos princípios e valores que permitem identificar se as organizações fazem ou não parte da Economia Social, também estas são categorizadas e organizadas em três formas jurídicas, consideradas típicas desta economia: as cooperativas, as associações e as fundações.

As cooperativas, uma das formas jurídicas mais importantes, continuam a afirmar-se no contexto socioeconómico dos grupos sociais plurais. Compreendidas enquanto associações de pessoas que se agrupam voluntariamente para a satisfação de um interesse comum, através de uma empresa democraticamente gerida, são a parte da Economia Social que mais a aproxima do setor privado. O seu contributo para o desenvolvimento económico e social, no que concerne ao aproveitamento dos recursos locais, à criação de emprego e participação nos processos de produção, é notório (Caeiro, 2008:68-69).

Segundo o Centro Português de Fundações¹, estas são organizações sem fins lucrativos, criadas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas para a gestão de uma massa patrimonial que lhes é cedida definitivamente pelos fundadores e que deve ser, substancialmente,

¹ Fonte: www.cpf.org.pt (acedido em 12.02.2015 às 15:53).

preservada para a satisfação de certas finalidades de interesse social. Como não contempla o projeto político, gestão democrática, a sua legitimidade enquanto organização de Economia Social é muitas vezes posta em causa.

Já as associações subdividem-se em associações gerais, associações de interesse mútuo e associações de interesse canónico.

As associações gerais expressam-se das mais diversas formas jurídicas e em ambientes mais ou menos favoráveis. Na prática, são todas as formas de livre associação de pessoas, que não integram o domínio das cooperativas ou das fundações, que visam a produção de bens ou serviços, sem que o objetivo principal seja o lucro (Defourny, 2009:158).

As associações de interesse mútuo, como as mutualidades, segundo Defourny (2009) institucionalizaram-se progressivamente e tornaram-se, em diversos países industrializados, atores importantes dos sistemas de segurança social. Visam a concessão de benefícios, proteção social e promoção da qualidade de vida dos seus associados e familiares através da mutualização de riscos tão diversificados como os relativos à saúde, a óbitos, a funerais, a intempéries e pragas agrícolas.

Já as associações de interesse canónico, como no caso de Portugal, as misericórdias ou os centros sociais paroquiais, sendo, que neste último caso, tendo um carácter religioso é o Prior da Paróquia ou o Bispo da Diocese quem escolhe a administração, ao invés dos sócios, como nos exemplos anteriores. Não contempla o projeto político, sendo posto em causa, frequentemente, o seu estatuto de organização legítima de Economia Social. Porém, estas associações tendem a ter uma vasta área de intervenção, desde a assistência na área da saúde à ação social, nos seus mais variados aspetos (Caeiro, 2008:69).

1.2.2. Definição do conceito

Retomando Defourny (2009), o aparecimento de práticas de Economia Social remonta a épocas tão distantes como a Europa da Idade Média. Contudo, o seu reconhecimento académico e implementação institucional só ocorrem no século XIX, na Europa, sendo, por isso, considerado um conceito relativamente recente. Como tal, tem sido alvo de um constante debate no meio académico, na tentativa de se encontrar um consenso quanto ao que pretende significar. A não existência de um consenso generalizado, no que respeita à sua definição, torna este conceito alvo de constantes confusões e permutações com outros conceitos relacionados, de uma forma ou de outra, com atividades ligadas à intervenção social, particularmente, Terceiro Setor, Organizações sem Fins Lucrativos e Economia Solidária.

Porém, diferenças subjazem a estas noções, nomeadamente, ligadas aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram e às interpretações distintas acerca do papel que as suas práticas e/ou iniciativas desempenham na sociedade, especialmente no que toca ao lugar que devem ocupar em relação ao Estado e ao mercado (França Filho, 2002:10).

No que concerne ao conceito de Economia Social, a sua definição não se revela tão linear e precisa quanto desejável. A falta de um consenso no seio académico permite que seja interpretado de acordo com a perspectiva de quem o analisa e usado indiscriminadamente pelos não académicos.

Para Caeiro (2008) a dificuldade de delimitação do espaço de atuação da Economia Social, deve-se, sobretudo, à dicotomia existente entre economia pública e economia privada e à delimitação concreta e precisa dos territórios de atuação destas economias, atirando para o seu intervalo, pouco preciso, o domínio de intervenção da Economia Social.

Na tentativa de ultrapassar esta indefinição, Caeiro (2008:64) situa a Economia Social numa perspectiva metodológica diferente da economia ortodoxa, na medida em que esta faz desaparecer a dicotomia homem-económico homem-social e, para além da afetação de recursos, preocupa-se também com a distribuição, as condições de produção, o desemprego, a pobreza e a qualidade de vida. Por outras palavras, a Economia Social “facilita a ligação dos problemas económicos com o seu ambiente natural contribuindo para o estabelecimento de conexões teóricas entre os sistemas económicos e ecológicos” (*ibidem*).

Apresenta, tal como Defourny (2009), duas vertentes na definição de Economia Social. A francófona, que a descreve como o conjunto de instituições sem fim lucrativo com personalidade jurídica própria, que produz serviços fora do mercado, a favor das famílias e cujos excedentes, se os tiverem, não podem ser apropriados pelos mesmos agentes económicos que as controlam ou financiam. A segunda, a anglo-saxónica, destaca os traços comuns das organizações de Economia Social, de acordo com as finalidades das suas atividades e a sua organização. Combina, assim, de forma concisa, cinco critérios fundamentais: respeitarem o princípio da não distribuição de benefícios entre os seus proprietários ou administradores; mas, caso existam, devem destinar-se em exclusivo ao desenvolvimento dos seus fins ou a novos investimentos; serem entidades privadas, formalmente organizadas, com estrutura e objetivos definidos; serem autogeridas e com autonomia face ao Estado e ao mercado; e terem capacidade de mobilização de recursos voluntários.

Todavia, Caeiro apresenta a sua própria definição. Considera-a uma economia com características próprias, utilizada para responder a um enquadramento económico e social

específico, ao qual a economia de mercado e a economia pública não conseguem ou não pretendem dar resposta. Por conseguinte, a Economia Social, pode-se definir pelo intervalo de atuação entre o Estado e o mercado, resultante, tanto da falta de capacidade do Estado em solucionar determinadas situações, como pelo desinteresse da iniciativa privada em concretizar ações onde não se vislumbrem interesses lucrativos para a sua realização.

Por seu turno, Defourny (2009) defende que a definição mais adequada provém da combinação entre a vertente francófona e a anglo-saxónica. Nas suas palavras, a Economia Social é uma definição que remete para o conjunto de pessoas que procuram atingir a democracia económica associada à utilidade social, podendo agregar também o conceito de solidariedade e hibridação de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários.

Noutra ótica, França Filho (2002) acredita que a criação de quadros jurídicos para institucionalizar as iniciativas de Economia Social, acabou por fragmentar e isolar as suas organizações em função dos seus respetivos estatutos e a integrar, progressivamente, o sistema económico dominante. Ao mesmo tempo, os militantes políticos motivados pelos ideais do movimento operário, que regiam as organizações de Economia Social, foram substituídos por profissionais de carácter tecno-burocrático, causando um primado da técnica sobre o projeto político inicial.

Esta extrema institucionalização, ocorrida durante o século XX, limitou a Economia Social a um mero papel de apêndice do Estado, tornando cada vez mais difícil, na opinião do autor, a distinção entre estas organizações, na essência do seu funcionamento, e as empresas privadas ou públicas.

Concludentemente, para França Filho (2002:13), o conceito de Economia Social, nos dias de hoje, serve, apenas, para designar, do ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte.

Corroborando, este perfil mais institucionalizado da Economia Social, a Comissão Europeia, define-a como:

“Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A Economia Social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que

prestam serviços de ‘não mercado’ a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.” (Comissão Europeia *apud* Oliveira, 2012:18).

Como já mencionado, a Economia Social surge da necessidade de fazer face a uma quantidade de problemas sociais, económicos e políticos que a Era Industrial levantou na sociedade do século XIX. Neste sentido, a Economia Social, surge, inicialmente, como um conjunto harmonioso de três projetos, um projeto social, um projeto económico e um projeto político.

Contudo, as alterações ocorridas na sociedade, durante o século XIX, a par com a institucionalização deste conceito, deitaram por terra o projeto político e aproximaram a Economia Social do Estado, na medida em que o interesse público acaba por se complementar com o interesse comum e o interesse geral. O que acabou por acontecer, foi que o interesse geral, quando não contemplado pelo interesse público, tornou-se um substituto dos serviços do Estado e o interesse comum aproximou-se de tal forma da lógica de mercado que se tornou igual a ela.

Aliando esta perda de identidade aos novos paradigmas do século XX, a Economia Social deixou de ter capacidade para dar respostas aos problemas com que a sociedade se deparava, impulsionado o surgimento da Economia Solidária. É também neste quadro que surge o conceito de Terceiro Setor, como forma de reconhecimento institucional, mas mais tecnicista. Na verdade é equivalente à Economia Social no conjunto institucional, rege as suas instituições pelos mesmos princípios, mas de ideologia diferente.

Apesar de mais recente, o conceito de Terceiro Setor alcançou bastante mais mediatismo e amplitude que o conceito de Economia Social, muito por causa do vasto conjunto de organizações, “como organizações de caridade, associações, fundações, grupos de autoajuda, iniciativas populares de base, redes e movimentos sociais, mutualidades, cooperativas e empresas sociais” (Ferreira, 2009:322), que não dizem respeito nem ao setor privado nem ao público, que engloba (França Filho, 2002:9).

É um conceito de origem anglo-saxónica, assente na ideia de filantropia. Esta tradição releva, como elementos determinantes na esfera económica da intervenção social, as instituições sem fins lucrativos, “as quais se apresentam com uma vocação interclassista nas formas de solidariedade praticadas” (Caeiro, 2008:64). Estas instituições apresentam características organizacionais específicas: são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros, devem comportar um certo nível de participação voluntária, não devem ser políticas –

excluem-se partidos políticos – nem confessionais – exclui-se qualquer tipo de organização religiosa (França Filho, 2002:10).

O conceito de Terceiro Setor “é uma definição usada para descrever um conjunto de relações sociais diferentes das do Estado e do mercado. Como tal, é uma definição relacional que também depende das mudanças na natureza do Estado e das forças de mercado” (Ferreira, 2009:322). É, portanto, um setor à parte que é encarado como resposta para minimizar as falhas de mercado e do Estado na satisfação das necessidades dos mais desfavorecidos.

Aparentemente semelhantes, os conceitos de Economia Social e Terceiro Sector parecem apontar para uma mesma realidade, diferenciando-se mais pela nomenclatura do que por outras questões de fundo. Na verdade estes conceitos distinguem-se, sobretudo, na sua ideologia.

Por um lado, a Economia Social surgiu como um conceito em si, uma forma económica diferente da ortodoxa que pretendia ser uma alternativa à organização social vigente e não um complemento. Propõe uma nova ordem social a todos os níveis, remetendo para um domínio de atuação específico.

Por outro, o Terceiro Sector, bastante mais recente e institucionalizado, remete para a realidade que não é abrangida nem pelo Estado nem pelo mercado. Acaba por ser um instrumento complementar, dando resposta às falhas que estes dois sectores provocam e que, por um ou outro motivo, não é dada resposta. Tem, por isso, o seu domínio de atuação limitado ao intervalo que é deixado pelo Estado e pelo mercado. Nas palavras de Gaiger (2009:85) “procura dar conta daquilo que, tendo um sentido social, envolve o setor privado, em si mesmo voltado ao económico”, acabando por reduzir a lógica económica à finalidade do lucro dos capitais, ao contrário do que acontece nas organizações de Economia Social, onde há uma clara distinção entre esse lucro e as restantes formas de geração de excedentes. Ao mesmo tempo, a democracia, valor e direito inquestionável ao funcionamento das organizações de Economia Social, não se verifica na mesma magnitude nas organizações do Terceiro Setor.

1.3. Economia Solidária

1.3.1. Contexto histórico

Recuperando o enquadramento histórico feito ao conceito de Economia Social, percebe-se que, a Economia Solidária, na Europa, aparece “como um novo capítulo da história da Economia Social” (Gaiger, 2009:82).

Consolidada de acordo com as necessidades que a sociedade do século XIX manifestava a nível social, económico e político, a Economia Social operou enquanto alternativa ao modelo social adotado. Através do associativismo de operários e camponeses, em iniciativas de gestão autónoma e democrática, onde as relações de poder e a repartição dos benefícios se subordinavam ao primado do homem sobre o capital e cuja finalidade era o bem-estar dos seus membros, desempenhou um papel considerável na luta e construção pelas condições básicas de bem-estar social.

Porém, no limiar do século XX, a Economia Social começou a dar sinais de alguma fragilidade, por culpa de um conjunto de fatores, alguns dos quais já referidos no ponto anterior.

As iniciativas de Economia Social, graças ao seu contributo positivo para a sociedade do século XIX, ganharam progressivamente o reconhecimento dos poderes públicos, resultando na elaboração de quadros jurídicos que lhes conferiam existência e reconhecimento legal. Contudo, esta institucionalização, à primeira vista benéfica, acabou por provocar uma fragmentação e uma perda de unidade da Economia Social (Gaiger, 2009:83), porque passou a ser reconhecida apenas pelas suas formas jurídicas, não se identificando as suas ações.

Para França Filho (2002) esta divisão fez com que as organizações de Economia Social se isolassem de acordo com seus estatutos jurídicos e se aproximassem do sistema económico dominante. Conforme o Estado e o mercado foram assumindo as funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade inerente a estas iniciativas da Economia Social foi reduzida a um papel subsidiário, levando consigo o projeto político inicial. Desta forma, as associações mutualistas e as associações foram praticamente absorvidas pelo Estado, ambas relegadas à função de dispositivos complementares do sistema social, e as cooperativas lançaram-se na economia de mercado, nos setores com menor intensidade capitalista (França Filho, 2002:12).

A par com esta fragmentação, foram surgindo processos de especialização e uma maior tecnicidade dos organismos da Economia Social, o que afastou os seus dirigentes iniciais,

militantes políticos, e o fator mobilizador do movimento operário, resultando num sufocamento gradual da dimensão política e combativa, inerente a estas iniciativas e à formulação inicial do conceito de Economia Social.

A crise *keynesiana*, nos anos 70, voltou a pôr em causa a componente social do Estado-Providência, abrindo espaço para o aparecimento de uma “nova economia social” (Gaiger, 2009:83), como força substituta das funções sociais do Estado e do mercado, assemelhando-se mais do conceito de Terceiro Setor do que do conceito de Economia Social.

A crise do Estado-Providência abriu portas à reconversão capitalista, a partir dos anos 80, trazendo consigo mais desemprego, novas formas de exclusão social e consequente descontentamento social. A contínua insatisfação gerada por este sistema, sobretudo, a partir do momento em que as tentativas de regulação institucional dos seus aspetos mais adversos para a democracia e para o bem-estar se desvaneceram, provocou uma intensa procura por alternativas mais justas e com maior aderência aos problemas, que se faziam sentir a nível social, económico e político (Hespanha, 2011:205). É neste contexto, da nova questão social, que surge a Economia Solidária.

Enquanto a questão social da Era Industrial tinha que ver, sobretudo, com a exploração no local de trabalho, fruto da dominação de uma classe social sobre outra, França Filho e Laville (2004:110) esclarecem que a nova questão social está relacionada com a exclusão que ocorre nos espaços de trabalho. Passa-se, portanto, de uma questão de dominação e exploração para uma questão de discriminação ou segregação no local de trabalho, estrutura fundamental de regulação económico-político da sociedade (*ibidem*:111). Neste sentido, a Economia Solidária surgiu, na Europa, intimamente ligada à problemática da exclusão social e com o intuito de encontrar novas formas de regulação da sociedade, sob a forma da auto-organização social em torno de ações, simultaneamente, económicas e políticas. Procura, articulando as suas dimensões económica, social e política, descobrir novas possibilidades de sustentação das formas de vida dos indivíduos em sociedade, que não o Estado e o mercado, através de práticas socioeconómicas que visam serviços de proximidade ou serviços solidários.

De uma maneira geral, impulsionada pelas crises económicas com graves consequências para o quotidiano da sociedade, a Economia Solidária emergiu enquanto força alternativa à dinâmica neoliberal, por meio de práticas pós-neoliberais, que aprofundaram as contradições ao *status quo*, despertaram a consciência social sobre elas e reagiram aos ataques do conservadorismo (Cruz, 2011:77).

Garantindo como característica fundamental a articulação dos projetos económico, social e político, nas suas novas práticas, “a economia solidária pode ser vista assim como um

movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social” (França Filho, 2002:13).

Apesar de muitos autores assumirem o aparecimento da Economia Solidária na Europa como uma referência transversal, a verdade é que o seu surgimento foi marcado por diferentes contextos geográficos e culturais e diferentes fatores que dependem dos contextos. Mais do que estar associada à formulação de uma resposta para o declínio do Estado-Providência e do cumprimento dos seus direitos, o aparecimento da Economia Solidária procedeu de outros fatores, influenciados pelo contexto geográfico, como a luta popular ou a expectativa de criação de uma nova relação com a Natureza e a defesa das culturas locais. Retomando o já indiciado, na Europa, esteve intimamente ligado à crise do Estado-Providência e aos novos desafios postos pela sociedade, nos anos 80, que nem o Estado nem o mercado conseguiam ou tinham interesse em dar resposta. Paralelamente, na América Latina, remete para a questão da resistência popular, pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade, como forma de combate à sua condição de pobreza e de ganho de poder social e político, dos quais se sentiam totalmente desprovidos. Mais tarde, nos Açores, é o movimento criado pela sociedade civil na tentativa de solucionar os graves problemas sociais que esta região, uma das mais pobres de Portugal, enfrentava e a que o Estado não demonstrava capacidade de fazer face, que impulsionou a formalização da Economia Solidária.

1.3.2. O conceito

Cada um destes contextos influenciou, de acordo com a sua realidade, o seu próprio entendimento do conceito de Economia Solidária, acabando por promover a formulação de três versões distintas: a Francófona, proveniente do contexto Europeu, a Ibero-americana, da América Latina e ainda a da Macaronésia, oriunda dos Açores.

Apesar de diferente em cada uma das versões, a Economia Solidária é, transversalmente, estruturada sobre um conjunto de valores opostos aos do liberalismo, representando como que uma “utopia emancipatória” (Cruz, 2011:78). “Opondo a solidariedade ao individualismo, a emancipação à exclusão social, a intercooperação das iniciativas solidárias à competição indistinta e sem freio dos mercados, e a autogestão à heteronomia” (*ibidem*), aproxima-se da democracia participativa e privilegia a democracia comunitária. Propõe formas de apropriação económica igualitária, combatendo desigualdades, apenas controladas na sua magnitude pelo controlo social dos seus empreendedores. Proporciona, paralelamente, um espaço de reflexão sobre a relação entre a economia e a Natureza, na medida em que, em oposição ao

capitalismo, procura evitar a degradação do meio ambiente, enquanto consequência do exercício da sua atividade.

Pode-se, então, de uma forma muito geral e preliminar, definir o conceito de Economia Solidária “como as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade [...], ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009:15). É, a partir desta ideia central, e em particular, do princípio nuclear de solidariedade implícito, que as três versões de Economia Solidária se formalizam.

1.3.2.1. Versão Francófona

A versão francófona é “a mais conhecida e divulgada em termos bibliográficos (nomeadamente de âmbito académico)” (Amaro, 2009:15), sendo referência tanto para o enquadramento histórico, como para a própria definição do conceito quando o contexto abordado é a Europa.

O termo Economia Solidária, enquanto conceito, elaborou-se no início dos anos 90 em França, muito graças às pesquisas desenvolvidas no CRIDA² em Paris, sob a coordenação de Jean-Louis Laville, com o propósito de dar conta do fenómeno de proliferação das iniciativas locais na Europa, a que se assistia.

Estas iniciativas e práticas socioeconómicas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa para dar resposta a problemas locais específicos. Neste sentido, para França Filho e Laville (2004:109) a Economia Solidária procura associar a noção de iniciativa e solidariedade, historicamente dissociadas, e ao mesmo tempo perpetuar a solidariedade no cerne das atividades económicas coletivas.

Através desta noção de Economia Solidária, procura-se problematizar estas iniciativas a partir das relações entre economia e democracia, remetendo para as duas dimensões privilegiadas desta versão, a dimensão económica e a dimensão política (Amaro, 2009:16).

Tal como mencionado para o caso Europeu em geral, a Economia Solidária em França nasceu intimamente ligada à exclusão social nos espaços de trabalho provada pela falência dos mecanismos de regulação económico-políticos da sociedade. Com vista a colmatar esta falha, esta economia, por meio das iniciativas locais, remete para uma regulação da sociedade diferente das existentes, Estado e mercado. Segundo França Filho (2002:13), baseada na auto-

² Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie.

organização social, articulando diferentes racionalidades e lógicas de ação, com múltiplas fontes de captação de recursos, por outras palavras, através da “hibridação de economias ou de recursos” (França Filho e Laville, 2004:112). Entra-se então na, já referida, dimensão económica do conceito.

Como o nome faz antecipar, a hibridação de economias pressupõe a coexistência de diferentes economias, economia não-mercantil, economia-mercantil e economia não-monetária, numa mesma iniciativa solidária.

Assim, neste contexto, a economia não-mercantil consiste no recurso ao Estado ou instituições públicas da sociedade civil, para obtenção de subvenções ou outros financiamentos para o desenrolar da atividade da iniciativa, o que pressupõe, portanto, uma redistribuição de recursos. A economia mercantil prevê o recurso ao mercado, através da venda ou prestação de serviços, oriundos das iniciativas locais, a particulares. E, finalmente, a economia não-monetária, numa lógica de reciprocidade ou de dádiva³, compreende a participação voluntária de certos elementos destas iniciativas, pela doação material ou humana.

Há, desta forma, uma pluralidade de princípios económicos nestas iniciativas, pois os recursos vêm tanto do Estado, como do mercado, como da sociedade civil (França Filho, 2002:13).

A articulação de diferentes economias garante uma autonomia, no que respeita a viabilidade económica, da oferta destas iniciativas solidárias, por implicar um reinvestimento dos resultados na atividade e uma consequente propriedade coletiva desses mesmos resultados, o que acaba por impedir que os excedentes gerados pela atividade em questão sejam objeto de apropriação privada (França Filho e Laville, 2004:106). Este aspeto vai buscar muito da tradição associativa, ao mesmo tempo que manifesta uma dupla originalidade. Por um lado, a Economia Solidária, ganha expressão num movimento inédito de terciarização da economia, o que abre caminho à diversidade de atores que compõem as associações, ao contrário do que acontecia no século XIX, como já esclarecido. Por outro lado, as relações que estabelece com o Estado perdem a primazia alcançada no período precedente, nivelando-se com as que estabelece com o mercado e com a sociedade civil.

França Filho e Laville (2002:107) defendem, assim, que a Economia Solidária não pretende ser uma nova forma de economia face à dominante, mas sim, “uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se

³ Cf. Karl Polanyi em A Grande Transformação (1980).

presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terciarização das atividades económicas.” (*ibidem*).

Aliada à hibridação, a criação de uma oferta e procura conjunta, é outra das especificidades das iniciativas de Economia Solidária. Os serviços oferecidos vinculam-se exclusivamente às necessidades sociais reais exprimidas localmente. Ao contrário da economia de mercado, “o motor da geração de atividades económicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades [...] exprimidas pelos grupos locais.” (França Filho, 2002:14).

No que concerne à dimensão política, assumindo-se a Economia Solidária como um projeto político baseado no princípio da gestão democrática e do envolvimento da cidadania, herdado pela sua formulação inicial no século XIX, não significa que se agarre ao passado a fim de encontrar soluções para os dilemas presentes, como alguns sectores do espectro político querem fazer querer (França Filho e Laville, 2004:114). Não se identificando com experiências com um carácter de grupo fechado e balizadas pelo peso da tradição de costumes, as iniciativas da Economia Solidária, promovem a existência de espaços públicos autónomos, distintos mas ao mesmo tempo complementares, dos espaços públicos instituídos, regulados pelo poder e que tentam impor as suas normas a estas iniciativas (Amaro, 2009:16). Desta forma, a Economia Solidária, pretende revitalizar a democracia participativa, a partir da visão quotidiana dos seus intervenientes e do funcionamento das instituições, não se subjugando, mas sim interagindo com o Estado e o mercado, numa perspetiva de elaboração de arranjos particulares de princípios económicos diversos – economia plural – a fim de subordinar a lógica mercantil a outras dinâmicas organizacionais ou coletivas. Articulando a esfera económica, social e política, a Economia Solidária, nas suas iniciativas, procura preservar a filosofia nuclear de solidariedade do modelo europeu, a partir da sociedade civil. França Filho e Laville (2004:118) definem, assim, a Economia Solidária como o conjunto de atividades que contribuem para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania, com o objetivo de alcançar uma articulação, junto da esfera pública, capaz de tornar a economia num projeto de integração social e cultural. Estas atividades, manifestas em ações coletivas, procuram instaurar novas formas de regulação, tanto no plano internacional como local, a fim de completar as regulações nacionais ou suprir as suas falhas.

1.3.2.2. Versão Ibero-americana

Esta formulação do conceito de Economia Solidária provém de diversos autores da América Ibérica, daí a sua nomenclatura. É de divulgação e reconhecimento mais recente, face à anterior, estando muitas vezes ligada a práticas sociais, culturais e políticas enraizadas nas lutas desses povos pela sobrevivência e emancipação (Amaro, 2009:17). Está, por isso, fortemente, associada a uma multiplicidade de experiências práticas nos vários países ibero-americanos, tornando-o um conceito tão rico e criativo como de difícil delimitação, por mais ousada e abrangente que seja a sua definição.

Segundo Luiz Gaiger (2009:87), apesar da vida comunitária ter sido marcante em muitas regiões e a autogestão de algumas associações tenha sido frequente no movimento operário, pelo menos até o Estado ter assumido preocupações sociais e de desenvolvimento económico, a maior parte dos países ibero-americanos não conheceu o associativismo característico da Europa do século XIX. Salvo raras exceções, as tentativas dos trabalhadores em criar alternativas, às suas precárias condições, pela via associativa, acabaram por se converter em movimentos classistas de contraposição ao capitalismo e à lógica comercial e industrial vigente.

Nas últimas décadas, o franco crescimento demográfico destes países provocou um forte êxodo rural para o qual as cidades não se encontravam preparadas, quer por falta de capacidade de absorção do mercado formal para tanta mão-de-obra, quer pela falta de instrumentos para a inserir estavelmente na economia formal. Para garantirem a sua sobrevivência e das suas famílias, estes indivíduos começaram a trabalhar por conta própria e a ocupar-se em atividades temporárias informais, o que acabou por alterar a paisagem urbana, já que, por um lado, levou à expansão dos bairros periféricos pobres e, por outro lado, tornou a economia informal um fenómeno de enorme magnitude.

O seu impacto social fez com que a informalidade deixasse de ser negligenciada e passasse a ser considerada um traço estrutural, irreversível no quadro instituído pelos modelos de desenvolvimento antissociais e excludentes (*ibidem*). A sua proliferação e perduração evidenciaram a amplitude das suas estratégias, ao mesmo tempo que os setores populares se mostravam capazes de se organizar e instituir novas frentes de mobilização. Começavam, então, a surgir por diversos países ibero-americanos movimentos sociais, assentes na lógica da reciprocidade, de combate à pobreza e de reivindicação de poder social e político.

Tais práticas entram no domínio da chamada Economia Popular que, para França Filho e Laville (2004) está para a Economia Solidária na versão Ibero-americana, como a Economia Social está para a Economia Solidária na versão francófona.

No entender dos mesmos autores (2004:162), a Economia Popular compreende a produção e o desenvolvimento de atividades económicas, sob uma base comunitária, o que pressupõe uma articulação específica entre as necessidades e as competências no plano local, podendo, muitas vezes, articular-se também com o plano institucional, sempre que este reconheça o saber popular e o apoie sob a forma de assessoria técnica. Nestas atividades económicas, a solidariedade é a base permanente, representando, de certo modo, como que um prolongamento das solidariedades que se praticam no quotidiano. Sendo a solidariedade o seu aspeto fundamental, a Economia Popular encontra no tecido social local ou comunitário e nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação destas atividades (*ibidem*).

Como grande parte das iniciativas de Economia Popular são orientadas pela necessidade de produzir o retorno suficiente para a satisfação do consumo básico e de sobrevivência, garantem apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida dos indivíduos e não conseguem fazer face à sua subordinação sob a lógica do capital. Funcionam, por isso, no plano mais simples de reprodução da vida, com uma estruturação de atividade internas fraca e com pouco grau de articulação externa, sendo quase como que uma pequena extensão da unidade familiar (França Filho e Laville, 2004:165).

Por seu turno, a Economia Solidária, refere-se às iniciativas de grupos sociais e, na maioria dos casos, de base local que se organizam livremente sob o princípio da solidariedade e da democracia, com o intuito de ultrapassar as suas problemáticas locais, normalmente, através de atividades económicas.

É um modo de produção, segundo Paul Singer (2007), caracterizado pela igualdade e pela autogestão. Pela igualdade de direito, já que os meios de produção são propriedade coletiva de quem deles usufrui, e pela autogestão, por serem iniciativas geridas pelos próprios trabalhadores, coletivamente e de forma inteiramente democrática, onde cada membro tem direito a um voto.

Herda da Economia Popular a solidariedade como base fundamental, por oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento dominante nas sociedades capitalistas (Laville e Gaiger, 2009:162). Solidariedade pela prática da autogestão nas suas iniciativas e solidariedade, em geral, para com os trabalhadores e, em particular, com os mais desfavorecidos. Por outras palavras, os promotores da Economia Solidária devem integrar nestas iniciativas desempregados e pessoas em situação ou em risco de pobreza e/ou exclusão,

colmatando as falhas do mercado de trabalho, que o Estado e o mercado não revelam capacidade de ultrapassar (Amaro, 2009:17).

Distingue-se, por outro lado, da Economia Popular pela sua natureza e abrangência. Tal como na experiência europeia, as iniciativas de Economia Solidária nos países ibero-americanos contemplam a hibridação das economias mercantis, não-mercantis e não-monetárias (Gaiger, 2009:86). A sua abrangência ultrapassa os níveis internos de operacionalidade. Interfere nas condições de vida mais gerais, através da participação dos indivíduos em questões de interesse comum, inserindo-se no âmbito da reivindicação de direitos, o que implica uma abertura da sua ação ao espaço público (França Filho e Laville, 2004:165).

Dada a sua herança da Economia Popular, não se pode afirmar que a Economia Solidária dos países ibero-americanos trata um fenómeno emergente. França Filho e Laville (2004:158) justificam que muitas das suas formas atuais refletem modos de ação coletivos populares de práticas antigas destas sociedades. O que é na verdade inovador, para estes autores, são as mais variadas formas que suas iniciativas assumem, entre as mais expressivas, os bancos populares, os clubes de trocas, o cooperativismo popular e a recuperação de fábricas, bem como os novos contornos que a exclusão assume.

Os bancos populares constituem iniciativas de finança solidária, na maior parte dos casos, cooperativas de crédito que generalizam a prática do Microcrédito para as pequenas organizações coletivas populares. Contam, em geral, com apoios institucionais tanto do Estado como da sociedade civil.

Os clubes de trocas, segundo Paul Singer (2007:22), permitem que indivíduos sem ou com pouco trabalho, aumentem as suas vendas e as suas compras e, conseqüentemente, produzam mais, alimentem-se melhor e satisfaçam outras necessidades. Como estas pessoas não conseguem vender os seus produtos ou serviços como gostariam, juntam-se, geralmente uma vez por mês, e cada um diz o que faz, o que pode fazer e de que bens ou serviços tem necessidade. Enumeradas as ofertas e as procuras inicia-se o processo de troca. Como os seus elementos tendem a carecer de poder monetário, quem pretende adquirir algo só o pode fazer enquanto a sua “oferta” não for totalmente vendida. Uma forma de ultrapassar este problema é a adoção de uma moeda própria pelo clube e assim, antes de cada sessão de trocas, cada sócio recebe a mesma quantia da moeda do clube, para que as primeiras mercadorias sejam compradas. À medida que as compras e vendas se vão realizando, a moeda do clube vai passando de mão em mão, até que todos os desejos de compras e vendas estejam realizados.

As cooperativas populares, com um crescimento considerável a partir dos anos 90, assumem-se enquanto cooperativas de produção, prestação de serviços ou de consumo, sendo o seu

campo de atividade tão variado quanto o seu grau de estruturação. Algumas cooperativas, por exemplo, de produção industrial e de serviços, dotadas de capital e tecnologia inovadora são bastante competitivas, tanto nos mercados nacionais como mundiais. Outras, com menos capital e tecnologias rudimentares, enfrentam grandes dificuldades para se manterem no mercado. Contudo, a generalidade das experiências de cooperativas populares é marcada por uma estabilidade bastante expressiva (França Filho e Laville, 2004:153).

A recuperação de fábricas, em particular na Argentina, embora se verifique noutros países da América Latina, resulta da percepção da marginalização do sistema capitalista que os indivíduos mais desfavorecidos da sociedade sofrem e da sua consequente tomada de consciência para ambicionarem não fazer parte dele, e conseguirem criar algo diferente. Perante tais premissas, a reabertura das fábricas pelos donos, como implicaria a reintegração no modelo de produção capitalista, foi combatida e substituída pela apropriação por estes indivíduos sobre os valores de “Trabalho, Dignidade e Mudança Social” (Ferreira *et al*, 2014: 40). Todas as fábricas recuperadas operam segundo a “democracia operária” (*ibidem*), o salário é repartido igualmente por todos, independentemente das funções executadas, as finanças e contabilidade são transparentes, havendo rotatividade ou eleição dos responsáveis pela sua organização e todas as decisões de investimento e produção são tomadas coletivamente. Todas estas fábricas estão, de alguma forma, ligadas entre si, tanto pelo Movimento Nacional de Empresas Recuperadas como pelo Movimento Nacional de Fabricas Recuperadas pelos *Trabajadores*, servindo de plataforma para as interações socioeconómicas. Perante tais exemplos, conclui-se que o universo da Economia Solidária na versão Ibero-americana é extremamente abrangente e diversificado. Numa tentativa de “delimitação” e mais identificação deste universo, França Filho e Laville (2004:167-169), apresentam cinco critérios norteadores das iniciativas de Economia Solidária:

- * *Pluralidade de princípios económicos* – Tal como na versão Francófona, também na Ibero-americana, as iniciativas de Economia Solidária articulam três economias distintas, a economia mercantil – através da venda ou prestação de serviços –, a economia não-mercantil – com os subsídios e outros financiamentos provenientes do Estado ou de outras instituições da sociedade civil –, e a economia não-monetária – associada a práticas de reciprocidade, como o trabalho voluntário e doações. Os clubes de troca são a exceção a esta característica, já que estão fundados numa dimensão exclusivamente de reciprocidade e, por isso, não integram nem economia mercantil, nem não-mercantil.

- ✘ *Autonomia institucional* – As iniciativas de Economia Solidária são independentes ao controlo por parte de outras instituições, sobretudo no que toca à gestão. Porém, esta independência, desde que preservada, não impede a criação de parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação.
- ✘ *Democratização dos processos decisórios* – Os mecanismos de decisão das iniciativas de Economia Solidária são internos e coletivos ou baseados no ideal de participação democrática dos seus associados, ou seja, a autogestão é a modalidade de gestão adotada nestas iniciativas.
- ✘ *Sociabilidade comunitário-pública* – As iniciativas de Economia Solidária articulam padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais. O padrão de relações impessoais no trabalho, que subentendem a separação entre capital e trabalho, não existe nestas iniciativas, havendo uma tentativa de combinar a valorização das relações comunitárias e a afirmação do princípio da alteridade.
- ✘ *Finalidade multidimensional* – Para além da dimensão económica das instituições de Economia Solidária, estas devem internalizar simultaneamente uma dimensão social, cultural, ecológica e política, projetando-se para um espaço público. Sendo estas iniciativas heterocentradas, não se findam nos seus membros internos, influenciam tanto o seu contexto mais envolvente como a sociedade mais ampla, nomeadamente, questões públicas.

1.3.2.3. Versão da Macaronésia

A versão do conceito e das práticas de Economia Solidária da Macaronésia tem origem na Região Autónoma dos Açores, nos anos 80, tendo sido acompanhada e sistematizada por Rogério Roque Amaro.

O seu aparecimento parte da constatação da existência de problemas sociais específicos na Região, que precisavam de ser combatidos, da descoberta e aproveitamento de oportunidades surgidas na época e da capacidade para abraçar algumas iniciativas para fazer face aos desafios anteriores (Amaro, 2009:19).

A tomada de consciência da verdadeira natureza e extensão dos problemas da pobreza e da exclusão social, em Portugal, ocorre por esta altura, nos anos 80, segundo Roque Amaro (2009), graças a alguns acontecimentos impactantes. Primeiro, a Revolução de 25 de Abril de 1974 permitiu uma abertura política e de consciência cívica. Depois, o declínio da situação socioeconómica em Portugal, entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, após a Revolução

de 1974, em simultâneo com o agravamento do contexto económico mundial, proveniente das crises petrolíferas em 1973 e 1979, e pela crise do endividamento externo dos países importadores de petróleo, obrigados a estabelecer acordos de estabilização económica com o Fundo Monetário Internacional. Ao mesmo tempo, foram aparecendo os Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza, criados pela União Europeia, I PELCP (1975-80), II PELCP (1984-89) e III PELCP (1989-94), que motivaram os primeiros trabalhos de investigação, teórica e empírica, sobre a pobreza em Portugal, por parte de autores de referência como Manuela Silva e Alfredo Bruto da Costa.

Neste contexto, externo e interno, a razão de ter sido na Região Autónoma dos Açores que se deu este processo, prendeu-se com o facto de esta ser a região portuguesa com maior nível de assimetrias em todos os aspetos, com particular destaque para a população de Rabo de Peixe. Esta era uma freguesia que ilustrava bem as assimetrias existentes, nomeadamente, entre armadores ricos e pescadores muito pobres, traduzindo-se em problemáticas muito complexas e acumuladas: baixa escolarização e abandono escolar precoce, falta de acesso à saúde básica, inexistência de condições mínimas de habitabilidade, elevados índices de desemprego e rendimentos baixos, prostituição feminina e tráfico de droga por falta de outros rendimentos, pobreza extrema (Amaro, 2009:20).

Por esta altura, o Estado-Providência, tinha chegado há pouco tempo ao continente, chegando bastante mais tarde a esta região, pelo que as principais ajudas que existiam provinham da Igreja Católica.

Perante tais dificuldades, algumas famílias de Rabo de Peixe migraram para Ponta Delgada, mais precisamente para o Bairro das Laranjeiras, à procura de novas oportunidades. Porém, a capital desenvolveu um estigma em torno deste Bairro por ser habitado por pessoas de Rabo de Peixe, associadas, entre outros problemas, à prostituição, tráfico e consumo de drogas.

Aliado a estes estigmas, juntou-se a falta de proteção das pessoas, sobretudo jovens, portadores de deficiência e a discriminação aos repatriados – indivíduos de origem açoriana emigrados no Canadá ou nos EUA que, por terem cometido crimes considerados graves, eram expulsos desses países e repatriados para a sua terra-natal, com a qual, muitas vezes, já tinham perdido o contacto, não conheciam por não terem nascido lá, e da qual já nem da língua eram fluentes. Este tornou-se um dos problemas mais graves da região, nos anos 80, por ser algo completamente novo, pela amplitude, pela reação de desconfiança e marginalização que provocaram e pelas características e situação de extrema exclusão social.

Além destes problemas, surgiram, na segunda metade dos anos 80, algumas oportunidades, em particular, as resultantes da adesão de Portugal à União Europeia, à data Comunidade

Europeia, como fundos comunitários para formação profissional e para projetos de intervenção em áreas temáticas e territoriais específicas (Amaro, 2009:20).

É da articulação entre os problemas enunciados com estas oportunidades que surgiram algumas iniciativas da sociedade civil de São Miguel, ligadas à Igreja Católica e ao associativismo, convertendo a sua lógica assistencialista tradicional, numa lógica de formação e capacitação dos elementos dos grupos sociais referidos.

Aplicadas tais oportunidades de enriquecimento de competências, surge um novo desafio, agora não do lado dos recursos humanos, mas sim do lado da produção. O tecido produtivo da Região Autónoma dos Açores não acompanhou a evolução de competências destes grupos sociais mais desfavorecidos, ficando aquém do desejado na sua absorção no mercado de trabalho, o que agravou o risco e a própria exclusão social (*ibidem*).

Neste contexto, no início dos anos 90, foi tomada a iniciativa de se criarem atividades económicas de base social, com vista à absorção destes grupos mais desfavorecidos, mas capacitados, e de se desenvolverem condições de Sustentabilidade para as organizações. A expressão Economia Solidária foi, assim, tomada como referência e tendo como base as atividades desenvolvidas pela Cooperativa KAIRÓS, a partir do Centro Social Paroquial de São Pedro em Ponta Delgada, e pela Associação AURORA SOCIAL, centrada em pessoas portadoras de deficiência (Amaro, 2013:7).

De forma muito natural, com o passar dos anos, este processo expandiu-se para toda a Região Autónoma dos Açores e, posteriormente, para as outras regiões da Macaronésia, Região Autónoma das Canárias, Região Autónoma da Madeira e República de Cabo Verde.

Nasceu, desta forma, o conceito de Economia Solidária, assente numa experiência empírica muito própria e cheia de particularidades que acabaram por sustentar a formulação do conceito, nesta versão, que é atualmente reconhecido como:

“a Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz.” (Amaro, 2009:22).

Para Roque Amaro (2016), trata-se de uma proposta de uma prática e de um conceito de Economia Alternativa centrada mais no valor de uso do que no valor de troca e na Solidariedade Sistémica ao invés da competição, com uma visão multidimensional do processo económico e perspetiva ecocêntrica, ao contrário da visão antropocêntrica que tem predominado nos últimos 200 anos.

Deste modo, a Economia Solidária assenta na realização conjugada de oito projetos (Amaro, 2009:22-25).

O projeto económico, que se traduz num conjunto de atividades económicas, como a produção de bens e serviços, a criação de emprego, a distribuição de rendimentos, a satisfação de necessidades de consumo, a geração de poupanças e investimentos, articuladas com os princípios económicos da versão francófona: economia da dádiva/reciprocidade, economia de mercado e economia de redistribuição de recursos.

O projeto social, cujo principal objetivo é a contribuição para a coesão social da sociedade onde se insere, através da criação de empregos, sobretudo, para os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho, da satisfação das necessidades básicas que não se encontram expressas no mercado, da promoção de igualdade de oportunidades, em particular de género, e do desenvolvimento de iniciativas de luta contra a pobreza e a exclusão social.

O projeto cultural, que visa valorizar, através da economia, as culturas, patrimónios e identidades locais, atribuindo-lhes um valor económico e restituindo-lhes visibilidade e reconhecimento social e político.

O projeto ambiental, que procura conjugar a economia com ecologia, pela adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis.

O projeto territorial, onde se encontra implícito um contributo decisivo para o Desenvolvimento Local, pela contratação preferencial de pessoas da comunidade, relação privilegiada com fornecedores e clientes locais, promoção da economia local e dos valores e culturas locais, participação em eventos comunitários, dinamização de projetos e ações de interesse para a comunidade.

O projeto de gestão, já que implica que as atividades de Economia Solidária sejam desenvolvidas com uma preocupação de gestão rigorosa e eficiente, adotando os métodos necessários para tal, e não de forma voluntarista, como acontecia em muitas das organizações de Economia Social, e sem os importar das empresas da economia de mercado.

O projeto de conhecimento, onde as experiências da Economia Solidária são vistas como uma aprendizagem permanente, já que se valorizam as práticas numa perspetiva indutiva, sem descurar a reflexão teórica, para que exista um processo dinâmico de investigação-ação e este seja um conceito em permanente construção e revisão.

O projeto político, por um lado interno, uma vez que as suas organizações se regem pelo princípio da gestão democrática e, por outro externo, por assumirem uma posição de corresponsabilização na regulação dos problemas das sociedades onde se inserem.

Em síntese, esta versão tem como base o princípio da solidariedade, mas de uma forma sistémica, ecocêntrica, já que pressupõe uma solidariedade económica – entre os três princípios económicos mencionados –; social – inclui todos os seres humanos na igualdade de oportunidades e promoção dos Direitos Humanos –; cultural – valorização da diversidade cultural –; ambiental – contempla todos os seres vivos e abióticos da Natureza –; territorial – tem como referência o conceito de Desenvolvimento Local –; científica – epistemologia do conhecimento que conjuga a via indutiva com a dedutiva –; e política – entre os atores internos os parceiros externos –, ao contrário das duas outras versões que se centram apenas na solidariedade social e política, antropocêntrica.

1.3.2.4. Análise comparativa das três versões

Ainda que assentes no conceito de solidariedade e com ideologias comuns, as três versões de Economia Solidária apresentadas diferenciam-se entre si em alguns aspetos.

A versão Francófona é talvez a mais teorizada entre as três, muito por causa da função que lhe acabou por ser inculcada de colmatar as manifestas falhas da precedente Economia Social, consagrada no século XIX. Apareceu, assim, como solução para a incapacidade da Economia Social dar resposta aos novos desafios do final do século XX, decorrentes da crise do Estado-Providência, e da sua perda de identidade ao aproximar-se, por um lado, do mercado e, por outro, ao ser, parcialmente, absorvida pelo Estado. A versão Francófona da Economia Solidária traz, então, para o espectro económico, político e social um conceito mais abrangente, mais atual e mais fortificado, do que a Economia Social, capaz de dar resposta às necessidades da sociedade atual. Das três, é a versão que mais relevo dá ao projeto político, perpetuando a pluralidade económica das suas atividades, ou como França Filho e Laville (2004) lhes chamaram “hibridação” económica – fazendo coexistir a economia não-mercantil, a mercantil e a não-monetária nas suas iniciativas –, a partir do seu foco na questão da democracia interna.

A versão Ibero-americana da Economia Solidária, com reconhecidas origens na Economia Popular, parte da construção da ação para a reflexão, acabando por ter uma teorização de base mais indutiva que a anterior, ainda que a sua proliferação pelos países da América Latina a faça ganhar, progressivamente, terreno no seio académico. Manifesta-se sobre inúmeras iniciativas, criadas pelos mais desfavorecidos, trabalhadores que tentam fazer face à sua situação precária de trabalho e vida, trazendo consigo um contributo inovador para a realidade que a Economia Solidária aborda. Dada a sua origem e natureza popular, assente na

entrajuda e na solidariedade a partir dos pobres, acaba por dar uma maior ênfase e estar mais centrada no projeto social que a versão anterior. Numa sociedade onde o Estado-Providência nem se chegou a afirmar, como na Europa, muito menos a desempenhar as suas funções sociais, esta mobilização popular procura garantir a satisfação das necessidades básicas destes indivíduos e das suas famílias, a sua emancipação, ganho de poder e participação ativa na sociedade.

É, ainda, de salientar a maior abrangência e alcance desta versão face à anterior, pela inclusão de questões ecológicas, territoriais e a preocupação com as culturais locais, por parte de alguns autores, como José Luis Coraggio (2011), que reconhece a sua importância e integração no conceito de Economia Solidária, enquanto força opositora ao capitalismo instaurado. Confirma-se, assim, uma maior aproximação desta versão à versão da Macaronésia, do que da Francófona.

A versão da Macaronésia, a mais recente e, por isso, menos conhecida e instituída no seio académico, resulta da combinação de problemas sociais específicos e do aproveitamento de oportunidades para os combater, refletindo-se em iniciativas da sociedade civil ligadas à Igreja Católica e ao associativismo, numa lógica de formação e capacitação dos grupos sociais mais desfavorecidos. A perceção de problemas específicos na Região Autónoma dos Açores, mais precisamente em São Miguel, com a população mais desfavorecida e a capacidade de aproveitamento de um conjunto de oportunidades, que permitiriam o seu combate, levaram a que a sociedade civil, com especial impulso da Igreja Católica, desenvolvesse uma série de iniciativas que tomaram como referência a expressão Economia Solidária. Estas, de forma muito natural, acabaram por se expandir à restante Região Autónoma dos Açores e, posteriormente, para as outras regiões da Macaronésia, Região Autónoma das Canárias, Região Autónoma da Madeira e República de Cabo Verde. Assente numa experiência empírica muito própria e com inúmeras particularidades, que acabaram por moldar o conceito, nasceu a versão da Macaronésia do conceito de Economia Solidária. Distingue-se das anteriores por: ter por base o conceito de solidariedade sistémica; o projeto político assentar na ideia de governança partilhada, garantindo a existência de uma parceria política entre as organização de Economia Solidária, o Estado e as empresas para a resolução dos problemas que a sociedade civil apresenta; e pela visão ecocêntrica ao invés da antropocêntrica. Perante tais características distintivas, a versão da Macaronésia, consegue alcançar uma abrangência de domínio maior do que as versões Francófona e Ibero-americana.

Havendo três versões, com diferenças entre si, do conceito de Economia Solidária, torna-se necessário eleger qual será tomada como referência no presente trabalho de investigação,

quando se menciona Economia Solidária. Tendo em conta, por um lado, a pergunta de partida – “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*” – e, por outro, o objecto de estudo deste trabalho de investigação – as ONG concessionárias de Microcrédito de Cabo Verde –, a versão que mais sentido faz eleger será a da Macaronésia, por ser aquela, dadas as suas características e contornos já aqui identificados, que se identifica como mais próxima e mais capaz de compreender a realidade e o contexto onde o objeto de estudo se insere.

1.4. Economia Social versus Economia Solidária

Como esclarecido anteriormente, as três versões do conceito de Economia Solidária, aqui apresentadas, diferem entre si em determinados aspetos. Porém, todas elas tomam como referência a solidariedade e partem de um mesmo conceito geral, o de Economia Solidária, para daí se estreitarem nas suas especificidades, acabando as suas similitudes por se sobreporem às suas diferenças específicas. Ainda que, aquando da sua discussão se tenha feito a distinção necessária entre as três versões, por se considerar demasiado redutor abordar o conceito apenas no seu todo, como o presente objetivo passa por uma análise comparada entre o conceito de Economia Social e Economia Solidária, revela-se mais vantajoso e até de mais fácil compreensão considerar, neste momento, o conceito de Economia Solidária geral.

Assente no conceito de solidariedade, a Economia Solidária procura introduzi-lo em todos os processos económicos da chamada economia *mainstream*, produzir, distribuir, consumir, acumular e desenvolver com solidariedade, trazendo consigo, tal como defende Luis Razeto (1999), uma nova forma de fazer economia. Uma nova forma de fazer economia que surge no contexto do capitalismo, não para ser um dos seus instrumentos, mas pelo contrário para operar neste contexto numa lógica diferente (Namorado, 2009:69).

Dada a heterogeneidade e amplitude de realidades que compreende, não pode ser um conceito finalizado, oriundo de uma ideologia política ou de um grupo de pensadores que o criou como forma alternativa à organização social vigente. Está, ao invés, em constante construção e debate, consolidando-se nas experiências e vivências que o constituem. Para Ethan Miller (2010:3), a Economia Solidária parte do princípio que os indivíduos são criativos o suficiente para encontrarem as soluções para os seus próprios problemas económicos, variando a solução conforme varia o contexto. Neste sentido, a Economia Solidária tem a função de conseguir reunir todas as soluções que os indivíduos vão encontrando para os seus problemas, criando um movimento social coeso e com o poder necessário para fazer surgir uma nova

forma de fazer economia. Não querendo, contudo, ser mais um modelo de organização económica mas antes um processo de organização económica, “já que não é encarada como uma visão mas como um processo coletivo de visões.”⁴ (*ibidem*).

É comum encontrar, de forma mais ou menos explícita, em diferentes autores a ideia de Economia Solidária enquanto nova economia, que fará “frente” ao capitalismo instaurado. Exemplo disso é Rui Namorado (2009), que assume, concretamente, a Economia Solidária como um elemento com potencial para desempenhar um papel determinante na “era pós-capitalismo”. As consequências negativas do capitalismo, ao longo dos seus anos de domínio, estão claramente reconhecidas, o que leva este autor a concluir que a continuação desta mesma organização social não vislumbra nada de bom. Pelo contrário, poderá conduzir a uma catástrofe universal. Paralelamente, “a economia solidária afirma-se e desenvolve-se numa simbiose virtuosa entre o individual e o coletivo, o concreto e a utopia, o local e o universal, o imediato e o longo prazo” (*ibidem*:17). Aliando tais características ao reconhecimento do pós-capitalismo como um modelo aberto, de aperfeiçoamento constante, a Economia Solidária parece ser a organização social mais adequada a esta nova era.

Tal como aconteceu no início à Economia Social, a Economia Solidária ainda tem várias formulações e falta de consenso generalizado, o que resulta do facto da economia privada e da economia pública estarem tão bem delimitadas que atiram para o intervalo, pouco preciso, existente entre elas, o espaço de atuação da Economia Social, levando alguns autores a verem este conceito como sobranter, com uma definição pouco clara. A fim de ultrapassar esta dificuldade e ao mesmo tempo ganhar reconhecimento institucional, a Economia Social passou a ser definida como o conjunto de instituições com características partilhadas, de acordo com as finalidades das suas atividades e a sua organização, sem fins lucrativos, que produzem fora do mercado, a favor das famílias e cujos excedentes não devem ser apropriados pelos mesmos agentes económicos que as controlam ou financiam. Porém, esta institucionalização acabou por retirar alguma da identidade original da Economia Social ao torna-la, por um lado, num apêndice do Estado e, por outro, ao ser parcialmente absorvida pelo mercado. Serve apenas, na opinião de autores como França Filho (2002:13), para designar, do ponto de vista jurídico, o universo constituído pelos quatro tipos organizacionais que a constituem.

⁴ Tradução livre da autora. No original “[...] it is not a vision, but an active process of collective visioning.” (Miller,2010:3).

Perante esta realidade, a definição de Economia Social resulta de um compromisso com o Estado, sendo alvo de debates, reservas e até oposição, consoante os seus interesses coletivos e a visão política, variando, desta forma, de país para país (Aleixo, 2014:12).

Apesar de serem dois conceitos articuláveis e sobre os quais deve existir uma aliança tal que não as impeça de se questionarem uma à outra, Economia Social e Economia Solidária não são a mesma coisa (*ibidem*:81).

A primeira grande diferença entre estes dois conceitos está no contexto em que surgiram e no seu objetivo de fundo. Como já adiantado, a Economia Social, apareceu no século XIX, como a força opositora ao capitalismo, que até então não existia, pelo menos com expressão significativa, e com o intuito de reverter o mais possível, os problemas sociais causados por esta organização social. Já a Economia Solidária surgiu, no século XX, pela incapacidade que a Economia Social demonstrou para dar resposta à crise do Estado-Providência e do modelo social europeu, incapazes de cumprir as suas funções muito por culpa da excessiva afirmação do neoliberalismo vigente.

A Economia Solidária não pode ser considerada um conceito nascido do nada, já que recupera e preserva, intencionalmente, as origens e as mensagens na génese da Economia Social, ao manter ativos e unidos os projetos económico, político e social. O que remete para a segunda grande diferença entre elas: revitalização e atualização do projeto democrático. Ou seja, por um lado, a Economia Solidária procura revitalizar a Economia Social corrigindo as suas falhas, designadamente “a (in)capacidade de gestão democrática e de mobilização da democracia participativa [...]”(*ibidem*:25), resultantes da permanência dos dirigentes por demasiado tempo consecutivo nas organizações e pela perda de assiduidade às Assembleias Gerais, que acabou por retirar poder ao processo democrático e ao projeto político da Economia Social. Por outro lado, enquanto a Economia Social assenta numa gestão democrática interna, a Economia Solidária tenta atualiza-la ao abrir e promover para o espaço público a ideia de uma gestão democrática, não só interna, mas também externa.

A Economia Solidária ultrapassa, assim, a Economia Social integrando novos valores de referência e diferentes iniciativas para dar resposta às necessidades que, por diversos motivos, foram tratadas de forma desadequada ou até ignoradas tanto pelo Estado como pelo mercado e, que a Economia Social não conseguiu compensar.

A terceira grande diferença está na ênfase dada ao projeto económico. Como já descrito, uma parte da Economia Social, as cooperativas, aproximaram-se tanto do mercado que acabaram por se confundir com ele. A outra parte, ao tornar-se quase num apêndice do Estado, menosprezou de tal forma os critérios de gestão, que o projeto económico da Economia Social

perdeu o seu poder original, resultando num “[..] isomorfismo institucional e a instrumentalização da ação por parte do Estado e das próprias empresas.” (*ibidem*). Ciente desta falha da Economia Social, a Solidária prima por uma gestão própria e por uma lógica de pluralidade de princípios económicos, garantindo a coexistência da economia não-mercantil, da economia mercantil e da economia monetárias nas suas iniciativas, mas sempre de forma subordinada ao princípio económico da Reciprocidade, que é a sua característica identitária, de um modo explícito, o que não era expresso pela Economia Social.

Esta perda de identidade da Economia Social, acabou por atirar o seu domínio de atuação para uma lógica de assistencialismo social. Em contrapartida, a Economia Solidária centra-se na emancipação social.

A quinta grande diferença está associada ao domínio de abrangência dos conceitos. A versão da Macaronésia da Economia Solidária trouxe consigo uma característica inexistente na Economia Social, a visão ecocêntrica por oposição à antropocêntrica, na medida em que promove a solidariedade sistémica não só a todos os seres humanos, mas também a outros seres vivos e componentes abióticos, atingindo uma abrangência sem comparação com a da Economia Social.

Finalmente, a última grande diferença entre estas duas economias resume-se às origens, isto é, enquanto a Economia Social nasceu na Europa e a partir daí foi exportada para os restantes continentes, a Economia Solidária surgiu, para além da Europa, também noutros continentes, com características próprias, sendo, assim, um conceito policêntrico por oposição ao monocêntrico da Economia Social.

A Economia Social conseguiu, na sua luta, alcançar o reconhecimento e aceitação dos poderes públicos mas, como já salientado diversas vezes, foi essa institucionalização, inicialmente positiva, que desestruturou e retirou poder à Economia Social, ao separar e desvalorizar os seus três projetos basilares. Neste sentido, e com o aparecimento da Economia Solidária, a Social acabou por ficar “parada” e ser atirada, segundo alguns autores, para o domínio de uma simples definição, que facilita a compreensão das instituições que a integram, desvalorizando, por completo, a sua essência inicial.

Em contrapartida, a Economia Solidária, ainda não alcançou tamanho reconhecimento institucional, mas é assumida para muitos autores como a nova forma de fazer economia e a força opositora capaz de substituir a organização social, maioritariamente, vigente no mundo, e fazer face aos grandes problemas sociais, culturais, ambientais, territoriais e políticos instaurados. O que levanta questões: “Olhando para a história e ‘desfecho’ da Economia Social, será o reconhecimento institucional da Economia Solidária uma mais-valia?”, “Ou,

pelo contrário, será o caminho para a desintegração e dissipação da Economia Solidária, como intencionalmente foi criada?”, “E sem o reconhecimento institucional, é possível a Economia Solidária consagrar-se e substituir o capitalismo?”.

CAPÍTULO 2 – MICROCRÉDITO

2.1. Introdução

As fronteiras dos sistemas financeiros da economia nem sempre estão bem definidas entre si. Esta falta de clareza entre o que se entende por sistema financeiro formal e sistema financeiro informal, mas sobretudo entre sistema financeiro dominante, as suas ações complementares, sistemas financeiros complementares e sistemas financeiros alternativos dificulta, por consequência, a compreensão e a associação dos financiamentos, sejam eles alternativos ou complementares, e dos instrumentos que fazem parte de cada um destes sistemas.

A reduzida oferta de documentos académicos passíveis de serem usados como suporte à construção teórica destes conceitos exigiu que este capítulo começasse com uma pequena análise bibliométrica, dando a conhecer o estado da arte dos conceitos de Finanças Alternativas, Finanças Éticas e Microcrédito, a partir de citações encontradas no *Google Scholar*.

Com o intuito de clarificar todos estes conceitos e, de alguma forma, contribuir para a sua organização nos quadros conceptuais relativos ao sistema financeiro formal versus sistema financeiro informal e financiamentos alternativos versus financiamentos complementares, o segundo ponto deste capítulo do quadro teórico será dedicado aos tipos de sistemas financeiros. A sua apresentação passará por um breve enquadramento histórico e respetiva caracterização, ao mesmo tempo que serão identificados os instrumentos associados a cada um deles.

Dado que o interesse de análise neste trabalho de investigação pende para a questão das finanças informais, e uma vez que no tópico anterior já foi feita alusão à origem do sistema financeiro formal, segue-se o enquadramento histórico das finanças alternativas, através da exposição detalhada dos seus instrumentos. Introduzidos conceitos como, por exemplo, microfinança, Microcrédito, fundos rotativos, cooperativas de crédito e bancos éticos, alvos de constantes permutações e ambiguidades no que respeita ao seu entendimento conceptual, torna-se indispensável partir para a sua discussão crítica, numa tentativa de clarificação de definições.

Por fim, em jeito de consolidação, será apresentado um quadro, intitulado “Novos instrumentos financeiros, complementares e alternativos”, cujo objetivo passa pela identificação e classificação dos financiamentos alternativos e complementares abordados, que pertencem ao sistema financeiro formal e ao sistema financeiro informal.

2.2. Análise bibliométrica

A falta de consolidação das definições dos conceitos de sistema financeiro formal e de sistema financeiro informal a que se assiste tanto a nível do senso comum, como no seio académico, repercute-se, não só, para os conceitos de financiamento alternativo e complementar, mas também para os instrumentos que fazem parte de cada um destes sistemas. Esta ausência de afirmação de todos estes conceitos, relacionados entre si, ditada pelo reduzido volume de trabalhos académicos dedicados a esta temática, condicionou o suporte teórico do presente capítulo.

A especificidade do objeto de estudo deste trabalho de investigação, conjugada com a reduzida oferta teórica dedicada a estes conceitos, exigiu uma escolha meticulosa do quadro teórico, numa tentativa de o ajustar, o mais possível, às características do objeto de estudo. Perante tais condicionantes, considerou-se pertinente, abrir este capítulo, dedicado às finanças alternativas, com uma pequena análise bibliométrica, justificativa das opções teóricas tomadas.

Aplicando métodos estatísticos e matemáticos para analisar e construir indicadores sobre a dinâmica e a evolução da informação científica alusiva aos conceitos de Finanças Alternativas, Finanças Éticas e Microcrédito, esta análise procura dar a conhecer os principais trabalhos académicos de referência respeitantes a estes conceitos. A dificuldade de acesso a outros *softwares* como o *Histcite*, que permite o levantamento bibliométrico a partir da base de dados do *Web of Knowledge*, ou o *Leydes Dorff*, cuja fonte é o *Scopus*, limitou a presente análise bibliométrica ao uso do *software Publish or Perish 5*, associado ao *Google Scholar* e ao *Microsoft Academic Search*.

2.2.1. Métodos de recolha

Não ambicionando ser uma análise bibliométrica demasiado extensiva, mas antes uma pequena exposição que dá a conhecer, de um modo geral, os trabalhos académicos considerados relevantes, para as temáticas em questão, foi usado apenas um software de recolha de dados, o *Publish or Perish 5*, que recupera e analisa citações académicas. A partir do *Google Scholar* e do *Microsoft Academic Search*, este programa obtém as citações em bruto e, depois de as analisar, apresenta métricas como o número total de documentos e de citações, a média de citações por documento, de citações por autor, de documentos por autor e de citações por ano.

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Para a recolha de dados foram usados como parâmetros, o intervalo de tempo 1990-2016 e os termos Finanças Alternativas e *Alternative Finance*, Finanças Éticas e *Ethical Finance*, Microcrédito e *Microcredit*, simultaneamente, em “*all of the words*” e em “*the phrase*”, como a Figura 2.1. – Exemplo de pesquisa efetuada no *software Publish or Perish 5* demonstra. A opção pela pesquisa dos termos em português e em inglês prendeu-se com a diferença de documentos encontrados, tendo-se revelado os resultantes da pesquisa em português, tendencialmente, mais pertinentes para a presente investigação, de acordo com os contornos do objeto de estudo, do que os obtidos à custa dos termos em inglês.

Apesar da pouca quantidade de filtros que oferece, que condicionam a separação dos documentos mais importantes para o campo de análise específica, o critério de procura do *Publish or Perish 5* é bastante abrangente, permitindo localizar uma vasta gama de documentos. Tendo como método de recolha e análise o número de citações, estas são dissecadas através das referências a outros campos de estudos, não sendo limitadas às áreas de interesse do investigador, contudo, este método permite o aumento, no topo da tabela, do número de artigos sobre os conceitos procurados, neste caso, Finanças Alternativas, Finanças Éticas e Microcrédito, trabalhados em outras áreas, ao mesmo tempo que diminui a quantidade de citações específicas.

Figura 2.1. – Exemplo de pesquisa efetuada no *software Publish or Perish 5*

The screenshot shows the Publish or Perish 5 software interface. At the top, there's a menu bar (File, Edit, Query, Tools, Help) and a toolbar. Below that, a 'My queries' sidebar shows three saved queries: 'finanças alternativas, finanças...', 'finanças éticas, finanças éticas...', and 'Microcrédito, Microcrédito fro...'. The main window displays a table of search results for the query 'finanças alternativas'. The table has columns for Source, Papers, Cites, Cites/y..., h, g, h1, no..., h1, ann..., *C..., Query date, Cache date, and Las... The results show that the Portuguese query has significantly more papers and citations than the English query.

Source	Papers	Cites	Cites/y...	h	g	h1, no...	h1, ann...	*C...	Query date	Cache date	Las...
Google Sc...	11	10	1.43	2	3	2	0.29	0	05-12-2016	05-12-2016	0
Google Sc...	22	65	5.00	5	7	4	0.31	0	05-12-2016	05-12-2016	0
Google Sc...	1000	3686	141.77	22	42	21	0.81	4	05-12-2016	05-12-2016	0

Below the table, there's a 'Google Scholar query' section with fields for Authors, Publication/Journal, ISSN, and search terms. The search terms are 'finanças alternativas'. There are also buttons for 'Lookup', 'Clear All', 'Revert', 'Copy', and 'New'.

At the bottom, there's a 'Statistics' section with a table showing various metrics for the search results.

Statistics	Cites	Per year	Rank	Authors	Title	Year	Publication	Publisher	Type
Publication years: 2009-2016	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	2	A Safatle		P22_ON	bibliotecadigital.fgv.br	CITATION
Citation years: 7 (2009-2016)	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	4	A Safatle, M Cabral	2015	P22_ON	bibliotecadigital.fgv.br	
Papers: 11	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	8	AEADAM ABC, A ...		uenf.br		PDF
Citations: 10	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	6	C dos Santos Filho...	2012	Gestão Pública: Práticas e ...		CITATION
Cites/year: 1.43	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	7	CH Santana		academia.edu		PDF
Cites/paper: 0.91	<input checked="" type="checkbox"/>	h 8	1.14	1	FCC Silva, KS Lope...	2009		repositorio.ufba.br	
Papers/author: 4.67	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	9	JG Raposo	2014		bttd.biblioteca.ufpb.br	
Authors/paper: 8.58	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	3	M Cabral		P22_ON	bibliotecadigital.fgv.br	CITATION
h-index: 1.64	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	5	PK Silva	2016	Horizontes Antropológicos	SciELO Brasil	HTML
g-index: 2	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0.00	11	PK Silva	2016	Revista Brasileira de Socio...	sbociologia.com.br	
h1, norm: 3	<input checked="" type="checkbox"/>	h 2	0.33	10	R Espinoza	2010	riscos e oportunidades	academia.edu	PDF
h1, annual: 0.29	<input checked="" type="checkbox"/>								
*Count: 0									

Fonte: *Software Publish or Perish 5*

2.2.2. Bibliometria dos estudos em Finanças Alternativas

No que à pesquisa do termo Finanças Alternativas diz respeito, foram encontrados 11 documentos que contêm um total de 10 citações, em 7 anos de pesquisa, tendo sido identificado o primeiro trabalho no ano de 2009. A estes 11 documentos estão associados os indicadores referidos no Quadro 2.1. abaixo.

Quadro 2.1. – Indicadores estatísticos das publicações sobre Finanças Alternativas do Google Scholar

	Papers	Citações	Anos	Citações/ ano	Citações/ paper	Citações/ autor	Papers/ autor	Autores/ Paper
Finanças Alternativas	11	10	7	1,43	0,91	4,67	8,58	1,64

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Os dois trabalhos mais citados sobre Finanças Alternativas do *Google Scholar* são a *Discussão sobre a controvérsia do paradigma econômico na pesquisa empírica em contabilidade gerencial* de Franklin Carlos Cruz Silva, Kátia Silene Lopes de Souza Albuquerque e Sônia Maria da Silva Gomes, com 8 citações, e a *Crise da civilização hegemônica e interaprendizagem de paradigmas alternativos* de Ruberto Espinoza, com 2 citações. Este último, mais próximo de poder sustentar a análise ao objeto de estudo da presente investigação do que o primeiro, assente numa lógica contabilística.

Quadro 2.2. – Os documentos mais citados sobre Finanças Alternativas do Google Scholar

	Citações	Título	Ano
FCC Silva, KS Lopes, SMS Gomes	8	Discussão sobre a controvérsia do paradigma econômico na pesquisa empírica em contabilidade gerencial	2009
R Espinoza	2	Crise da civilização hegemônica e interaprendizagem de paradigmas alternativos	2010

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Relativamente à pesquisa em inglês, foram identificados 1.000 documentos sobre *Alternative Finance* no *Google Scholar*, com um total de 1.8670 citações, decorrentes de 26 anos de

pesquisas, tendo sido o primeiro trabalho publicado em 1990. Segundo, esta mesma análise, destes 1.000 trabalhos encontrados, resultam os indicadores indicados no Quadro 2.3. abaixo.

Quadro 2.3. – Indicadores estatísticos das publicações sobre *Alternative Finance* do *Google Scholar*

	Papers	Citações	Anos	Citações/ ano	Citações/ paper	Citações/ autor	Papers/ autor	Autores/ Paper
Alternative Finance	1.000	1.8670	26	718,08	18,67	11.210,19	700,73	1.85

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Percorrendo os dez documentos com o maior número de citações sobre *Alternative Finance* do *Google Scholar*, verifica-se que as suas abordagens pendem para uma análise financeira clássica. Como o *software Publish or Perish 5* não permite limitar a pesquisa à área de interesse do investigador, que neste caso seria as Finanças Alternativas, os documentos mais citados sobre *Alternative Finance* acabam por incidir sobre a área financeira clássica, fugindo aos contornos sobre os quais assenta a presente investigação. Por conseguinte, a adoção de uma abordagem quase oposta ao desejável para este trabalho, impede o recurso a estes documentos enquanto auxiliares na construção do quadro teórico.

Quadro 2.4. – Os documentos mais citados sobre *Alternative Finance* do *Google Scholar*

	Citações	Título	Ano
T Beck, A Demirgüç-Kunt, R Levine	864	Law, endowments, and finance	2003
NJ Garber, LA Hoel	723	Traffic and highway engineering	2014
M Ehrmann, L Gambacorta, J Martínez-Pagés	590	Financial systems and the role of banks in monetary policy transmission in the euro area	2001
CA Hennessy, TM Whited	586	How costly is external financing? Evidence from a structural estimation	2007
C Van Rijckeghem, B Weder	548	Sources of contagion: is it finance or trade?	2001
JH Nilsen	538	Trade credit and the bank lending channel	1999
G Dell'Ariccia, E Detragiache, R Rajan	524	The real effect of banking crises	2008

SG Cecchetti	498	Legal structure, financial structure, and the monetary policy transmission mechanism	1999
C Cottarelli, A Kourelis	489	Financial structure, bank lending rates, and the transmission mechanism of monetary policy	1994
L Brandt, H Li	472	Bank discrimination in transition economies: ideology, information, or incentives?	2003

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

2.2.3. Bibliometria dos estudos em Finanças Éticas

Sobre o termo Finanças Éticas, foram encontrados cerca de 22 documentos no *Google Scholar*, com um total de 65 citações, resultantes de 13 anos de pesquisa, o que remete para 2009 o ano da primeira publicação sobre Finanças Éticas, segundo esta plataforma. Associados a estes 22 documentos estão os indicadores, que constam do Quadro 2.5. abaixo.

Quadro 2.5. – Indicadores estatísticos das publicações sobre *Finanças Éticas* do *Google Scholar*

	Papers	Citações	Anos	Citações/ ano	Citações/ paper	Citações/ autor	Papers/ autor	Autores/ Paper
Finanças Éticas	22	65	13	5,00	2,95	41,50	18,83	1,32

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Destes 22 documentos encontrados, apenas 5 foram identificados com citações destacando-se, com o maior número de citações, 32 no total, a obra *Caritas in veritate* da autoria do Papa Bento XVI sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. No entanto, o artigo *RSE y MIPYMES, alternativas para apoyar su desarrollo en colombia* de Jaime Sierra e David Londoño, tendo como objetivo a proposta de alternativas de poupança e investimentos éticos no combate às desigualdades que afetam o desenvolvimento de atividades comerciais na Colômbia é, de todos, o mais enquadrado na temática das Finanças Éticas.

Quadro 2.6. – Os documentos mais citados sobre Finanças Éticas do Google Scholar

	Citações	Título	Ano
XVI Bento, C Encíclica	32	Caritas in veritate	2009
R Gomes	9	Comércio Justo: entre a solidariedade e a utopia	2003
JH Sierra, DA Londoño	8	RSE y MIPYMES, alternativas para apoyar su desarrollo en Colombia	2009
C Parente, C Quintao	6	Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social	2014
M Domingues	5	Economia solidária –“A economia real do desenvolvimento sustentável”	2009

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Usando o termo em inglês, *Ethical Finance*, para um total de 1.000 documentos encontrados no *Google Scholar* verificaram-se 7.032 citações em 26 anos de pesquisas, o que resulta nos indicadores apresentados no Quadro 2.7. abaixo.

Quadro 2.7. – Indicadores estatísticos das publicações sobre *Ethical Finance* do *Google Scholar*

	Papers	Citações	Anos	Citações/ ano	Citações/ paper	Citações/ autor	Papers/ autor	Autores/ Paper
Ethical Finance	1.000	7.032	26	270,46	7,03	4.995,05	759,52	1,65

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Tomando como referência os documentos mais citados resultantes da pesquisa do termo *Alternative Finance* no *software Publish or Perish 5*, os dez trabalhos mais citados sobre *Ethical Finance* no *Google Scholar* aparentam, à primeira vista e com base nos seus títulos, aproximar-se mais das características do objeto de estudo do presente trabalho de investigação, bem como da área das Finanças Éticas. Contudo, uma análise mais detalhada dilui esta proximidade e, ainda que alguns deles se debrucem sobre a temática das Finanças Alternativas, a verdade é que a sua abordagem e contributo efetivo para o conceito de Finanças Éticas fica aquém do expectável.

Quadro 2.8. – Os documentos mais citados sobre *Ethical Finance* do *Google Scholar*

	Citações	Título	Ano
M Ayub	660	Understanding Islamic Finance	2009
A Basso, S Funari	280	A data envelopment analysis approach to measure the mutual fund performance	2001
MM Hasan, J Dridi	270	The effects of the global crisis on Islamic and conventional banks: A comparative study	2010
EF Goldreyer, JD Diltz	208	The performance of socially responsible mutual funds: incorporating sociopolitical information in portfolio selection	1999
T Bhamra, V Lofthouse	169	Design for sustainability: a practical approach	2007
JM Severino, O Ray	163	The end of ODA: death and rebirth of a global public policy	2009
A Thomas	158	The rise of social cooperatives in Italy	2004
A Basso, S Funari	138	Measuring the performance of ethical mutual funds: a DEA approach	2003
I Mitroff	133	Financial structure, bank lending rates, and the transmission mechanism of monetary policy	2004
J Reinecke, S Manning, O Von Hagen	126	The emergence of a standards market: Multiplicity of sustainability standards in the global coffee industry	2012

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

2.2.4. Bibliometria dos estudos em Microcrédito

Sendo um conceito mais amplamente disseminado que os anteriores, as pesquisas feitas a partir do conceito de Microcrédito, tanto em português como em inglês, resultaram, não só, em indicadores estatísticos superiores, como também, em documentos bastante relevantes para a construção do quadro teórico relativo a este conceito.

Começando a pesquisa com o termo em português, o *software Publish or Perish 5* reconheceu 1.000 documentos, num total de 3.886 citações para 26 anos de pesquisas, a que correspondem os indicadores sintetizados no Quadro 2.9. abaixo.

Quadro 2.9. – Indicadores estatísticos das publicações sobre Microcrédito do *Google Scholar*

	Papers	Citações	Anos	Citações/ ano	Citações/ paper	Citações/ autor	Papers/ autor	Autores/ Paper
Microcrédito	1.000	3.886	26	141,77	3,69	2.748,22	807,18	1,53

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Dos dez documentos mais citados sobre Microcrédito do *Google Scholar* destaca-se o livro *O banqueiro dos pobres* de Muhammad Yunus, distinguido com o prémio Nobel da Paz em 2006, pelo trabalho desenvolvido, no Bangladesh, no âmbito da atribuição de crédito, em pequenos montantes, aos excluídos do sistema financeiro formal, ajudando no combate à pobreza. O sucesso desta iniciativa contribuiu para a internacionalização do Microcrédito, sobretudo, no ocidente. Os pressupostos em que o conceito de Microcrédito decorrente desta prática assenta, fazem dele uma referência para o quadro teórico da presente tese de Doutoramento.

Quadro 2.10. – Os documentos mais citados sobre Microcrédito do *Google Scholar*

	Citações	Título	Ano
M Yunus, A Jolis	368	O banqueiro dos pobres	2000
M Yunus, P Piparo	214	Hacia un mundo sin pobreza	1997
FM Barone, PF Lima, V Dantas, V Rezende	147	Introdução ao Microcrédito	2002
MC Neri	93	Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo	2008
JC Arroyo, FC Schuch	79	Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário	2006
SC Bava	71	Tecnologia social e desenvolvimento local	2004
S Carpintero	49	Los programas de apoyo a la microempresa en América Latina: el Microcrédito, la gran esperanza del siglo XXI	1998

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

M Neto, M Prestes	42	Impacto em renda do Microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo	2006
FM Barone, E Sader	42	Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas	2008
BG Nieto	42	Antecedentes del Microcrédito. Lecciones del pasado para las experiencias actuales	2005

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Usando o termo *Microcredit*, o *software Publish or Perish 5* deu conta de cerca de 1.000 documentos no *Google Scholar*, com um total de 50.007 citações, para um período de 26 anos de pesquisas. A partir deste valores, chegou-se aos indicadores mencionados no Quadro 2.11. abaixo.

Quadro 2.11. – Indicadores estatísticos das publicações sobre *Microcredit* do *Google Scholar*

	Papers	Citações	Anos	Citações/ ano	Citações/ paper	Citações/ autor	Papers/ autor	Autores/ Paper
<i>Microcredit</i>	1.000	50.007	26	2.000,28	50,01	35.217,58	729,62	1,75

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

Analisando os dez documentos mais citados sobre *Microcredit* do *Google Scholar*, todos eles podem constituir um potencial contributo para a formulação teórica do conceito de Microcrédito no presente trabalho de investigação, ainda que as interpretações dadas ao conceito, nem sempre, estejam de acordo com o desejável. Destes dez destacam-se o artigo *The microfinance promise* de Jonathan Morduch como o mais citado com 2.642 citações e o livro *The microfinance revolution: Sustainable finance for the poor* de Marguerite Robinson pela abordagem apresentada.

Quadro 2.12. – Os documentos mais citados sobre *Microcredit* do *Google Scholar*

	Citações	Título	Ano
J Morduch	2.642	The microfinance promise	1999
B Armendáriz, J Morduch	2.484	The economics of microfinance	2010
MS Robinson	1.518	The microfinance revolution: Sustainable finance for the poor	2001
J Morduch	1.124	The microfinance schism	2000
A Banerjee, E Duflo, R Glennerster	1.077	The miracle of microfinance? Evidence from a randomized evaluation	2015
SR Khandker	1.013	Fighting poverty with microcredit: experience in Bangladesh.	1998
A Rahman	835	Micro-credit initiatives for equitable and sustainable development: Who pays?	1999
S Navajas, M Schreiner, RL Meyer, C Gonzalez-Vega	605	Microcredit and the Poorest of the Poor: Theory and Evidence from Bolivia	2000
S Daley-Harris, L Laegreid	593	State of the microcredit summit campaign: report 2006	2006
J Morduch	589	Between the state and the market: Can informal insurance patch the safety net?	1999

Fonte: Dados primários provenientes do *software Publish or Perish 5*

2.2.5. Conclusões

As bibliometrias realizadas através do *software Publish or Perish 5*, em parceria com a plataforma *Google Scholar*, confirmam o reduzido número de trabalhos académicos possíveis de tomar como referência no âmbito da temática das Finanças Alternativas, em especial dedicados aos conceitos de Finanças Alternativas e Finanças Éticas.

As pesquisas feitas a estes dois conceitos revelaram que quando estes termos são usados em português, apesar da pouca oferta de documentos, a sua abordagem aproxima-se mais da pretendida neste trabalho de investigação. Por outro lado, quando estes conceitos são utilizados nas pesquisas em inglês obtém-se um número, significativamente, superior de documentos sendo, na sua maioria, da área financeira clássica. De um modo geral, o recurso

ao conceito de Finanças Éticas resultou na identificação de trabalhos, potencialmente, mais vantajosos para a construção do presente quadro teórico, comparativamente, com o conceito de Finanças Alternativas, cujos documentos se caracterizam por uma forte componente financeira clássica.

Relativamente ao conceito de Microcrédito, tanto as pesquisas com o termo em português como em inglês, resultaram na identificação de documentos interessantes para a consolidação deste conceito, podendo as primeiras ter-se mostrado um pouco mais vantajosas, pela proximidade dos pressupostos do conceito apresentado com o objeto de estudo desta investigação.

2.3. Tipos de sistemas financeiros

O financiamento é uma questão decisiva para o funcionamento de uma economia, já que todos os agentes económicos necessitam de fundos para financiarem as suas atividades. O instrumento que garante este financiamento da economia e a sua respetiva sobrevivência é o sistema financeiro. Este, constituído por instituições, instrumentos e mercados, assegura, segundo Emanuel Leão (2012), a continuidade de duas grandes funções na economia: a canalização de fundos para os agentes económicos que deles necessitam e a cobertura parcial dos riscos a que os agentes económicos estão expostos.

Com a função primária de canalizar os fundos daqueles que conseguiam poupar para os que para poderem comprar bens e serviços tinham que pedir emprestado, o sistema financeiro nasceu com o aparecimento da moeda, enquanto representante física do dinheiro na sociedade, que, de acordo com os registos arqueológicos obtidos no Templo de *Artemis* e *Ephesus*, perto da Turquia, remetem para 600 a.C. (Ferguson, 2009). Mais do que um efeito da moeda, o sistema financeiro está diretamente associado ao sistema de empréstimos, que emergiu como resultado do aparecimento do dinheiro, embora existam registos da existência de uma cultura extremamente desenvolvida de empréstimos já na Mesopotâmia.

Rapidamente o dinheiro e, conseqüentemente, o sistema financeiro tornaram-se vitais na dinâmica das sociedades, tornando-as até dependentes deste meio de troca. Se, por um lado, todas as atividades económicas passaram a depender de dinheiro para se concretizarem, por outro, quem não tinha o suficiente para fazer face às suas necessidades tinha que recorrer a quem podia emprestar. O dinheiro ganhou, desta forma, um lugar de destaque, uma vez que "a

relação central" que cristaliza é "entre quem empresta e quem pede emprestado."⁵ (Ferguson, 2009:31). Ao mesmo tempo que o sistema financeiro se tornou essencial na determinação do custo e da quantidade de fundos, que uma economia dispunha para transferir daqueles que tinham em excesso para os que deles necessitavam.

Com a natural evolução da sociedade e da economia, esta estreita relação do sistema financeiro com a economia, ditada pela sua função primária, foi-se dissipando, dando lugar a um conjunto de outras funções. Atualmente, centrado numa maior preocupação financeira, é expectável que um sistema financeiro tenha a função de poupança e de riqueza, já que, por um lado, é a poupança que dá origem aos fundos e, por outro, porque sem riqueza não há possibilidade de se criar poupança nem fundos. Ao mesmo tempo, deve ter condições para garantir liquidez aos agentes económicos, que optaram por fazer a sua poupança em outros instrumentos financeiros que não a moeda, e acessibilidade ao crédito, para manter viva a atividade económica. Tem que reconhecer a função de pagamento, ao compreender diversas formas de pagamento, para além do recurso à moeda, e proteger os agentes económicos dos riscos a que estão sujeitos, através da imensa oferta de seguros existentes no mercado. E tem ainda que compreender uma função política, por ser, nas últimas décadas, um guia da situação financeira de uma economia, para a criação de políticas por parte dos governantes.

Apesar de todas estas "novas" funções, que afastaram, de forma positiva, o sistema financeiro atual da sua concepção inicial, é necessário ter em conta que esta evolução também o afastou, de forma negativa, da sua ideologia à nascença. Com o desenvolvimento económico, o sistema financeiro afastou-se cada vez mais da sua função de financiar a atividade económica, centrando-se intensivamente na componente financeira, assente na busca de uma suposta Sustentabilidade financeira. É, neste sentido, que a crise desencadeada em 2008, é comumente denominada de crise financeira mundial e não da crise económica mundial.

Como será retomado mais à frente, o sistema financeiro alternativo, ciente desta falha e da incapacidade do sistema financeiro canalizar os fundos disponíveis de uma economia para todos, independentemente das suas características económicas, sociais, culturais ou físicas, propõe um regresso à origem da função primária do sistema financeiro, financiamento de toda a atividade económica, ao mesmo tempo que procura compatibilizar positivamente as finanças com a economia, enriquecendo esta relação com elementos não económicos e não

⁵ Tradução livre da autora. No original "The central relationship that money crystallizes is between lender and borrower." (Ferguson, 2009:31).

financeiros, como a identidade e preservação cultural, a ligação ao desenvolvimento local, a democracia ou as preocupações ambientais.

Para Paul Singer (2009), o sistema financeiro atual não se restringe à aglomeração de instituições, instrumentos e mercados, pois é, em contrapartida, o conjunto de três partes distintas nas suas características, funções e objetivos. A primeira, capitalista, é formada pelos intermediários financeiros, como os bancos comerciais, cujo objetivo é o lucro. A segunda, estatal, é composta pelos bancos públicos e cujo propósito não deveria ser o lucro, mas sim a prestação de serviços ao público. Por fim, a terceira, que pode ser denominada de social ou solidária, integra bancos, outros intermediários financeiros e organizações privadas que dão primazia ao atendimento das necessidades dos excluídos da primeira e segunda parte do sistema financeiro, face ao lucro, e que se regem por lógicas e objetivos diferentes dessas partes.

À parte desta divisão, o sistema financeiro pode ainda ser visto como tendo, normalmente, uma natureza formal ou informal.

O sistema financeiro formal, a retomar mais à frente, de carácter mais convencional e reconhecido, tem, como o nome antecipa, uma natureza formal, daí que se caracterize por integrar organizações legalmente constituídas, com contabilidade organizada e que são objeto de tributação, podendo o seu domínio ser privado lucrativo, privado não lucrativo ou público. É formado por instituições financeiras – como bancos, companhias de seguro, fundos de investimento e corretores –, por instrumentos financeiros – dos quais fazem parte notas e moedas, depósitos, ações e obrigações – e por mercados financeiros – onde se incluem os mercados de crédito bancário, de depósito de poupança, acionista, obrigacionista, cambial, de seguros e interbancário. Compreende dois tipos de financiamento, o interno – autofinanciamento – e o externo que, por sua vez, pode ser direto ou indireto.

Quando um financiamento é direto significa que não houve recurso a intermediários para o conseguir, o que implica a existência de uma relação direta entre quem fornece e quem recebe os fundos. Os instrumentos utilizados neste tipo de financiamento são as ações e as obrigações. Por oposição, quando um financiamento externo é indireto pressupõe a existência de um intermediário financeiro para a sua obtenção, como as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, sociedades gestoras de fundos de pensões, companhias de seguros, sociedades de *leasing*, *factoring* e de aquisição a crédito, sociedades de capital de risco, sociedades financeiras de corretagem, sociedades gestoras de bolsa de valores e sociedades corretoras.

Deste sistema financeiro convencional, fazem parte, tanto a iniciativa financeira privada, como a iniciativa financeira pública. A primeira, denominada capitalista por Singer (2009), tem como único objetivo nas suas ações a obtenção de lucro. Já a segunda, promovida pelo Estado, tem como propósito a regulação do sistema financeiro através dos Bancos Centrais, o apoio e enquadramento, em alguns casos, de bancos privados, o financiamento do sector público e ainda a prestação de serviços públicos. Por outras palavras, o Estado tem também a função de garantir a equidade da economia do seu país, o que implica a correção das falhas de mercado existentes, através da cobertura das lacunas que a iniciativa privada vai deixando na sociedade. Mais concretamente, o Estado deveria desenvolver um conjunto de bens e serviços, neste caso financeiros, mas com o intuito de canalizar fundos para quem deles necessita por não ter tido acesso pelo mercado e cobrir, de forma parcial, os riscos a que os indivíduos estão sujeitos e que a iniciativa privada não tem interesse em cobrir. Contudo, o que se verifica é que o Estado tende a afastar-se, por vezes, deste princípio e a aproximar-se cada vez mais do privado, substituindo-o pelo lucro.

Esta tendência capitalista, torna os mais pobres, dadas as suas características pouco atrativas face ao objetivo destas instituições, excluídos do sistema financeiro formal, ou pelo menos das instituições formais cujo objetivo seja o lucro. Desta forma, não só o sistema financeiro informal mas, sobretudo, o sistema financeiro solidário tem um papel fundamental ao conseguir absorver alguns destes excluídos e dando-lhes os instrumentos necessários, que de outra forma não alcançariam, para financiarem as suas atividades.

Nem todas as iniciativas que fazem parte do sistema financeiro informal se centram na prestação de serviços financeiros numa lógica social, embora estas sejam para Singer (2009), as únicas que integram as finanças sociais ou solidárias. A bem da verdade, dentro do sistema financeiro informal existem iniciativas que se podem considerar solidárias, por terem, entre outros, o objetivo de ajudar quem mais precisa, através dos seus serviços, e as que não são de todo solidárias, já que visam apenas o lucro e só não fazem parte do sistema financeiro formal por não serem suficientemente formalizadas ou até legalmente instituídas e reconhecidas para o integrarem. Da mesma forma, o sistema financeiro formal inclui tanto iniciativas solidárias, como por exemplo as ONG, como não solidárias. Neste sentido, as finanças sociais não são definidas pelo sistema financeiro que integram, mas sim pelos princípios e valores que pressupõem no seu modo de atuação.

2.4. Enquadramento histórico das finanças alternativas

Do ponto de vista do reconhecimento e da afirmação, as primeiras experiências de crédito alternativo surgiram no decorrer do século XIX, associadas à Economia Social e às suas iniciativas influenciadas pelo mutualismo, cooperativismo e associativismo, como forma de reação ao capitalismo, mais precisamente, através das primeiras cooperativas e associações de crédito.

A ser retomado mais adiante, a quebra das colheitas e a consequente crise alimentícia que se instalou na Alemanha entre os anos de 1846 e 1847, impulsionou Hermann Schulze-Delitzsch e Friedrich Wilhelm Raiffeisen a criarem, no decorrer do século XIX, as primeira cooperativas de crédito, reconhecidas como tal. Depois de tornar a sua própria fábrica de panificação numa cooperativa, Schulze-Delitzsch criou, em 1852, a primeira cooperativa de crédito, *People's Bank*, como forma de garantir crédito aos empreendedores da sua cidade. Três anos antes, em 1849, Raiffeisen fez surgir uma sociedade de crédito em Flammersfeld, também na Alemanha, cuja sobrevivência dependia da caridade dos mais ricos. Raiffeisen, esteve comprometido com esta iniciativa até fundar uma nova cooperativa, em 1864, para os agricultores, desta vez assente nos princípios básicos do cooperativismo, que se mantêm válidos até aos dias de hoje, não dependendo da boa vontade de elementos exteriores à sua estrutura interna (WCCU, 2011).

Ainda que assim seja, a grande maioria dos autores que se debruça sobre este tema, remete para os anos 70 do século XX o aparecimento do Microcrédito, enquanto representante deste tipo de financiamento alternativo, associado à iniciativa desenvolvida por Muhammad Yunus no Bangladesh, que originou o *Grameen Bank*. A bem da verdade, é Yunus que designa e dá a conhecer ao mundo ocidental esta prática de emprestar dinheiro, em montantes relativamente pequenos, aos mais pobres, com dificuldades de acesso ao crédito formal, sem exigência de garantias reais, como Microcrédito. Porém, as suas origens, assentes nas lógicas de solidariedade e tradições culturais, remetem para práticas presentes na civilização humana já há vários séculos. Estes antecedentes, assentaram em múltiplos sistemas de crédito tradicionais e informais, presentes nas economias em desenvolvimento, muito antes dos bancos comerciais de base ocidental entrarem em cena. São exemplo a *kixikila* em Angola, o *xitique* em Moçambique, a *totocaixa* em Cabo Verde, a *abota* na Guiné-Bissau, “[...] a *arisan* na Indonésia, o *kye* na Coreia, [...] o *bishi* na Índia, o *bisi* no Paquistão, o *kameti* no Sri Lanka ou as *cajas* na América Latina [...]” (Guérin *et al*, 2009:13-14).

“Nos países em desenvolvimento, como a maioria dos países da África subsariana, onde as economias são voláteis e os Estados frágeis e instáveis e, conseqüentemente, o poder governativo falha no controlo da situação económica, social e política” (Guedes e Amaro, 2014:168), estes sistemas de crédito informais sempre ocuparam e ocupam um lugar de destaque na luta pela sobrevivência da maioria da sua população ativa e seus descendentes.

As associações de poupança e crédito rotativos, as ROSCAs⁶, são um dos exemplos mais recorrentes dos sistemas de ajuda mútua destes países. Como o nome indica, as ROSCAs são associações de poupança e crédito mútuo, com uma estrutura bastante simples e informal, formadas por grupos de indivíduos de tamanho variável, que segundo Low (1995) pode oscilar dos 2 aos 100 elementos. Os seus constituintes acordam informalmente, entre si, contribuir periodicamente com um determinado montante para um fundo comum, que será utilizado rotativamente, ou segundo regras mais elaboradas, por cada um deles. Em geral, a utilização do fundo pressupõe “uma taxa de juro nula ou bastante baixa, envolvendo um montante pecuniário pequeno e de curto-prazo” (Ducados, 1998:5).

O principal objetivo das ROSCAs é o de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores, e, uma vez que a confiança é a base do seu funcionamento, a ordem da rotação pode ser alterada sempre que se verifique necessário, tal como o seu começo e término pode ocorrer a qualquer momento, desde que todos os seus constituintes estejam de acordo (Guedes e Amaro, 2014:176).

Estes sistemas de ajuda mútua informal integram o sistema financeiro paralelo dos países em desenvolvimento, desde há muitos séculos até aos dias de hoje, como forma de sobrevivência. Para além de permitirem um acesso mais fácil, mais rápido e com custos mais baixos do que o setor formal, o seu sucesso está associado ao facto de os seus associados alcançarem uma capacidade de poupança, significativamente, superior à capacidade de poupança individual. “Os indivíduos que recebem o montante, antes do último, ficam numa posição melhor do que se poupassem sozinhos, uma vez que é mais rápido, e o último não perde nada” (Costa, 2011:20). Ao mesmo tempo, como o montante de crédito gerado pelas ROSCAs depende das poupanças dos seus elementos, as quantias tendem a ser sempre reduzidas, impedindo investimentos maiores. Assentando o seu funcionamento na confiança mútua, os elementos das ROSCAs dependem uns dos outros para que esta forma de crédito e poupança se mantenha viva, “[...] o ato de poupar não se trata de uma relação individual com o tempo, mas

⁶ Rotating Savings and Credit Association.

sim um processo social onde existem obrigações recíprocas, explícitas e implícitas”⁷ “[...] o ato de poupar não decorre de uma relação individual com o tempo, mas antes de uma relação social, onde as obrigações recíprocas são explícitas e implícitas” (Guérin *et al*, 2009:14). Desta forma, a pressão de não prejudicar os pares, de honrar a sua palavra e um compromisso assumido aquando da formação do grupo é tal que tem garantido o sucesso destas práticas de geração em geração.

No mundo ocidental, a origem do Microcrédito também remonta a experiências mais longínquas na história do que o *Grameen Bank*. A Associação de Pão, criada em 1846 no sul da Alemanha pelo pastor Raiffeinsen, tende a ser reconhecida como a primeira forma de Microcrédito documentada. Raiffeinsen, consciente do endividamento e dependência dos fazendeiros locais de agiotas, tomou a iniciativa de lhes conceder farinha para poderem comercializar pão e, com o capital angariado, reverterem a sua condição. O sucesso alcançado garantiu o crescimento desta associação, que acabou por se tornar numa cooperativa de crédito para a população mais pobre, como já fundamentado anteriormente.

No entanto, Guedes (2012:40) afirma que uma investigação mais profunda levou à conclusão que foi em 1720, pela mão do pastor e escritor irlandês Dean Jonathan Swift, que se iniciou a prática de pequenos empréstimos, com base em fundos e sem garantias reais para os mais pobres. Dean Jonathan criou, com o seu próprio dinheiro, um fundo de 500 libras para dividir, em empréstimos de 10 libras, pelos comerciantes com mais dificuldades de Dublin, tendo apenas como garantia a opinião de dois dos vizinhos dos mesmos. A eficiência deste sistema de ajuda monetária, valeu-lhe a sua continuidade e proliferação, segundo Gutiérrez Nieto (2005:37), imediatamente a seguir, em 1747, tomando como referência os mesmos princípios, a Sociedade Musical de Dublin começou a conceder pequenos créditos, com valores entre as 2 e as 4 libras, a partir dos lucros das suas atuações, sendo as suas semelhanças com os atuais sistemas de Microcrédito de instituições de microfinança como o *Grameen Bank*, inegáveis.

Já aqui foi referido que a origem do Microcrédito não está no *Grameen Bank* e, contrariamente ao comumente divulgado, este também não foi o primeiro banco formal de Microcrédito asiático, já que o *Priyayi Bank of Purwokerto*, o antecessor do presente *Bank Rakyat Indonesia*, surgiu em 1895, em Java na Indonésia.

Os registos revelam que as *Caisses Populaires* apareceram mais tarde, em 1900, pela mão de um jornalista da Assembleia Legislativa do Quebec que, com a ajuda de doze amigos,

⁷ Tradução livre da autora. No original “In ROSCAs, the act of saving is not about an individual relationship to time but rather a social relationship where reciprocal obligations are bound and unbound.” (Guérin *et al*, 2009:14).

conseguiu reunir um montante inicial de 26 dólares canadianos para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados a este fundo cerca de cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências.

Em 1953, nos EUA, o presidente de uma metalúrgica de Chicago, Walter Krump, criou os Fundos de Ajuda nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente 1 dólar americano, que se destinava aos associados mais necessitados. Num momento seguinte, estes fundos foram consolidados e transformados no que presentemente se denomina de Liga de Crédito.

Para além desta dinâmica de ajuda monetária informal proveniente da sociedade civil, segundo Ledgerwood (1999:2), nos anos 70, os governos eram os principais fornecedores de crédito aos indivíduos com mais dificuldades em aceder ao sistema de crédito formal, por verem nesta função a forma de promover a produção dos pequenos agricultores. Com o passar do tempo, foram sendo criadas uniões corporativas, à semelhança das desenvolvidas em 1846 na Alemanha, com o intuito de ensinar os seus beneficiários, os referidos agricultores, a poupar.

Por oposição, em 1976, assiste-se à retoma e consagração das lógicas de entreatajuda da sociedade civil pela experiência iniciada por Muhammad Yunus no Bangladesh. Este economista e professor na Universidade de Chittagong, consciente da extrema pobreza que o rodeava e na tentativa de reduzir alguma, começou por criar uma associação agrícola para aumentar a produtividade deste sector, através da irrigação de água. Apesar do seu sucesso instantâneo, os mais pobres não retiraram muito deste processo porque, como dependiam de agiotas para poderem trabalhar, obtinham um rendimento ínfimo face às suas necessidades.

Insatisfeito com esta lacuna, Yunus dedicou-se a um novo projeto que solucionasse esta dependência. Começou por tentar convencer os bancos locais a concederem empréstimos a estes indivíduos, cujas características – analfabetos, sem passado crediário e sem garantias – não abonavam em seu favor. Então, decidiu ser ele o fiador, recebia o dinheiro e distribuía-o pelos aldeões mais pobres. A sua primeira experiência aconteceu na pequena cidade de Jobra, onde emprestou, sem garantias reais, 27 dólares a 42 famílias, ficando o dinheiro ao cuidado da mulher mãe de família. Mais uma vez, revelou-se um programa de grande sucesso, já que os empréstimos foram sempre pagos e dentro dos prazos, de tal forma, que o Banco Bangladesh *Krishi* decidiu abrir uma filial especial, dedicada apenas a este tipo de empréstimos, dando origem ao primeiro uso do nome *Grameen*⁸, Filial Experimental

⁸ Aldeia.

Grameen do Banco da Agricultura (Yunus, 2009a:79).

Apesar do sucesso, não se verificaram mais adesões, o que impulsionou Yunus a criar o seu próprio banco para os pobres, onde eram dados empréstimos sem garantias, histórias crediárias ou outros instrumentos legais. Num apelo contínuo ao governo para a criação de legislação adequada, em 1983, o banco para os pobres, *Grameen Bank*, nasceu no quadro de uma nova lei criada especialmente para o efeito. Desde esta data, já concedeu um total de 6 mil milhões de dólares americanos, detém um índice de cumprimento de 98,6% e, como qualquer outro banco bem gerido, apresenta lucros regularmente, sendo financeiramente autossustentável desde 1995. Soma ainda o facto de 64% dos seus clientes há mais de cinco anos terem ultrapassado o limiar de pobreza (*ibidem*:84)

Com esta iniciativa, Yunus conseguiu provar que as barreiras existentes no mercado de crédito formal, nomeadamente, a exigência de garantias reais e a crença de que o risco de incumprimento dos clientes pobres é mais elevado, é que causam a exclusão dos mais pobres deste mercado de crédito. Na verdade, os pobres podem ser muito bons clientes se estas barreiras desaparecerem, até porque, da sua experiência, conclui-se que os pobres são mais cumpridores no reembolso dos seus empréstimos do que os mais ricos.

A par com o Microcrédito, começaram a emergir novos movimentos de crédito alternativo, associados à essência e ao aparecimento da Economia Solidária nos anos oitenta, designadamente, outros serviços das microfinanças, como fundos rotativos e cooperativas de crédito, para além do Microcrédito, e, mais recentemente, as Finanças Éticas, que incluem não só os bancos éticos, mas também as sociedades gestoras de fundos de investimento éticos e as sociedades gestoras de capital de risco social ou filantrópico.

A banca ética tem ganho bastante relevo e dimensão, existindo, atualmente, inúmeros bancos éticos espalhados não só pela Europa – os casos do *Triodos Bank*, na Alemanha, em Espanha, no Reino Unido e na Holanda, do *Oikocredit*, em Espanha e na Holanda, ou *The Co-operative Bank* no Reino Unido – como pela América do Norte – onde se encontram o *New Resource Bank*, em São Francisco, o *Urban Partnership Bank* e o *Citizens Banks*, no Canadá – e pela Oceânia – representada pelo *Prometheus*, na Nova Zelândia.

Estes bancos seguem um dos dois modelos de atuação seguintes: o modelo de banca ética ou o modelo de banca ética cooperativa. Do primeiro, fazem parte todos os bancos que financiam projetos que geram diretamente bens e serviços, com impactos positivos na sociedade, que são supervisionados, em termos de liquidez e transparência, pelo banco nacional do seu país, que cumprem e que possuem um organigrama de decisão tradicional, ou seja, o direito ao voto depende da participação tida no capital social do banco ou da proporção de ativos tidos

face ao total emitido, tal como o *Triodos Bank*. Do modelo de banca ética cooperativa, fazem parte todos os bancos que financiam projetos que geram diretamente bens e serviços com impactos positivos na sociedade e que detêm um sistema de gestão democrática, onde o peso do voto de cada cooperador é igual, independentemente do capital que tenha investido – “uma pessoa, um voto” – como o *Oikocredit*. Alguns destes bancos optam por se formalizarem enquanto cooperativas de crédito.

Em 2001, nasceu na Europa a Fundação Europeia de Finanças e de Bancos Éticos e Alternativos, da qual fazem parte instituições de dez países europeus e cujo objetivo é o de promover a poupança e o investimento solidário, através de uma fiscalidade favorável. A *Banca Popolare Etica*, em Itália, é um dos promotores desta iniciativa, pelos seus investidores exigirem uma gestão mais responsável e intentarem o destino do seu dinheiro a iniciativas socioeconómicas dignas de um modelo de desenvolvimento sustentável. O que se traduz na escolha das áreas de atividade a que o aforrador, no momento do depósito, tenciona destinar os seus fundos. Entre elas estão os serviços sócio-sanitários e educativos, a luta contra a exclusão social, a proteção do ambiente e dos bens culturais, a cooperação para o desenvolvimento e a ajuda internacional, o comércio justo, a qualidade de vida, a promoção do desporto para todos e iniciativas culturais.

Prevalendo a preocupação com as populações e territórios mais desfavorecidos e a sua exclusão do sistema bancário normal, a Europa, na tentativa de garantir um acesso generalizado às finanças, criou os bancos sociais, dos quais fazem parte iniciativas como: as caixas de crédito municipais, os bancos mutualistas e cooperativos e as caixas de aforro, quer sob a forma de estabelecimentos públicos, quer sob a forma de fundações municipais, de administrações ou ainda sob a forma de estabelecimentos com fins não lucrativos e cooperativas (Laville, 2009:33).

2.5. Discussão crítica dos conceitos

O Microcrédito é um dos principais instrumentos, do sistema financeiro informal, de luta contra a exclusão bancária (Laville, 2009:31). Criado, como já expresse, para combater a pobreza, o seu sucesso imediato e a sua simplicidade tornaram-no na solução de eleição para os mais desfavorecidos. Contudo, para Laville (2009), a sua expansão a nível mundial encontra-se retraída por dois pressupostos instituídos. Um, é a associação do Microcrédito ao “modelo único do empresário individual” (*ibidem*:31) que, conseqüentemente, condiciona o acesso da iniciativa coletiva a esta forma de financiamento. Apesar de aparecerem, em

diferentes locais do globo, inúmeras iniciativas coletivas empreendedoras merecedoras de Microcrédito, este pressuposto, de que o Microcrédito só deve ser canalizado para aquelas que envolvem um único empreendedor, bloqueia o reconhecimento da capacidade de inovação e o impacto social positivo que estas iniciativas coletivas teriam sendo financiadas. Este pressuposto acaba, desta forma, por condicionar a proliferação desejada deste tipo de financiamento pelo mundo, ao mesmo tempo que boicota a essência por de trás da criação do Microcrédito, sustentada por Yunus, assente no apoio a todos os empreendedores excluídos do sistema financeiro formal, por não disporem de garantias reais para tal.

O outro pressuposto, defende o surgimento de microempresas independentes como uma alternativa às regras protetoras do sistema salarial. Por outras palavras, estas microempresas, ao criarem, pelo menos, um autoemprego para o seu criador e, em alguns casos, mais alguns postos de trabalho, garantem um salário a pessoas que se encontravam em situação de desemprego. Desta forma, o Estado desmobiliza-se da sua obrigação de manter o equilíbrio salarial da sua economia, torna-se menos interventivo e canaliza para estas microempresas de iniciativa privada, motivadas pela preocupação de um bem-estar social, essa função. Face a esta “delegação de funções” do interesse do Estado, os seus fundos públicos tornam-se vitais para a existência e sobrevivência destas iniciativas, afastando o interesse pelo Microcrédito, já que o Estado assume essa função. Para contornarem esta dependência, as microempresas recorrem a parcerias bancárias através de fundos de garantia, tornando impossível a eleição de iniciativas inteiramente públicas ou inteiramente privadas. Neste sentido, e tal como no pressuposto anterior, a expansão do Microcrédito fica posta em causa, já que tanto o Estado como os bancos privados assumem o seu papel de incentivo à iniciativa privada com preocupações sociais, em prol dos seus próprios interesses.

Fugindo a esta ideia do Microcrédito enquanto panaceia, começaram a surgir novas experiências, sob a forma de ação coletiva e de intervenção pública, mais críticas do sistema bancário e mais preocupadas em combater as razões estruturais das desigualdades, que se inserem nas chamadas microfinanças. Este conceito é frequentemente alvo de confusões e permutações com o de Microcrédito, ainda que não retratem, exatamente, a mesma realidade. Em termos conceptuais, a microfinança é o conjunto de serviços financeiros de pequena escala onde se encontram incluídos o Microcrédito, os microdepósitos de poupança, os microseguros e a transferência de moeda de baixo custo (Guedes, 2012:46-47). Por outras palavras, a microfinança são todos os serviços financeiros de pequena escala, pertencentes ao sistema financeiro formal e informal, dependendo dos casos, nos quais se incluem o Microcrédito, enquanto um desses mesmos serviços. O Microcrédito, conjuntamente com os

restantes serviços, faz, assim, parte da microfinança. Consequentemente, o microfinanciamento é a concessão destes serviços financeiros de pequena escala aos indivíduos com baixos rendimentos, incluindo trabalhadores por conta própria.

Ao assumir a microfinança como uma ferramenta de desenvolvimento, Ledgerwood (2000:1) pressupõe que esta inclua nos seus serviços: empréstimos de pequenos montantes, avaliações informais dos beneficiários e dos investimentos, substitutos colaterais, acesso a novos empréstimos e de maior montante nos casos de cumprimento, produtos de poupança, seguros e até serviços de preparação e marketing, alfabetização e cuidados de saúde. Deste modo, espera-se que a microfinança contribua para a redução do risco associado aos indivíduos de baixos rendimentos, na melhoria da gestão, no aumento da produtividade e na obtenção de retornos de investimento mais consideráveis, de forma a aumentar as receitas e a melhorar as suas vidas e a dos que deles dependem (Robinson, 2001:9).

As microfinanças não são por si só um instrumento financeiro solidário. A panóplia de serviços que abrangem pode ser dividida em dois tipos. O primeiro, não solidário, tem como único objetivo a obtenção de lucro, por via dos mais desfavorecidos que, de outra forma, não conseguem obter capital: é o caso dos agiotas e das empresas comerciais direcionadas para os mais pobres, que, ou cobram juros elevadíssimos por contrapartida de prazos de pagamentos longos, ou oferecem prémios de mercadorias por sorteios, em troca de pequenos pagamentos mensais.

O segundo, solidário, destaca-se do anterior pelas entidades em que assenta, pelas operações que efetua, pelos recursos que mobiliza (Laville, 2009:32) e pelos princípios que guiam a sua forma de atuação. Neste tipo de serviço, o objetivo não é o lucro, mas sim ajudar aqueles que mais necessitam, através de “microserviços financeiros solidários”. Destinam-se tanto a empresas coletivas como a atividades que tenham um fim ecológico ou social, associando ao crédito outros serviços financeiros e um investimento na fase de acompanhamento dos projetos, tornando estas intervenções financeiras num processo continuado de socialização. Ao valorizar o coletivo, acabam por se diferenciar do Microcrédito centrado na figura do empresário individual.

Destes serviços da microfinanças solidárias, fazem parte o Microcrédito e as associações de poupança e crédito, que integram tanto os fundos rotativos – as ROSCAs, já anteriormente desenvolvidas – como as cooperativas de crédito. Nestas cooperativas, o capital é formado pelas quotas dos seus sócios e que, por meio dos seus depósitos, formam o fundo rotativo que a cooperativa empresta, única e exclusivamente, aos seus sócios. Para além da participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (Elias de Moraes *et al*, 2011:75), o

princípio condutor do cooperativismo, em especial o social, é a autogestão. Por outras palavras, isto significa que são os sócios, em assembleia, que tomam todas as decisões relativas ao funcionamento da cooperativa e que elegem os seus dirigentes, que passam a obedecer às suas decisões.

Ainda dentro do domínio das microfinanças solidárias, revela-se pertinente dar a conhecer as moedas sociais, na medida em que algumas das suas operadoras recorrem a este tipo de moeda. Estas, são um instrumento das microfinanças solidárias, substituto e complementar da moeda oficial nos mercados, onde a sua presença é escassa e, por isso, considerados mais reprimidos. Designam-se de moedas sociais, quando são produzidas e administradas pelos seus próprios utilizadores, para distribuir a riqueza, ao invés de concentrá-la com vista à obtenção de juros, como no caso da moeda oficial. Para Heloísa Primavera (2006), as verdadeiras moedas sociais devem ser múltiplas, ainda por criar e com o propósito de recuperar o sentido de inclusão social perdida, e nunca financeiro.

Enquanto instrumento de troca e meio de pagamento, as moedas sociais tendem a ser criadas e operacionalizadas por associações autogestionárias, mais precisamente pelos clubes de troca (Singer, 2009). Como já descrito, os clubes de troca são formados por indivíduos ativos, com capacidade de produzir bens ou serviços com utilidade para terceiros, mas sem mercado para os escoar e, ao mesmo tempo, com dificuldade em adquirir bens e serviços, por falta de capital. Estes clubes permitem, assim, a estes indivíduos trabalharem mutuamente e satisfazerem reciprocamente as suas necessidades. Porém, a troca de bens e serviços só pode começar quando um dos intervenientes faz uma compra e, para isso, é preciso dispor de alguma moeda. Obstáculo que é ultrapassado com a criação e uso da moeda social, recebida por cada associado na abertura da sessão de trocas. Trata-se de um empréstimo que o sócio deverá devolver quando se sair do seu clube.

Outro tipo de financiamento que começa a ganhar cada vez mais relevância e aceitação, sobretudo no sistema financeiro formal, é a finança ética. Esta abrange todas as atividades financeiras que sejam desenvolvidas com preocupações éticas, entendendo-se por preocupações éticas todas as preocupações sociais, ambientais e/ou estritamente éticas. As instituições que suportam este tipo de finança são os bancos éticos, já referidos, as sociedades gestoras de fundos de investimento éticos e as sociedades gestoras de capital de risco social ou filantrópico. O tipo de instrumentos financeiros a que estas instituições recorrem são depósitos de poupança em bancos éticos, unidades de participação em fundos éticos e capital de risco social, crédito à habitação ético e Microcrédito, na versão crédito social.

Quando alguém opta por fazer um investimento ético, escolhe a aplicação a fazer da sua poupança, de acordo com o impacto social, ambiental e estritamente ético que as atividades que esse dinheiro irá financiar têm. Na mesma lógica, os fundos éticos são fundos de investimento, que usam critérios éticos na seleção das ações a comprar, podendo estes ser negativos, quando a opção é não comprar ações de empresas, cuja atividade tenha impactos negativos, e positivos quando a escolha recai sobre as ações de empresas, cujo impacto da sua atividade é positivo para o ambiente ou para o tecido social.

No que respeita ao capital de risco filantrópico, este traduz-se numa doação de fundos a instituições de caridade, impulsionando a sua atividade de ajuda aos que mais necessitam, enquanto o crédito à habitação ético passa por conceder crédito para a aquisição de habitação “amiga do ambiente”.

Seria incorreto afirmar que todos estes instrumentos pertencem, exclusivamente, ao sistema financeiro informal, já que muitos deles ganham cada vez mais reconhecimento e aceitação no sistema formal, estando, alguns, tão institucionalizados como os demais serviços financeiros tradicionais. De igual forma, seria um erro classificar todos estes financiamentos como alternativos, ainda que, à primeira vista e tendo em conta a sua aparição e consagração no mundo ocidental, o possam parecer.

Por volta dos anos 80, em simultâneo com a internacionalização do Microcrédito de Yunus, passou-se a dar mais importância e a realizar mais estudos da economia informal nos países em desenvolvimento. Vários estudos, sobretudo os da OIT, divulgaram a existência de um setor informal “mal estruturado e pouco conhecido” (Hugon, 1997:33), que absorvia os desempregados, na sua maioria migrantes, e que permitia a circulação dos fluxos reais e monetários nas cidades. As organizações internacionais e alguns economistas ganharam então consciência da existência de atividades, vistas por eles como “marginais e secundárias” (Hugon, 1997:32), que podiam, de alguma forma, promover a reabsorção do desemprego, a luta contra a pobreza e a satisfação das necessidades principais dos indivíduos.

Enquanto elemento da economia informal, é impossível dissociar as experiências de Microcrédito do sistema financeiro que a integra, o setor financeiro informal, conceito popularizado em 1972 por Keith Hart, através do Relatório sobre o Quênia da OIT, com o papel de designar as atividades espontâneas do meio rural que absorviam parte da mão-de-obra oriunda das migrações rurais (Gama, 2004:48).

A par com o crescimento e a afirmação da economia informal, os instrumentos do sistema financeiro informal têm ganho um lugar de destaque no domínio económico e financeiro atual, justificando uma atenção especial para a distinção entre sistema financeiro formal e

informal. O primeiro, regulamentado e organizado, é composto por todas as instituições financeiras institucionalizadas, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e agências financeiras formais públicas ou privadas. O segundo, não regulamentado, integra os intermediários financeiros informais e não institucionalizados, como os agiotas, os credores familiares, grupos populares, fundos rotativos e muitas das organizações de Microcrédito e microfinança (Psico, 2007:19).

Porém, este reconhecimento e presença recorrente no discurso social, nem sempre acontece da forma mais digna, nem corretamente associado às práticas desenvolvidas. Importa, por isso, começar por definir financiamentos alternativos e distingui-los de financiamentos complementares.

Fala-se em financiamentos alternativos, sempre que estes obedeçam a lógicas diferentes do financiamento tradicional, ou seja, sempre que os seus contornos não se enquadrem nem na economia de mercado nem na economia pública. Como o nome antecipa, são uma alternativa aos financiamentos conhecidos e aceites na economia formal. Como, por um lado, não configuram a lógica de mercado ou pública e, por outro, é um conceito relativamente recente, pode tomar como referência os princípios e valores da Economia Social e Solidária, já aqui apresentados.

Desta forma, as instituições de Economia Social e Solidária estão mais capacitadas para promoverem o sistema financeiro alternativo, já que são as que integram e compreendem verdadeiramente os princípios e valores da Economia Social e Solidária, no exercício da sua atividade. Assim sendo, só parece possível falar em financiamentos alternativos quando esses financiamentos incorporam os princípios e valores da Economia Social e Solidária e são, ao mesmo tempo, difundidos pelas instituições de Economia Social e Solidária.

Existem, em paralelo, programas públicos e algumas estratégias de bancos comerciais com financiamentos que, à primeira vista, podem parecer alternativos, mas que na verdade são apenas uma componente de outras formas de financiamento dito normal, de que estes já dispõem usualmente. Nestes casos, como os princípios e valores da Economia Social e Solidária não substituem os da função pública nem os comerciais para o exercício destes financiamentos, não se trata de financiamentos alternativos, mas sim de financiamentos complementares. Como o nome indica, complementam o leque de oferta de serviços que estas iniciativas dispõem, atraindo mais consumidores sem alterar o seu objetivo final, o lucro ou os interesses prosseguidos pelo Estado.

Basicamente, os financiamentos alternativos são uma alternativa aos financiamentos existentes no sistema financeiro formal, por serem em tudo diferentes na sua essência. Os

financiamentos complementares, por seu turno, são apenas mais um tipo de financiamento que as iniciativas privadas e públicas acrescentam ao rol de serviços financeiros de que já dispõem, de forma a abranger e a atrair o maior número de clientes possível, já que o seu objetivo se centra sempre no lucro ou nos interesses do Estado.

Apresentam em geral três grandes diferenças:

- ✘ *Público-alvo* – No caso dos financiamentos alternativos, este encontra-se excluído do mercado formal, enquanto que o público-alvo dos financiamentos complementares é sobretudo constituído pelos indivíduos integrantes do mercado;
- ✘ *Exigências* – A ausência de exigências reais nos financiamentos alternativos opõe-se à existência de taxas de juro e condições de garantias no acesso aos financiamentos complementares;
- ✘ *Objetivos* – O sistema financeiro alternativo centra o seu objetivo nas questões sociais enquanto o principal objetivo associado aos financiamentos complementares é o lucro.

Apesar de tudo, nem todos os financiamentos do sistema informal são alternativos. Como enunciado, existem pressupostos a cumprir para que o financiamento em questão possa ser considerado alternativo, o que nem sempre se verifica. Algumas iniciativas da economia informal, como os agiotas, os bancos populares ou as sociedades de financiamento, têm como objetivo o lucro, aproximando-se mais da iniciativa privada do que, propriamente, dos princípios e valores da Economia Social e Solidária. Como o seu objetivo de atuação se sobrepõe ao interesse comum e ao interesse geral, estes, apesar de fazerem parte do sistema financeiro informal, não passam de financiamentos complementares.

Por outro lado, em alguns casos específicos, um financiamento alternativo pode ser usado como complementar, sem que a sua essência seja deturpada. Por exemplo, um pequeno empresário recorre ao crédito “normal” para consumo e ao Microcrédito, enquanto financiamento alternativo, para melhorar o seu negócio de pequena escala, por não o ter conseguido fazer através da banca formal. Nesta situação, apesar do Microcrédito continuar a ser um financiamento alternativo, por enquadrar todos os requisitos para tal, é usado como financiamento complementar, isto é, a sua lógica é alternativa mas o uso que lhe é dado é complementar.

Assim, dentro do sistema financeiro informal, podem existir financiamentos alternativos mas também complementares, dependendo dos princípios e valores pelos quais as iniciativas são regidas.

Da mesma forma que as atividades da economia informal surgem como resposta às falhas de integração da economia formal, também o sistema financeiro informal procura ultrapassar as

lacunas na oferta do sistema financeiro formal. Em geral, quem recorre a este tipo de financiamento são indivíduos, cujo acesso às instituições financeiras formais está limitado ou impedido. Como este sistema apresenta exigências de seleção consideravelmente reduzidas e custos de transação baixos, permite aos excluídos dos sistemas oficiais o financiamento que dificilmente obteriam por outra via (Guedes e Amaro, 2014:175).

2.6. Novos instrumentos financeiros, complementares e alternativos

Com vista a um melhor entendimento dos conceitos analisados no presente capítulo teórico, o quadro que se segue, em jeito de consolidação, procura identificar e classificar os financiamentos alternativos e complementares abordados, que pertencem ao sistema financeiro formal e ao sistema financeiros informal, com a inclusão de exemplos concretos.

Quadro 2.13. – Novos instrumentos financeiros, complementares e alternativos

	Sistema financeiro formal	Sistema financeiro informal
Financiamento alternativo	Microfinanças Solidárias: Microcrédito (OESS)	Microfinanças Solidárias: Microcrédito (Popular)
	Microfinanças Solidárias: Cooperativas de Crédito	Microfinanças Solidárias: Fundos Rotativos (ROSCA)
	Outras formas de microfinanças solidárias	Microfinanças Solidárias: Moeda Social
	Finança Ética: Fundos éticos, capital de risco social e outros (OESS)	
Financiamento complementar	Microfinanças: Microcrédito bancário	Microfinanças: Agiotas
	Finança Ética: Depósitos de poupança em bancos éticos	Microfinanças: Credores familiares
	Finança Ética: Unidades de participação em fundos éticos	
	Finança Ética: Capital de risco social	
	Finança Ética: Crédito à habitação ético	
	Finança Ética: Microcrédito na versão crédito social	

Fonte: Construído pela autora

CAPÍTULO 3 – SUSTENTABILIDADE

3.1. Introdução

O último conceito que será abordado nesta tese de Doutorado será o conceito de Sustentabilidade, na medida em que uma das principais preocupações que orientou a resolução deste mesmo trabalho foi de perceber até que ponto é que a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito pode ou não ser compatível com os princípios e valores da Economia Social e Solidária.

Falar de Sustentabilidade não faz sentido sem que antes a história dos seus antecedentes seja revisitada. Neste sentido, o primeiro ponto deste capítulo dirá respeito ao conceito de Desenvolvimento, onde serão analisadas as suas influências históricas, como era entendido o conceito no período que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial, bem como as alterações que ocorreram à sua interpretação nos últimos 30-40 anos.

A grande interdependência e complementaridade existente entre o conceito de Sustentabilidade e o de Desenvolvimento Sustentável faz com que o segundo ponto seja dedicado inteiramente a este conceito. Enceta com a sua emergência histórica e a evolução que foi sofrendo desde o seu aparecimento, para terminar com uma reflexão crítica, em jeito de proposta para um novo conceito de Desenvolvimento Sustentável, mais harmonizado com as exigências da sociedade do século XXI.

Finalmente, o ponto relativo à Sustentabilidade debruçar-se-á sobre a contradição que se verifica entre o Desenvolvimento Sustentável na perspectiva macro e o conceito de Sustentabilidade na perspectiva micro. Já que a perspectiva macro diz respeito à sociedade no seu todo e a perspectiva micro às organizações, este ponto começa por clarificar esta diferença de interpretações da Sustentabilidade quando direcionada a alvos distintos. Perante a influência que o Desenvolvimento Sustentável exerce sobre o entendimento da Sustentabilidade, o ponto seguinte diz respeito à influência que o Desenvolvimento Sustentável exerce na análise da Sustentabilidade das organizações, culminando numa proposta para um conceito de Sustentabilidade reformulado.

3.2. Evolução do conceito de Desenvolvimento

3.2.1. Influências históricas do conceito

O nascimento do conceito de Desenvolvimento é, recorrentemente, associado ao período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, mas as ideias da época que sustentam esta associação tiveram por base as teorias económica, política e sociológica clássicas, desenvolvidas na Europa no século XVIII (Willis, 2011:36).

Um dos teóricos que mais influenciou as ideias de desenvolvimento económico vindouras foi Adam Smith. Considerado o pai da economia moderna, Adam Smith publicou em 1776 aquela que viria a ser a sua obra mais famosa *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, comumente reconhecida como *A riqueza das nações*, em jeito de reação à importância que o mercantilismo ocupava na economia política da Europa Ocidental nesse período (*ibidem*).

No decorrer do século XVIII, o liberalismo económico não era visto com bons olhos, quer pelo Reino Unido, quer pelos EUA. Como o comércio era a maior fonte de crescimento económico dos países, os comerciantes e as grandes empresas mercantis detinham um enorme poder em relação aos governos nacionais e, por isso, aceitavam a existência de medidas protecionistas já que viam nelas o suporte necessário para continuarem com os seus negócios, sem terem que lidar com a instabilidade que a livre concorrência trazia consigo. Contrariando a crença económica da época, Adam Smith defendeu que este protecionismo em nada impulsionava o desenvolvimento económico dos países. Ao contrário do que se verificava até então, para ele, o foco devia estar direcionado para a forma de produção e não para o comércio. Por outras palavras, Adam Smith defendia a divisão do trabalho, o que pressupunha que, em vez de todos os trabalhadores serem responsáveis por todas as fases do processo produtivo, deviam ser divididos, focando-se em apenas uma dessas fases. Desta forma, especializar-se-iam na tarefa desempenhada e conseguiriam produzir mais no mesmo intervalo de tempo, o que resultaria num incremento da produtividade, no aumento do crescimento económico e, conseqüentemente, em mais riqueza criada.

Crete de que os indivíduos são seres racionais e egoístas, que agem em benefício próprio, Adam Smith recusa a necessidade de intervenção do Estado na economia, já que os agentes económicos sabem o que é melhor para si e a soma das suas decisões, que têm como propósito o seu bem-estar individual, origina o bem-estar coletivo. Existe, assim, uma “espécie de mão invisível” (Smith, 2006) que faz com que o mercado funcione livremente, de

forma harmoniosa, sem que sejam necessárias intervenções exteriores, que só prejudicariam a sua eficiência.

David Ricardo, outro clássico de grande influência e, também ele, um defensor do liberalismo económico, teve um papel fundamental na questão do comércio internacional, graças à sua teoria das vantagens comparativas, considerada a base desta temática. De acordo com esta teoria, todos os países podem participar no comércio internacional, mesmo quando um país é, absolutamente, menos eficiente a produzir todos os bens, desde que centre a produção nacional e exporte os bens que produz, de acordo com as disponibilidades do país, de forma relativamente mais eficiente. Para David Ricardo, fazia mais sentido que os países se especializassem na produção e exportação de um bem do que tentarem produzir todos os bens, porque, para além de permitir uma melhor afetação dos recursos, tal como defendeu Adam Smith, a especialização promove a eficiência e o crescimento económico.

Outros se seguiram, procurando entender as causas e as perspetivas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial, introduzindo nas suas reflexões problemáticas associadas à mudança, ao progresso, ao bem-estar, à riqueza e ao próprio desenvolvimento (Amaro, 2003).

A destacar Thomas Malthus que através dos seus ensaios, cujo princípio fundamental assenta na ideia de que a população cresce a uma velocidade superior à produção de alimentos, na medida em que, a população tende a crescer em progressão geométrica e a produção de alimentos apenas em progressão aritmética (Caldas e Ferreira, 2007), introduziu a problemática dos limites decorrentes dos recursos naturais alimentares. Para este pastor anglicano, que viria a ser o primeiro professor de Economia Política, esta desproporção entre população e bens alimentares só não se manifestaria, porque o crescimento populacional é limitado pelas leis naturais – guerra, fome, infanticídio, prostituição, contraceção.

John Stuart Mill, também ele pertinente graças à sua interpretação de economia política enquanto ciência que estuda o ser humano em sociedade, mas apenas como um ser cuja motivação fundamental é o desejo de obter o máximo de riqueza possível, com o mínimo esforço, sendo por isso, capaz de julgar a eficácia relativa dos meios de produção que permitem realizar essa finalidade.

Ainda no século XIX, tanto a teoria revolucionária da história – segundo a qual a satisfação das condições materiais da vida é o motor da evolução –, como a do desenvolvimento de Karl Marx, destacam-se também nesta busca pelo entendimento e referência ao desenvolvimento. Por um lado, Marx defendia que mais cedo ou mais tarde o socialismo substituiria o capitalismo, na medida em que o acumular das suas contradições impulsionaria a luta de

classes e a revolução, o que, num primeiro momento, faria o nível de desenvolvimento decrescer, e o descontentamento generalizado acabaria por resultar, no momento seguinte, numa expulsão do poder político vigente, substituindo-o pelo socialismo. Por outro lado, apesar desta associação do capitalismo à quebra do desenvolvimento, Marx continuava a olhar para o próprio desenvolvimento numa perspectiva materialista de base económica, como os restantes autores e pensadores.

De salientar ainda Joseph Schumpeter, autor do primeiro quartel do século XX, já que foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista e a reafirmar a importância do empreendedor, enquanto agente de inovação, neste processo de mudança. Segundo este autor, a mudança era um traço característico do sistema capitalista decorrente dos seus próprios fatores endógenos, e deveria ser encarada como algo evolutivo, como uma transformação dos próprios mecanismo do sistema. A fonte de energia que permitia explicar esta mudança era denominada de inovação e o agente desta inovação, o empreendedor, que não é um capitalista, não é um gestor, nem um inventor, mas antes alguém que faz coisas novas ou coisas já inventadas de uma nova maneira. Pode financiar a sua atividade com capital dos outros, não pressupõe a administração de uma empresa e não produz ideias, apresenta, antes, coisas feitas (*ibidem*).

Apesar do reconhecimento das inúmeras referências feitas, de forma mais ou menos direta, em períodos da história precedentes, a verdade é que o conceito de desenvolvimento só ganhou estatuto científico fundamentado e continuado após a Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial, com mais impacto em alguns países do que noutros, trouxe consigo grandes mudanças a nível mundial. Considerado o conflito mais letal da humanidade, destaca-se pelos inúmeros ataques dirigidos a civis, já que a distinção entre estes e militares se dissipou nos seus seis longos anos de duração, resultando num massacre com mais de 70 milhões de mortes.

Para além das vítimas, aquando da vitória, em 1945, da aliança militar dos Aliados, liderada pelos EUA, a União Soviética e o Império Britânico, sobre a aliança militar do Eixo, liderada pela Alemanha, Itália e Japão, a Europa encontrava-se completamente destruída.

Conscientes de que o prolongamento da crise europeia iria pôr o futuro do capitalismo em risco e, em contrapartida, abriria espaço à expansão do comunismo, os EUA, preocupados com a preservação da sua economia estável, apresentaram em 1947 o Plano *Marshall*. O seu objetivo geral centrava-se em recuperar e impulsionar o crescimento económico dos países capitalistas europeus, sobretudo através de empréstimos financeiros, garantindo um vínculo entre estes países e os EUA, ao mesmo tempo que se limitavam os avanços do socialismo

protagonizados pela União Soviética. Desta forma, a Europa, na tentativa de se libertar do Nazismo, acabou por se colocar numa posição de sujeição entre estas duas potências em crescimento, os EUA e a União Soviética, que não tinham qualquer interesse em proteger os impérios coloniais europeus, mas sim em extinguir as ideologias políticas que cada um deles protagonizava.

Em 1949, o presidente dos EUA, Truman, apresentou, no seu discurso inaugural, quatro ideias que rapidamente geraram consenso. A primeira, ditava que os EUA continuariam a apoiar a Organização das Nações Unidas, na sua missão de estimular a cooperação global e evitar futuros conflitos. A segunda, que o Plano *Marshall* seria mantido de forma a que a reconstrução da Europa pudesse ser concluída com sucesso. A terceira, implicava a criação de uma organização de defesa conjunta, a NATO, com a função de fazer frente à ameaça da União Soviética sobre os países capitalistas. Por fim, a quarta, não tão consensual, previa que o apoio que já era prestado pelos EUA a alguns países da América Latina, fosse alargado aos países mais pobres do mundo (Rist, 2008:70). Segundo Rist (2008:71), este último ponto inaugurou a “Era do Desenvolvimento” já que, pela primeira vez na história, um presidente dos EUA defendeu que o suposto desenvolvimento industrial e científico, detido pelo seu país, devia ser usado para ajudar os países mais pobres a reverterem a sua condição de subdesenvolvimento, aproximando-se o mais possível daquilo que era considerado como um país desenvolvido. Não se limitando aos EUA, esta estratégia de ajuda aos países mais pobres visava uma parceria entre os países considerado desenvolvidos e as Nações Unidas, com o objetivo do mundo alcançar um nível de desenvolvimento similar.

Neste sentido, o processo de independência da maioria das colónias europeias após a Segunda Guerra Mundial, resultante tanto dos novos ventos democráticos, como dos interesses estratégicos dos EUA, mas também da influência da outra superpotência saída da guerra, a União Soviética, é considerado por vários autores como a razão pela qual o aparecimento do conceito de Desenvolvimento está associado ao pós Segunda Guerra Mundial.

Porém, Amaro (2003:40-41), apresenta outras razões complementares que justificam esta associação, nomeadamente:

- * Os desafios da reconstrução europeia com o apoio do Plano *Marshall*, que levou os países da Europa, destruídos ou afetados pela Segunda Guerra Mundial, a visar a retoma dos seus caminhos de progresso e riqueza, considerado portanto de desenvolvimento;

- ✘ As exigências da Guerra Fria, que implicaram a existência de uma base de acumulação produtiva, que sustentasse a corrida aos armamentos, a constante inovação tecnológica e a apresentação de resultados de progresso, do ponto de vista ideológico;
- ✘ A afirmação do *keynesianismo*, como novo paradigma da Ciência Económica, implicando o princípio da regulação através da intervenção do Estado na Economia e viabilizando o seu papel na realização do progresso e no aumento do bem-estar das sociedades, ao contrário da corrente dominante desde o século XIX, que via no mercado a garantia automática do bem-estar, sem necessidade de formular teorias e definir estratégias de desenvolvimento;
- ✘ As novas formações idealistas saídas da Segunda Guerra Mundial, a favor do progresso e da paz entre os povos, que se traduziram em inúmeras referências e compromissos da ONU, bem como em declarações e afirmações solenes como *As Quarto Liberdades* do presidente Roosevelt, a Carta Atlântica assinada por Roosevelt e Churchill e o *Ponto Quatro* da declaração do presidente Truman.

3.2.2. Conceito de Desenvolvimento no pós-guerra

O que o *Ponto Quatro* da declaração do presidente Truman traz de novo, não é o conceito de desenvolvimento, por si só, já que esse remonta a um período anterior na história, mas sim o de subdesenvolvimento. Como o ponto anterior deixa patente, o recurso ao conceito de desenvolvimento já havia sido feito pelos clássicos do século XVIII nas suas teorias, tendo todas elas em comum o facto de o apresentarem como um fenómeno intransitivo, algo que pura e simplesmente acontece sem que seja possível fazer alguma coisa para o alterar (Rist, 2008:73). O recurso, pela primeira vez, ao conceito de subdesenvolvimento, como um sinónimo de áreas economicamente atrasadas, veio alterar este sentido estático, até então, dado ao conceito de desenvolvimento, criando uma nova relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Esta inovação latente na declaração de Truman traz consigo a ideia de mudança e de dinâmica, mudança na direção tomada para se alcançar o estado final que se ambiciona, o desenvolvimento, e dinâmica implícita na possibilidade de concretizar essa mesma mudança. Deixa de ser uma questão alusiva, apenas, a países já desenvolvidos e torna-se possível desenvolver uma região com um nível de desenvolvimento considerado abaixo dos países de referência.

Está, portanto, subentendido que o conceito de desenvolvimento toma como referência, na sua formulação, os países considerados desenvolvidos, ou seja, os países europeus inseridos nas

sociedades industriais que, durante o período de 200 anos que intervalou os finais do século XVIII e a Segunda Guerra Mundial, descreveram um percurso desejável, a caminho de uma sociedade de abundância. Como clarificado no ponto relativo ao enquadramento histórico do conceito de Economia Social⁹, a sociedade do século XIX insere-se na Era Industrial e reúne um conjunto de características resultantes de dois marcos históricos, que em muito influenciaram a base produtiva e as condições de vida, mas também os valores e as referências ideológicas, são eles, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Sendo a abundância o grande objetivo das sociedades industriais, enquanto sinal de desenvolvimento, e já que estes países a alcançaram, o comportamento seguido ou as “boas práticas” adotadas, são encaradas como devendo ser o guia para todos os outros países, que se encontravam numa condição de subdesenvolvimento e que ambicionavam ser desenvolvidos. Rist (2008:40) justifica esta supremacia do ocidente sobre o resto do mundo recorrendo a três factos: “o progresso tem a mesma natureza que a história, todos os países percorrem o mesmo caminho embora com velocidades diferentes do ocidente, que é um líder indiscutível, graças à dimensão da sua produção, ao papel dominante que a Razão nela exerce e à escala das suas descobertas científicas e tecnológicas”.

Neste sentido, as principais abordagens ao desenvolvimento nos anos 50 do século XX recaiam, por um lado, em teorias da modernização, assentes no princípio de que todos os países deviam seguir o modelo europeu e, por outro, em teorias estruturalistas que defendiam que os países do Sul deviam aumentar a sua interação com a economia global, para permitir o crescimento da sua economia doméstica (Willis, 2011:28).

Contudo, o subdesenvolvimento não é o oposto de desenvolvimento. Segundo Rist (2008), o subdesenvolvimento é visto, apenas, como algo incompleto é, por assim dizer, um estado embrionário quando comparado com o desenvolvimento, o estado final que se pretende que todos os países atinjam. Esta ideia pressupõe que existe um conjunto de etapas, deixadas como exemplo pelos países já desenvolvidos, que os países subdesenvolvidos têm, obrigatoriamente, que percorrer para atingirem o estado de desenvolvimento. De acordo com Rostow (1960:4-9), na sua obra *As etapas do crescimento económico*, é possível identificar a etapa em que cada país se encontra, de acordo com a sua dimensão económica:

- ✦ *Sociedade primitiva* – A sociedade primitiva tem uma estrutura produtiva bastante limitada e, por isso, as suas atividades centram-se, sobretudo, no sector primário. Sem grandes tecnologias ou instrumentos, a força de trabalho é de carácter humano e

⁹ Cf. Ponto 1.2.1. Enquadramento histórico (Pág. 10).

animal, conseqüentemente os níveis de produtividade são baixos e o crescimento económico nulo. Enquanto os países desenvolvidos passaram por esta etapa na Idade Média, os países subdesenvolvidos só estão a passar por ela agora.

- ✘ *Criação de condições para a mudança* – Nesta etapa são criadas condições para que haja mudanças face à fase anterior, nomeadamente no que diz respeito à economia – propriedade, meios e métodos de produção, trocas comerciais – e aos valores sociais, que tendem a refletir-se a nível político. A Grã-Bretanha, graças à sua posição geográfica, aos recursos naturais, à capacidade de negociação e à sua estrutura social e política, foi o primeiro país a reunir todas as condições necessárias para passar à etapa seguinte.
- ✘ *Take-off* – Este é o momento chave na história das sociedades modernas, é a etapa em que as resistências ao crescimento constante são superadas e o crescimento passa a ser uma condição normal das economias. Inicia-se o processo de industrialização, nos países ocidentais deu-se a Revolução Industrial e assistiu-se a um crescimento económico exponencial.
- ✘ *Industrialização em “velocidade cruzeiro”* – Após o crescimento económico alcançado na etapa anterior, é desejável que este se mantenha e se alastre. É nesta fase que a economia demonstra que consegue ir mais além da indústria que impulsionou o seu *take-off*, absorvendo e aplicando de forma eficiente os frutos da aposta da mais recente tecnologia. É a etapa em que uma economia demonstra que tem a tecnologia e as competências empresariais, não para produzir tudo, mas para produzir o que quiser. Os dados revelam que a mudança do *take-off* para a industrialização em “velocidade cruzeiro” demora, aproximadamente, sessenta anos.
- ✘ *Era do consumo em massa* – Como resultado da industrialização em “velocidade cruzeiro”, os salários aumentaram para lá do que era necessário para garantir a alimentação básica, casa e roupa, e a força de trabalho modificou-se de tal forma que a população centrou-se em meio urbano, em postos de trabalho bastante exigentes, intelectualmente sujeitos e com uma enorme necessidade de admitir os frutos da indústria moderna. Indo de encontro às necessidades da população, nesta etapa final, os sectores líderes passam a ser de produtos duradouros e de serviços, centrando as economias no sector terciário.

Após a associação da etapa ao país, este deve seguir o percurso talhado pelos mais avançados, cumprindo todas as exigências de cada uma das etapas que se seguem, não sendo possível atingir o desenvolvimento de outra forma.

Dadas as influências que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa exerceram sobre a sociedade industrial, o conceito de desenvolvimento no pós-guerra estava, frequentemente, associado a crescimento económico, a leitura prevalente era, aliás, a de que o desenvolvimento se dava, somente, através do impulso do crescimento económico, tornando-se frequentemente seu sinónimo.

Apesar de Rostow (1960) defender que o desenvolvimento não é crescimento económico, acaba por não fugir à associação entre os conceitos. Como considera o desenvolvimento um processo complexo, ao contrário do crescimento económico que é um processo específico de produção de bens e serviços, o primeiro acaba por se basear no segundo. Estando o crescimento económico na base do desenvolvimento, para este economista do desenvolvimento, o indicador de excelência do desenvolvimento de um país seria, então, o rendimento *per capita*.

Arthur Lewis, também ele um autor de referência nesta dicotomia de conceitos, foi o primeiro a abordar a questão do desenvolvimento de forma mais abrangente na sua obra de 1955, *A teoria do crescimento económico*, valendo-lhe o galardão do Prémio Nobel da Economia em 1975.

Para este economista, a história mostra que o desenvolvimento teve origem na modernização das estruturas sociais e, por isso, um país só será desenvolvido se as suas estruturas sociais sofrerem uma modernização, entendendo-se por estruturas sociais a produção, o consumo, a poupança, o governo, a cultura, os valores e o comportamento humano.

Ainda que, na sua análise ao desenvolvimento, o seu maior interesse recaia sobre a produção, Lewis deixa claro que o que importa para a riqueza de um país não é a sua produção total, porque a base fundamental para o seu desenvolvimento é a taxa a que a produção cresce em relação ao crescimento da população. Logo, o crescimento económico é o “crescimento da produção *per capita*” (Lewis, 1955:10), sendo esta a verdadeira chave para o processo de desenvolvimento de um país.

Neste sentido, a modernização deve estar centrada na economia, direcionando a vontade humana para a obtenção de uma melhoria dos resultados obtidos dos seus esforços e dos seus recursos (*ibidem*:23), mas, sobretudo, na indústria, por ser a estrutura social através da qual o investimento em progresso tecnológico mais eficazmente é convertido em aumento de produtividade e crescimento económico. Daí a importância dada por Lewis à relação entre a produção, o consumo, a poupança e o governo, mas na perspectiva do crescimento da produção e não do crescimento do consumo (*ibidem*:9).

Um país, ao iniciar o seu processo de modernização pela base industrial, para além de aumentar a produtividade aumenta também o rendimento dos indivíduos, o que se repercute numa mudança de comportamentos no que respeita ao aumento e à multiplicidade do consumo. O que significa que, estando o processo de modernização centrado quer na economia, quer na base industrial, inevitavelmente as outras estruturas sociais são arrastadas para este processo, iniciando-se a substituição das estruturas sociais tradicionais por estruturas sociais modernas. O crescimento económico depende, assim, não só dos recursos naturais disponível mas também do comportamento humano (*ibidem*:10).

Acabando por incentivar a imitação, tal como a abordagem de Rostow (1960), Lewis (1955) defende que a estratégia de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos passa pela instalação de um núcleo moderno, com base na inovação industrial, patrocinada pelo governo ou pelo estrangeiro, seguindo o exemplo do processo de desenvolvimento protagonizado pelos países desenvolvidos.

O contributo destes dois autores tanto para a definição do conceito de desenvolvimento no pós-guerra, como para as estratégias de desenvolvimento dos novos países e a cooperação para o desenvolvimento é evidente. Porém, tornaram-se alvo de críticas por refletirem uma visão economicista e uma perspetiva industrialista do desenvolvimento, por promoverem uma ideologia “etapista” que leva a uma lógica de imitação, assente numa perspetiva etnocêntrica, baseada no eurocentrismo e por impulsionarem o uniformismo do consumo em massa.

Em jeito de síntese, o conceito de desenvolvimento, no período após a Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se, por um lado, pela forte influência que a realidade europeia teve na sua formulação, fazendo dele um conceito “eurocentrado” (Amaro, 2003:42). Por outro lado, por estar intimamente associado ao conceito de crescimento económico, tornando-o, frequentemente, condição necessária e suficiente do desenvolvimento, de que dependem as melhorias de bem-estar da população a todos os outros níveis, como a educação, a saúde, a habitação, as relações sociais, o sistema político e os valores culturais. Ao mesmo tempo, os indicadores de crescimento económico, em particular do rendimento *per capita*, são usados, sistematicamente, para classificar os países em termos de desenvolvimento. Esta associação de conceitos, rapidamente se alastrou ao de industrialização, uma vez que o crescimento económico está, como já referido, historicamente associado aos países considerados desenvolvidos, rapidamente a expressão países industrializados se tornou sinónimo de países desenvolvidos (*ibidem*:48).

3.2.3. Renovação do conceito nos últimos 30-40 anos

A partir do final dos anos 60/início dos anos 70 as abordagens e as práticas do desenvolvimento, oriundas das correntes de pensamento do pós Segunda Guerra Mundial, sofreram uma mudança de tal forma, que desencadeou, nos 30 anos seguintes, uma busca intensa por novas conceptualizações e estratégias deste conceito.

Por detrás desta viragem de pensamento e de abertura a um novo entendimento do conceito de desenvolvimento estão cinco fatores considerados essenciais por Amaro (2003:52-55):

- ✦ A crescente desilusão e frustração que se vivia nos países subdesenvolvidos, face às expectativas de desenvolvimento falhadas dos modelos propostos ou impostos pelos países desenvolvidos. Quer o compromisso assumido pelos países desenvolvidos de ajuda aos subdesenvolvidos, com cerca de 1% do seu PIB na década de 60, na designada “primeira década de desenvolvimento”, quer o compromisso estabelecido na década seguinte, “segunda década de desenvolvimento” (reduzindo aquela ajuda para 0,7% do PIB), falharam, ficando os resultados do proclamado desenvolvimento muito aquém do esperado. Paralelamente, para além da Nova Ordem Económica Internacional, reivindicada pelos países do Terceiro Mundo, que previa uma maior atenção aos países subdesenvolvidos, não ter passado de uma ideia, os dois choques petrolíferos contribuíram ainda mais para o problema das dívidas externas destes países, encurralando-os nos Programas de Ajustamento do FMI e do Banco Mundial.
- ✦ O aparecimento e constante multiplicação de sintomas claros de “mal-estar social” nos países desenvolvidos, como as revoltas estudantis e sociais ocorridas em Maio de 1968 em França e no ano seguinte, em Maio de 1969 em Itália, contra o modelo de desenvolvimento, o movimento *hippie* durante a segunda metade da década de 60, a agitação social e étnica ligada a movimentos como o *black power* e, ainda, os protestos contra a Guerra do Vietname, no início dos anos 70, nos EUA. Surgiram também estudos sociológicos, nos anos 70 e 80, que evidenciavam outras manifestações de “mal-estar social” mais permanentes, como: a quebra das relações sociais, consequência de um maior individualismo e de solidão registados; a necessidade, cada vez mais evidente, de consumos aditivos como forma de compensação; mais situações de stress profissional e doenças associadas, bem como um maior recurso a consultas de psicologia, psiquiatria e psicanalistas, e o aumento da taxa de suicídio, nalguns dos chamados países desenvolvidos.

- ✘ A tomada de consciência dos problemas ambientais, causados pelo modelo predominante, consagrada a partir da primeira Conferência organizada pela ONU em 1972, em Estocolmo, sobre o ambiente e o desenvolvimento, e da publicação, no mesmo ano, do estudo do Clube de Roma, *Limites para o crescimento*. Este estudo revelou que não era possível manter os níveis e os ritmos, até então, de crescimento económico e demográfico, de sobreutilização dos recursos naturais e de produção de lixos e poluentes, impondo-se uma estratégia diferente, que visasse a contenção e a durabilidade sustentada do desenvolvimento.
- ✘ A passagem de um crescimento económico elevado e regular, característico dos “anos dourados” do pós-guerra, para um crescimento irregular e com várias crises difíceis de ultrapassar. Verificou-se, portanto, uma mudança no tipo de crescimento económico, agora menos criador de empregos, ou por outro lado, criador de cada vez mais empregos precários e desqualificados, alterando o padrão de emprego do pós-guerra assente no princípio do Fordismo – emprego seguro e estável. Consequentemente, a distribuição do rendimento, até então considerada equitativa, passou a ser a mais desigual. Esta mudança, acabou por pôr em causa a relação tida como virtuosa após a Segunda Guerra Mundial, entre crescimento económico e desenvolvimento, na medida em que os indicadores começaram a revelar que crescimento económico nem sempre é sinónimo de desenvolvimento.
- ✘ E, ainda, a multiplicação de diversas crises e “mal-estares sociais”, económicos, ambientais e políticos, também nos países socialistas: começando pela “Primavera de Praga de 1968”; continuando com a crise laboral na Polónia, que afetou, com constantes greves, o sector mineiro e naval, fundamentais à economia, fazendo emergir o protagonismo do “Solidariedade” e de Lech Walesa, ao mesmo tempo que a igreja católica ganhava peso com a eleição de um Papa Polaco, João Paulo II; o ressurgimento de senhas e de filas de racionamento e, naturalmente, das dificuldades de abastecimento de bens essenciais na URSS; a crise ambiental resultante do desastre nuclear de Chernobyl; e a crise política impulsionada por Mikhail Gorbachov com as suas palavras de ordem – *Perestroika*¹⁰ e *Glasnot*¹¹ –, que culminaram com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o conseqüente desmantelamento da URSS.

¹⁰ Restruturação.

¹¹ Transparência.

A simultaneidade destes acontecimentos trouxe consigo um clima de desagrado face à conceção e às práticas daquilo que, até então, era entendido como desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a intenção de encontrar algo novo que melhor se coadunasse com as necessidades de todos os envolvidos, abrindo caminho, nos últimos 30-40 anos, à era do “pós-desenvolvimento” (Escobar, 2005). Esta busca fez surgir inúmeros adjetivos associados à palavra desenvolvimento, bem como tantas outras designações na tentativa de renovação do conceito. De todos eles, para Amaro (2003:55) destacam-se seis, que, de acordo com os seus conteúdos e contextos científicos e institucionais, se podem organizar em três grandes fileiras: a ambiental, das pessoas e das comunidades e a dos Direitos Humanos e da dignidade humana.

A primeira, a fileira ambiental, procura conciliar o desenvolvimento com a consciência ambiental, afirmada, como já descrito, institucionalmente, a partir de 1972, através da Conferência de Estocolmo e do estudo do Clube de Roma. O conceito consagrado como o melhor representante desta fileira, e que merecerá uma maior exposição no ponto seguinte, é o Desenvolvimento Sustentável, definido pela Comissão das Nações Unidas, em 1987, como o processo que procura satisfazer as necessidades e as aspirações do presente sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras. Não abolindo o crescimento económico, este conceito reconhece que o problema da pobreza e do subdesenvolvimento não pode ser resolvido, enquanto não existir uma nova era de crescimento, onde os países em desenvolvimento sejam a principal preocupação e que dessa posição retirem benefícios (WCED, 1987).

Já a fileira das pessoas e das comunidades, procura que estes elementos, as pessoas e as comunidades, sejam os atores principais do desenvolvimento, e, por isso, é também reconhecida como a fileira da participação e da cidadania, onde o desenvolvimento se pressupõe que seja, em primeira instância, “o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos.” (Amaro, 2003:57). Aqui, a satisfação das necessidades é uma consequência, deste exercício de cidadania e participação plena, e não um fim.

Os dois conceitos-chave de desenvolvimento que se inserem nesta fileira, são o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Participativo. O primeiro, o Desenvolvimento Local, direciona a questão do desenvolvimento para determinada realidade local. Neste sentido, pode ser entendido como o processo de satisfação das necessidades e da melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir das suas capacidades, numa perspectiva integrada dos problemas que apresenta e das respostas que se conseguem alcançar com os recursos locais disponíveis (Amaro, 2003:57). Por sua vez, o Desenvolvimento Participativo

coloca a participação no centro das preocupações do desenvolvimento, através da mobilização da sociedade civil a partir das bases (Friedmann, 1996). Por outras palavras, o Desenvolvimento Participativo passa pela adoção de metodologias de participação absoluta, desde a conceção, à execução, passando pelo acompanhamento, de todos, no que respeita aos processos de mudança e da melhoria das condições de vida das populações, garantindo a afirmação plena da cidadania.

Por último, a fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana tem como objetivo aliar o desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e à garantia de limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana, traduzindo-se tal preocupação nos conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social.

O conceito de Desenvolvimento Humano começou por ser definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas, de forma a que tenham ao seu dispor as capacidades e as oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Contrariando a abordagem pela via do crescimento económico, que associa o bem-estar de uma sociedade aos seus recursos, o Desenvolvimento Humano olha diretamente para as pessoas, para as suas capacidades e oportunidades, o foco é o ser humano. Alvo de várias reformulações, é sempre acompanhado do seu indicador de aferição, o Índice de Desenvolvimento Humano¹². Uma das atualizações mais recentes, define o Desenvolvimento Humano como o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações vindouras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdades para todos (PNUD, 2003).

Gerado pela ideia de que nenhum ser humano deve ser condenado a suportar uma vida sem os requisitos mínimos de dignidade, independentemente da classe social a que pertence, do país de origem, da religião, da etnia ou do género, o Desenvolvimento Social define-se como um processo que tem como objetivo aumentar, proteger e obter as oportunidades que garantem uma melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras (ONU, 2005:3). Promovido pelos responsáveis dos países e pelas organizações internacionais, o Desenvolvimento Social coloca o ser humano no centro do desenvolvimento, sendo o crescimento económico, mais um vez, apenas um meio e não um fim em si mesmo.

¹² IDH – Medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno (PNUD, 2003).

Ainda que não integre nenhuma das fileiras anteriores, pelo menor peso institucional e científico face aos outros conceitos, o Desenvolvimento Integrado acaba por estar presente transversalmente em todos eles. Sendo integrado, pressupõe uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia copulativa de “e” e não de “ou”, podendo ser entendido como

“O processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; e endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.” (Amaro, 2003:59).

A conceptualização e o reconhecimento científico destes seis novos conceitos permitiram ultrapassar a visão restrita e economicista do desenvolvimento características do pós-guerra, para a adoção de uma visão ampla e interdisciplinar, com um carácter multidimensional, que toca em todos os pontos fulcrais da vida humana para que se possa afirmar que existe desenvolvimento de verdade. Ao mesmo tempo que para estes conceitos o crescimento económico passou a ser apenas um meio e não um fim em si mesmo, questões como a cidadania assente em metodologias participativas, a relação mais respeitosa e consciente com a Natureza, a redefinição das bases territoriais de incidência e a inclusão de múltiplos protagonistas organizativos, formais e informais, nestes processos de desenvolvimento, ganharam uma posição de destaque.

3.3. Desenvolvimento Sustentável

3.3.1. Emergência histórica do conceito

O surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável está, intimamente, associado à tomada de consciência e à crescente preocupação com os impactos nefastos decorrentes da intervenção do Homem na Natureza.

Revisitando a história mundial, são abundantes os exemplos que evidenciam esta preocupação com as consequências que advém do uso indiscriminado da Natureza pelo Homem. No início do século XVIII, antes mesmo da Revolução Industrial, os governos de países como a Grã-Bretanha, França e, sobretudo, a Alemanha, reconheceram que o consumo excessivo de madeira, por ser a principal fonte de combustível e a matéria-prima de excelência para a

construção, a fundição e a construção naval, estava a tornar-se insustentável (Blewitt, 2015:6). A pouco e pouco esta inquietação foi abrindo caminho ao que atualmente se entende por ciência da ecologia, ao conceito de Sustentabilidade e à prática do Desenvolvimento Sustentável, ainda que à altura o seu reconhecimento conceptual e científico fosse praticamente inexistente. Paralelamente, o conceito de Sustentabilidade tornou-se no termo-chave, ou por outras palavras, no princípio de atuação para os grupos e associações ambientalistas que se foram formando, ainda no século XIX, pelos vários cantos do mundo, destacando-se a “Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society (1865) [e a] East Riding Association for the Protection of Sea Birds (1867) [na Grã-Bretanha] [...] e a fundação do Sierra Club (1892) [nos EUA]” (Soromenho Marques, 1998:4).

Apesar dos inúmeros movimentos sociais relatados ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, cuja existência se centrava nas preocupações ambientais, a verdade é que a sociedade era ainda dominada, como já mencionado, pelo espírito industrial, onde a produção e o consumo imperavam e o ambiente era subvalorizado. De tal forma que, só em 1970, nos EUA, é que, segundo Blewitt (2015), se realizou o primeiro evento ambiental com algum impacto tanto a nível social, como público e cultural. Em parte, este impacto foi justificado pelo evento ter ocorrido, imediatamente, a seguir à discussão das Nações Unidas sobre a necessidade da existência de um feriado a nível mundial, o Dia da Terra, que captou a atenção geral para a degradação ambiental como nunca havia sido conseguido antes, deixando todos mais alerta para as questões ambientais.

Contudo, é passado dois anos, em 1972, que esta problemática começa a ganhar destaque científico e político. Por um lado, por ter sido o ano da publicação do estudo *Limites para o crescimento* (Meadows *et al*, 1972), desenvolvido pelo grupo de reflexão conhecido como o Clube de Roma, por outro, por ter sido o ano em que se realizou, em Estocolmo, a primeira discussão internacional sobre a problemática do ambiente, pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo.

Através do estudo *Limites para o crescimento* o Clube de Roma deu a conhecer ao mundo o lado mais negro do progresso industrial, considerando-o insustentável a curto-prazo. Dado o aumento tendencial da população e das suas respetivas necessidades, era urgente tomar medidas que contrariassem o consumo desmedido e despreocupado de recursos naturais, que vinha sendo feito, motivado pelo princípio subjacente às sociedades industriais de produzir sempre mais. Consciente da possível extinção, em poucos anos, dos recursos da Terra, o Clube de Roma, rejeitou uma solução tecnológica, por si só, na busca de um desenvolvimento sustentado dos países, defendeu antes uma articulação entre desenvolvimento e meio

ambiente, onde ambos os elementos fossem respeitados e valorizados (Meadows *et al*, 1972:192). A Conferência de Estocolmo (1972) conseguiu, por sua vez, reunir pela primeira vez, na história, os Estados-Membros das Nações Unidas para debaterem as questões ambientais direcionadas para o “meio ambiente humano” (Rist, 2008:180).

Apesar da evolução sem precedentes da ciência e da tecnologia, que permitia ao Homem transformar, de inúmeras maneiras, todo o meio ambiente que o cercava, ficou consagrada nesta Declaração a importância da existência não só do meio humano artificial, como do meio humano natural, para o bem-estar do Homem e para o usufruto dos direitos humanos fundamentais (ONU, 1972:3). Sem descuidar o crescimento económico, considerado indispensável para o desenvolvimento dos países, sobretudo para os subdesenvolvidos, o meio ambiente ganha a partir desta altura uma importância nunca antes alcançada.

Numa assumida articulação entre crescimento económico e Sustentabilidade ambiental, a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano tornou-se numa questão fundamental, por afetar tanto o bem-estar dos povos, como o desenvolvimento económico do mundo inteiro. Foi, neste sentido e a partir deste encontro, que se fez notar um conceito, que hoje se pode considerar como precursor do Desenvolvimento Sustentável, dados os seus fundamentos, o Ecodesenvolvimento. Este conceito antecipava um desenvolvimento com especial preocupação tanto com a sobrevivência das gerações presentes, como com as gerações vindouras. Mais concretamente, alertava para a necessidade de os recursos naturais da Terra, incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e, especialmente, as amostras representativas dos ecossistemas naturais, serem preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento (*ibidem*:4). Ao mesmo tempo que recomendava que os recursos não renováveis da Terra fossem cuidadosamente empregados, evitando o seu esgotamento futuro e garantindo que toda a humanidade compartilhava dos benefícios da sua utilização.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável propriamente dito é, habitualmente, atribuído ao Relatório *O nosso futuro comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão de Brundtland, quinze anos mais tarde, em 1987. Porém, Baroni (1992) defende que este reconhecimento começou em 1980, quando a União Internacional para a Conservação da Natureza apresentou uma Estratégia de Conservação Mundial, com o objetivo de promover o Desenvolvimento Sustentável, através da conservação de recursos vivos e que apesar das críticas acabou por receber o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Foi, então, popularizado por esta organização como um conceito dirigido para os mais pobres, assente na ideia de

desenvolvimento autossustentado, dentro dos limites dos recursos naturais, com custo real, usando critérios económicos não tradicionais e com vista à criação de iniciativas centradas nos indivíduos.

Mais tarde, em 1986, a Conferência de Ottawa volta a abordar esta temática e apresenta o que considerou serem os cinco requisitos basilares a que o conceito de Desenvolvimento Sustentável procurava dar resposta: “integração da conservação e do desenvolvimento; satisfação das necessidades básicas humanas; equidade e justiça social; provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural; e manutenção da integridade ecológica” (*ibidem*:16).

Finalmente, em 1987, a Comissão Brundtland apresenta no seu Relatório o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que passou a ser reconhecido e assumido pelas principais organizações mundiais como o processo que procura satisfazer as necessidades e as aspirações do presente sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras (WCED, 1987). Nesta nova definição é suprimido o requisito da equidade e justiça social, estabelecido originalmente em 1986 na Conferência de Ottawa, e são definidos sete novos objetivos: crescimento renovável; mudança na qualidade do crescimento; satisfação das necessidades básicas através do emprego, comida, energia, água e saneamento básico; garantia de um nível sustentado de população; conservação e proteção da base dos recursos; reorientação da tecnologia; e reorientação das relações económicas internacionais (*ibidem*).

Assente na ideia da solidariedade intergeracional, esta abordagem tornou-se numa referência do Desenvolvimento Sustentável, constituindo uma verdadeira inovação a diferentes níveis.

3.3.2. Discussão e evolução do conceito

Enquanto na Conferência de Estocolmo, a principal preocupação foram as questões ambientais direcionadas para o “meio ambiente humano” (Rist, 2008:180) propriamente dito, a Comissão Brundtland teve em consideração o meio ambiente e o desenvolvimento de forma articulada. Em resultado desta divergência, o progresso associado à análise do Relatório *O nosso futuro comum* centrou-se na forma como tanto os países ricos como os pobres danificavam o meio ambiente, embora por razões diferentes. Duas ideias opostas, acabaram por ser aqui conciliadas. Por um lado, ficou claro que eram as próprias atividades humanas provenientes da atividade industrial, enaltecidas como sinónimo de desenvolvimento, que estavam por de trás da degradação do ambiente, mas, por outro lado, considerava-se

inconcebível não se acelerar o processo de desenvolvimento (até então considerado possível, apenas, às custas dessas atividades) daqueles que ainda não tinha acesso a condições decentes de vida.

Apesar da aparente evolução, a abordagem ao Desenvolvimento Sustentável feita pela Comissão Brundtland não está isenta de críticas. Nomeadamente, Rist (2008) considera-o um Relatório vago, nas suas boas intenções e contribuições, em vários aspectos. Começa por ser pouco claro em relação ao sujeito, já que se dirige à humanidade no seu todo, e às necessidades das gerações presentes e futuras a que se refere mas que não especifica. Embora reconheça os limites do desenvolvimento, enaltecendo a necessidade de se criar uma nova era de crescimento económico que respeite o ambiente, a Comissão Brundtland em nada esclarece os aspectos em que essa nova era se diferencia da vigente. No que toca à questão da pobreza, as exposições são contraditórias. Num primeiro momento é eleita como uma condição que abandonou a sua natureza de inevitabilidade, estando ao alcance de todos superá-la, para de seguida ser confinada a um carácter “endémico” e limitativo que, por si só, propicia vários tipos de catástrofes, entre as quais, ecológicas.

Contrariando a ordem de importância esperada, esta abordagem acaba por apostar no desenvolvimento económico e tecnológico como forma de promover um uso cuidado e mais consciente dos recursos naturais, ou seja, o desenvolvimento económico é mais uma vez posto à frente do ambiente.

Seguindo a recomendação final da Comissão Brundtland, que sugeria a realização de uma conferência internacional, para dar conta dos progressos e criar um sistema de acompanhamento do cumprimento das diretrizes estabelecidas, os Estados-Membros das Nações Unidas reuniram-se, em 1992, no Rio de Janeiro na Cimeira da Terra, pertencente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

As negociações conduzidas pelos Estados-Membros tinham como objetivo chegar a acordo em relação a seis problemáticas chave: as alterações climáticas, a biodiversidade, a silvicultura, a poluição terrestre, a Carta da Terra e a Agenda 21. A discussão destas temáticas não surgiu por acaso nem no imediato na agenda internacional, resultou, antes, de uma lenta tomada de consciência ambiental a nível mundial e de um conjunto de encontros internacionais, conversas informais e *workshops* que decorreram nos vinte anos que separaram a Conferência de Estocolmo e a Cimeira da Terra (Egelston, 2007:140).

Independentemente do cumprimento ou não de todos esses objetivos, este foi um dos eventos que mais reconhecimento político e social trouxe ao Desenvolvimento Sustentável, por ter

instituído um conjunto de declarações de princípios e tratados internacionais dos quais se destacam¹³ (Rist, 2008:189):

- ✘ A Declaração do Rio, ou Carta da Terra, que para além dos 27 princípios relativos ao meio ambiente, deixou à responsabilidade de cada país a criação das suas próprias políticas, relativas ao uso dos seus recursos naturais, aludiu para o direito ao Desenvolvimento, a necessidade de reduzir os padrões de consumo que entrem em conflito com o Desenvolvimento Sustentável, para a definição de políticas demográficas apropriadas e para o princípio da precaução e do poluidor-pagador.
- ✘ A Convenção das Alterações Climáticas, cujo foco foi sobretudo a questão do efeito de estufa.
- ✘ A Convenção da Diversidade Biológica, direcionada para a preservação e utilização “sustentável” da diversidade biológica e a partilha equitativa dos lucros obtidos da exploração do capital genético.
- ✘ A Convenção da Floresta, que, pela falta de consenso em relação ao tipo de florestas a proteger, acabou por definir com carácter não vinculativo, um conjunto de princípios relacionados com a floresta em geral .
- ✘ E por fim, a Agenda 21 assumida como a “bíblia do Desenvolvimento Sustentável”. A aplicar no século XXI, inclui inúmeras recomendações, não obrigatórias, mas que cada país elegeu, em seu nome, as que se propunha a cumprir. Cada um dos seus quarenta capítulos define os objetivos e as prioridades, identifica as questões institucionais e avalia o custo das medidas propostas.

Mais uma vez, tal como já havia acontecido em Estocolmo, as preocupações entre Norte e Sul eram bastante contraditórias. Enquanto os países do Sul canalizavam as suas preocupações na reivindicação ao direito de crescimento económico como forma de erradicarem as suas graves situações de pobreza, os países do Norte, em situação de crescimento económico relativamente estável, pressionavam as negociações no sentido da preservação ambiental. Embora as preocupações ambientais do Norte não fossem unânimes, nesta Cimeira o conceito de Desenvolvimento Sustentável acabou por ficar mais próximo do ponto de vista da proteção ambiental, orientada para a ciência defendida pelos países do Norte, do que das preocupações dos países do Sul em relação ao Desenvolvimento (Egelston, 2007:154).

Dez anos depois, em 2002, os Estados-Membros das Nações Unidas voltaram a reunir-se, desta vez em Joanesburgo, para apurarem os progressos alcançados desde a Cimeira do Rio.

¹³ Cf. ONU (1993).

Acordado em 1992, “em conformidade com os Princípios do Rio, que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social e económico são fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável”¹⁴ (ONU, 2002:2), na Cimeira de Joanesburgo, também conhecida como Rio+10, este pacto voltou a ser afirmado, tal como o compromisso com a Agenda 21 e a Declaração do Rio.

Similarmente, as ideias e os valores do liberalismo de mercado e institucional foram preservados (Blewitt, 2015:13). Por um lado, a erradicação da pobreza, a alteração nos padrões de consumo e de produção e a proteção e uso consciente dos recursos naturais para o desenvolvimento social e económico continuaram a ser eleitos como objetivos fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável. Por outro, a globalização foi introduzida como uma nova dimensão que ao ter permitido uma rápida integração dos mercados, a mobilidade de capital e um aumento significativo dos fluxos de investimento por todo o mundo, trouxe consigo novos desafios e oportunidades na busca pelo Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2002:3).

Contudo, a globalização não deve ser vista como algo positivo para todos, na medida em que tanto os seus custos, como os seus benefícios são distribuídos de forma desigual, acabando por serem os países em desenvolvimento os mais prejudicados. Cientes destas dificuldades, os Estados-Membros reconheceram a necessidade iminente de encontrarem uma solução que melhorasse, significativamente, as condições de vida dos mais pobres. Caso contrário, aliada à consecutiva sobreposição das questões ambientais impostas pelos países desenvolvidos em detrimento das preocupações com o desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos, ocorridas nas Cimeiras anteriores, resultaria numa perda de confiança nos seus representantes e nos sistemas democráticos.

Ainda assim, nada foi dito em relação ao financiamento do desenvolvimento internacional, embora tenha ocorrido no mesmo ano em Monterrey, no México, a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, da qual resultou um acordo sobre o financiamento do Desenvolvimento Sustentável, a promoção da saúde e da educação, a garantia de abrigo, a erradicação da pobreza e a Sustentabilidade do crescimento económico (Blewitt, 2015:13).

Paralelamente, surge pela primeira vez o reconhecimento do triângulo dimensional do Desenvolvimento Sustentável, que se mantém como referencial da definição deste conceito

¹⁴ Tradução livre da autora. No original “the protection of the environment and social and economic development are fundamental to sustainable development, based on the Rio Principles.” (ONU, 2002:2).

pelas Nações Unidas, até aos dias de hoje. Numa assumida consciencialização da existência de algumas lacunas na proliferação e adoção, tanto quanto desejável, do Desenvolvimento Sustentável, a integração de forma equilibrada das suas dimensões económica, social e ambiental surge, neste âmbito, como um dos principais objectivos desta Cimeira (ONU, 2002:69).

Foi ainda enaltecida a perspectiva de longo-prazo que o Desenvolvimento Sustentável exige, bem como a participação na formulação de políticas e na tomada e implementação de decisões a todos os níveis governamentais (ONU, 2002:4). Neste sentido, a Cimeira de Joanesburgo, apesar das várias críticas, deixou claro que o Desenvolvimento Sustentável a nível global exige a formulação de políticas, procedimentos e princípios que sustentem a cooperação intergovernamental e a participação ativa da sociedade civil neste processo de mudança.

Mais recentemente, em 2012, a Organização das Nações Unidas voltou a reunir os seus Estados-Membros no Rio de Janeiro, para a Conferência para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. Ao contrário dos eventos anteriores, o Relatório deste, *O futuro que nós queremos*, não antevê acordos ou metas futuras, mas sim um conjunto de reconhecimentos e reafirmações para com o Desenvolvimento Sustentável e as suas três dimensões, por meio da promoção de um futuro económico, social e ambientalmente sustentável para o planeta Terra e para as gerações presentes e futuras (ONU, 2012:1).

Para além deste “regresso ao passado”, que deixou muitas das delegações participantes desapontadas, a generalidade do Relatório parece ter-se centrado na “economia verde” (*ibidem*:14). Foi considerada, sempre no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da erradicação da pobreza, como uma das mais importantes ferramentas disponíveis para o alcance do Desenvolvimento Sustentável e para a formulação política, graças ao seu potencial contributo para a erradicação da pobreza, crescimento económico sustentado, inclusão social, melhoria das condições de vida e criação de empregos para todos, ao mesmo tempo que garante o funcionamento saudável de todos os ecossistemas da Terra. Mais uma vez, a posição dos países do Norte parece ganhar primazia face às preocupações do Sul, já que este foco na “economia verde” sugere uma preferência pelas tecnologias de energia verde, em detrimento da definição de um novo paradigma que favoreça a equidade social e a qualidade de vida em vez do desenvolvimento económico (Blewitt, 2015:14).

Desde a sua mais reconhecida e afirmada formulação, em 1987, pela Comissão Brundtland, que as Nações Unidas têm vindo a polir o conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme a evolução da sociedade assim o exige. Mantendo-se fiel ao princípio da

sobrevivência das gerações presentes e futuras através das satisfação das suas necessidades, subjacente à primeira definição de 1987, o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem-se reajustado, estendendo-se, atualmente, a três dimensões, o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental (ONU, 2002). Neste sentido, a visão do Desenvolvimento Sustentável defendida pelas Nações Unidas, passa pela proteção e conservação do ambiente natural do planeta Terra, pela promoção da equidade social e pela igualdade económica dentro e entre nações, traduzindo-se num processo de convergência com vista à criação de um mundo melhor (Blewitt, 2015:16).

3.3.3. Reflexão crítica

Segundo Gilbert Rist, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, originário das Nações Unidas “vê o 'desenvolvimento sustentável' como um convite para manter o 'desenvolvimento' – ou seja, o crescimento económico” (Rist, 2008:193), o que abre caminho para algumas interrogações, sobre a verdadeira razão por de trás da criação deste conceito, mercedoras de uma análise mais profunda.

Um dos aspectos mais evidentes e persistentes, que ficou patente nas várias Cimeiras promovidas pelas Nações Unidas ao longo das últimas quatro décadas, foram as posições contraditórias entre Norte e Sul. Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, que os países do Norte, principalmente países europeus, país da Revolução Industrial e da Era da Modernidade e, por isso, considerados desenvolvidos, com níveis de crescimento que, segundo o Clube de Roma punham em causa as reservas de recursos naturais (Meadows *et al*, 1972), proclamavam uma preferência pelas preocupações ambientais. Por oposição, os do Sul, que tiveram mais dificuldades de se embrenharem na Era Industrial, dado os seus antecedentes históricos de países colonizados e as suas características geográficas, sociais, culturais e económicas, que acabaram por limitar a sua expansão económica, reivindicavam pelo seu direito ao crescimento económico.

Consideradas como as posições gerais para os países de cada um destes hemisférios, a verdade é que dentro destes dois grupos as opiniões dos países que os formam nem sempre são unânimes, por exemplo, no caso dos países do Sul, os mais poderosos têm revelado mais reservas em relação ao cumprimento das medidas de preservação ambiental, por oposição aos mais pequenos. Da mesma forma, nem todos os países que fazem parte do grupo do Norte, consideram a proteção do ambiente mais importante que o crescimento económico. Ainda assim, as Nações Unidas deram, consecutivamente, primazia à posição dos países do Norte,

em detrimento da posição dos países do Sul, refletindo-se na prática nas medidas a aplicar resultantes de cada uma das Cimeiras.

Esta preferência denuncia uma clara posição ocidentalizada e até eurocentrada desta organização internacional, já que a preservação ambiental sempre foi a posição defendida pelos países do Norte, na sua maioria europeus. Aparentemente, e de acordo com o cenário projetado pelo Relatório *Limites para o crescimento*, onde a sobrevivência humana foi posta em causa, se nada fosse feito em relação ao modelo de desenvolvimento vigente (*ibidem*), esta parece ser, ainda que partidária, a melhor opção a tomar, por ser aquela que em mais favorece a preservação dos recursos naturais. Porém, é aqui que algumas questões se colocam: “Será a preservação ambiental a verdadeira preocupação dos países do Norte?”, “Sendo os países do Norte, naturalmente, países industrializados, onde o respeito pela Natureza foi ultrapassado pela ambição de crescimento, fará sentido esta inversão de preocupações?”, “Qual a verdadeira motivação das Nações Unidas?”, “Porque razão o crescimento económico reclamado pelos países do Sul é esquecido?”.

Recuperando as temáticas apresentadas neste trabalho de investigação relativas a este capítulo teórico, ficou explícito que, primeiro, o Desenvolvimento foi sinónimo de crescimento económico durante largas décadas, sendo assumido como fator único para se considerar um país mais ou menos desenvolvido. O mesmo é dizer que qualquer país com crescimento económico positivo, independentemente de tudo o resto, seria, automaticamente, considerado um país desenvolvido. Esta relação causal, linear e limitativa entre estes dois conceitos, prevalece como tal, ainda hoje, em muitas teorias económicas e organizações internacionais, embora os estudos mais recentes revelem que o crescimento económico não pode ser tomado como fator autónomo, na categorização dos países relativamente ao seu estado de Desenvolvimento.

Segundo, a tomada de consciência ambiental, interferiu com o modelo económico e social característico e vigente desde a Revolução Industrial, na medida em que, tanto governantes como organizações internacionais, se consciencializaram que nem todos os recursos naturais eram infinitos e, que por isso, o seu consumo desmedido levaria, em muito pouco tempo, à sua extinção. Sem qualquer providência feita através da canalização dos avanços tecnológicos para a criação de substitutos infundáveis destes recursos, algo tinha de ser feito em prol da sua preservação, caso contrário, o tão desejado crescimento económico seria posto em causa, bem como o Desenvolvimento do mundo ocidental.

Perante esta realidade começaram a ser realizadas as Conferências das Nações Unidas, convocando os seus Estados-Membros, numa intitulada reunião de esforços, em prol da

preservação ambiental, através da criação e implementação de medidas preventivas de carácter ecológico, aplicáveis a todos os seus membros, de acordo com as suas características genéricas. Apesar do mote desta união de esforços a nível mundial ser o meio Ambiente, também é verdade que a preocupação com o crescimento económico não passou para segundo plano, na medida em que a tomada de partido das Nações Unidas pela posição do Norte acaba por enaltecer implicitamente, enquanto objetivo máximo, embora fosse omitida pela questão ambiental. Se não veja-se. Os países promotores da Revolução Industrial estavam dispostos a unirem-se para adotarem medidas que contrariassem a extinção dos recursos mundiais, mas, no fundo, continuavam a ter, como principal propósito, a manutenção dos seus níveis de crescimento económico e o respetivo Desenvolvimento. Da mesma forma, também as Nações Unidas, ao promoverem esta posição, acabam por assumir uma abordagem onde a defesa do meio ambiente tem como único propósito a salvaguarda do crescimento económico e, na sua perspetiva, o conseqüente Desenvolvimento dos países ocidentais. Seguindo os exemplos históricos, apesar do meio ambiente ser anunciado como a principal preocupação, as tomadas de posição deste organismo internacional, acabam por promover um posicionamento favorável do crescimento económico face à Natureza.

Chega-se, assim, a uma contradição. “Se a verdadeira preocupação das Nações Unidas é o crescimento económico, ainda que camuflado pela preservação ambiental, porque razão o direito ao crescimento económico reclamado pelos países do Sul foi sendo, discretamente, ignorado de Conferência em Conferência?”. Segundo a evidência empírica, se os países do Sul tivessem tido acesso ao crescimento económico, que tanto reivindicaram para alcançar, a inerente melhoria das suas condições de vida, sustentada pela diversidade e aumento do consumo, teria tornado ainda mais drástica a pegada ecológica global. O que significa que a diferença cada vez maior entre ricos e pobres e a persistência da pobreza em alguns países acabou por ser benéfico para a salvaguarda de alguns recursos naturais (Ferreira, 2013), garantindo um desenvolvimento sustentado dos países já considerados desenvolvidos e com taxas de crescimento positivas. Com a ajuda da abordagem das Nações Unidas, muito mais economicista do que ambientalista, a proteção ambiental, tornou-se, assim, no escape dos países do Norte para a manutenção e expansão do seu próprio crescimento económico, à custa da estagnação económica dos países do Sul.

As Nações Unidas são uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional, que em relação à problemática do ambiente, vem promovendo diversas iniciativas para que o aclamado Desenvolvimento Sustentável tenha a máxima adesão possível entre os seus Estados-Membros, numa ambição de extensão a nível global.

Estando na base da sua formulação a satisfação e as aspirações das necessidades presentes e futuras de todos, sem discriminação, parece desejável que todos os países tenham acesso ao Desenvolvimento Sustentável, independentemente da sua localização ou característica económica.

Por outro lado, ficou definido, por esta mesma organização, que a ascensão deste conceito se concretiza num triângulo de dimensões – económica, social e ambiental – da qual o crescimento económico faz parte. Assim sendo, uma nova questão se coloca: “Porque razão se tem revelado tão difícil a conciliação do Desenvolvimento Sustentável com o crescimento económico dos países considerados menos desenvolvidos, neste caso os países do Sul?”

Para além desta disparidade económica entre Norte-Sul que se perpetua, refletindo-se num fosso cada vez maior entre os países mais ricos e os países mais pobres, o esforço da definição e implementação de medidas que visam a preservação ambiental não tem evitado os desastres ecológicos que continuam a ocorrer a nível mundial, como os enormes derramamentos de crude, os desastres químicos de Seveso e Bhopal e os acidentes nucleares de Three Mile Island e Chernobyl, e mais recentemente, o acidente nuclear de Fukushima.

Tais factos deixam antever a existência de lacunas, tanto no entendimento como na formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, principalmente, em relação às suas três dimensões específicas. A redução a apenas três dimensões, parece limitar, ao contrário do que linearmente se poderia pensar, a capacidade de implementação e acesso a todos os países, que apresentam entre si características bastante distintas a todos os níveis, refletindo-se, posteriormente, em resultados práticos aquém do expectável. Neste sentido, vários têm sido os autores que têm contribuído com interpretações mais amplas, inclusivas e permeáveis deste conceito.

Por exemplo, Soromenho Marques (1998), destaca a dimensão político-institucional, pouco difundida na definição das Nações Unidas, como um dos elementos-chave no triunfo de uma política ambiental assente no Desenvolvimento Sustentável. Por de trás da ideia de que uma “política ambiental deve atravessar transversalmente todo o tecido social tornando-se inseparável do tipo e modo de funcionamento do sistema político e das linhas de força da política económica de um país ou bloco” (Soromenho Marques, 1998:10), o autor aponta: para a necessidade da reorganização da Administração pública central, regional e local, face aos novos problemas; para a definição de estratégias nacionais e internacionais, de acordo com os desafios de âmbito local, regional, supranacional e global; para a criação de novos instrumentos de intervenção política, tanto a nível institucional como da sociedade civil; e

para a produção e execução de uma política de ordenamento do território, que integre o ordenamento rural, urbano e a conservação da Natureza (*ibidem*:8-9).

Encontra-se, assim, não um triângulo de Desenvolvimento Sustentável baseado nas dimensões económica, social e ambiental, mas antes um quadrado, que para além destas, inclui a dimensão política-institucional, onde os seus atores são tidos como os principais agentes de transformação paradigmática deste conceito.

Por sua vez, ao defender que “sustentável é a política que insere todos os seres vivos, de algum modo, neste futuro comum” (Freitas, 2012:48), Juarez Freitas (2012), remete para um conceito que para além das necessidades materiais, tem em conta todas as necessidades de longo-prazo relativas tanto ao bem-estar físico como psíquico, garantindo a dignidade de todos os seres vivos em geral. No seguimento desta ordem de ideias, o seu conceito de Desenvolvimento Sustentável é pluridimensional, desdobrando-se nas dimensões social, ética, jurídico-política, económica e ambiental.

A sua dimensão social pressupõe a ideia de não exclusão, já que num quadro de Sustentabilidade não faz sentido existir um modelo onde está garantida a sobrevivência apenas de alguns, quando a ambição é a conexão de todos os seres e a ligação de tudo. Nesta conceção, valores como a dignidade humana e da Natureza e a solidariedade ganham destaque, especialmente os direitos à vida digna, à saúde, à educação e ao saneamento básico. A dimensão ética, por seu lado, remete para a ligação intersubjetiva e natural que todos possuem e que é desejável estimular, já que é dela que resulta a solidariedade como dever-prazer universal entre o homem, a coletividade e a Natureza.

Já a dimensão jurídico-política, afeta ao Direito e à Política, enaltece a procura da Sustentabilidade enquanto direito e a sua obtenção enquanto dever constitucional, inalienável e intangível de reconhecimento da liberdade de cada cidadão. Daqui decorre um novo tipo de Estado, o Estado Constitucional de Direito Sustentável, que procura conciliar o desenvolvimento económico com a preservação do meio ambiente natural.

Estando na base do que viria a ser o célebre triângulo do Desenvolvimento Sustentável, a articulação, por um lado, da dimensão económica, ressalva para a reestruturação do consumo e da produção, através da desconstrução da ideia oriunda da Era Industrial, onde a Natureza era vista como simples fonte de matéria-prima para o consumo e respetiva produção. Por outro, da dimensão ambiental, onde está implícito o respeito pela dignidade do ambiente, bem como o direito das gerações atuais, sem prejuízo das futuras, ao ambiente limpo, em todos os aspetos. No seguimento desta linha de pensamento, a Sustentabilidade ambiental figura,

simultaneamente, a dignidade humana “como diretriz de todo o sistema normativo constitucional e infraconstitucional” (Carli, 2013:7).

Ao considerar a Sustentabilidade como um novo valor multidimensionalmente interligado, Juarez Freitas (2012) acredita que o atual modelo de desenvolvimento só será superado por um modelo sustentável se a interdependência e a indivisibilidade das cinco dimensões da Sustentabilidade forem tidas como base na formulação desse mesmo modelo.

Com uma abordagem mais ambiciosa, dada a amplitude e complexidade daquilo que acredita serem os problemas, ameaças e desafios do século XXI, Amaro (2016), propõe uma definição de Desenvolvimento Sustentável integrada e articulada em oito dimensões:

- ✘ *Segurança económica* – Considerada mais adequada às questões da atualidade do que o simples crescimento económico;
- ✘ *Coesão Social* – Relativamente à igualdade de oportunidades em todas as perspetivas;
- ✘ *Preservação e valorização ambiental* – Bastante mais exigente e ousado do que somente proteção ambiental;
- ✘ *Valorização da diversidade cultural* – Onde está implícito o respeito pela riqueza dessa mesma diversidade e a promoção de um diálogo intercultural;
- ✘ *Coesão territorial* – Através da explicitação e valorização dos problemas e desafios resultantes da fragmentação e destruição territorial, provocadas pelo modelo de Desenvolvimento economicista;
- ✘ *Aprendizagem permanente e capacidade crítica ou literacia para a Sustentabilidade* – Onde a dimensão conhecimento é um pilar de interpretação e de construção de um futuro viável, sustentável;
- ✘ *Governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial* – Exigida dada a importância decisiva da dimensão política da Sustentabilidade e, portanto, das possibilidades da sua aplicação e regulação;
- ✘ *Nova ética* – Confirma a relevância dos valores da Solidariedade (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica), da transparência e da resiliência cooperativa, com consequências decisivas nas dinâmicas de participação, parceria e integração que o conceito exige.

A proposta e concretização deste conceito, surgem de um trabalho empírico desenvolvido no âmbito do Projeto ECOS (sobre a Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária das regiões da Macaronésia, no quadro do Programa Europeu MAC), tendo sido pensado e formulado de acordo com a perceção das necessidades reais que as organizações de Economia Solidária manifestam no seu dia-a-dia, traduziu-se, por isso, num conceito onde o carácter

integrado e articulado é privilegiado, mediante as oito dimensões que abrange. Esta formulação inovadora do conceito de Desenvolvimento Sustentável que, por consequência, se desdobra no conceito de Sustentabilidade, mais precisamente, Sustentabilidade Integrada ou Sistémica (Amaro, 2016), parece muito mais adequada aos desafios da continuidade da vida e da viabilidade do futuro no planeta e nas sociedades contemporâneas. A sua intenção de tocar em todos os pontos-chave, torna-o num conceito mais real e adaptável, traduzindo-se numa aplicação efetiva mais acessível a todos os países, independentemente das suas características e problemáticas. Ao mesmo tempo, o facto de se relacionar intimamente com o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, já eleito nesta tese como o conceito de referência quando se aborda a questão da Economia Solidária, torna-o, também ele numa referência para o que se entende neste estudo como Desenvolvimento Sustentável e, consequentemente, Sustentabilidade.

Esta estreita relação entre o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia e de Sustentabilidade Integrada pode, numa primeira abordagem, mais superficial, induzir a confusões e permutações entre eles, devido às semelhanças que evidenciam e aos fundamentos de que partilham.

Se, por um lado, é verdade que, por definição, a Economia é o estudo da forma como as sociedades utilizam recursos escassos para produzir bens com valor e de como os distribuem entre os vários indivíduos, por outro lado, também é verdade que a Sustentabilidade está relacionada com a afetação dos recursos e da sobrevivência da humanidade, procurando satisfazer as necessidades e aspirações presentes, sem que as futuras sejam comprometidas. Neste sentido, refletir sobre Sustentabilidade é, igualmente, pensar sobre a Economia, contudo, Economia e Sustentabilidade são, na sua origem, conceitos distintos, com pontos de partida e percursos diferentes aquando da sua formulação, tal como Economia Solidária na versão da Macaronésia e Sustentabilidade Integrada.

Recuperando o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, com origem na Região Autónoma dos Açores, nos anos 80, parte da constatação da existência de problemas sociais específicos que precisavam de ser combatidos, da descoberta e aproveitamento de oportunidades surgidas na época e da capacidade para abraçar algumas iniciativas para fazer faces aos desafios anteriores. Promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a vida em todas as suas expressões, assenta na realização conjugada de oito projetos: o projeto económico, o projeto social, o projeto cultural, o projeto ambiental, o projeto territorial, o projeto de gestão, o projeto de conhecimento e o projeto político.

Retomando o conceito de Sustentabilidade Integrada, detentor de uma construção própria, a partir da experiência empírica, surgiu como resposta aos problemas, ameaças e desafios que têm sido colocados à sociedade do XXI e que põem em causa o futuro da humanidade, integrando oito dimensões.

Não havendo relação causal na formulação teórica de nenhum deles, tanto o conceito de Economia Solidária como o de Sustentabilidade surgiram por si sós, com o intuito de dar resposta a problemáticas diferentes, reconhecidas a partir de experiências empíricas próprias e autónomas. Pensados a partir de realidades distintas, foram dois conceitos independentes entre si na sua origem, mas que, nas suas formulações finais, demonstraram uma extrema proximidade na sua essência. Unidos por um carácter sistémico integram projetos, de Economia Solidária, e dimensões, de Sustentabilidade, que se completam, ao mesmo tempo que partilham princípios teóricos que se intersectam nas suas aplicabilidades práticas.

Esta partilha, tanto teórica como prática, denuncia uma complementaridade simultânea entre estes conceitos, que faz do conceito de Economia Solidária o mais capaz de compreender e integrar o conceito de Sustentabilidade Integrada, na medida que os seus pressupostos, fazem da própria Economia Solidária, uma Economia Sustentável.

3.4. Do Desenvolvimento Sustentável na perspectiva macro para o conceito de Sustentabilidade na perspectiva micro

3.4.1. Sobre a Sustentabilidade das organizações e a sua relação com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

A era da Sustentabilidade e, por consequência, das organizações sustentáveis distingue-se do modelo de Desenvolvimento tradicional, em parte, pelas características distintas que ambos apresentam. Mais concretamente, enquanto o modelo tradicional, já aqui abordado, fomenta uma visão redutora, cartesiana e mecanicista dos problemas, apostando numa relação linear de causa e efeito para as respetivas soluções, o paradigma da Sustentabilidade caracteriza-se pelo seu carácter orgânico, holístico e sistémico. Neste modelo, a Natureza é entendida como um conjunto de sistemas interligados, onde o todo resulta da soma das partes, mas também das suas interações, e os seres são vistos como indissociáveis dos ecossistemas, numa verdadeira relação de sinergias (Leal, s.a.). O bem-estar deve ser avaliado pela qualidade das interações entre o ambiente e o social, e os limites tecnológicos devem ser definidos pelas relações de Sustentabilidade existentes entre esses dois domínio e o económico.

Quando direcionada para as organizações, “A Sustentabilidade exige uma postura preventiva, que identifique tudo que um empreendimento pode causar de positivo – para ser maximizado – e de negativo – para ser minimizado.” (Almeida, 2002:25). Numa crescente preocupação em satisfazer as exigências inerentes à implementação de um modelo de Desenvolvimento Sustentável, as empresas têm dado sinais de mudança, pela imposição de medidas que visam a substituição dos seus paradigmas e métodos de gestão por outros mais sustentáveis. Para Fernando Almeida (2002), uma empresa só será sustentável, se tiver presente em todas as suas ações, decisões, processos e produtos a ecoeficiência, ou seja, se conseguir produzir mais e melhor com menos. O mesmo será dizer, produzir mais produtos de melhor qualidade, com menos poluição e menos recursos naturais, sendo ao mesmo tempo socialmente responsável, já que todas as empresas estão inseridas num ambiente social, sobre o qual exercem e recebem influência.

Este reconhecimento implica a adoção de medidas de conduta ética, de responsabilidade social para com os seus *stakeholders* e de constante melhoria da sua reputação, já que o objetivo de todas as empresas é a sobrevivência e perpetuidade mediante os desafios impostos pela Natureza e pela sociedade. Neste sentido, esta mudança de paradigma em busca da Sustentabilidade deve ter em conta, não só os custos presentes, mas, sobretudo, os futuros, na medida em que, desta forma, é alimentado o desejo por ganhos constantes e pelo investimento em inovação tecnológica de gestão (*ibidem*:26), mantendo as empresas vivas.

Seguindo esta ordem de ideias, as empresas que passem por este processo de transformação, integrando efetivamente este novo paradigma no seu modelo de atuação, e que sejam reconhecidas pelos seus *stakeholders* como organizações sustentáveis, estarão mais preparadas para operarem no mercado de negócios da Era da Sustentabilidade do século XXI (Leal, s.a.).

Ao serem diferentes das empresas na sua essência, a Sustentabilidade das ONG deve estar harmonizada de acordo com as suas características e com o seu modelo de atuação, para que se reflita numa estratégia de gestão adequada e eficaz, garantindo a respetiva sobrevivência da organização. Para Domingos Armani (2014), existem três aspetos essenciais que tornam a Sustentabilidade das empresas diferente da Sustentabilidade das ONG. Primeiro, ao contrário das empresas, a Sustentabilidade de uma ONG não significa que estas tenham autonomia financeira, resulta, por sua vez, da articulação entre a capacidade de obtenção de receitas próprias através da contribuição dos sócios, prestação de serviços, venda de produtos, e a capacidade de aceder a fontes de financiamento públicas, privadas e não governamentais nacionais e internacionais.

Segundo, a Sustentabilidade não se limita à dimensão financeira, alastra-se a um conjunto de fatores de desenvolvimento institucional, cruciais para a durabilidade e para o êxito de uma ONG. Considerado como condição imprescindível à Sustentabilidade, o desenvolvimento institucional de uma ONG pressupõe um processo permanente de atualização e qualificação da sua missão, do seu projeto político, da sua capacidade de gestão estratégica e de influência nas políticas públicas, dos seus mecanismos de governança institucional e do seu contributo para a criação de conhecimentos socialmente úteis. Neste sentido, a Sustentabilidade “poderia ser definida como a capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a manter-se a relevância social e fortalecer-se a credibilidade da organização.” (Armani, 2004:10).

Por fim, no seguimento desta mesma ideia, como a Sustentabilidade requer um esforço continuado, determinação política e disposição para a mudança de aspectos culturais e institucionais relevantes, é imperativo que uma organização se reinvente, sempre que necessário, para garantir a sua Sustentabilidade.

Não sendo desejável que a Sustentabilidade das ONG se condicione apenas à dimensão financeira, como frequentemente se verifica nas organizações da economia de mercado, importa não cair no comportamento oposto de menosprezar totalmente esta dimensão. Defendendo uma Sustentabilidade multidimensional das organizações de responsabilidade social assente numa “gestão eficaz, pessoal competente, missões claras, parcerias com *stakeholders*, reputação sólida e suporte financeiro adequado.”¹⁵ (Salomon *et al*, 2014:6), onde todos estes elementos sejam, obrigatoriamente, sustentáveis, Lester Salomon (2014) atenta para a importância da Sustentabilidade financeira destas organizações a partir das perspetivas de diferentes escolas de pensamento.

Assente numa lógica de eficiência financeira, a primeira, associa a Sustentabilidade financeira de uma organização social à sua capacidade de se manter a longo prazo, conseguida pela manutenção e expansão dos seus serviços e atividades, garantindo capacidade de resiliência para aguentar recessões de curto-prazo, causadas por perdas de fundos ou donativos.

Por oposição, a segunda escola de pensamento, acredita que a Sustentabilidade financeira deste tipo de organizações é obtida pela adoção de uma estratégia de diversificação da origem das receitas, evitando a dependência de um único provedor.

¹⁵ Tradução livre da autora. No original “effective management, competent staff, clear missions, supportive stakeholders, solid reputation, and, of course, adequate financial support.” (Salomon *et al*, 2014:6).

Com uma abordagem mais próxima da economia de mercado, a terceira perspectiva exposta por Lester Salomon (2014), defende que as organizações, para serem sustentáveis financeiramente, não devem estar subordinadas a donativos, devendo apostar na diversificação das suas receitas por via do desenvolvimento de produtos comercializáveis, geradores de rendimentos, libertando-se o mais possível da dependência de doações. Neste sentido, visam-se necessários investimentos de capital na inovação deste produtos, para o seu sucesso no mercado e a criação de valor para a organização.

A quarta escola de pensamento, enaltecendo uma visão holística, considera que a Sustentabilidade financeira é muito mais que a simples geração de riqueza, estando demasiado integrada nos outros domínios da organização para ser dissecada por si só. Não se limitando à obtenção de receitas, a Sustentabilidade financeira deve contribuir com resultados positivos para uma sintonia entre as atividade geradoras de receitas e a missão, sendo, por isso, uma parte integrante da missão da organização, do seu impacto social, da sua estrutura e a sua estratégia de longo prazo.

Já a última, olha para a Sustentabilidade financeira como um equilíbrio contínuo entre os custos e os benefícios que a própria condição de Sustentabilidade traz consigo.

Não dependendo, exclusivamente, da vontade das organizações, a adoção de um estratégia de Sustentabilidade financeira está condicionada ao contexto onde estas operam, onde questões como o grau de abertura do sistema político, o nível de desenvolvimento da economia do país, ou as divisões sociais têm um peso considerável (*ibidem*:12). Não obstante, na opinião de Lester Salomon (2014), a questão da Sustentabilidade financeira das organizações de responsabilidade social tem sofrido uma verdadeira revolução, graças à explosão massiva de ferramentas de filantropia, de investimento social e de instrumentos e instituições mobilizadas para o investimento privado, garantindo objetivos sociais e ambientais.

Independentemente da estratégia adotada, é irrefutável que a Sustentabilidade, na sua plenitude, de qualquer organização, seja ela empresarial ou não, é uma das maiores preocupações da atualidade, por dizer respeito, de alguma forma, à sua sobrevivência.

Porém, apesar do apresentado como procedimento desejável, no quadro da Sustentabilidade das organizações, a verdade é que se verifica uma contradição entre o campo teórico, que destaca a multidimensionalidade do conceito, e a prática, que descreve, tendencialmente, uma abordagem à Sustentabilidade numa perspectiva unidimensional, pondo em causa a sua aplicabilidade efetiva. Por outras palavras, esta contradição, entre aquilo que é ditado pela teoria e aquilo que é posto em prática pelas organizações, evidencia uma distinção de abordagens entre a Sustentabilidade macro e a Sustentabilidade micro.

O conceito de Sustentabilidade toma como referência o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que, de uma forma geral, é entendido numa perspetiva multidimensional, onde no mínimo são consideradas as três dimensões que sustentam a definição da autoria das Nações Unidas, detalhadamente, a dimensão económica, relativa ao crescimento económico, a dimensão social, referente à coesão social, e a dimensão ambiental, que respeita à proteção e preservação do meio ambiente. Dado o seu carácter multidimensional, quando se pretende dirigir a Sustentabilidade a um nível global e, portanto, à sociedade geral, à Humanidade ou um país, é à Sustentabilidade que toma como referência o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que é feita alusão. Logo, conforme Amaro (2016) é uma Sustentabilidade macro porque diz respeito ao todo.

Em contrapartida, quando a questão é a Sustentabilidade de uma organização, esta refere-se à possibilidade de uma organização ter os meios financeiros e as soluções económicas para se manter em atividade, sendo esse o objetivo último de uma organização e a Sustentabilidade o meio de o alcançar.

Esta apropriação económica do conceito, subjacente ao seu percurso histórico e às conotações a si associadas, que enaltecem a sua componente económica, sobrepondo-a às restantes, promove esta distinção entre aquilo que é considerado sustentável quando o sujeito é a sociedade no seu todo e o que está instituído como organização sustentável. No seguimento desta diferenciação, Domingos Armani (2004:11-12) define a Sustentabilidade de uma organização como a “capacidade de sustentar de forma duradoura o valor social do projeto institucional a partir da interação criativa com contextos mutáveis”, considerando a Sustentabilidade “macrossocial [...] como o grau de correspondência (legitimação social-pública) entre a ação coletiva das ONG e as concepções, políticas e mecanismos (públicos e privados) de enfrentamento da pobreza e das desigualdades e de promoção do desenvolvimento.” (*ibidem*).

Ao ser dado enfoque apenas à dimensão e à viabilidade económico-financeira da Sustentabilidade, verifica-se uma incoerência entre o que foi o conceito de inspiração para formulação e reconhecimento do conceito de Sustentabilidade e o que é, na prática, a sua aplicação às organizações, independentemente da sua natureza. Existem, então, dois termos e duas medidas, uma Sustentabilidade macro, multidimensional, quando o alvo é a sociedade, e outra micro, unidimensional, quando se trata de organizações.

A razão por de trás desta contradição é, segundo Amaro (2016), o tipo de sociedade que se impôs a nível mundial desde o início da Modernidade. Como várias vezes foi aludido ao longo deste trabalho de investigação, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa criaram

e abriram as possibilidades e a desejabilidade do crescimento económico a partir dos finais do século XVIII na Europa, refletindo-se numa sobreposição da dimensão económica face aos outros valores e no seu enaltecimento enquanto fator explicativo e determinante de todos os outros, até aos dias de hoje. É, no seguimento do reconhecimento deste facto histórico que a componente económico-financeira da Sustentabilidade das organizações é tida como a mais importante, decisiva, ou mesmo como a única relevante para a sobrevivência das mesmas.

Ainda que assim seja, que a Sustentabilidade quando alusiva às organizações tenha sido simplificada e reduzida à dimensão económico-financeira, o desejável é que se mantenha fiel aos pressupostos do seu conceito de inspiração, o Desenvolvimento Sustentável, e que se amplie, no mínimo, ao triângulo de dimensões original – económica, social e ambiental –, de forma a que as organizações sejam sustentáveis em todas as dimensões que a Sustentabilidade deve pressupor.

3.4.2. Proposta para um conceito de Sustentabilidade reformulado

O termo sustentável, foi empregado pela primeira vez na década de 70 pela comunidade científica como jargão técnico para designar a possibilidade de um ecossistema não perder a sua resiliência, ou seja, a capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem que o seu estado ecológico mude perceptivelmente. Porém, é na sequência da apresentação do conceito de Desenvolvimento Sustentável pela Comissão Brundtland, em 1987, que o conceito de Sustentabilidade ganha reconhecimento conceptual e científico, o que os torna indissociáveis, já que o conceito de Sustentabilidade deriva da definição de Desenvolvimento Sustentável e, por isso, com uma forte interdependência entre si.

Acompanhando a difusão do Desenvolvimento Sustentável, também o conceito de Sustentabilidade acabou por ser disseminado a nível mundial sendo, atualmente, reconhecido e utilizado por diversas áreas, ainda que não tenha alcançado a homogeneidade e solidez desejada. Esta lacuna na consolidação, torna o conceito vulnerável a diversas interpretações e utilizações, que, por não estarem bem definidas, promovem a deturpação do ideal por de trás do seu aparecimento, relativamente à proteção e preservação da Natureza e dos seus recursos para as gerações presentes e futuras.

Mantendo-se fiel a este princípio oriundo das Nações Unidas, Cíntia Afonso (2006) olha para a Sustentabilidade como a manutenção qualitativa e quantitativa das reservas de recursos ambientais, que promove o uso desses mesmos recursos sem que as suas fontes sejam danificadas ou que seja limitada a capacidade de suprimento futuro, de forma a que tanto as

necessidades presentes como as futuras sejam igualmente satisfeitas. Entende-a, por isso, como um processo de transformação da exploração de recursos, da direção dos investimentos, da orientação do desenvolvimento tecnológico e da mudança institucional, para uma harmonização de todas elas, garantindo a satisfação das necessidades presentes e futuras. Neste sentido, tal como propõe a Comissão Brundtland, apoia a criação não só de um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos nos processos de decisão, de um sistema económico que produza excedentes em bases confiáveis e constantes e de um sistema social que resolva as tensões provenientes da distribuição desigual dos rendimentos. Mas também de um sistema de produção que respeite a necessidade de conservar as bases de recursos naturais, de um sistema tecnológico que procure constantemente novas soluções, de um sistema internacional que estimule a interdependência entre economia e preservação de recursos ambientais, na formulação de regras para o comércio e financiamento e ainda de um sistema administrativo flexível, que tenha a capacidade de mudar as estruturas legais e institucionais visando o bem comum (WCED, 1987:70).

Mantendo-se fiel ao ideal inaugural, esta abordagem à Sustentabilidade remete para o triângulo, já conhecido, dimensão económica, social e ambiental. De facto, esta consideração, torna o conceito mais claro e objetivo, contudo, tal como ficou claro para o conceito de Desenvolvimento Sustentável, a consideração de apenas três dimensões fica aquém das necessidades e anseios da sociedade atual.

Cientes, não só das lacunas causadas pela consideração do triângulo de dimensões, mas também do enviesamento tendencialmente económico que a concepção generalizada deste conceito permite, como já abordado, muitos autores acrescentam outras dimensões nas suas abordagens à Sustentabilidade.

Nomeadamente, Juarez Freitas (2012) desdobra o conceito de Sustentabilidade em cinco dimensões, a social, a ética, a jurídico-política, a económica e a ambiental, considerando-o como um novo valor multidimensionalmente interligado, onde estas cinco dimensões não podem, de nenhuma forma, existir isoladamente. Dada a relevância do conceito para o autor, este defende que deve ser a Sustentabilidade a nortear o Desenvolvimento e o ordenamento jurídico e não o contrário, de tal forma que eleva a Sustentabilidade enquanto

“princípio constitucional que determina com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.” (Freitas, 2012:41).

Para além das dimensões económica, social e ambiental, Rocha Loures (2009), na sua abordagem à Sustentabilidade, inclui também as dimensões cultural, físico-territorial, político-institucional, científico-tecnológica, e até espiritual. Esta multidimensionalidade remete para uma interpretação da Sustentabilidade como uma melhoria, a diferentes níveis, tanto da tecnologia, como dos sistemas económicos e políticos, como dos indivíduos e das suas relações com o coletivo e com a Natureza, que permitirá uma sobrevivência e vivência de qualidade a curto e a longo-prazo.

Por sua vez, seguindo uma perspetiva assente na importância dos modelos locais, baseados em tecnologias apropriadas, em particular para as zonas rurais, Ignacy Sachs (2002:85-89) completa o triângulo da Sustentabilidade com a fundamentação da existência de oito dimensões da Sustentabilidade, articuladas entre si.

A dimensão social, que prevê homogeneidade social através da distribuição justa do rendimento, do pleno emprego e/ou do emprego autónomo com qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

A dimensão cultural, que remete para mudanças internas, sem que o equilíbrio entre a tradição e a inovação seja quebrado, bem como para a capacidade de elaborar, autonomamente, um projeto nacional integrado e endógeno e para a promoção da autoconfiança combinada com a abertura para o mundo.

A dimensão ecológica, por um lado, relativa à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis e a dimensão ambiental, por outro, alusiva ao respeito e ao enaltecimento da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

A dimensão territorial, que pressupõe configurações urbanas e rurais equilibradas, contrariando a tendência de acumulação dos investimentos públicos nas zonas urbanas, melhoria do ambiente urbano, supressão das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

A dimensão económica, onde é contemplado um desenvolvimento económico entre sectores equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização dos meios de produção, autonomia de pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional. E, por fim a dimensão política que se deve dividir entre política nacional e internacional. Na dimensão política nacional está implícita uma democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, o desenvolvimento da capacidade do Estado implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores, e a coesão social. Já a dimensão política internacional deve ser baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras das

Nações Unidas na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, ao mesmo tempo que deve exercer controlo institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, e do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais. Deve ainda ter capacidade para prevenir as mudanças globais negativas, proteger a diversidade biológica e cultural, gerir o património global como herança comum da humanidade e promover um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional.

Sachs (2002) vai muito além do foco único na gestão dos recursos naturais, enaltece, por contrapartida, uma visão holística dos problemas da sociedade, acreditando que a Sustentabilidade se alcança através da valorização das pessoas, dos seus costumes e dos seus saberes.

É inegável a mais-valia que cada um dos contributos dos diferentes autores, ao incluírem novas dimensões na sua interpretação, constitui para a consolidação e aplicação na prática do modelo que o conceito de Sustentabilidade pressupõe. Todavia, de todos eles, a proposta de Amaro (2016) de Desenvolvimento Sustentável, da qual deriva, por consequência, o conceito de Sustentabilidade, é aquela que melhor responde aos desafios aqui expostos. Denominada, pelo autor, de Sustentabilidade Integrada ou Sistémica por integrar de forma articulada oito dimensões – segurança económica, coesão social, preservação e valorização ambiental, valorização da diversidade cultural, coesão territorial, aprendizagem permanente e capacidade crítica, governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e nova ética – revela-se mais real e aplicável, flexível e ajustada não só à realidade das organizações, como da sociedade no seu todo.

Esta proposta inovadora de Sustentabilidade, da autoria de Amaro (2016), resulta da experiência empírica que alertou para a contradição existente entre a Sustentabilidade macro – da sociedade – e a Sustentabilidade micro – das organizações. Com o objetivo de uniformizar a Sustentabilidade, quer quando dirigida à sociedade no seu todo, quer quando aplicada às organizações, o conceito de Sustentabilidade Integrada parece ser a melhor forma para acabar com a incoerência que se verifica entre o seu conceito de inspiração, o Desenvolvimento Sustentável, e a sua aplicação às organizações.

Por outro lado, como já justificado para o conceito de Desenvolvimento Sustentável, esta proposta de Sustentabilidade é a que se relaciona mais intimamente com o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, versão já eleita como referência no presente trabalho de investigação. Neste sentido, e de acordo com a pergunta de partida, presente em todos os momentos desta investigação *“Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito*

compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?”, o conceito de Sustentabilidade Integrada evidencia-se como o mais apropriado na procura da sua respetiva resposta.

Parte II – Análise Empírica

CAPÍTULO 4 – NOTAS METODOLÓGICAS

4.1. Introdução

O conceito de metodologia, que deriva da palavra método, do latim *methodus* cujo significado é o caminho ou a via para a concretização de algo, remete para o procedimento que permite atingir determinado fim ou conhecimento. Neste sentido, a metodologia será o campo que permite chegar aos métodos e técnicas mais adequadas aos objetivos, previamente definidos, do estudo em questão. Assume um posição crucial na realização de uma investigação, na medida em que se assemelha a uma ponte que liga o quadro teórico ao quadro empírico de uma investigação.

Sendo inegável a sua relevância para o desenvolvimento, mas também, para a credibilidade de um processo de pesquisa, o presente capítulo é dedicado por inteiro à metodologia. Este, intitulado notas metodológicas, encontra-se dividido entre as opções metodológicas, as técnicas utilizadas e uma breve apresentação dos beneficiários inquiridos.

Entendem-se por opções metodológicas, os métodos de investigação adotados, que, neste caso, a par com o método do estudo de caso, passam tanto pela observação direta como pela observação indireta, ainda que em diferentes escalas. Selecionados estes métodos, por serem tidos como os mais vantajosos para a análise do estudo de caso, este ponto, dedicado às opções metodológicas, encerra com a apresentação das três ONG cabo-verdianas escolhidas para constituírem o objeto de estudo da presente investigação.

Por outro lado, as técnicas utilizadas, indicam os instrumentos, dentro de cada um dos métodos escolhidos, que foram utilizados para a recolha da informação desejada, instrumentos estes que, em termos práticos, se podem traduzir em recolha de informação pré-existente, aplicação de inquéritos por questionário e/ou entrevistas semi-diretivas, entre outros. Seguindo a estrutura do ponto anterior, este, alusivo às técnicas utilizadas, após a apresentação das suas características gerais, culmina com exposição da aplicação prática das mesmas e com o tratamento dos dados adotado.

Feita a identificação das opções metodológicas e das técnicas utilizadas, este capítulo dedicado à metodologia termina com uma breve apresentação dos beneficiários das ONG observadas inquiridos, com o intuito de caracterizar em traços gerais, de acordo com a

informação recolhida no terreno, o tipo de beneficiários que tanto a FAMI-Picos, como o CITI-Habitat e a Morabi auxiliam com o seus serviços de Microcrédito.

4.2. Opções metodológicas

4.2.1. Metodologia

A metodologia assumida é uma questão fulcral na realização de uma investigação em ciências sociais. Do alto da sua função reguladora, a metodologia promove uma organização crítica dos métodos e das técnicas escolhidos em função dos objetivos definidos *a priori* para o progresso da investigação.

Para além da descrição e análise dos métodos adotados através do reconhecimento dos seus limites e recursos, dos seus pressupostos e consequências, bem como das suas potencialidades, as funções da metodologia passam também pela delimitação dos objetos, clarificação dos termos, explicação das técnicas de investigação e da sua interação e sistematização dos resultados empíricos, culminando na formalização do raciocínio. Distanciando-se da prática, “para poder tecer considerações teóricas em torno do seu potencial na produção do conhecimento científico” (Coutinho, 2014:26), não se foca nos resultados que o método científico gera, mas antes, no processo em si mesmo. É, por assim dizer, a ponte que estabelece a ligação entre o quadro teórico e o quadro empírico de uma investigação em ciências sociais.

Os objetivos que a investigação se propõe cumprir e as questões para as quais procura resposta desempenham um papel importantíssimo enquanto delineadores na definição da metodologia a usar. Ainda assim, as opções metodológicas não se determinam simplesmente por uma relação de causa-efeito a partir desses mesmos objetivos e/ou dessas mesmas questões.

Da mesma forma que não é plausível falar de uma ciência unitária e universal, não faz sentido considerar a existência de uma metodologia *standard* formada por um conjunto de receitas universalmente geradoras de cientificidade (Almeida, 1975:385). Todas as pesquisas têm o propósito de resolver um problema específico, díspar dos demais, “dentro de um ambiente específico diferente de todos os que existiram antes” (Becker, 1997:13), pelo que as diretrizes metodológicas, teoricamente consagradas, nem sempre satisfazem a totalidade das necessidades que o objeto de estudo exige, cabendo ao investigador a capacidade de improvisar e encontrar os métodos que melhor se adequam à realidade que enfrenta (*ibidem*).

A metodologia deve ser, assim, flexível e permeável, capaz de sofrer as transformações necessárias, ajustando-se o melhor possível à realidade em estudo, ao mesmo tempo que representa um certo nível de controle interno e formal sobre as pesquisas, à medida que estas progredem. Neste sentido, a construção metodológica não depende só dos objectivos ou das questões a que uma investigação se propõe responder, alimenta-se também dos métodos e das técnicas, tal como dos percursos já feitos, retirando deles a novidade produtiva. “É uma aprendizagem e uma sistematização posteriorística dos conceitos processuais e das suas relações.” (Almeida, 1975:385).

Classificado por António Firmino da Costa (1990) como um método de observação participante continuado e, conseqüentemente, como observação direta, embora num sentido menos restrito, o método do estudo de caso,

“consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objetivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade.” (Almeida e Pinto, 1975:387).

Adaptado da tradição médica, o estudo de caso é um método que permite criar conhecimento sobre determinado fenómeno, a partir da exploração intensiva de um caso único, tendo subjacente a esta exploração o recurso à observação participante numa das suas muitas variações. Para Howard Becker (1997), a opção por este método tem em si inerente a intenção de tentar chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo e, ao mesmo tempo, desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais.

Enquanto análise que se ambiciona como aprofundada, o método do estudo de caso, prima pela recolha intensiva de práticas e representações sociais através de amostras, que não devem ser demasiado extensas e por períodos que não sejam demasiados curtos, garantindo a sua viabilidade e aprofundamento. É um método intenso, na medida em que explora, com profundidade, múltiplos aspectos da realidade social em questão, privilegiando uma análise “dum tecido espesso de dimensões articuladas do social” (Costa, 1990:137), o que o torna, por conseguinte, num método flexível em relação às técnicas utilizadas.

Porém, apesar desta vantajosa intensidade e amplitude de observação, que garante não só melhores resultados na obtenção de informação sobre comportamentos, discursos e comportamentos observáveis, mas também uma descrição fina dos aspectos da realidade

social em questão, sobre os quais a pesquisa incide e a análise das interligações existentes entre esses mesmos aspectos, este método tem associadas algumas desvantagens. A exigência da maior frequência possível dos locais em observação e a interação recorrente com os indivíduos, que fazem parte dessa mesma realidade para se conseguir uma observação eficaz, capaz de derivar em informação fidedigna, pode corromper os próprios resultados da investigação, uma vez que este exercício interfere com a normalidade da realidade social que está sob análise. Por outro lado, este método não pressupõe que a unidade social proposta a análise seja exaustivamente estudada em todos os seus aspectos, “ é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*.” (Becker, 1997:119), estando antes implicada a seleção das dimensões sociais sobre as quais a pesquisa incidirá. Por conseguinte, o estudo de caso não permite que as conclusões adjacentes à sua aplicação sejam generalizadas para outras realidades, aplicando-se apenas aos casos estudados.

Paralelamente, a grande quantidade de material informativo recolhido da observação, como tende a ser bastante heterogéneo, por resultar de diversos níveis de análise, da utilização de diferentes técnicas, necessita de tratamento, como classificação e ordenação. Assim sendo, a sua análise e relação tornam-se, particularmente, difíceis e exigentes, com uma significativa margem para erros.

4.2.2. Aplicação da metodologia

A presente investigação tem como objeto de estudo a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde, um tema bastante atual no campo da Economia Social e Solidária deste país, tendo-se já alastrado para o domínio da definição política. A eleição desta temática prendeu-se com a percepção, adquirida no decorrer do trabalho de campo realizado, neste mesmo país, no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária, de que a Sustentabilidade, em particular, a Sustentabilidade económico-financeira, começava a ocupar um lugar de destaque nas preocupações das ONG, ditando os contornos do seu *modus operandi*. Esta excessiva preocupação com a Sustentabilidade económico-financeira levantou algumas interrogações, sobretudo, relativas à continuidade da integração dos princípios e valores da Economia Social e Solidária nas atividades desenvolvidas pelas ONG cabo-verdianas concessionárias de Microcrédito.

Neste sentido, a procura pela resposta à pergunta de partida “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*”, levou a que três das treze ONG

concessionárias de Microcrédito existentes em Cabo Verde, fossem tomadas como referência para o estudo de caso da presente investigação, a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi.

A escolha destas três ONG teve em conta critérios como a sua abrangência a nível territorial, a sua estrutura funcional, a sua tipologia e o reconhecimento a nível social, político e dos seus pares. Por outro lado, ao escolher estas três organizações procurou-se, também, figurinos típicos das ONG concessionárias de Microcrédito de Cabo Verde.

Sediada no interior da ilha de Santiago, a FAMI-Picos com abrangência a nível nacional, centra os seus membros na zona de Santiago Centro e Santiago Sul. Com experiência no empréstimo de Microcrédito desde 1997, ano da sua criação, distingue-se das restantes ONG, por ser a única mutualidade de crédito e poupança estudada neste projeto. A forte adesão dos membros desde o seu início e a procura continuada pelos seus serviços, faz dela uma das maiores associações e federações que operam no domínio das mutualidades de poupança e crédito em Cabo Verde. É, ao mesmo tempo, eleita pelos seus parceiros investidores como um exemplo a seguir pelas restantes IMF no que toca à boa gestão, integração das diretrizes políticas e cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária.

A opção pelo CITI-Habitat, ao contrário das restantes, esteve fortemente associada a colaborações anteriores, que ocorreram no seguimento de um estágio curricular e do Mestrado em Economia Social e Solidária, e da sua imediata disponibilidade para integrar e apoiar parte da logística que o trabalho de campo exige. Não obstante, a sua experiência neste tipo de crédito, desde 1989, o seu vasto conhecimento da realidade cabo-verdiana, a sua extensão geográfica de intervenção que, apesar de cobrir quase toda a ilha de Santiago, tem maior incidência na zona de Santiago Sul, mais precisamente na cidade da Praia, favorecendo o retrato da realidade cabo-verdiana, aconselharia, de qualquer maneira, a sua escolha. Alia-se, a todos estes fatores, a enorme reputação e prestígio que o CITI-Habitat tem na área do Microcrédito, tanto por parte de governantes e organizações dos diferentes setores, como pela população.

Com vista à inclusão e promoção das potencialidade da mulher no processo de desenvolvimento económico, social e político, a Morabi é, das três, a ONG com maior abrangência territorial. Com o projeto de microfinanças ativo desde 1994, para além da sede na cidade da Praia, conta com cinco delegações espalhadas pela ilha de Santiago, três delegações na ilha de Santo Antão, uma em São Vicente, uma no Sal, uma na Boavista e uma no Maio. Com um perfil ideológico de gestão e ação mais próximo de um microbanco que as restantes é, das três, a IMF com mais oferta de serviços de microfinanças. Para além do Microcrédito, os seus clientes têm ao seu dispor a conta caderneta, a totocaixa, os

microseguros e a transferência bancária. Mantendo o empoderamento das mulheres cabo-verdianas sempre presente nas suas atividades, a Morabi tem sido uma mais-valia no processo de desenvolvimento e transformação de Cabo Verde, sendo uma ONG de referência no domínio das microfinanças.

A escolha dos beneficiários das ONG analisadas, seguindo as mesmas exigências, teve a preocupação de ser, suficientemente, representativa da generalidade dos beneficiários do Microcrédito de cada uma das IMF. Embora, de entre o universo dos beneficiários da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi, a amostra seja de dez, num total de trinta, por razões de limitação de orçamento, tempo, contactos e, sobretudo, da disponibilidade dos mesmos para responder a todas as questões exigidas no inquérito por questionário, a seleção teve em conta os indivíduos cujo contacto com a organização fosse o mais frequente e cujas características fossem as mais representativas do universo dos beneficiários da organização, indicados, de acordo com estes parâmetros, pelas técnicas e responsáveis das organizações em questão.

Dados os seus contornos, este trabalho de investigação exigiu profundidade na sua execução, apelando a um método que abrange-se tanto a observação direta, como a observação indireta e as respetivas técnicas mais adequadas aos objetivos. Procurando superar os erros, comumente, associados a cada uma das observações, por forma a extrair a informação mais fidedigna possível, a partir da qual foram lavradas as conclusões, o método do estudo de caso foi escolhido como o método de excelência desta investigação.

4.3. Técnicas utilizadas

4.3.1. Técnicas utilizadas

Como já referido, a amplitude do estudo de caso conjugado com a subjetividade que a realidade social em análise traz consigo, torna este método de investigação bastante flexível em relação às técnicas utilizadas. Tendo sido este o método eleito para a presente tese de Doutoramento, as modalidades de pesquisa consistiram em metodologias quantitativas e qualitativas, com recurso à observação direta e indireta, o que permitiu uma pesquisa e análise da realidade mais completa e menos enviesada pelos erros, usualmente, associados a cada uma das metodologias.

A observação direta é, segundo Quivy e Campenhoudt (1992), aquela que permite ao investigador recolher diretamente as informações que procura, sem se dirigir aos sujeitos sociais, apelando ao seu sentido de observação. O que para os autores significa que, neste

instrumento de observação, não existem intermediários entre a criação da informação e a sua observação, isto é, os sujeitos observados não intervêm na produção da informação procurada porque esta é observada e recolhida diretamente deles pelo investigador.

Por sua vez, entendida como um método¹⁶, a observação direta, denominada por Firmino da Costa (1990) como o método de pesquisa de terreno, pressupõe a presença prolongada do observador nos contextos sociais em estudo e o contacto direto com as pessoas e as situações. Pelo que, segundo o autor, tende, naturalmente, a interferir no contexto social normal que passa a ser diferente devido à presença de um “estranho”.

Ainda que assim seja, este é dos únicos métodos que capta os comportamentos no momento em que eles se produzem em si mesmo, sem que haja mediação de testemunhos ou registos prévios, o que gera conhecimento, significativamente, espontâneo e verdadeiro. Está, por isso, associado a uma opção metodológica qualitativa, cujo alvo da pesquisa são aspetos da realidade que não podem ser quantificados e que, pelo seu carácter subjetivo, não se limitam a uma única abordagem linear e universal, como na recolha e análise de dados métricos.

Dado os seus contornos, o método da observação direta, é apropriado à análise do não verbal e daquilo que ele transmite como códigos de comportamento, modos de vida, traços culturais, organização da sociedade, bem como ao estudo dos acontecimentos, tal como se produzem, sem interferências exteriores, podendo constituir uma mais-valia complementar para outros métodos de análise de processos de ação e de transformação social (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Contudo, para além das longas estadias nos contextos sociais em análise, associadas a custos elevados e a grande disponibilidade temporal, que este método exige, nem sempre é fácil os grupos em questão aceitarem ser observados por um estranho. Paralelamente, surge o problema do registo dos acontecimentos, que nem sempre se podem fazer aquando da observação adiando-se a transcrição para o momento, imediatamente, a seguir, o que se revela uma tarefa pesada e exigente não só intelectual como, por vezes, fisicamente, devido às condições de trabalho. Numa estratégia de organização e interpretação mais acessível, a criação de grelhas de observação muito formalizadas pode cair na contradição de condicionar a informação recolhida, tornando-a demasiado superficial e mecânica, pelo que é desejável o recurso a técnicas mais flexíveis.

Por oposição, o método da observação indireta implica a existência de um ou mais intermediários entre a produção da informação que se procura e a sua observação e análise.

¹⁶ “Uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação” (Costa, 1990:129).

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação que deseja e este, ao responder às suas perguntas, regra geral, através de entrevistas ou inquéritos por questionário, intervém na produção da informação. Deste modo, estes autores defendem que existem dois intervenientes nesta troca entre a informação procurada e a obtida. Por um lado, o sujeito a quem o investigador coloca as questões que considera pertinentes para a sua investigação e, por outro, o instrumento que o investigador utiliza para colocar essas mesmas questões, inquéritos por questionário e entrevistas.

Como será aprofundado mais adiante, estes instrumentos de observação indireta tendem a ser alvos de deformações e erros que devem ser controlados de forma a que a informação recolhida seja fidedigna. Não obstante, este método de recolha de informação traz consigo algumas vantagens, quando comparado com o método de observação direta. Para além da disponibilidade temporal e espacial, associada a custos elevados, não ser tão exigente quando comparada com o método anterior, permite quantificar um elevado número de dados, garantir a representatividade dos inquiridos e, quando os seus instrumentos são usados de forma articulada entre si, aumentar a profundidade dos elementos de análise.

De acordo com as suas características, o método de observação indireta está, no geral, associado a opções metodológicas quantitativas, na medida em que os inquéritos por questionário permitem, mais facilmente, a recolha de dados mensuráveis e quantificáveis, contudo, no caso das entrevistas, o seu carácter, tendencialmente, mais subjetivo tende a exigir métodos de análise de conteúdos qualitativos (*ibidem*).

Perante a abordagem destes autores às opções metodológicas num projeto de investigação em ciências sociais, as condicionantes espaciais e monetárias, os *timings* da realização e entrega da tese, bem como o conhecimento, previamente, adquirido do contexto onde o objeto de estudo se insere, levaram a que a observação indireta fosse a metodologia predominante. Invocando um tipo de metodologia quantitativa por produzir informação através das respostas dadas às questões colocadas, regra geral, por inquéritos ou entrevistas, mas que também apela a lógicas mais qualitativas (através da recolha de informações por entrevistas, por exemplo), possibilitou recolha de informação bastante pertinente a diferentes níveis.

No entanto, a metodologia deste trabalho de investigação não se restringiu a apenas um método, tendo havido espaço também para a observação direta, ainda que em reduzida escala e com menor impacto que a anterior, pelas limitações temporais e espaciais.

“As técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa” (Almeida e Pinto, 1975:380). Segundo Almeida e Pinto (1975:392-

393) estas podem ser divididas entre técnicas documentais e não documentais. Como o próprio nome indica, as técnicas de pesquisa documentais são aquelas que exigem a exploração de documentos escritos como, por exemplo, arquivos, documentos públicos, estatísticas, publicidade, ou documentos não escritos como cinema, rádio, televisão, gravações. Já as técnicas não documentais, pressupõem o recurso à observação, quer seja ela participante – no caso de haver inserção do observador no grupo observado – ou não participante, através da aplicação de inquéritos por questionário e entrevistas.

A primeira técnica de investigação, a pesquisa documental, cobre, tendencialmente, um amplo campo de estudo, reduzindo tempo e custos de observação que o investigador pode canalizar para a análise propriamente dita. Evita o recurso a outras técnicas, como inquéritos por questionários, e é uma fonte de informação relevante e atualizada dada a evolução dos meios de comunicação e das próprias plataformas de informação. Apesar desta enorme oferta de informação que, por sua vez, exige um maior atenção por parte do investigador na recolha que faz, para manter a credibilidade do seu trabalho, ainda se verificam dificuldades de acesso a documentos mais específicos. Sendo esta uma técnica em que os dados não são, originalmente recolhidos pelo próprio investigador, devem ser submetidos a manipulações de acordo com os critérios que mais lhe convêm. Manipulações essas sempre muito delicadas, já que as características de credibilidade que justificam a sua utilização não podem ser alteradas.

O inquérito por questionário, pertencente às técnicas de pesquisa não documental, consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, desejavelmente representativos da população, uma série de perguntas relacionadas com o objeto social que o investigador pretende estudar.

Esta é uma técnica de recolha de informação bastante rígida e estruturada visto que, recorre a um conjunto de perguntas inseridas no questionário, sob uma forma e segundo uma ordem prévia, estritamente, programadas. Existem dois tipos de questões nestes questionários, as questões abertas, quando o inquirido pode responder livremente, embora no âmbito das perguntas previstas, e as fechadas, quando o inquirido tem de optar entre uma lista tipificada de respostas. Através desta técnica, o investigador pretende analisar um determinado fenómeno social, que acredita poder apreender melhor a partir do conhecimento, pormenorizado, da população que integra esse mesmo fenómeno.

Composto por várias questões, o inquérito permite quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação. Como é dirigido a um conjunto de indivíduos, uma amostra da população, satisfaz a exigência da representatividade, ainda que esta nunca seja absoluta, por estar sempre limitada por uma margem de erro.

Todavia, demonstra ser uma técnica com um peso e um custo, geralmente, elevado da sua aplicabilidade. Já para não falar da superficialidade das respostas e da individualização dos indivíduos considerados independentes das suas redes de relações sociais, que não permitem a análise profunda de certos processos, gerando descrições desprovidas de elementos de compreensão mais profunda. Manifesta, assim, algumas fragilidades que podem pôr em causa a sua credibilidade sempre que não se verifique: rigor na recolha da amostra; formulação clara e unívoca das perguntas; correspondência entre o universo de referência das perguntas e o universo de referência do entrevistado; uma atmosfera de confiança no momento da aplicação do questionário; e honestidade e consciência profissional dos entrevistadores.

Ainda dentro das técnicas não documentais, as entrevistas distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interação humana, permitindo ao investigador retirar informações e elementos de reflexão valiosos. Ao contrário do inquérito por questionário, esta técnica caracteriza-se pelo contacto direto entre o investigador e o interlocutor e pela fraca diretividade. Estas características fomentam uma verdadeira troca, onde o entrevistado tem espaço para exprimir as suas perceções, interpretações e experiências, sem se afastar do objetivo do investigador, que conduz a entrevista através das suas perguntas, traduzindo-se numa recolha de informação com elevado grau de autenticidade e profundidade. Os objetivos das entrevistas passam: pela captação do sentido que os atores da realidade social analisada dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados; pela análise de um problema específico; e pela reconstituição de um processo de ação, de experiências ou de um acontecimento do passado.

A sua flexibilidade e fraca diretividade permitem recolher informação respeitando os quadros de referência dos entrevistados sendo, por isso, uma técnica que confere um elevado grau de profundidade dos elementos recolhidos. Porém, esta vantajosa flexibilidade pode adular a recolha de informação já que, rapidamente, se pode transformar numa limitação para os investigadores que apresentam mais dificuldades em trabalhar sem técnicas diretivas precisas, ou até informalizar demasiado a interpretação do entrevistado. Estando centrada na pessoa a ser entrevistada, esta técnica dificulta a generalização da informação daí recolhida em termos de explicação de um problema global teoricamente definido. Ao contrário dos inquéritos por questionário, os elementos de informação e reflexão não se apresentam de imediato sob uma forma que requeira um modo de análise específico, sendo necessário escolher e conceber conjuntamente a técnica de recolha e a análise da informação para evitar contrariedades posteriores.

4.3.2. Aplicação das técnicas

Mediante as opções metodológicas feitas anteriormente, onde o método do estudo de caso desempenhou um papel central, e a observação indireta foi reconhecida como a metodologia dominante desta investigação, as técnicas de recolha de informação eleitas foram tanto documentais como não documentais.

No que às técnicas de investigação documentais diz respeito, destaca-se a análise documental e a recolha de dados pré-existentes como forma de sustentar e enquadrar o método do estudo de caso. No caso das técnicas não documentais, foram usadas o inquérito por questionário e as entrevistas semi-diretivas.

Os inquéritos por questionário foram aplicados aos beneficiários das três ONG em análise (cf. Guião B.1. em anexo), com o propósito de obter dados de caracterização social, humana, económica e financeira, bem como a sua opinião em relação ao impacto do Microcrédito nas suas vidas. Desta forma, procurou-se definir o perfil dos beneficiários do Microcrédito da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi e da sua perceção sobre o Microcrédito.

Já as entrevistas, neste caso preciso, do tipo semi-diretivas, mediante a especificidade e complexidade da informação que se pretendia recolher, mas também por alguma subjetividade que as apreciações solicitadas trariam consigo, foram a técnica eleita para aplicar aos responsáveis (cf. Guião B.2. em anexo) e aos colaboradores (cf. Guião B.3. em anexo) das três ONG em estudo, tal como aos observadores privilegiados (cf. Guião B.4. em anexo). Assim, foram aplicadas entrevistas semi-diretivas ao presidente da FAMI-Picos, Carlos Vaz (cf. Tabela E.1. em anexo), ao seu gestor, Antero Semedo (cf. Tabela E.2. em anexo), à sua contabilista, Sylvania Gomes (cf. Tabela E.3. em anexo) e à sua agente de crédito, Sónia Furtado (cf. Tabela E.4. em anexo). Ao CITI-Habitat, foram aplicadas entrevistas semi-diretivas ao seu presidente, Jacinto Santos (cf. Tabela E.6. em anexo), à coordenadora executiva do departamento das microfinanças, Arabela Monteiro (cf. Tabela E.7. em anexo), à contabilista do departamento das microfinanças, Sheila Santos (cf. Tabela E.8. em anexo) e à agente de crédito, Conceição Amado (cf. Tabela E.9. em anexo). Na Morabi, devido à indisponibilidade de outros elementos da organização, foram apenas aplicadas entrevistas semi-diretivas à administradora delegada do programa de microfinanças, Lina Gonçalves (cf. Tabela E.11. em anexo) e à coordenadora dos agentes de crédito da região Sul, Bernardete de Pina (cf. Tabela E.12. em anexo). No caso dos observadores privilegiados, foram entrevistados o coordenador do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Ramiro Azevedo (cf. Tabela E.14. em anexo), o secretário da Plataforma das ONG,

Mário Moniz (cf. Tabela E.15. em anexo) e o responsável pelo departamento de microfinanças e empreendedorismo do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, Bernardino Fernandes (cf. Tabela E.16. em anexo).

Apesar do espaço que a observação indireta ocupa neste trabalho de investigação, a metodologia não se restringiu a apenas um método, tendo havido espaço também para a observação direta. Ainda que em reduzida escala e com menor impacto que a anterior, pelas limitações temporais e espaciais, o recurso ao método de observação direta resultou da recolha de informação, apelando somente ao sentido de observação, decorrente da aplicação do método do estudo de caso (cf. Notas C.1. em anexo).

A utilização deste método de recolha de informação no terreno onde o objeto de estudo da investigação se encontra, permitiu estabelecer contacto direto com os principais atores, intervenientes e representantes das ONG em Cabo Verde, bem como com os observadores privilegiados desta realidade, traduzindo-se numa apreensão de informações e perspetivas inalcançáveis de outra forma. Neste sentido, a observação direta, através do método do estudo de caso, serviu de comprovativo ao testemunho dado pelos inquiridos e entrevistados, reduzindo os erros associados à utilização da observação indireta.

O recurso a todos estes métodos e técnicas teve como objetivo final a recolha de informação necessária, a partir de diversas fontes, para que a análise ao objeto de estudo se tornasse exequível e da forma mais fidedigna possível, com vista a responder à pergunta de partida *“Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?”*. Reunida então a informação proveniente do trabalho de campo esta foi, posteriormente, tratada através de diferentes processos, tendo em conta os métodos e as técnicas de recolha de informação previamente utilizados no terreno.

Os dados resultantes da aplicação dos inquéritos por questionário foram tratados num programa de análise estatística, comumente, usado em ciências sociais, denominado *Statistical Package for the Social Sciences*, amplamente conhecido como SPSS. Através deste programa foi possível criar estatísticas descritivas referentes às variáveis anteriormente definidas na construção do inquérito por questionário, sendo exemplos a análise de variáveis cruzadas, as frequências e as estatísticas descritivas. A criação destas estatísticas descritivas, representadas nas Tabelas D em anexo, permitiu a organização da informação, estabelecer relações entre as variáveis em análise e tirar conclusões pertinentes para a caracterização complementar do objeto de estudo.

A informação reunida por meio das entrevistas foi, posteriormente, organizada em tabelas de análise de conteúdo vertical e horizontal. Num primeiro momento, os comentários dos entrevistados foram ordenados, individualmente, numa tabela de análise de conteúdo vertical. Este método permite que a informação recolhida, junto de cada entrevistado, seja organizada a partir de grandes grupos temáticos, filtrando os contributos mais relevantes. Concluído este processo de organização de informação individual, seguiu-se a análise de conteúdo horizontal. Aqui, sob os grupos temáticos definidos anteriormente para as tabelas de análise de conteúdo vertical, reúnem-se os contributos mais relevantes de todos os entrevistados de cada organização, criando uma tabela coletiva que junta a informação partilhada por todos os representantes de uma mesma organização relativamente a esses mesmos grupos temáticos. Identicamente, no caso dos observadores privilegiados, depois de concluídas as tabelas de análise de conteúdo vertical, agrupou-se, numa mesma tabela, a opinião de todos eles sobre as temáticas expostas nas entrevistas aplicadas (cf. Tabelas E em anexo).

Por fim, o recurso à observação direta, apelando somente ao sentido da observação, permitiu reunir um conjunto de considerações relativas a cada uma das ONG observadas, constituídas a partir da opinião informal dos seus colaboradores e beneficiários, da disponibilidade de colaboração dos responsáveis, colaboradores e beneficiários e de comportamentos observados. A conceção de cada uma das organizações observadas, construída a partir desta visão exterior, resultou numa tabela onde as reflexões sobre cada uma das ONG analisadas se encontram organizadas por abrangência territorial, estrutura e dimensão, comunicação, formalidade, proximidade, disponibilidade e abertura e outros aspetos, intitulada notas informativas das três ONG em análise, recolhidas através da observação direta (cf. Notas C.1. em anexo).

4.4. Breve caracterização dos beneficiários inquiridos

Como descrito, para além do método de observação direta e das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos responsáveis e colaboradores, o estudo da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi contou também com a aplicação de inquéritos por questionário a dez dos beneficiários de cada ONG.

Recorrendo aos resultados obtidos desses mesmos inquéritos é possível concluir que todos os inquiridos, independentemente da ONG associada, integram a faixa etária adulta variando, harmoniosamente, as suas idades entre os 23 e os 62 anos. O CITI-Habitat e a Morabi apresentarem uma média de idades dos seus beneficiários bastante semelhante, 37 (cf. Tabela

D.1.1.1.2. em anexo) e 36 anos (cf. D.1.1.1.3. em anexo), respetivamente, enquanto que a FAMI-Picos é a organização que apresenta uma média mais alta, de 46 anos, tendo o seu beneficiários mais novo 30 anos e o mais velho 62 anos (cf. Tabela D.1.1.1.1. em anexo).

Verifica-se uma grande presença feminina no que respeita ao género dos beneficiários em questão, sobretudo na Morabi, onde apenas um destes é do sexo masculino (cf. D.1.1.2.3. em anexo), e na FAMI-Picos onde a maioria é do sexo feminino (cf. Tabela D.1.1.2.1. em anexo), por oposição a uma amostra bastante mais equilibrada do CITI-Habitat, com 50% de homens e 50% de mulheres (cf. D.1.1.2.2. em anexo).

Relativamente à nacionalidade, as diferenças entre ONG são quase inexistentes, na medida em que, do universo dos 30 inquiridos apenas um dos beneficiários, agregado ao CITI-Habitat, possui nacionalidade diferente da cabo-verdiana sendo, neste caso, angolana (cf. D.1.1.3.2. em anexo).

A sociedade cabo-verdiana é fortemente marcada pelo papel das suas mulheres, tradicionalmente, reconhecidas como os membros adultos estáveis, responsáveis pela sobrevivência económica do seu agregado familiar. Diferindo em Cabo Verde a estrutura familiar “do conceito europeu de família nuclear” (Grassi, 2007:135), estas mulheres, geralmente mães solteiras, chefes-de-família, para além de terem sobre si a responsabilidade de garantir a sobrevivência da sua família e dos seus filhos, bem como a sua educação, têm ainda a seu cargo o poder de decisão sobre a redistribuição dos rendimentos (*ibidem*). Historicamente, esta concentração de poder/obrigações da mulher cabo-verdiana, explica-se pela frequente ausência ou escasso contributo, não só monetário, do elemento masculino no agregado familiar, concentrando-se na mulher todas as funções que garantem a subsistência do seu lar.

Lutadoras, independentemente da geração ou do meio a que pertencem, esta característica (de certo modo cultural) das mulheres cabo-verdianas influencia, de alguma forma, a sua relação com o casamento. Neste sentido, os inquiridos por questionário permitem observar que o estado civil dos beneficiários é semelhante entre as três ONG dividindo-se a maioria, entre a condição de solteiro e união de facto. Especificando, cerca de 70% dos inquiridos da FAMI-Picos dizem-se solteiros enquanto, apenas, 20% assumem a união de facto (cf. Tabela D.1.1.4.1. em anexo). De forma análoga, 50% dos beneficiários da Morabi são solteiros e 20% vivem em união de facto (cf. Tabela D.1.1.4.3. em anexo). Mais equilibrados os beneficiários do CITI-Habitat dividem-se entre 40% de solteiros e 40% em união de facto (cf. Tabela D.1.1.4.2. em anexo).

Cabo Verde é um país em desenvolvimento onde se verifica uma constante evolução em diversas áreas, nomeadamente, na educação. Não sendo um país rico em recursos naturais, como já aludido, devido ao seu clima seco, prima pelos seus recursos humanos alfabetizados e com formações cada vez mais elevadas.

De acordo com o Relatório ODM Cabo Verde 2015 (dados referentes a 2014), a taxa líquida de escolarização no ensino básico aumentou 23 pontos percentuais, desde 1990 até 2014, tendo passado de 71,5% para 94,6%, de tal forma que, desde o ano 2000, que se considera atingida a escolarização básica universal. Traduzindo esta globalização em números, 93 em cada 100 crianças, nas idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, frequentam o ensino básico e, 89 em cada 100 crianças, em idade escolar, concluem o último ano deste nível de ensino, o 6.º ano.

Relativamente ao ensino secundário e ao ensino superior, segundo os dados do INE de Cabo Verde presentes no Anuário Estatístico de 2015, de 2010 a 2014, a percentagem de população a frequentar o ensino secundário e o ensino superior aumentou, respetivamente, 7,6 e 3,7 pontos percentuais. Paralelamente, a taxa líquida de escolarização do ensino secundário passou de 65%, em 2010, para 70%, em 2014. Toda esta evolução refletiu-se numa taxa de alfabetização dos jovens entre os 15 e os 24 anos de 97,89%, em 2013, correspondendo a um aumento de 8,7 pontos percentuais em relação ao ano de 1990.

Embora as habilitações literárias entre os beneficiários das ONG estudadas sejam bastante distintas e dispersas consegue-se perceber que, das três, a FAMI-Picos é a que apresenta, no geral, um nível de habilitações mais baixas. Cerca de 70% dos beneficiários desta ONG têm apenas entre o 4.º e o 8.º anos concluídos (cf. Tabela D.1.1.6.1. em anexo), o que pode estar relacionado com o facto de ser, igualmente, a instituição com uma média de idades mais alta. Segue-se o CITI-Habitat, com 60% dos inquiridos com qualificações entre o 8.º e o 12.º anos (cf. Tabela D.1.1.6.2. em anexo) e, por fim, a Morabi, a ONG com beneficiários mais jovens e, simultaneamente, com qualificações mais altas, já que 50% tem o ensino secundário completo (cf. Tabela D.1.1.6.3. em anexo).

A acompanhar a evolução do país, também o número de filhos por beneficiário, perante os dados recolhidos, tem vindo a aproximar-se dos valores médios de filhos nos países desenvolvidos. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, o índice sintético de fecundidade, ou seja, o número de filhos que cada mulher cabo-verdiana em idade fértil tem, tem vindo a diminuir, consecutivamente, na última década, tendo passado de uma média de 3,4 filhos por mulher em idade fértil, em 2000, para um média de 2,4, já em 2011,

2012 e 2013¹⁷. Por comparação, Portugal, em 2014, apresentava uma média de 1,2 filhos por cada mulher em idade fértil e a UE a 28, no mesmo ano, um índice de fecundidade de 1,6¹⁸.

Partindo para uma análise discriminada por instituição, os beneficiários da FAMI-Picos são os que apresentam um maior número de filhos, sendo a média de 3 filhos por beneficiários (cf. Tabela D.1.1.5.1. em anexo), contrastando com a média de 1,6 do CITI-Habitat, onde o número máximo é de, apenas, três filhos por beneficiários (cf. Tabela D.1.1.5.2. em anexo), e com a média de 2 filhos por beneficiário da Morabi (cf. Tabela D.1.1.5.3. em anexo).

Tal como as habilitações literárias, também a ocupação profissional dos beneficiários é bastante diversa. Ainda assim, estas profissões variam na sua maioria dentro do comércio, como venda ambulante ou fixa e na prestação de serviços como bar/restaurante, cabeleireiro, quiosque, entre outros. De salientar que a Morabi é a ONG que apresenta uma menor diversidade (cf. Tabela D.1.1.7.3. em anexo), sendo a maioria dos seus beneficiários vendedores ambulantes ou fixos. Por oposição, o CITI-Habitat descreve uma maior variedade de ocupações profissionais (cf. Tabela D.1.1.7.2. em anexo) já que, para além da prestação de serviços, dispõe de beneficiários com atividades no sector primário, como agricultura, pesca e criação de animais.

¹⁷ Fonte: <http://capeverde.africadata.org/pt/DataAnalysis/> (acedido em 01.11.2016 às 15:00).

¹⁸ Fonte: <http://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+sint%C3%A9tico+de+fecundidade-1251> (acedido em 01.11.2016 às 15:20).

CAPÍTULO 5 – ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO DE CABO VERDE

5.1. Introdução

Eleitas as ONG cabo-verdianas concessionárias de Microcrédito, ou instituição de microfinanças como são conhecidas neste país, como objeto de estudo da presente tese de Doutoramento em Estudos Africanos, importa começar pelo enquadramento relativo à zona geográfica em que este objeto se insere para que mais facilmente seja compreendida a realidade e o funcionamento destas mesmas IMF.

Com vista a uma apreensão das principais características socioeconómicas e históricas do país onde as ONG concessionárias de Microcrédito analisadas operam, este capítulo será inteiramente dedicado a Cabo Verde.

Organizado entre o panorama socioeconómico de Cabo Verde e o bosquejo histórico, o primeiro ponto consiste na elaboração do panorama socioeconómico de Cabo Verde. Aqui serão abordadas as características geográficas, de superfície e climatéricas de maior relevo e os indicadores sociais, culturais, económicos, financeiros e de bem-estar da população nacional mais recentes, fornecidos pelo INE de Cabo Verde, pelo Banco de Cabo Verde e pela Organização Mundial de Saúde. No segundo e, simultaneamente, último ponto, cabe o enquadramento histórico com um pequeno resumo da evolução histórica do país desde o seu descobrimento até ao presente sistema de governação.

5.2. Panorama socioeconómico de Cabo Verde

Cabo Verde é um pequeno arquipélago localizado no oceano Atlântico a 455km da costa do continente africano, em frente à cidade de Dacar e, aproximadamente, a 2.890km de Lisboa. Ocupa uma área total de 4.033 km² que se divide em dez ilhas e cinco ilhéus com características naturais, sociais, culturais e económicas relativamente diferentes. Estes, por sua vez, estão divididos em dois grupos de acordo com o vento dominante de nordeste, o grupo do Barlavento, situado a Norte, e o grupo do Sotavento, a Sul.

Do grupo de Barlavento fazem parte as ilhas de Santo Antão, com uma superfície de 779km², São Vicente com 227km², Santa Luzia com 35km², São Nicolau com 343km², Boavista com 620km² e Sal com 216km² e, ainda, os ilhéus Branco com 3km² e Raso com 7km² que se situam entre as ilhas de Santa Luzia e São Nicolau. Quer os ilhéus, quer a ilha de Santa Luzia, devido à sua reduzida dimensão, não se encontram habitados. O grupo de Sotavento inclui as

restantes ilhas, Maio com 269km², Santiago com 991km², Fogo com 476km² e Brava com 64km², bem como, os ilhéus Grande, Luís Carneiro e Sapado, também inabitados.

Todas elas são de origem vulcânica, o que torna Cabo Verde num arquipélago de extremos orográficos, existindo ilhas quase planas como o Sal e a Boavista e outras com relevos superiores a dois mil metros, como o Sal e Santo Antão com 1.373 metros e 1.979 metros, respetivamente. O ponto mais elevado respeita ao principal cone vulcânico da ilha do Fogo, com cerca de 2.829 metros de altura, o único ainda ativo e cuja última erupção se registou em Novembro de 2014, destruindo parte considerável da ilha.

Situado na zona sub-saheliana, o seu clima oceânico garante temperaturas amenas durante todo o ano, porém, os ventos permanentes de nordeste, a fraca precipitação prevista apenas na estação quente, entre Agosto e Outubro, e os meses de seca, de Abril a Junho, associam-no a um clima árido. Estas condições climáticas, características da região do Sahel, em que Cabo Verde se integra, acabam por condicionar a produção agrícola e resultar numa fauna e flora pobres, principalmente, nas ilhas mais baixas como Sal, Boavista e Maio. Consequentemente, os seus recursos naturais acabam por se restringirem ao sal, à pozolana, ao caulino, rochas vulcânicas, margas e pesca. Contudo, a sua posição geoestratégica favorável e a sua população escolarizada e alfabetizada em contínuo crescimento acabam por compensar, de alguma forma, esta condição (Reis, 2010:259).

Figura 5.1. – Mapa de Cabo Verde



Fonte: Anuário Estatístico Cabo Verde (2015)

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2010¹⁹, a população total de Cabo Verde, neste mesmo ano, era de 491.875 habitantes, o que correspondia a uma densidade populacional de 126,12 pessoas por km². Desde o ano de 1940, onde se registaram apenas 181.740 habitantes, até esta data, verificou-se um notório crescimento positivo da população total, traduzido num aumento de 0,5 milhões de indivíduos ao ano. Segundo o Banco Mundial, mais recentemente, em 2014, a população total aumentou para 513.906 habitantes, traduzindo-se num crescimento anual de 1% e numa densidade populacional de 128 habitantes por km².

O INECV (2015), destaca o ano de 2015 pela diversidade de valores que cada uma das nove ilhas habitadas apresentou, salientando-se a ilha de São Vicente com a maior densidade populacional de Cabo Verde, com cerca de 356,9 habitantes por km², seguida da ilha de Santiago, como 296,8 habitantes por km² e do Sal com 156,2 habitantes por km². Por oposição, a ilha da Boavista, com 23,3 habitantes por km², a ilha do Maio, com 25,9 habitantes por km² e São Nicolau, com 36,2 habitantes por km², compõem o grupo de ilhas menos densamente povoadas. As ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava têm vindo a apresentar densidades populacionais cada vez mais baixas devido, essencialmente, ao processo migratório interno e externo que registam.

A pirâmide etária de Cabo Verde²⁰ (cf. Figura A.1. em anexo) assemelha-se à dos países em desenvolvimento, com uma base larga e topo estreito, o que se traduz na existência de um grande número de jovens, de uma taxa de natalidade e mortalidade elevadas e, conseqüentemente, poucos idosos. Todavia, assiste-se à tendência para um ligeiro aumento do número da população mais idosa, com idades entre os 70 e os 80 anos, característica reconhecida dos países desenvolvidos (INECV, 2010), cujas pirâmides etárias descrevem taxas de natalidade e mortalidade baixas e uma esperança média de vida alta.

Esta aproximação às características etárias associadas aos países desenvolvidos está patente nas alterações populacionais ocorridas nos últimos anos. Em 2010, o grupo etário com maior expressão em Cabo Verde era o grupo de indivíduos com menos de 25 anos, ocupando cerca de 54,4% da população. Em 2015, a expressividade deste grupo baixou para 49,4%, ao passo que o grupo etário entre os 25 e os 64 anos fez um total de 45,2% e os indivíduos com 65 ou mais anos 5,4% da população total (INECV, 2015). Paralelamente, a idade média da

¹⁹ Fonte: <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/PDF/resultados.pdf> (acedido em 15.06.2015 às 16:59).

²⁰ Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html> (acedido em 25.11.2016 às 21:02).

população cabo-verdiana também aumentou, tendo passado de 26,9 anos, em 2011, para 28 anos já em 2015.

Aproximando-se cada vez mais dos valores dos países desenvolvidos, a esperança média de vida à nascença em Cabo Verde tem vindo a acompanhar esta tendência de longevidade. Em 2010, o relatório mundial de saúde da OMS dava conta de uma esperança média de vida à nascença, em 2009, de 75 anos para as mulheres e 66 para os homens. Seis anos mais tarde, em 2015, o INECV (2015) apresentou no seu Anuário Estatístico uma esperança média de vida à nascença de 79,7 anos para as mulheres e 71,1 anos para os homens, valores cada vez mais próximos dos países pertencentes à União Europeia²¹ onde, em 2014, a esperança média de vida à nascença da UE a 28 era de 80,9 anos e em Portugal de 81,3 anos.

Estes dados conjugam-se com outros, também eles, presentes no Anuário Estatístico do INECV (2015), que indicam uma evolução positiva de Cabo Verde no que toca ao seu desenvolvimento. Relativamente aos nascimentos, de 2011 para 2015 a taxa bruta de natalidade apresentou uma diminuição, ainda que ligeira, de 0,2 pontos percentuais. A par com outros indicadores, esta diminuição resultou numa redução do índice sintético de fecundidade que, em 2015, dava conta que cada cabo-verdiana tinha, em média, 2,32 filhos durante o seu período fértil.

No que toca à mortalidade e seus componentes, entre 2011 e 2013, tanto a taxa bruta de mortalidade como a taxa de mortalidade infantil diminuíram, tendo sido a primeira, nesse último ano, de 4,9% por cada mil habitantes e, a segunda, de 21,4% por cada mil nados-vivos. Com um comportamento muito menos linear, a taxa de mortalidade materna em 2011 alcançou 48,4% por cada cem mil nados-vivos, enquanto no ano seguinte registou um valor de 9,6% por cada cem mil nados-vivos, para em 2013 voltar a subir drasticamente para 37,9% por cada cem mil nados vivos. De acordo com o Relatório ODM Cabo Verde 2015 (dados referentes a 2014), em 2014 este indicador voltou a diminuir conseguindo, desta vez, o seu valor mais baixo, 9,4% por cada cem mil nados-vivos.

Do cruzamento da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade resulta a taxa de crescimento natural, também ela decrescente, já que diminuiu de 1,52%, em 2011, para 1,43%, em 2014.

De acordo com o Relatório Objetivos do Milénio, em matéria de índice de desenvolvimento humano, em 2014, Cabo Verde caiu duas posições no grupo dos países de desenvolvimento humano médio, na medida em que passou de um índice de 0,636, em 2013, para 0,626, em

²¹ Fonte:

<http://www.pordata.pt/Europa/Esperan%C3%A7a+de+vida+%C3%A0+nascen%C3%A7a+total+e+por+sexo-1260> (acedido a 05.11.2016 às 15:34).

2014. Porém, relativamente ao continente africano, Cabo Verde possui o décimo índice de desenvolvimento mais elevado, ultrapassando a média da África Subsaariana de 0,502. Esta posição favorável, face aos restantes países africanos, deve-se ao desempenho dos governos que têm vindo a apostar, fortemente, na educação e na saúde, de forma a garantirem o acesso universal à educação básica e aos cuidados médicos básicos da população. Paralelamente, tanto as taxas de alfabetização dos adultos como a esperança média de vida à nascença têm vindo a traçar uma trajetória crescente, enquanto as taxas de mortalidade caem, constantemente, desde a independência.

Em relação à taxa de pobreza, esta continua elevada, rondando os 26,6%, de acordo com os dados do Banco Mundial para o ano de 2007. Contudo, segundo o Relatório Objetivos do Milénio, a sua trajetória mantém-se descendente, já que em 1990 era de 49%, em 2001 de 37% e, o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza estima, agora, que baixe para os 25%, sendo o país com menores taxas de pobreza da sua sub-região.

Também o índice de profundidade da pobreza tem evoluído de forma positiva, tendo sido já ultrapassada a meta fixada para 2015 de 10,4%, no entanto, existem ainda assimetrias e desigualdades entre regiões, meio de residência, homens e mulheres, que precisam de ser combatidas.

No campo das condições de acesso à educação e à escolarização, segundo o Anuário Estatístico de 2015 do INECV, os dados revelam uma evolução francamente positiva. A taxa de alfabetização geral abrangia, em 2014, cerca de 86,5% da população, face aos 82,8% do Censo de 2010, enquanto a taxa de alfabetização nos jovens cabo-verdianos com idade igual ou superior a 15 anos atingia 97,8%. Os homens continuam a apresentar uma taxa de alfabetização superior às mulheres, 91% face a 82,1%, embora esta relação se invertam quando a análise se restringe ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, onde as mulheres detêm uma taxa de alfabetização juvenil superior à dos homens, 98,3% face a 97,8%.

Este aumento da alfabetização trouxe consigo um aumento generalizado do nível de ensino em Cabo Verde. Por um lado, a percentagem de população que nunca frequentou a escola diminuiu 4,6 pontos percentuais entre a aplicação do Censo de 2010 e 2014, ano em que apenas 8,3% da população declarou nunca ter frequentado a escola. Por outro lado, a percentagem de pessoas que se encontrava a frequentar o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior, em 2014, foi superior aos restantes anos. De acordo com a mesma fonte, em 2014, cerca de 44,7% da população encontrava-se a frequentar o ensino básico, 40,3% o ensino secundário e 8,8% o ensino superior.

No que toca ao cenário económico, o Relatório Anual de 2013 feito pelo Banco de Cabo

Verde, mostra que o ano de 2013 não foi favorável para a economia do país, o que se confirma pelo crescimento real quase inexistente de 0,5%, contrastando com a variação do PIB de 4% alcançada em 2011. Em termos de PIB *per capita* este baixou para os 2.692 USD. Contudo, em 2014, a taxa de crescimento do PIB cabo-verdiano conseguiu subir para uns modestos 2%, esperando-se que ultrapasse os 3% entre 2015 e 2016, pelo bom desempenho do sector turístico, do restabelecimento do crescimento do crédito privado, da diversificação da produção da agricultura e das pescas, do aumento da produtividade e de uma modesta recuperação da economia na Zona Euro²².

Cabo Verde é um país parceiro da Zona Euro, cuja economia ainda se ressentiu das severas consequências da crise financeira de 2008. Naturalmente, Cabo Verde acaba por sofrer e de forma mais retardada com isso, se não veja-se. As crises da dívida soberana e bancária da Zona Euro acabaram por contagiar a economia cabo-verdiana via balança de pagamentos, com a redução dos influxos do investimento direto estrangeiro, desde 2009, das exportações de bens, que entretanto começaram a dar sinais de recuperação, da ajuda pública ao desenvolvimento e, mais recentemente, das remessas dos emigrantes para apoio familiar e para investimento. Somando as naturais fragilidades endógenas do país, como a fraca capacidade produtiva, uma economia pouco diversificada ou a escassez de infraestruturas, o efeito de contágio da crise europeia acabou por ser ainda mais evidenciado.

Ainda assim, o Relatório Objetivos do Milénio enaltece as grandes mudanças de que Cabo Verde foi alvo, nomeadamente, a expansão da base produtiva, a conquista do sector-chave da economia por parte do turismo que representa, atualmente, mais de 20% do PIB, o aumento das exportações e dos investimentos diretos estrangeiros.

No domínio do mercado de trabalho, entre 2012 e 2014 a população ativa apresentou um decréscimo de 3,8% a par com a taxa de atividade, referente ao peso da população ativa na população total que, para o mesmo intervalo de tempo, diminuiu de 62,6% para 57,9% (INECV, 2015). Tendencialmente, o peso da população ativa no total da população é maior para os homens do que para as mulheres tendo-se traduzido, em 2015, numa taxa de atividade de 51,2% para as mulheres e 65% para os homens.

Em termos residenciais a taxa de atividade cabo-verdiana concentra-se, sobretudo, em meio urbano reunindo, em 2014, 64,3% da população ativa, ao passo que o meio rural absorveu apenas 45,3%. Por outro lado, em termos sectoriais, assiste-se a uma terciarização continuada

²² Fonte: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/notas-paises/west-africa/cabo-verde/> (acedido em 30.11.2015 às 15:44).

deste país, já que o sector terciário tem vindo a reunir cada vez mais percentagem da população ativa contando, em 2014, já com 65,5% da população. Num movimento contrário, o sector primário tem vindo a diminuir progressivamente detendo, em 2014, uma taxa de atividade de apenas 16,7%.

A proporção da população desempregada em relação ao total da população ativa, ou seja, a taxa de desemprego, ainda que bastante elevada e com uma trajetória crescente entre 2010 (10,7%) e 2012 (16,8%), tem vindo a diminuir, tendo passado de 16,4%, em 2013, para 15,8%, em 2014. Com um comportamento oposto, a taxa de desemprego juvenil continua a crescer e aumentou de 34,6%, em 2013, para 50,8%, em 2014. Este fenómeno relativo aos jovens entre os 14 e os 24 atinge, sobretudo, jovens à procura do primeiro emprego (*ibidem*).

A política em Cabo Verde tem sido extremamente consensual, havendo um amplo respeito pela regra da maioria e pelas liberdades civis. É um estado de direito democrático, onde as eleições e as alternâncias políticas ocorrem pacificamente, de forma livre e justa, não havendo registos de um único golpe de Estado desde a sua independência em 1975, um recorde na África Ocidental partilhado apenas pelo Senegal. Atualmente, de acordo com o Banco Mundial²³, o Presidente Jorge Carlos Fonseca apoiado pelo MpD e o Primeiro-Ministro José Maria Neves apoiado pelo PAICV, têm o apoio de partidos políticos da oposição, uma situação que as sólidas instituições de Cabo Verde têm conseguido acomodar de forma exemplar.

Corroborando a harmonia do contexto político cabo-verdiano, os recentes relatos internacionais mostram que este é um país que tem conseguido grandes progressos decorrentes dos seus esforços para alcançar bons níveis de desenvolvimento socioeconómico. Segundo o Relatório Objetivos do Milénio, *The Economist Intelligence Unit*, em 2014, colocou Cabo Verde em 31.º lugar num total de 167 países, fazendo parte do grupo de países com democracia imperfeita. Este índice de democracia avalia o estado da democracia de 167 países classificando-as em democracias plenas, democracias imperfeitas e regimes híbridos quando existe democracia, e de regimes autoritários quando a democracia dá lugar a ditaduras. Com base em cinco critérios, processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis, *The Economist Intelligence Unit* atribui notas de 0 a 10 aos países avaliados. Em 2015, Cabo Verde passou para 32.º lugar com 7,81 pontos, uma posição acima de Portugal classificado em 7,79 pontos²⁴.

²³ Fonte: <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview> (acedido a 13.11.2015 às 13:17).

²⁴ Cf. *The Economist Intelligence Unit* (2016).

A *Freedom House*, uma organização sem fins lucrativos que se dedica à expansão da liberdade e da democracia pelo mundo, posicionou Cabo Verde entre os primeiros países relativamente ao índice mundial de liberdade, considerando-o um dos países menos corruptos de África²⁵. O Relatório Objetivos do Milénio indica, ainda, que Cabo Verde tem-se classificado, sempre, entre os primeiros três países do continente africano no que toca ao índice da Fundação *Mo Ibrahim* de governação africana, que visa estimular uma liderança africana com dignidade, que permita melhorar as perspectivas económicas e sociais dos povos africanos.

5.3. Bosquejo histórico

De acordo com os documentos históricos, Cabo Verde foi descoberto entre 1460 e 1462, na sequência das viagens de exploração e descobrimento da costa ocidental africana levadas a cabo pelos navegadores portugueses sob orientação superior do Infante D. Henrique.

Diogo Gomes e António Noli, no regresso de uma dessas viagens foram desviados da sua rota pelos fortes ventos e correntes, acabando por encontrar a primeira ilha do arquipélago a 1 de Maio de 1460, a qual apelidaram de Santiago, em homenagem ao Santo desse dia. Na mesma viagem, foram descobertas também as ilhas de Maio, Sal, Boavista e Fogo. O descobrimento das restantes ocorreu nos dois anos posteriores, pela mão de Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando, sobrinho e herdeiro de D. Henrique.

Por esta altura, as ilhas encontravam-se desabitadas, tendo-se iniciado o povoamento pela ilha de Santiago, com diversos casais metropolitanos e indígenas da Guiné enviados por Diogo Gomes e António Noli, cujo destino eram as capitánias previamente criadas. Este sistema de ocupação administrativa durou 130 anos, até em 1587 Duarte Lobo da Gama ter sido nomeado primeiro governador de Cabo Verde. Muitos outros lhe seguiram, ficando dependente dos vários governos desta colónia, de 1650 a 1879, a Guiné, graças à sua deficiente delimitação.

A posição geoestratégica, suscitou de imediato interesse por este arquipélago, que rapidamente se transformou na base de apoio logístico à navegação, desempenhando “[...] o papel de placa giratória no quadro do abastecimento dos navios em água e viveres.” (Pereira, 2005:35) e, como não existiam praticamente recursos locais foi dada primazia às atividades de

²⁵ Fonte: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/cape-verde> (acedido a 13.11.2015 às 15:07).

comércio e de navegação. Paralelamente, a facilidade que os moradores da ilha de Santiago tinham para resgatar e comercializar escravos da costa ocidental, tornou-o num verdadeiro entreposto de venda de escravos. As famílias enriquecidas com este negócio iniciaram a produção de algodão e de açúcar, antes ainda de se fazer no Nordeste brasileiro. A exportação de algodão foi, posteriormente, substituída pela exportação de panos de algodão produzidos localmente por tecelões da Guiné e usados como moeda de troca na comercialização de escravos.

A partir do final do século XVI a glória de Cabo Verde enquanto entreposto de escravos entrou em declínio, levando-o a cair no ostracismo. Por um lado, com a ascensão de novas potências marítimas como a Holanda, Inglaterra e França, as rotas de navegação alteraram-se e o comércio de escravos passou a fazer-se diretamente a partir da costa africana por ingleses, espanhóis e holandeses. Por outro lado, a proibição do comércio de panos com estrangeiros, o monopólio deste comércio pela Companhia do Grão Pará e Maranhão e a descida dos preços dos produtos cabo-verdianos forçou muitos proprietários brancos a emigrarem para o Brasil. Somente dois séculos e meio depois é que a localização nas rotas da navegação a vapor voltaram a dar um impulso a Cabo Verde.

Entretanto o modelo jurídico de ocupação por capitânias, revelou-se um fracasso, tal como o que lhe sucedeu, os morgadios (Pereira, 2005:52). Ao mesmo tempo, os conflitos de cariz económico e político entre os vários estratos da sociedade eram eminentes, já para não falar da questão da escravatura, que sendo Cabo Verde uma sociedade “escravocrata” (*ibidem*:56), a lei estava sempre do lado do mais forte, traduzindo-se na decadência económica do arquipélago. Foram, então, aplicadas políticas agrárias para fazer face à crise, porém os seus efeitos devastadores no ambiente, com a destruição de enormes manchas florestais para dar origem a explorações agrícolas sobrepuseram-se ao seu sucesso, nunca alcançado.

Perante tal cenário, a emigração tornou-se o principal recurso de sobrevivência da população a partir de meados do século XIX, até aos dias de hoje “[...] não apenas pela dimensão e continuidade dos fluxos mas, sobretudo pela forma específica de articulação que estabeleceu entre o arquipélago e o ‘mundo do Atlântico’.” (Lessourd *apud* Gama, 2007:83).

A partir da Segunda Guerra Mundial, com a descolonização, ocorreram várias mudanças a nível da estrutura social. Por um lado, a redução do número de europeus em Cabo Verde e o crescimento dos “brancos da terra” (Monteiro, 2004:4), ou seja, dos mestiços que tinham herdado bens e terras de pai europeu e que, por isso, o seu nível económico e social tinha aumentado. Por outro lado, a corrente migratória que até então se prendia à história colonial e à presença de Portugal na África Ocidental, tinha agora como principais destinos a Europa

Ocidental e os EUA (Gama, 2007:83).

Em particular a emigração para os EUA, trouxe uma melhoria das condições de vida, tanto para o emigrante como para a família que permanecia em Cabo Verde, mas também alterações no que toca à cultura e aos valores, uma vez que os emigrados regressavam mais instruídos e com novos paradigmas culturais e políticos. Ainda hoje a emigração ocupa um lugar de destaque na sociedade cabo-verdiana.

Após a Independência, a 5 de Julho de 1975, o PAIGC, partido que conduziu simultaneamente o processo de independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, liderou o processo político de construção de um novo Estado (Reis, 2010: 262). Porém, o golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 1980, desuniu o partido e a estrutura cabo-verdiana passou a designar-se somente PAICV.

Até 1990 a política do então PAICV atribuiu um papel dominante ao sector público, sem nunca se opor à burguesia urbana. Com vista ao desenvolvimento, o partido lançou nos anos 80 grandes reformas, a reforma administrativa, a reforma do sistema de ensino e a reforma agrária. Através de projetos de projetos de infraestrutura de transporte, de luta contra a erosão e de pesquisa de recursos de água, o governo procurou criar condições para a consolidação da coesão nacional, para contrariar as adversidades naturais e para garantir o abastecimento das populações locais. A concretização destes projetos foi conseguida por investimentos que contemplavam empresas públicas ligadas aos sectores da água, eletricidade, transportes e comunicações. Por esta altura, o desenvolvimento de Cabo Verde foi alimentado, substancialmente, pela ajuda pública internacional.

O início dos anos 90 trouxe consigo mudanças profundas no sistema político que passou a ser regido pelos princípios da democracia plural, graças à criação do MpD, partido de vocação mais liberal, no poder desde 1991. Desde a oficialização do sistema multipartidário na Constituição, em 1992, que o governo de Cabo Verde tem alternado entre o PAICV e o MpD de forma completamente democrática por via de eleições.

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

6.1. Introdução

Procurando responder à pergunta de partida “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*”, três, das treze ONG concessionárias de Microcrédito existentes em Cabo Verde, foram escolhidas para constituir o objeto de estudo da presente investigação. Por conseguinte, e já reconhecidas as principais características da zona geográfica em que este mesmo objeto de estudo se insere, visa-se fundamental apresentar cada uma das ONG tomadas como referência neste estudo dirigido à Sustentabilidades das ONG cabo-verdianas concessionárias de Microcrédito.

Assim, o presente capítulo, terá como propósito dar a conhecer, de forma mais aprofundada, cada uma destas instituições de microfinanças. Reunindo informação relevante, como a sua história, características dos seus clientes, contornos gerais do Microcrédito e dos restantes serviços oferecidos, bem como da sua situação económica, este capítulo estará repartido pela descrição de cada uma das ONG analisadas, começando pela FAMI-Picos, seguindo-se o CITI-Habitat e culminando na Morabi.

6.2. FAMI-Picos

A FAMI-Picos, Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar dos Picos, surgiu, em 1997, da junção de três pequenas mutualidades de poupança e crédito existentes na região de Picos, ilha de Santiago, duas delas compostas por elementos provenientes das FAIMO, a mutualidade de Picos Acima com 40 associados e a de Manhanga com 60 e, ainda, pela mutualidade de Achada Igreja que contava apenas com 18 membros.

Localiza-se, como o nome antecipa, na vila de Picos, numa pequena localidade situada a 4Km da cidade da Praia, designada de Achada Igreja, sede administrativa do concelho de São Salvador do Mundo. Este município encontra-se no centro da ilha de Santiago entre outros quatro municípios do interior, Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina, São Lourenço dos Órgãos e Santa Cruz, ocupando uma área total de $31km^2$, composta por 18 povoados e com cerca de 8.677 habitantes. Enquanto município rural, apresentando das melhores condições para a prática da agricultura em Cabo Verde, a maioria da população de São Salvador do

Mundo trabalha neste sector e, apesar das condições climatéricas de Cabo Verde não serem particularmente favoráveis, regista-se com alguma frequência abundância das precipitações nos períodos de chuvas, garantido alguma produção alimentar à base de cereais, como milho e feijão, e de pasto para os animais.

O município de São Salvador do Mundo sempre teve, por tradição, a prática do *djunta mon* como forma dos seus habitantes contornarem os problemas com que se defrontavam no dia-a-dia. Segundo Carlos Vaz, atual presidente da FAMI-Picos, e dadas as características desta região agrícola, a principal causa destes problemas estava relacionada com a propriedade das terras desta região do interior de Cabo Verde. Quase todos os terrenos pertenciam à Igreja ou a pequenos proprietários que por serem, na maior parte dos casos, naturais e residentes de outras localidades dificultava o reconhecimento e associação entre os proprietários e as suas supostas terras. Esta falta de conhecimento por parte dos locais, alimentada pela ausência dos proprietários, trouxe consigo problemas entre rendeiros e morgados relativamente à exploração das terras. A solução passou pelo recurso ao *djunta mon*. Este sistema de entreatajuda consistia numa ou mais pessoas ajudarem outra a construir a sua casa ou a limpar o seu terreno e, em contrapartida, ficavam com o direito, no ano seguinte, a explorar um pedaço de terra. Desta forma, os morgados conseguiam pagar a renda das terras dos rendeiros que cultivavam como forma de emprego, garantindo a sua subsistência, ao mesmo tempo que conseguiam uma exploração agrícola muito mais eficiente por fazerem um trabalho de parceria, em vez de isolado.

Para além desta questão agrícola, outra problemática, característica deste município, provinha da precariedade das condições de trabalho das trabalhadoras das FAIMO. Como após a independência o desenvolvimento rural foi identificado como um setor prioritário de estratégia de desenvolvimento nacional, as autoridades criaram as FAIMO, frente de alta intensidade de mão-de-obra, como forma de reverterem os efeitos deixados pelas secas e pela falta de emprego. Estes trabalhos de alta intensidade de mão-de-obra caracterizam-se por serem temporários, entre três a oito meses, de baixo salário e em projetos de infraestruturas que incluem a construção de estradas, de estruturas de conservação do solo e da água e a reflorestação. O salário é calculado para cobrir as necessidades essenciais em alimentação. E, os trabalhadores são em regra mulheres jovens, entre os quinze e os quarenta e quatro anos, solteiras com crianças a seu encargo, com baixa instrução e muito pobres (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004).

Até aos anos noventa, o financiamento destas atividades era, assegurado pela cooperação internacional, através da contrapartida do apoio alimentar e das doações financeiras. Esta

ajuda era, assim, utilizada como forma de superar o *deficit* alimentar e transformada em recursos aplicáveis ao desenvolvimento (Pina, 2007:3).

Com o tempo as FAIMO transformaram-se numa importante fonte de emprego e segurança para as populações mais pobres das zonas rurais. No entanto, a sua filosofia de funcionamento era, essencialmente, assistencialista o que lhe conferiu um carácter de segurança social permanente, traduzindo-se numa dependência perversa e numa consequente quebra de iniciativas autónomas geradoras de rendimento e emprego. Com efeito, ao invés de serem uma saída da pobreza, tornaram-se na opção mais cómoda de sobrevivência para os mais pobres (ACEP, 2000:49).

Neste sentido, dada a precariedade característica das FAIMO, as suas trabalhadoras deparavam-se com um problema recorrente, o de ficarem vários meses sem receber salário. A forma encontrada para contornar este obstáculo foi a de retirarem dois dias por semana para fazerem uma poupança conjunta e, assim, terem forma de cobrir os meses em que não havia pagamento. Já no caso da região de Achada Igreja, o problema estava no *mitim*, por outras palavras, a mutualidade funerária estava a entrar em colapso, não fazendo frente às necessidades da população.

Perante tamanhas contrariedades a sociedade civil dos Picos, já informalmente unida, decidiu formalizar estas uniões fazendo nascer, no dia 20 de Janeiro de 1991, três mutualidades de crédito e poupança, a de Picos Acima, a de Manhanga e a de Achada Igreja. Estas mutualidades funcionavam na base da solidariedade, de tal forma que os membros eram fiadores entre si, embora não pudessem ser de elementos das outras duas mutualidades, e os créditos eram concedidos aos membros que deles precisassem, sem a aplicação de comissões ou de taxas de juros.

Não antecipando a enorme procura que os pequenos créditos, de montantes que oscilavam entre os 10.000,00CVE e os 150.000,00CVE, viriam a ter, aliado à forte componente social destas iniciativas da sociedade civil, rapidamente, a capacidade das mutualidades para dar resposta às necessidades financeiras da população se esgotou. Os elementos de cada uma das mutualidades, inconformados com o fim dos seus projetos, pelo apoio em que se haviam tornado para a população da vila dos Picos, uniram esforços e fizeram nascer no ano de 1997 a primeira Associação das Caixas de Poupança e Crédito, uma organização de segundo grau, resultante da junção das três mutualidades iniciais. Como o governo da altura, PAICV, tinha muito presente a questão da família no seu plano estratégico de combate à pobreza, os membros desta nova associação, com vista a um maior enquadramento governamental,

acharam por bem alterar o seu nome para Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar dos Picos, mais conhecida como FAMI-Picos.

Desde a sua criação, em 1997, até ao ano 2000 o volume de Microcréditos cedidos pela FAMI-Picos foi quase residual, proveniente de meios próprios, já que o seu foco era a reestruturação, a definição estratégica e a obtenção de financiamentos. Por esta altura, a associação não tinha um espaço físico e as operações de empréstimos e recebimentos eram feitas debaixo de uma árvore, na praça, na escola ou na igreja. A partir do ano 2000, um projeto apoiado pela ADF trouxe consigo financiamento, uma estrutura profissional composta por um agente de crédito, um serviço geral e um gestor, mas também a necessidade de um espaço físico para a sua operacionalização. Por conseguinte, a FAMI-Picos alugou um quarto, sem mais nenhuma outra divisão, apenas um quarto, onde trabalhavam três funcionários com as funções acima descritas começando, assim, a sua atividade de poupança e concessão de Microcrédito. A adesão aos seus serviços de microfinanças foi, como se esperava, enorme e mediante os bons resultados obtidos desta parceria com a ADF, a FAMI-Picos demonstrou credibilidade e conseguiu parcerias com o governo através do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, ativo até aos dias de hoje, com o Ministério da Agricultura e do Ambiente no âmbito do projeto da área protegida da Serra Malagueta que promovia a proteção da sua população, cuja subsistência provinha do corte de floresta e da exploração de inertes, com a União Europeia em parceria com o Governo das Canárias, através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, entre outras, que foram surgindo.

Conforme a procura pelos serviços desta associação aumentou, também o número de funcionários e a dimensão da sua sede exigiram acréscimos. Depois do primeiro quarto alugado, seguiu-se um espaço com três quartos e uma casa-de-banho, no qual passaram a operar cinco funcionários. A FAMI-Picos não parou de crescer e, mais uma vez este espaço deixou de servir as necessidades de funcionamento da associação e, ao invés de continuarem dependentes do aluguer de um novo espaço conforme fosse sendo exigido pelo crescendo da atividade, os seus membros, optaram pela construção de raiz da sua sede, ajustada às suas exigências presentes e futuras.

Este processo iniciou-se em 2009 com a compra do terreno, seguindo-se a construção do edifício da sede no valor de 30.000.000,00CVE, dos quais 14.000.000,00CVE foram financiados através de crédito bancário e os restantes 16.000,00CVE dos fundos próprios, terminada em 2015. Atualmente, a FAMI-Picos emprega quatro agentes de crédito, um segurança, um condutor, um gestor, um sub-gestor, um contabilista, um tesoureiro e um rececionista, num total de onze funcionários que operam num edifício com todas as

condições que esta atividade exige. Construído a pensar nas necessidades da associação e da sua Sustentabilidade, mas também nas necessidades da comunidade onde se insere e no futuro, o edifício da FAMI-Picos tem a dimensão suficiente para alugar alguns dos seus espaços livres e obter algumas receitas. O piso superior, alugado pelo Ministério da Educação, dispõe de um espaço com biblioteca, computadores, acesso à Internet e zona de lazer, supervisionado por adultos onde os jovens locais podem ocupar os seus tempos livres de forma segura e gratuita. O piso inferior, também ele alugado, está a ser usado como salão de festas/discoteca.

Enquanto associação mutualista de poupança e crédito, a FAMI-Picos pressupõe algumas exigências aos seus beneficiários. Por um lado, todos os seus futuros beneficiários têm de ser membros, o que implica um custo de admissão, igual para todos, de 500,00CVE acrescentado de 150,00CVE, valor de produção, sobre o qual a FAMI-Picos não tem qualquer ganho, de uma caderneta que fica na posse do sócio, onde serão registadas todas as operações futuras. Por outro lado, é exigido a todos os sócios que façam uma poupança mínima de 1.000,00CVE ou de 25% do montante que pretendem pedir de Microcrédito, até um máximo de 10.000,00CVE para que a igualdade entre sócios esteja garantida e o poder de cada sócio não seja proporcional à importância que tem poupada. Esta exigência, considerada poupança forçada, dá direito imediato a um Microcrédito de montante quatro vezes superior ao valor tido em poupança. Para Carlos Vaz, estes requisitos acabam por criar uma sensação, que é real, de pertença dos seus membros em relação à associação facilitando os pedidos de Microcrédito, isto é, os membros sentem que a FAMI-Picos também é deles e, apesar de serem, por natureza, pessoas que não gostam de contrair empréstimos, como têm parte do seu dinheiro depositado na associação sentem-se à vontade para usufruir dele em Microcréditos.

Existem, deste modo, dois serviços de microfinanças disponíveis, a poupança, que permite uma remuneração dos depósitos a prazo dos seus membros a uma taxa de 5% ao ano e o Microcrédito. Os Microcréditos desta associação, não se destinam apenas a atividades geradoras de rendimentos, como na maioria das ONG, têm como destino todos os fins necessários, desde que o seu beneficiário tenha capacidade de reembolso, como abate, agricultura, pesca, pecuária, cabeleireiro, carpintaria, venda ambulante, compra de equipamentos para o negócio, pequena indústria, compra e venda de viaturas, reparação de viaturas, construção e reparação de habitação, saúde, educação e formação profissional. Vão desde os 10.000,00CVE aos 300.000,00CVE, podendo haver exceções para valores até 900.000,00CVE e 1.000.000,00CVE para os sócios considerados bons pagadores e que possam precisar de montantes mais altos para melhorarem o seu negócio, a sua casa ou até para

comprar um carro, por um período que vai desde os 30 dias ao 24 meses, mas cuja média é de 15 meses. A taxa de juro aplicada a estes micro empréstimos começou por ser de 3,33% ao mês tendo sido, posteriormente, reduzida para os 3% mensais e, é aplicada ao total do montante em dívida, o que significa que as mensalidades são decrescentes, na medida em que, o montante em dívida diminui a cada mês e a taxa juro é aplicada sobre esse valor mensal. A par com o aluguer do edifício, a FAMI-Picos tem no Microcrédito outra fonte de receitas graças à taxa de comissão, à taxa de juro e à taxa de juros de mora cobradas. Para além destas, há ainda as receitas provenientes do transporte de materiais feito por um camião da associação. Embora o Microcrédito exija uma poupança previa, o serviço de poupança não implica o recurso ao Microcrédito, havendo sócios que apenas usufruem do serviço de poupança.

Considerada uma das maiores associações e federações que operam no domínio das mutualidades de poupança e crédito em Cabo Verde, a FAMI-PICOS tem cerca de 1.092 beneficiários do serviço de Microcrédito, dos quais 652 têm crédito ativo, espalhados por toda a ilha de Santiago, num universo de 2.813 sócios, em que a maioria são do sexo feminino. Apesar de ainda ser possível traçar o perfil do beneficiário da FAMI-Picos como sendo a maioria mulheres, chefes de família, entre os 18 e os 70 anos, com uma condição económica baixa e com um nível de escolaridade, tendencialmente, baixo, a verdade é que há sócios de todos os tipos e de todas as classes sociais, baixa, média e alta, bem como desempregados à procura de uma oportunidade de emprego, empregados públicos e do sector privado. Esta abrangência fica a dever-se às suas especificidades enquanto mutualidade, por transmitir um sentimento de pertença aos seus sócios e não limitar a aplicação do Microcrédito mas, principalmente, pela flexibilidade burocrática e acessibilidade face à banca tradicional.

Com uma visão de longo prazo, traduzida na ambição de se manter como uma das instituições de referência da ilha de Santiago e regida pelos princípios de livre adesão, solidariedade, intercooperação, educação, formação dos membros, democracia interna, satisfação dos clientes, respeito pelo meio ambiente e sustentabilidade económica, social e financeira, a FAMI-Picos passou, em 2013, por um novo processo de reestruturação. Até 2012, a contínua ausência de uma análise preliminar à capacidade de reembolso dos seus beneficiários, debilitou a condição da Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar dos Picos. Para contrariar esta tendência, a Sustentabilidade tornou-se num objetivo central da FAMI-Picos e, em 2013, foram introduzidas algumas medidas de análise de crédito que permitiram perceber quais os candidatos aos Microcrédito que teriam ou não capacidade de reembolso, passando a conceder-se Microcréditos apenas aos que demonstrem ter essa

capacidade. Paralelamente, foi introduzido o sistema informático *Finance Solutions*, através do qual são calculadas as mensalidades dos reembolsos dos Microcréditos e onde se encontra toda a informação sobre os beneficiários deste serviço. Nas palavras do gestor da FAMI-Picos, Antero Semedo, esta foi uma medida essencial para a retoma e melhoria da situação económica da associação, tornando-a sustentável sem descorar da sua missão. Com a finalidade de promover e incentivar as iniciativas de autopromoção e de desenvolvimento da ilha de Santiago, através do apoio ao desenvolvimento socioeconómico e cultural das famílias e do fomento à prática de entreatajuda e solidariedade social, mediante a prestação de serviços microfinanceiros, a FAMI-Picos, até ao momento ²⁶, já concedeu cerca de 158.601.179,00CVE em Microcréditos apresentando uma taxa de reembolso que rondam os 98%.

6.3. CITI-Habitat

O CITI-Habitat, Centro de Investigação em Tecnologia Intermediária para o Habitat, criada a 26 de Novembro de 1988, foi a primeira ONG nacional “*de jure*” em Cabo Verde.

Começou por ser constituída por treze técnicos, dos quais oito eram cabo-verdianos e cinco expatriados, com formações distintas mas que tinham como traço de união a experiência de terreno nos trabalhos de desenvolvimento de base, acabando por ser reconhecida, em 1994, pelo Ministério da Justiça como “Instituição de Utilidade Pública”.

Enquanto Organização Não Governamental, o CITI-Habitat assume como espinha dorsal das suas intervenções para o desenvolvimento a “animação conscientizante e participativa”, tornando o desenvolvimento comunitário integrado e participativo o ponto de partida para a resolução dos problemas das comunidades, numa estratégia combinada de luta contra a pobreza e exclusão social. Neste sentido, a trilogia “educação-organização-participação”, procedente da articulação das metodologias com base na intervenção participativa “pesquisa-ação” e a “animação para o desenvolvimento”, impõe-se como linha orientadora das metodologias de intervenção em função dos objetivos propostos de desenvolvimento humano harmonioso, durável e autossustentado, com especial destaque para as questões de género e juventude descendente.

Tendo como alvos os grupos sociais mais desfavorecidos, sobretudo, jovens, mulheres e crianças de toda a ilha de Santiago, mas com uma maior incidência nos meios rurais e

²⁶ Entre 01.01.2013 e 23.05.2016.

periurbanos dos concelhos da Praia, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago, o CITI-Habitat apresenta como objetivos específicos a contribuição para o desenvolvimento socioeconómico dos grupos mais desfavorecidos, o apoio e promoção do desenvolvimento comunitário participativo e a criação de condições locais para o exercício de uma cidadania ativa como forma de reforço da democracia. Desta forma, o quadro de referência de atuação desta organização é a luta contra a pobreza e a exclusão social utilizando como metodologia de intervenção a trilogia “educação-organização-participação”.

Com o conceito de desenvolvimento local sempre presente, o CITI-Habitat aposta na autopromoção das populações pelo desenvolvimento de proximidade, utilizando como ferramentas os ensinamentos da educação popular/educação para o desenvolvimento, enriquecidos com os conhecimentos adquiridos com a experiência, uma vez que defende que para além de consciente é necessário informar, organizar e formar para poder transformar. Para tal, na tentativa de apoiar as comunidades a procurarem e identificarem os seus próprios problemas, mas também a encontrarem as soluções, a metodologia mais usada, por ser uma metodologia de educação para adultos, que visa o restabelecimento da autoestima, a otimização da capacidade de aceder à satisfação das necessidades, de priorizar, de planejar soluções e de os indivíduos se auto-organizarem, bem como terem iniciativas e assumirem responsabilidades, tem sido a SARAR:

- ✘ *S* (self esteem²⁷) – A recuperação da autoestima consiste no reconhecimento das capacidades criativas e analíticas de indivíduos e grupos na comunidade, independentemente do seu grau de escolaridade;
- ✘ *A* (associative strength²⁸) – Os indivíduos têm mais poder através das ações coletivas;
- ✘ *R* (ressourcefulness²⁹) – A habilidade traduz-se na valorização de cada indivíduo comum, transformando-o numa mais-valia para a comunidade;
- ✘ *A* (action planning³⁰) – O planeamento de ações é essencial pois o desenvolvimento não acontece espontaneamente;
- ✘ *R* (responsability³¹) – Os líderes dos grupos têm a responsabilidade de agir de forma planeada e concertada validando os resultados e assumindo os seus compromissos assegurando, assim, a continuidade do processo na comunidade.

²⁷ Autoestima.

²⁸ Força associativa.

²⁹ Habilidade.

³⁰ Planeamento de ações.

³¹ Responsabilidade.

A integração dos princípios subjacentes desta metodologia à trilogia “educação-organização-participação” eleita a metodologia de intervenção no combate à luta contra a pobreza e a exclusão social pelo CITI-Habitat, traduz-se num conjunto de atuações organizadas em oito áreas de intervenção específicas:

- ✘ *Formação e inserção socioprofissional de jovens* – O CITI-Habitat dá formação e/ou reforça a capacitação de agentes, de líderes e de grupos comunitários em artes e ofícios (carpinteiros, serralheiros, pedreiros, pintores) e em artes femininas (corte e costura, bordados, cozinha, pastelaria). Forma agentes de Microcrédito, monitoras e educadoras de infância, animadores de cultura e desporto, animadores de rádios comunitárias e, em parceria com instituições académicas, forma técnicos profissionais em áreas como contabilidade e gestão, turismo, secretariado, instalação e manutenção de sistemas informáticos, administração e finanças, eletricidade, construção civil e mecânica.
- ✘ *Infraestruturação social* – Com o apoio dos seus parceiros externos e em parceria com as OCB, o CITI-Habitat constrói infraestruturas sociais locais, reabilita as habitações dos mais vulneráveis e constrói de raiz habitações sociais para beneficiar famílias carentes que não têm um teto. Até ao momento, já foram construídas diversas infraestruturas comunitárias, como centros sociocomunitários multiusos, jardins-de-infância, postos de saúde, lavandarias, chafarizes, cisternas, aviários, padarias, lar para terceira idade, moradias sociais. Paralelamente, têm sido reabilitadas casas de pobres, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e criando centenas de empregos por ano.
- ✘ *Promoção da saúde/Mutualismo* – Com vista à promoção da saúde, o CITI-Habitat constrói postos sanitários e já reabilitou e equipou, em parceria com a delegação de saúde e OCB, alguns postos de saúde, como os de Achada Mato, Pensamento, São Francisco, Fontes Almeida e Vale da Costa São Martinho Pequeno. Incrementa o programa anual de feiras de saúde em todas as localidades de intervenção, principalmente, as rurais, no sentido de levar os cuidados primários, as consultas médicas e a prevenção junto das comunidades. Paralelamente, tem um programa de apoio à promoção de mutualidades de saúde, tendo sido criada a mutualidade de Saúde da Praia.
- ✘ *Proteção e conservação do ambiente (água, saneamento e reflorestação)* – Para além de promover a educação para o ambiente, a institucionalização de campanhas de limpeza nas comunidades e incentivar a proteção e reflorestação, o CITI-Habitat

garante formação e serviços de sensibilização para questões de saúde pública, meio ambiente, gestão de água para abastecimento, produção agrícola e conservação do solo.

- ✘ *Promoção do emprego através do Microcrédito e da Economia Solidária* – Grande parte da população pobre, excluída do mercado laboral formal, garante a sua subsistência com o comércio informal. Porém a acessibilidade ao crédito é escassa ou nula, pelo que o CITI-Habitat atribui créditos de pequena escala, essencialmente, a mulheres chefes de família e jovens à procura do primeiro emprego, identificados com a ajuda das OCB
- ✘ *Desenvolvimento agropecuário* – A modernização da agricultura é impulsionada pelo CITI-Habitat através da introdução de novas tecnologias e de rega localizada, como o sistema de gota a gota, ao mesmo tempo, que apoia a exploração cunícula (coelhos), forma agricultores e criadores de gado e desenvolve a agricultura hidropónica.
- ✘ *Educação para a cidadania* – Foi criada pelo CITI-Habitat uma rádio comunitária que dá voz e vez às populações através dos seus programas de informação e educação, mas também das atividades de animação comunitária, rádios praça, levadas a cabo para mobilizar as populações em geral e os jovens em particular. Dá conta dos trabalhos que as OCB parceiras realizam nas suas comunidades e colabora com as instituições públicas e privadas na divulgação de programas de cariz social relacionados com a proteção ambiental, luta contra o VIH/SIDA, a droga, o alcoolismo, programas de cariz religioso e educativo.
- ✘ *Promoção à emergência e desenvolvimento de associações locais e rede de associações* – Consciente de que os indivíduos que agem isoladamente estão sujeitos à condescendência por parte das instituições podendo, no limite, ser completamente ignorados, o CITI-Habitat encoraja os processos organizacionais pela via da formação. Desta forma são criadas consciências cívicas, formalizadas e planeadas as atividades das OCB e desenvolvidos meios para aprendizagem com outras OCB. A abordagem seguida não é forçada, apelidando-se de “liderança por trás”, na medida em que são os membros ativos da comunidade que tomam a iniciativa de se apresentar, restringindo-se o trabalho da ONG ao encorajamento e condução destes pequenos grupos de residentes ativos a criarem associações formais com participação alargada a todo o bairro. Este processo começa por atrair o interesse da população através de um serviço público concreto sendo, posteriormente, alargado a mais pessoas transformando-se numa força social.

Para além destas associações formais de desenvolvimento comunitário, o CITI-Habitat procura encorajar a vida associativa de diferentes formas, ou seja, grupos de interesse constituído e liderados na sua maioria por mulheres, como associações de pais e encarregados de educação, associações funerárias (de seguros), equipas de futebol e grupos culturais tradicionais de “batuques”.

Em 2003, o CITI-Habitat criou a “Red’Animar”, uma entidade federativa com trinta e seis OCB com o objetivo de promover a solidariedade social, o ativismo popular e a capacidade de *lobby* junto dos poderes políticos.

Por fim, influenciado pelas experiências de rádios comunitárias noutros países da África Lusófona e com o apoio da ACEP em Portugal e da AD da Guiné-Bissau, fez surgir a rádio comunitária “Voz de Ponta d’Água”, a primeira estação de rádio de baixa voltagem utilizada como serviço público em Cabo Verde. Bem acolhida, tanto pelos representantes públicos como pelos membros da comunidade, esta estação de rádio constitui uma nova “infraestrutura pública” através da qual é desenvolvido um espaço político robusto para os cidadãos. Neste sentido, para além de ser o braço alongado do CITI-Habitat para o seu programa de “animação para o desenvolvimento comunitário”, a rádio comunitária é, também, o “espaço que dá voz e vez a quem não tem tido”.

A continuidade destas iniciativas depende do trabalho dos atuais 21 colaboradores do CITI-Habitat, equitativamente divididos entre sexo feminino e masculino, distribuídos pelos seus vários departamentos: o Serviço de Administração e Microfinanças, a Administração, Finanças e Património, o Departamento de Economia Social e Solidária e de Desenvolvimento Local e o Departamento de Estudos de Desenvolvimento de Projetos. Para além destes, fazem ainda parte do CITI-Habitat os serviços autónomos da Rádio Comunitária Voz Ponta D’Água e o CITI-Microfinanças. Simultaneamente, a ONG desenvolve projetos, que não sendo estruturas definitivas existem em função de projetos específicos e, por isso, ainda que supervisionados pelo presidente do CITI-Habitat, têm uma gestão própria, como é o caso presente do Gabinete do projeto da Cidade Velha. Projetos esses que resultam das parcerias com outras organizações e entidades que garantem o seu financiamento e concretização. Entre elas o governo, através do PNLP e no âmbito da cooperação bilateral entre Cabo Verde e Portugal, que desde há muitos anos financia o projeto de desenvolvimento sociocomunitário da ilha de Santiago, com os municípios, tendo um carácter quase sistemático as parcerias com as câmaras municipais da Praia, de São Domingos e de Ribeira Grande de Santiago, e com os Ministérios da Agricultura e Ambiente e das Infraestruturas,

Ordenamento do Território e Habitação. Existem, também, parcerias com alguns centros de emprego e formação profissional como o IEFP, o Centro para as Energias Renováveis e Manutenção Industrial de Cabo Verde, a Universidade *Jean Piaget* de Cabo Verde, a Universidade de Toulouse e parceiras pontuais com a UE e com o *Milennium Challenge Account*, bem como com outras ONG no quadro de estruturas de rede, com intervenções pontuais a nível de saúde, educação, etc.

Evidenciando a apresentação do CITI-Habitat na valência do Microcrédito, este surgiu pela primeira vez em 1989 de forma muito localizada e com cariz comunitário, em São Francisco, na ilha de Santiago, através da OCB. Por esta altura, o Microcrédito ainda não estava consagrado como uma valência da ONG, dada a sua forte componente local, não existindo na sua sede um departamento focado apenas neste tipo de financiamento.

Sete anos mais tarde, em 1996 em parceria com a ONG Belga *Solidarité Socialiste* foi, finalmente, criado o referido departamento com o nome de PAGRE – Programa de Apoio às Atividades geradoras de rendimentos e Emprego. Como três anos antes a *Solidarité Socialiste* já havia iniciado um processo de Microcrédito com o Instituto Nacional das Cooperativas e o resultado não foi o esperado, renegociaram o mesmo com o CITI-Habitat, na tentativa de fazer vingar o projeto.

Foi então instalado o Microcrédito da maneira mais formal que o CITI-Habitat já tinha experienciado. Dispunha de dois economistas, um diretor de crédito e um analista do projeto, por oposição às duas animadoras sociais de formação, transformadas em técnicas de Microcrédito que estiveram entre 2003 e 2014 à frente do GAMPES – Gabinete de Apoio a Médias e Pequenas Empresas³².

Esta parceria, que pressupunha o financiamento do fundo de crédito e do funcionamento do departamento, terminou em 2003. Porém, o contrato assinado em 1996 previa que terminada a ajuda monetária o CITI-Habitat tinha a obrigatoriedade de continuar com a atividade durante, pelo menos, dois anos sob pena de perder todo o equipamento conseguido até então com o financiamento do projeto.

Conscientes, adotaram a política de acumular os reembolsos numa conta a prazo e laborarem apenas com o fundo de crédito anual. Deste modo, em 2003 começaram a conceder créditos por conta própria com um total de 30 milhões de escudos cabo-verdianos de fundo, tornando possível a continuidade da atividade até aos dias de hoje.

³² Nome que, em 2011, substituiu o PAGRE devido ao término da parceria *Solidarité Socialiste* – CITI-Habitat.

A sua preferência esteve sempre nas mulheres, iletradas ou pouco letradas e, em jovens à procura do primeiro emprego, que abandonavam a escola devido a dificuldades monetárias ou jovens que o próprio CITI-Habitat formava. Os principais destinos, atividades geradoras de pelo menos um emprego, o autoemprego, com especial destaque para o comércio informal, prestação de serviços, agricultura, pesca, carpintaria, serralharia, pastelaria, padaria, embora se estendam a cabeleireiro, barbearia, papelaria, farmácia, costura, talho, cibercafé, aviário, pecuária, entre tantas outras. Apesar de toda a ilha de Santiago ser abrangida por estes créditos, destacam-se os municípios mais próximos da sede como a Praia, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago.

Até à mudança de presidência, ocorrida em 2014, o CITI-Habitat contava com três linhas de crédito, uma de 50.000,00CVE a 100.000,00CVE para atividades geradoras de rendimentos, outra de 100.000,00CVE a 300.000,00CVE para micro e pequenas empresas, e uma terceira em parceria com as OCB, cujo valor dependia do consenso a que chegavam as técnicas do Microcrédito, beneficiários e associações. Neste caso, eram as OCB que selecionam os potenciais beneficiários da sua comunidade e informavam a ONG.

Por oposição, presentemente, não existem linhas de crédito definidas e são concedidos Microcréditos desde os 20.000,00CVE até aos 300.00,00CVE, havendo limite de até 50.000,00CVE num primeiro pedido, por um prazo de quatro a vinte e quatro meses. Aplicada ao montante em dívida, gerando mensalidades constante pela soma das amortizações crescentes que é feita mensalmente, a taxa de juro é de 2,5% ao mês para as atividades de prestação de serviços e de 3% ao mês para as atividades de agricultura, pesca e pecuária, pela vulnerabilidade a que estas atividades estão sujeitas.

Com o falecimento do presidente Elísio Rodrigues em 2014, em funções desde 1992, e a conseqüente tomada de posse do atual presidente Jacinto Santos, várias foram as mudanças estruturais ocorridas na valência do Microcrédito do CITI-Habitat.

Uma das medidas mais impactantes tomadas pela nova presidência foi a separação e autonomização da valência do Microcrédito da restante ONG por, no parecer de Jacinto Santos, estar demasiado dependente do CITI-Habitat para se manter ativa. Com o propósito de a transformar numa unidade autossustentada e autónoma financeiramente, tal como uma empresa de microfinanças, mas que mantem os órgãos sociais da ONG-mãe, foram introduzidos alguns indicadores de profissionalização. Designadamente, às técnicas de Microcrédito, que combinavam entre si todas as funções necessárias ao funcionamento da valência do Microcrédito desde 2003, juntaram-se uma tesoureira, uma contabilista e uma coordenadora executiva que passou, tal como o nome pressupõe, a coordenar e a direcionar as

restantes colaboradoras desta valência. Com a supervisão do presidente do CITI-Habitat garantida, as tomadas de decisão de fundo a cargo da Direção e sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral e a contabilidade separada do “CITI-Habitat social”, o antigo GAMPES deu origem a um serviço autónomo de Microcrédito, com cerca de 970 beneficiários com crédito ativo.

Desde a reestruturação da valência do Microcrédito que, nas palavras do atual presidente do CITI-Habitat, as melhorias foram notórias. Por um lado, esta transformação em serviço de microfinanças limitou o seu carácter social e, conseqüentemente, a percepção de doação que muitos dos seus beneficiários tinham, até então, e que os estimulava a não cumprirem as prestações. No decorrer desta mudança, em 2015, foi alcançada uma taxa de reembolso superior aos 80%. Por outro lado, graças ao trabalho de terreno das agentes de crédito e alguns recursos a tribunal foram angariados, até ao momento³³, cerca de 15.000,00CVE em créditos antigos, que haviam sido considerados irrecuperáveis. Neste sentido, Jacinto Santos considera que o departamento das microfinanças tem-se revelado sustentável, desde 2014, na medida em que cumpre com todos os seus compromissos sem precisar do dinheiro do “CITI-Habitat social” ou de outro tipo de subvenção para cobrir as suas despesas decorrentes do seu funcionamento.

Esta separação, iniciada em 2014, acabou por ir de encontro ao ideal do novo regime jurídico das atividades de microfinança em Cabo Verde, que entrou em vigor no dia 16 de Janeiro de 2015. Esta nova lei exige que todas as iniciativas deste universo financeiro se reestruturem e se regularizem de forma a que passem a existir três categorias, bem definidas, de instituições de microfinanças. A categoria A, onde se encontram as instituições de microfinanças de carácter comercial, denominadas de microbancos. A categoria B, que inclui cooperativas e mutualidades de poupança e crédito. E, a categoria C, que compreende organizações intermediárias na captação de poupanças e que as encaminham para as instituições habilitadas a concederem crédito, já que não podem, elas próprias, conceder.

Sensível ao facto de as microfinanças em Cabo Verde terem origem nas ONG e nas associações, esta nova lei, definiu um prazo de 24 meses, até 16 de Janeiro de 2017, para que todas as entidades de carácter social, que oferecem serviços de microfinanças, procedam à separação desses mesmos serviços da sua componente social. Esta desagregação não se presumindo do ponto de vista do trabalho, visa dar lugar à criação de uma nova instituição

³³ 17.05.2016.

para o departamento das microfinanças, autónoma, não só juridicamente, mas também administrativa e financeiramente.

Do ponto de vista operacional esta desunião do “CITI-Habitat Microfinanças” e “CITI-Habitat social” já se encontra concluída. Os estatutos da nova entidade, que substituirá o atual departamento das microfinanças, já foram aprovados e de acordo com as categorias definidas pela nova lei das microfinanças, este departamento dará lugar a uma mutualidade de poupança e crédito. Para além de autónoma a diferentes níveis, como já referido, ambiciona-se que seja uma instituição com novos serviços de microfinanças, para além do Microcrédito, e com preferência pela utilização das tecnologias de informação reduzindo os custos tanto para a instituição como para os clientes. O objetivo é o de alargar, o máximo possível, o acesso aos serviços de microfinanças a quem deles necessita, com especial foco para as camadas mais desfavorecidas da população, como são o caso das mulheres mães solteiras e dos jovens à procura do primeiro emprego. Com esta reestruturação, Jacinto Santos esclarece que o CITI-Habitat tornar-se-á membro desta nova entidade, mantendo-se como instituição promotora de microfinanças, faltando apenas a publicação do regime jurídico das mutualidades de poupança e crédito, que ainda não existe, para que se proceda ao constitutivo da nova entidade, o CITI-Microfinanceiro, com órgãos sociais próprios.

6.4. Morabi

A Morabi, Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da Mulher, nasceu após a Conferência Mundial de Nairobi, onde foi realçada a importância da participação ativa da mulher no processo de desenvolvimento e reafirmadas as recomendações de Copenhaga sobre a igualdade. Este projeto iniciou-se, em 1991, com o ajuntamento informal de um grupo de mulheres e homens, tornando-se institucionalmente reconhecida no ano seguinte aquando do seu registo como pessoa jurídica no dia 28 de Março de 1992 revisto, posteriormente, no Boletim Oficial n.º 43 de 2 de Novembro de 2007.

Composta por 220 membros, sem distinção de género e aberta a todas as pessoas que aceitem os estatutos da organização, a Morabi, do português amorável, defende que o desenvolvimento da Nação Cabo-verdiana passa pela inclusão e promoção das potencialidades da mulher no processo de desenvolvimento económico, social e político, e da facilitação do seu exercício ativo em todos os processos de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Adotada tal visão, esta ONG, sem fins lucrativos, assumiu como missão privilegiar a inserção e a melhoria da posição social das mulheres cabo-verdianas, numa perspetiva de género, através da promoção da sua participação no processo de desenvolvimento económico, social e político das comunidades e do país, com vista à melhoria da sua condição de vida e das suas famílias. Detalhando em fins concretos esta missão, assente nos valores do desenvolvimento humano, da mulher e da família, da solidariedade, da transparência e profissionalismo, da cultura de qualidade, do espírito de equipa e da parceria, a Morabi tem em vista:

- ✘ A autopromoção económica, social e cultural da mulher cabo-verdiana, numa perspectiva de género;
- ✘ A promoção do desenvolvimento comunitário;
- ✘ A consultoria e assessoria técnica da autopromoção económica, social e cultural da mulher cabo-verdiana, numa perspetiva de género, e da promoção do desenvolvimento comunitário ou de domínios relacionados;
- ✘ A cooperação internacional da autopromoção económica, social e cultural da mulher cabo-verdiana, numa perspetiva de género, e da promoção do desenvolvimento comunitário ou de domínios relacionados.

Para a prossecução destes fins, segundo os Estatutos da Organização, os objetivos específicos da Morabi resumem-se a:

- ✘ Promover e apoiar a elevação do nível de instrução, de informação e de qualificação da mulher, aumentando a sua capacidade de inserção no mercado de trabalho e de participação nas instituições e centros de decisão a nível comunitário, regional e nacional;
- ✘ Promover e apoiar atividades, individuais e de grupos de mulheres, geradoras de emprego e de rendimento, tanto no meio rural como no meio urbano, como forma de elevar o nível e a qualidade de vida das mulheres e das suas famílias, com especial foco para as mulheres chefes de família;
- ✘ Promover e apoiar atividades empresariais de mulheres;
- ✘ Promover e apoiar atividades individuais e de grupos com vista ao desenvolvimento comunitário, em meio rural e em meio urbano;
- ✘ Promover e apoiar a criação e o funcionamento eficiente de grupos associativos femininos ou de desenvolvimento comunitário;
- ✘ Promover o intercâmbio de experiências de mulheres no desenvolvimento, dentro e fora do país;
- ✘ Promover, apoiar, organizar ou realizar formações técnico-profissionais;

- ✘ Prestar assessoria técnica e consultoria nos domínios da organização de grupos associativos, da elaboração, implementação e avaliação de projetos e da planificação, organização e realização de ações de formação;
- ✘ Cooperar com organismos internacionais, regionais ou nacionais na organização e animação de atividades de formação ou reflexão sobre a participação das mulheres no desenvolvimento;
- ✘ Exercer a atividade de microfinanças, em todas as suas diversas modalidades.

Mediante a abrangência dos seus objetivos, a Morabi tem em funcionamento cinco programas, cada um deles com áreas específicas de intervenção:

- ✘ *Microfinanças* – Destinadas a todos os cabo-verdianos, maiores de 18 anos de idade, que tenham dificuldades de acesso ao crédito tradicional e que apresentem uma ideia de negócio com rentabilidade e que não prejudique o meio ambiente.
- ✘ *Formação* – São ministradas, no Centro de Formação Profissional e Promoção Empresarial, criado e inaugurado em 2010 pela Morabi, formações profissionais contínuas e iniciais, decretadas pelo IIEFP, em áreas como formação profissional de agentes de crédito, formação profissional de secretariado e relações públicas, gestão de pequenos negócios, iniciação à informática, autoestima e autoconhecimento, higiene, conservação e manipulação de alimentos, técnicas empresarias. Estas formações têm como destinatários as pequenas e médias empresas e jovens à procura do primeiro emprego e de autoemprego. Paralelamente, são realizadas também formações de capacitação para os clientes do Microcrédito e para os comerciantes dos mercados locais.
- ✘ *Saúde sexual e reprodutiva* – Para garantir a qualidade desejada na prestação de serviços relativos à saúde sexual e à divulgação dos Direitos Humanos e cidadania, a Morabi criou um Centro de Informação, Aconselhamento e Apoio Psicossocial no âmbito do VIH-SIDA e da violência doméstica, onde se realizam palestras e sessões de informação, educação e comunicação para sensibilizar e mobilizar a população para a igualdade e equidade de género, para a violência de género e para a saúde sexual e reprodutiva. Esta consciencialização é complementada com projetos sociais, com a formação e reciclagem de ativistas locais, com o atendimento e acompanhamento psicológico das famílias afetadas e infectadas e o seu, posterior, encaminhamento para as estruturas de saúde competentes, mas também com o planeamento familiar e da decisão sobre o número de filhos e o esclarecimento relativo aos métodos

contraceptivos, a prevenção da gravidez, os riscos de aborto, a gravidez na adolescência e a importância da maternidade segura.

- ✘ *Desenvolvimento comunitário* – No quadro do programa de desenvolvimento comunitário e na perspectiva de um desenvolvimento integrado e sustentável, são realizados, em parceria com a população, diagnósticos de situações, procuradas soluções e elaborados projetos integrados de desenvolvimento comunitário em várias vertentes. Numa dessas vertentes, no domínio da educação, tem lugar a elaboração de projetos de formação e sensibilização nas áreas de liderança, associativismo e proteção do ambiente, educação sanitária, relações interpessoais, parcerias entre outros, igualdade, equidade de género e Direitos Humanos, a promoção de ateliês de troca de experiências entre diferentes comunidades e divulgação das experiências bem-sucedidas, educação para o meio ambiente e a realização de campanhas de arborização e de saneamento do meio. Noutra vertente, são construídas e reparadas infraestruturas comunitárias como unidades de saneamento de base, casas, sobretudo, de e para mães chefes de família, cisternas domiciliárias, jardins infantis, complexos escolares, reservatórios de água e instalados equipamentos para o aproveitamento de energias renováveis. A última vertente diz respeito à elaboração de instrumentos de trabalho.
- ✘ *Reforço da capacidade institucional* – Todas estas ações desenvolvidas pela Morabi visam o reforço da capacidade dos seus destinatários, em matéria de género e das comunidades, designadamente, a capacitação de formadores nas áreas de associativismo, elaboração de projetos, criação e gestão de pequenos negócios, género e HIV-SIDA, Direitos Humanos e cidadania; a divulgação dos Direitos Humanos, na perspectiva de género; e a sensibilização e mobilização de pais e mães para a educação dos filhos, numa perspectiva de igualdade de oportunidades.

A sobrevivência e manutenção destes cinco programas só é possível graças às inúmeras parcerias que a Morabi estabelece, desde a sua criação até aos dias de hoje, com um vasto leque de entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, sendo, de resto, uma das formas privilegiadas eleitas pela instituição para atingir os seus objetivos. A nível nacional estas parcerias estabelecem-se com entidades públicas e privadas, autoridades locais, associações e organizações não governamentais e empresas tanto privadas como públicas destacando-se, as mais significativas, com o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com Programa Nacional de Luta Contra Pobreza, com Ministério da Agricultura, com a Direção Geral de Pescas, com a Casa do Direito e com a ONU Mulher. Já a nível internacional são feitos acordos com

organizações públicas, doadores internacionais e com organizações não governamentais, tais como a cooperação Austríaca, Espanhola, Francesa, e Suíça, as embaixadas dos EUA, dos Países Baixos e de Portugal, algumas organizações internacionais como a FAO e a USAID, as agências FNUAP, UNICEF e UNESCO do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Lux Devellopment e a Fundação Africana de Desenvolvimento. De salientar também as parcerias com o Banco Africano de Desenvolvimento, com o Fundo Canadano de Apoio às Iniciativas Locais, com a IPPF, com a ENDA SANTÉ, com a União Europeia, com a JICA, com diferentes ONG internacionais, com destaque para a ICEIDA, a ACDI/VOCA, a IRAM e a CIC Portugal e, ainda, com as empresas privadas SHELL e SITA. A Morabi é, nas palavras da sua presidente Lúcia Passos, uma das ONG mais bem-sucedidas de Cabo Verde tendo, não só, presença na ilha de Santiago, mas em quase todo o território cabo-verdiano, considerada, por isso, uma organização de abrangência nacional. Começou por se instalar na cidade da Praia onde, atualmente, se encontra a sua sede mas, rapidamente se espalhou-se pela restante ilha de Santiago, contando já com cinco delegações distribuídas entre São Domingos, Santa Cruz, Assomada, Calheta e Tarrafal. No que respeita à sua presença nas restantes ilhas, a Morabi tem três delegações na ilha de Santo Antão, uma em São Vicente, uma no Sal, outra na Boavista e outra no Maio.

Quando iniciou a sua atividade, a Morabi começou como um todo, de forma una, não existindo separação entre o domínio social e das microfinanças. Na verdade, o programa de microfinanças só apareceu em 1994 no decorrer de um projeto que tinha como público-alvo as peixeiras da região. Tendo como objetivo a distribuição gratuita de malas térmicas por estas mulheres, no sentido de melhorar o seu negócio, a Morabi achou por bem contrariar os pressupostos iniciais deste projeto e cobrar uma quantia residual e introduzir, desta forma, algumas noções básicas de gestão de pequenos negócios. Apesar da contrapartida monetária que poderia, à partida, ser impeditiva, a iniciativa foi um sucesso e, com o dinheiro angariado das malas térmicas, a ONG conseguiu juntar o montante necessário para a constituição de fundos rotativos e candidatar-se a mais projetos para expandir esta nova vertente dos microfinanciamentos. Por esta altura, esta componente da Morabi não tinha qualquer estruturação ou normas orientadoras de intervenção, resumia-se à mobilização de alguns fundos para o financiamento de certas atividades desenvolvidas por mulheres. Ainda que assim fosse, revelou-se promissora e a equipa responsável pelo seu funcionamento começou, naturalmente, a debruçar-se mais no seu programa de Microcrédito do que no programa social e, quase que numa lógica causal começou a fazer sentido separar a contabilidade e a gestão deste departamento do departamento social. De acordo com os pressupostos de criação da

Morabi, esta separação não foi bem aceite pela parte social da ONG, contudo, manteve-se, pois nas palavras da administradora delegada do programa de microfinanças, Lina Gonçalves, o Microcrédito teve sempre em vista a Sustentabilidade e os seus responsáveis, rapidamente, perceberam que o seu alcance passava por esta desagregação.

Posteriormente, em 1997, o financiamento da ADF acabou por fortalecer ainda mais esta desunião graças ao enorme contributo que constituiu para a consolidação do sistema de Microcrédito da Morabi. Materializando, o financiamento da ADF permitiu à Morabi fazer uma análise do ambiente nacional a nível económico e jurídico e em termos dos setores financeiros formal e não formal, fazer um diagnóstico do programa de Microcrédito, avaliar as necessidades de mercado nas localidades de intervenção, elaborar o manual de procedimentos e o regulamento de crédito, criar um Comité de Crédito e, ainda formar e reciclar, anualmente, o *staff* do departamento. Esta intervenção culminou, no ano seguinte, com a completa estruturação dos procedimentos definidos e incorporados num manual de Crédito da Organização, *software* de Gestão e autonomia do Departamento de Crédito.

Até 2007, os serviços microfinanceiros da Morabi enquadravam-se no programa de programação socioeconómica da mulher e limitavam-se ao Microcrédito, contudo, após esta data, foram sendo integrados novos serviços de microfinanças, como a conta caderneta, a totocaixa, microseguros e transferência bancária compondo a atual Morabi Microfinanças. Com a ambição de ser a melhor instituição cabo-verdiana de microfinanças com autossustentabilidade financeira e capaz de chegar a todos os concelhos do país, a Morabi Microfinanças, com base nos princípios do sigilo, da cultura de qualidade, da aposta no cliente, do engajamento, do espírito de equipa e da transparência, tem a missão de oferecer serviços financeiros à população de baixo rendimento, com especial destaque para as mulheres chefes de família, numa perspetiva de género.

Com o objetivo de manter os seus clientes e, ao mesmo tempo, atrair novos, a Morabi Microfinanças exige que todos os seus beneficiários de Microcrédito tenham uma conta a prazo, que permite fazer movimentos e/ou poupança, denominada Conta Caderneta, com um montante mínimo de 350,00CVE que correspondem à soma de 100,00CVE de saldo mínimo mais 250,00CVE do valor da caderneta. Se o cliente optar pela modalidade de conta à ordem num montante entre os 10.000,00CVE e os 100.000,00CVE o juro anual obtido será de 1% ao ano, no caso do cliente optar pelo depósito a prazo de um ano, este serviço garante um juro anual entre 5% e 6%, já para depósitos a prazo superiores a um ano o juro anual sobe para os 6,5%. Implícito neste serviço está também a obrigatoriedade dos futuros beneficiários se

constituírem sócios da Morabi, sendo esta posição diferente, nos seus estatutos, dos membros da associação.

Constituída a conta a prazo, os futuros beneficiários do Microcrédito são encaminhados para uma pequena sessão de informação e sensibilização sobre a aplicabilidade do Microcrédito no seu negócio e a poupança futura, para que problemas com o reembolso sejam evitados. De seguida recebem o seu crédito, que pode ir desde os 10.000,00CVE até 750.000,00CVE por um período de 30 dias a 36 meses, com uma taxa de juro mensal que varia conforme a aplicação que lhe será dada, isto é, 2% ao mês para atividades de comércio e prestação de serviços e 1,5% ao mês para atividades de agricultura, pecuária e pesca por serem atividades de maior risco, mais vulneráveis e por vezes menos rentáveis, sendo esta uma forma de atrair os beneficiários para estas atividades. A taxa de juro é aplicada sobre o capital total emprestado, resultando em mensalidades fixas, calculadas através do sistema informático *Finance Solutions*.

Tal como a Morabi Microfinanças, também o seu público-alvo foi evoluindo. Inicialmente, quem recorria aos serviços de Microcrédito eram analfabetos, que não tinha acesso ao crédito bancário formal, maioritariamente mulheres chefes de família, desempregadas, que procuravam alguma forma de se sustentarem a si e à sua família. Hoje em dia, a procura estende-se a jovens, quadros superiores, pessoas com formações profissionais, que descobriram o seu potencial em negócios e veem no Microcrédito uma solução para o seu autoemprego ou de melhoria do seu emprego precário tratando-se, deste modo, de um público misto. Os principais destinos dados a estes créditos são, sobretudo, o pequeno comércio e a prestação de serviços, mas também a pesca, a conservação e comercialização de pescado, a agropecuária, o artesanato e pequenas indústrias. Segundo a administradora delegada do programa de microfinanças, Lina Gonçalves, até Março de 2016 já haviam sido concedido cerca de 28.715 créditos, traduzindo-se em 1.775.345.000,00CVE, com uma taxa média de reembolso próxima dos 95%.

Dentro dos serviços de microfinanças relativos a crédito e poupança, a Morabi Microfinanças dispõe ainda da Totocaixa, uma poupança contratual em que o cliente, no seu contrato, declara quanto é que pretende poupar mensalmente e a data em que os depósitos devem ser feitos. O valor do depósito mensal pode ir dos 1.000,00CVE aos 60.000,00CVE, por um período mínimo de levantamento de três meses, garantindo uma remuneração anual entre 5% e 6% para depósitos de um ano e de 6,5% para depósitos superiores a um ano. Em caso de atraso dos depósitos, superior a 30 dias, ou do levantamento antecipado o cliente perde os juros já acumulados. Este serviço, ao contrário do Microcrédito, não tem como destino

exclusivo as atividades geradoras de rendimentos, podendo ser aplicado em educação, saúde, habitação, ou qualquer outro destino que o seu beneficiário deseje.

Ainda no domínio da microfinança, a Morabi Microfinanças começou, recentemente, a fazer alguns microseguros e a disponibilizar o serviço de transferência bancária numa tentativa de centrar na sua organização todos os eventuais serviços financeiros que os seus clientes possam necessitar.

Perante tamanha abrangência, tanto nos domínios e extensão de intervenção, como na oferta de serviços de microfinanças, a sua presidente, Lúcia Passos, defende que a contribuição da Morabi para o processo de desenvolvimento e transformação de Cabo Verde é inquestionável e irreversível. A inclusão social promovida por meio do acesso aos serviços de microfinanças e formação profissional e empresarial, tem vindo a refletir-se nos ganhos e impacto a nível da redução da taxa de pobreza e do desemprego. Ao mesmo tempo, a Morabi tem contribuído para a diminuição da taxa de natalidade, graças ao seu programa de saúde sexual e reprodutiva, cuja ênfase tem sido a prevenção por meio de sessões de informação, educação e comunicação e do planeamento familiar. Neste sentido, tendo o empoderamento das mulheres cabo-verdianas estado na razão da sua constituição e mantendo-se com foco principal até aos dias de hoje, a Morabi tem contribuído para o aumento da autoestima destas mulheres facilitando o seu acesso a informação e formação, a cuidados de saúde, aos serviços de microfinanças e ao exercício dos seus Direitos Humanos e de Cidadania.

CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

7.1. Introdução

No presente capítulo, dedicado à análise dos resultados obtidos, como o próprio nome antecipa, terá lugar o estudo aprofundado dos dados e da informação recolhida durante o trabalho de campo. Com recurso aos meios de tratamentos de dados, considerados mais apropriados para cada tipo de informação que os diferentes métodos e técnicas aplicados permitiram reunir, tem lugar, neste capítulo, a sua exposição, desconstrução e explicitação.

Neste sentido, a análise dos resultados obtidos foi construída a partir de três questões essenciais que deram origem aos três pontos que constituem este capítulo. O primeiro, intitulado tipo e lógica de Microcrédito cedido pelas ONG observadas, reúne um conjunto de características, obtidas por meio dos inquéritos por questionários aplicados aos beneficiários e por meio das entrevistas semi-diretivas feitas aos representantes das três ONG, do Microcrédito que a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi concedem aos seus beneficiários.

O segundo, com base nas mesmas técnicas de recolha de informação, procura descrever os efeitos e as consequências da atribuição de Microcrédito na vida dos beneficiários de cada uma destas ONG, através das alterações ocorridas no nível de escolaridade, no aumento dos rendimentos e da posse de um conjunto de bens considerados relevantes.

O terceiro e último ponto, voltado para a questão da Sustentabilidade, pressupõe a análise da Sustentabilidade das ONG observadas nas suas dimensões. Devido às suas especificidades, e de forma a facilitar a sua análise, este ponto encontra-se, também ele, dividido em dois subpontos. O primeiro, procura expor o entendimento que os representantes das ONG analisadas têm de Sustentabilidade e, conseqüentemente, as considerações por eles tecidas relativas à Sustentabilidade da sua própria organização.

O segundo, procura concluir sobre a real condição de Sustentabilidade, que a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi apresentam, com base nos dados e nas informações transmitidos pelos representantes de cada uma delas. Este estudo, à real condição de Sustentabilidade das organizações estudadas, parte do contributo que estas ONG, através dos projetos de Economia Solidária, têm para a Sustentabilidade da sociedade que têm sob sua influência. E, culmina num conjunto de apreciações relativas à Sustentabilidade interna destas mesmas organizações em análise que, por sua vez, contribuirão para a construção da resposta à pergunta de partida *“Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?”*.

7.2. Tipo e lógica de Microcrédito cedido pelas ONG observadas

Simultaneamente IMF, já que todas concedem Microcrédito a quem dele necessita, cada uma das três ONG estudadas apresentam características de funcionamento próprias, relativamente distintas entre si, como ficou registado nas respetivas apresentações, o que, por sua vez, influencia as especificidades do Microcrédito que disponibilizam aos seus beneficiários.

A informação recolhida, por via dos inquéritos por questionário, permitiu perceber que o número de Microcréditos que os beneficiários contraíram em cada uma das ONG, até ao momento da sua aplicação, é bastante diverso, havendo alguns que pediram Microcrédito apenas uma ou duas vezes e outros que já beneficiaram deste tipo de financiamento mais de cinco vezes (cf. Tabelas D.2.2.1.1., D.2.2.1.2. e D.2.2.1.3. em anexo). Similarmente, o intervalo de tempo desde que os beneficiários pediram o seu primeiro Microcrédito até ao momento da aplicação do inquérito, também é variável. Como o Quadro 7.1. permite constatar, a FAMI-Picos é a organização com os beneficiários mais antigos já que, em média, são membros ativos há, aproximadamente, sete anos, destacando-se o mais antigo cuja pertença ronda os 19 anos (cf. Tabela D.2.2.2.1. em anexo). Em contrapartida, os beneficiários do CITI-Habitat e da Morabi são mais recentes (cf. Tabela D.2.2.2.2. e Tabela D.2.2.2.3. em anexo), sendo utilizadores do Microcrédito, em média, há apenas três anos, embora a Morabi detenha, tal como a FAMI-Picos, um caso de grande longevidade, próximo dos 13 anos.

Apesar de ser a maior das IMF analisadas, sobretudo, pela sua enorme abrangência territorial e tudo aquilo que isso traz consigo, e, conseqüentemente, a organização com mais dinheiro emprestado até ao momento da sua observação, a Morabi apresenta os montantes de Microcrédito emprestados mais baixos.

A confirmar pelos dados que o Quadro 7.1. reúne, tanto para os Microcréditos mais recentes como para a média da totalidade dos Microcréditos já concedidos, a Morabi é, das três ONG, aquela que apresenta valores mais baixos. Por oposição, o CITI-Habitat é a ONG que concede os Microcréditos com valores mais altos, tanto para a variável relativa aos montantes de Microcréditos concedidos mais recentemente, como para a variável respeitante à média dos montantes de Microcréditos concedidos até ao momento da aplicação do inquérito, seguida da FAMI-Picos.

No que aos montantes de Microcrédito mais recentes diz respeito, a julgar pelos valores descritos no Quadro 7.1., o valor de Microcrédito mais baixo concedido pelo CITI-Habitat é, quase tão baixo como o valor mais alto de Microcrédito atribuído pela Morabi. Estas

manifestas disparidades, entre os montantes de Microcrédito que o CITI-Habitat e a Morabi concedem, refletem-se numa proporção de um para quatro entre os valores máximos de Microcrédito atribuído, tanto para a variável de montantes de Microcrédito mais recentes, como para a variável da média de montantes de Microcrédito já concedido, que ambas as organizações atribuem.

Em termos numéricos, esta proporção de um para quatro confirma-se pelo valor máximo de 150.000,00CVE emprestados pela Morabi face ao valor máximo de 580.000,00CVE emprestados pelo CITI-Habitat, para os montantes de Microcrédito mais recente. E, para a média dos montantes já concedidos, pelo valor máximo de 100.000,00CVE da Morabi e, respetivamente, de 432.500,00CVE do CITI-Habitat.

Por conseguinte, para os valores médios do Microcrédito mais recente, enquanto a Morabi apresenta uma média de, apenas, 50.000,00CVE (cf. Tabela D.2.1.3.3. em anexo), o CITI-Habitat tem uma média de 216.000,00CVE (cf. Tabela D.2.1.3.2. em anexo) e a FAMI-Picos de 195.000,00CVE (cf. D.2.1.3.1. em anexo). De igual modo, a média mais baixa dos montantes da totalidade de Microcrédito já concedido pertence à Morabi, 68.500,00CVE emprestados (cf. Tabela D.2.2.3.3. em anexo), e a mais alta ao CITI-Habitat, 179.250,00CVE (cf. Tabela D.2.2.3.2. em anexo), seguida da FAMI-Picos, 120.250,00CVE (cf. Tabela D.2.2.3.1. em anexo).

Quadro 7.1. – Tabela síntese de valores relativos ao Microcrédito das ONG observadas

		FAMI-Picos	CITI-Habitat				Morabi
Anos desde o primeiro crédito pedido	Valor mínimo	2	0,5				0,5
	Valor médio	6,8	2,9				3,3
	Valor máximo	19	7				13
Montantes de créditos mais recentes (CVE)	Valor mínimo	15.000,00	100.000,00				50.000,00
	Valor médio	195.000,00	216.000,00				93.000,00
	Valor máximo	500.000,00	580.000,00				150.000,00
Montantes de créditos cedidos (CVE)	Valor mínimo	12.500,00	75.000,00				50.000,00
	Valor médio	120.250,00	179.250,00				68.500,00
	Valor máximo	375.000,00	432.500,00				100.000,00
Total já emprestado (CVE)		155.493.636,00	105.305.404,00				1.775.345.000,00
Taxa de juro		3%	1,5%	2%	2,5%	3%	2%

Fonte: Inquérito por questionário e entrevistas semi-diretivas da autora

Mantendo a distinção descrita até ao momento, também a taxa de juro aplicada aos montantes emprestados é díspar entre as três ONG, já que, a confirmar pela informação recolhida junto dos seus representantes, a FAMI-Picos aplica uma taxa de juro de 3% (cf. Tabela D.2.2.4.1. em anexo), o CITI-Habitat, dependendo do destino dado ao dinheiro emprestado, emprega taxas de juro desde os 1,5% até aos 3%, embora a maioria aplicada seja de 2,5% (cf. Tabela D.2.2.4.2. em anexo), e a Morabi taxas de juro de 2% (cf. Tabela D.2.2.4.3. em anexo).

Todavia, o destino dado à maioria destes créditos é homóloga, independentemente da instituição a que os beneficiários pertencem. Como referido na apresentação de cada uma das ONG, enquanto o CITI-Habitat e a Morabi financiam, apenas, atividades geradoras de rendimentos, a FAMI-Picos não tem restrições no fim dado aos seus empréstimos, o que reparte as opiniões, entre os representantes desta e os representantes das outras duas organizações, relativamente às razões que sustentam os pedidos de Microcrédito. Especificamente, o contacto com os representantes do CITI-Habitat e da Morabi deixou patente que a busca pelo autoemprego é, considerada por eles, a principal motivação para os pedidos de microfinanciamento que recebem. Por seu turno, os entrevistados da FAMI-Picos elegem, como mote dos seus pedidos de crédito, a simplicidade burocrática no acesso ao crédito e o sentido de pertença que os membros da FAMI-Picos sentem em relação à sua organização. Ainda assim, os dados recolhidos tornam unânime que o principal destino do Microcrédito destas IMF é o reforço da atividade dos seus beneficiários, entendendo-se por reforço da atividade todo o investimento feito para a sua melhoria, como o aumento ou reforma do espaço onde se desenvolve a atividade, a compra de produtos para revenda ou o aumento da oferta de produtos.

Todos os beneficiários da Morabi referem ter dado este uso aos empréstimos que pediram à sua instituição (cf. Tabela D.2.2.5.3. em anexo), tal como a maioria dos beneficiários do CITI-Habitat que, para além deste, também usaram os seus créditos para iniciar um negócio (cf. Tabela D.2.2.5.2. em anexo). O reforço da atividade, com uma expressão significativa também na FAMI-Picos, a melhoria das casas dos seus associados e o consumo foram apontados como os principais destinos dados aos Microcréditos obtidos (cf. Tabela D.2.2.5.1. em anexo).

De acordo com os dados recolhidos, a maior parte destes Microcréditos têm uma durabilidade próxima dos 12 meses (cf. Tabelas D.2.2.6.1., D.2.2.6.2. e D.2.2.6.3. em anexo), notando-se uma duração inferior para os créditos da Morabi (cf. Tabela D.2.2.6.3. em anexo), possivelmente, sustentada pela inferioridade dos montantes que empresta face às restantes IMF em causa.

De um modo geral, parecem não existir problemas, de maior, relativamente ao reembolso dos Microcréditos por parte dos beneficiários das três ONG observadas, já que, a Morabi não apresenta situações de incumprimento (cf. Tabela D.2.2.7.3. em anexo), a FAMI-Picos tem apenas um beneficiário associado que ainda não conseguiu saldar a sua dívida (cf. Tabela D.2.2.7.1. em anexo) e o CITI-Habitat dois (cf. Tabela D.2.2.7.2. em anexo). Estes dados, corroboram as taxas de reembolso bastante favoráveis apresentadas pelos responsáveis das ONG observadas, veja-se no caso do CITI-Habitat uma taxa superior a 80% (cf. Tabela D.10. em anexo), a taxa de reembolso superior a 90% apresentada pela FAMI-Picos e a taxa superior a 95% da Morabi (cf. Tabela D.5. em anexo), segundo a informação recolhida junto da administradora delegada do programa de microfinanças (cf. Tabela D.13. em anexo).

Contudo, apesar do manifesto sucesso no pagamento da totalidade das mensalidades, é reconhecido por todos os colaboradores e responsáveis, à exceção dos pertencentes à Morabi, que grande parte dos beneficiários sentem dificuldades em cumprir os encargos monetários que os seus Microcréditos acarretam. Metade dos inquiridos da Morabi revela ter tido dificuldades para cumprir todos os pagamentos (cf. Tabela D.2.2.8.3. em anexo) e, que, para cumprir com as suas obrigações tiveram que pedir dinheiro emprestado aos seus amigos, familiares ou na *totocaixa* a que pertencem (cf. Tabela D.2.2.9.3. em anexo). Paralelamente, também alguns dos associados da FAMI-Picos, cerca de 60%, admitem ter sentido dificuldades para pagar algumas das suas mensalidades (cf. Tabela D.2.2.8.1. em anexo), tendo conseguido ultrapassar essas dificuldades graças à flexibilidade da ONG e ao retorno do aumento do seu trabalho (cf. Tabela D.2.2.9.1. em anexo). Apenas dois, dos quatro beneficiários do CITI-Habitat que admitiram ter sentido dificuldades para pagar as suas mensalidades (cf. Tabela D.2.2.8.2. em anexo), conseguiram honrar os seus compromissos, através do aumento do seu trabalho, por oposição aos outros dois beneficiários que continuavam em incumprimento, até ao momento da aplicação do inquérito por questionário (cf. Tabela D.2.2.9.2. em anexo).

Não sendo os beneficiários da Morabi os únicos a pertencerem a um sistema de ajuda mútua, em paralelo com o Microcrédito, também os inquiridos das restantes ONG os integram e em proporções semelhantes. Mais concretamente, quatro dos dez elementos analisados da FAMI-Picos pertencem a uma mutualidade de saúde e/ou a uma mutualidade funerária, também conhecida como *mitim* (cf. Tabela D.2.3.1.1. em anexo). O mesmo se verifica para os beneficiários do CITI-Habitat, pois 40% fazem parte deste mesmo tipo de mutualidade a par com o sistema da *totocaixa* (cf. Tabela D.2.3.1.2. em anexo), enquanto na Morabi três, dos dez clientes analisados, fazem parte da *totocaixa* (cf. Tabela D.2.3.1.3. em anexo).

7.3. Efeitos e consequências da atribuição de Microcrédito

De acordo com o testemunho dos 30 beneficiários inquiridos, as melhorias que o Microcrédito trouxe para os seus negócios, na sua maioria destinados ao reforço da atividade, propagaram-se para outras dimensões das suas vidas.

No que respeita à educação, não se verificaram alterações no grau de ensino de nenhum associado do CITI-Habitat (cf. Tabela D.2.4.1.2. em anexo), nem da Morabi (cf. Tabela D.2.4.1.3. em anexo), à exceção de um caso da FAMI-Picos, cujas habilitações literárias aumentaram do 6.º ano para o 10.º ano (cf. Tabela D.2.4.2.1. em anexo), desde o seu primeiro pedido de crédito até ao momento da aplicação do inquérito, sendo, coincidentemente, o beneficiário inquirido mais antigo desta organização.

Por oposição, todas as ONG analisadas primam pela oferta de formação útil, com efeitos práticos e imediatos para as atividades dos seus beneficiários. Não sendo possível chegar, sempre, a todos eles, a Morabi revelou ser a organização que abrange um maior número de elementos nas suas formações (cf. Tabela D.2.4.3.3. em anexo), apesar da inconformidade verificada entre o alcance da formação antecedente à concessão do Microcrédito, mencionada como obrigatória pelos seus representantes, e o número de beneficiários que diz tê-la recebido, seguida do CITI-Habitat (cf. Tabela D.2.4.3.2. em anexo) e da FAMI-Picos (cf. Tabela D.2.4.3.1. em anexo).

No âmbito do emprego e dos rendimentos auferidos, os resultados revelam-se, igualmente, positivos. De forma, mais ou menos, generalizada, as alterações ocorridas no emprego dos beneficiários das três ONG observadas não estão, diretamente, relacionadas com mudanças de atividade, mas antes com alterações de estatuto dentro do mesmo ramo, ou seja, verifica-se uma passagem da condição de empregado para a condição de dono/empresário. Paralelamente, e bastante mais residual, denotam-se passagens de situações de desemprego para o autoemprego (cf. Tabelas D.2.5.1.1., D.2.5.1.2. e D.2.5.1.3. em anexo).

Naturalmente, esta evolução profissional traz consigo melhorias relativas ao rendimento mensal auferido. Metade dos beneficiários da FAMI-Picos aumentaram os seus rendimentos, tendo todos eles aumentado um escalão, nos escalões de rendimentos previamente definidos (cf. Tabela D.2.5.2.1. em anexo). Com uma trajetória semelhante, a metade dos associados da Morabi que dizem ter aumentado o seu rendimento mensal, usufruíram de um aumento de, apenas, um escalão de rendimentos (cf. Tabela D.2.5.2.3. em anexo). Numa proporção um pouco maior, cerca de 70% dos inquiridos do CITI-Habitat referem ter conseguido aumentar os seus rendimentos, havendo casos em que o aumento foi superior a um escalão (cf. Tabela

D.2.5.2.2. em anexo). Simultaneamente, foram identificados como os beneficiários com rendimentos mais altos, contrastando com os da Morabi, por serem os mais baixos.

No seguimento deste aumento de rendimento disponível, relativamente generalizado, a posse de bens de conforto por parte dos beneficiários do Microcrédito destas três ONG também aumentou, embora em proporções diferentes, conforme a organização observada. Com o intuito de facilitar a análise do comportamento que os beneficiários descrevem para a posse de um conjunto de bens, tomados como referência, após a obtenção de Microcrédito, estes foram agrupados em quatro categorias de acordo com as suas características: veículos, representado no Quadro 7.2.; bens de tecnologia de informação e comunicação, no Quadro 7.3.; no quadro seguinte, Quadro 7.4., bens de conforto habitacional; e no Quadro 7.5., os bens de lazer.

Um observação prévia a estes quatro quadros, que sintetizam a posse dos respetivos bens antes e depois da obtenção de Microcrédito pelos beneficiários inquiridos, antecipa algumas distinções entre as três ONG observadas. De acordo com os dados recolhidos, verifica-se que, à exceção dos veículos, a FAMI-Picos foi a organização em que um maior número de beneficiários aumentou a posse de todos os conjuntos de bens em análise, enquanto a Morabi foi a organização que registou os aumentos menores.

Tendo em conta as características, já descritas, dos beneficiários das três ONG observadas, averiguou-se que os beneficiários da FAMI-Picos são os mais velhos, seguidos dos da CITI-Habitat, sendo os associados da Morabi, os mais jovens. Ao mesmo tempo, enquanto a FAMI-Picos é, das três, a organização com beneficiários mais antigos, a Morabi é, por oposição, a que detém beneficiários mais recentes.

Paralelamente, localizando-se numa zona rural do interior da ilha de Santiago, a FAMI-Picos tem, a si associada, uma amostra de beneficiários residentes nesta região, com atividades próximas do seu local de residência. Contrastando com estas características, estão os beneficiários da Morabi inquiridos, residentes e com atividades, maioritariamente, desenvolvidas na cidade da Praia, à semelhança da generalidade dos beneficiários do CITI-Habitat analisados.

Retomando a apresentação das ONG observadas, se, por um lado, o CITI-Habitat e a Morabi financiam, apenas, atividades geradoras de rendimentos, por outro, a FAMI-Picos concede crédito para os mais variados fins, de acordo com as necessidades dos seus associados. Neste sentido, verificam-se duas variáveis que podem influenciar o aumento, significativo, do número de beneficiários da FAMI-Picos que, após o Microcrédito, passou a possuir estes bens, são elas, as características dos beneficiários e o uso dado ao Microcrédito.

A associação destas características ao número de beneficiários que aumentou a posse dos bens em questão, parece evidenciar uma causalidade. Sendo os beneficiários da FAMI-Picos pessoas de mais idade, comparativamente aos beneficiários das outras duas ONG, residentes numa zona rural, as suas necessidades e a importância que dão aos bens, serão diferentes de beneficiários mais novos. Enquanto indivíduos de meia idade, residentes numa região rural estarão mais focados na aquisição de bens de conforto habitacional, como o fogão, fundamental para a produção e venda de produtos alimentares, ou as instalações sanitárias, inexistentes em algumas habitações de zonas mais fragilizadas. Por seu turno, o facto de serem beneficiários do Microcrédito de longa data contribui, para que, as diferenças relativas à posse do conjunto de bens em análise, entre o primeiro pedido de crédito e a atualidade, sejam mais evidentes.

Já beneficiários mais jovens, residentes na cidade, como os da Morabi e a maioria dos beneficiários do CITI-Habitat, onde a oferta de bens e serviços é, significativamente, superior, tendem a direcionar as suas necessidades para bens associados ao avanço das tecnologias, meios de comunicação e bens de lazer. Por conseguinte, o facto de serem beneficiários mais recentes do Microcrédito potencia a posse de bens, como os de conforto habitacional, antes do primeiro pedido de crédito, fomentando o desvio da sua atenção para os outros conjuntos de bens, considerados, mais apelativos.

Para além destas variáveis, o facto do Microcrédito cedido pela FAMI-Picos poder ter os mais variados destinos, potencia o consumo direto dos bens em análise, ao passo que, ao terem como único fim o financiamento de atividades geradoras de rendimentos, os créditos contraídos no CITI-Habitat e na Morabi, não permitem a aquisição direta destes mesmos bens, estando o seu consumo dependente dos resultados obtidos das atividades financiadas.

Não traduzindo, tão padronizadamente como os restantes grupos de bens, o comportamento dos beneficiários, no que toca ao aumento da posse de bens após a obtenção de Microcrédito, o grupo dos veículos, representado no Quadro 7.2., confirma um aumento da propriedade de carro por parte de um beneficiário da FAMI-Picos e dois do CITI-Habitat. Associado a este investimento estão as profissões dos inquiridos, que dependem do uso automóvel, sendo o beneficiário da FAMI-Picos motorista por conta-própria e os beneficiários do CITI-Habitat proprietários de uma creche e de uma mercearia, respetivamente. Não descrevendo qualquer relação entre o Microcrédito e a posse de veículos, o único beneficiário da Morabi que detém um carro, já o tinha antes de pedir o seu primeiro crédito (cf. Tabelas D.3.2. em anexo).

Quadro 7.2. – Síntese do número de beneficiários que possui veículos

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Carro	Antes do Microcrédito	1	0	1
	Depois do Microcrédito	1	2	1
Mota	Antes do Microcrédito	1	0	0
	Depois do Microcrédito	0	0	0

Fonte: Inquérito por questionário da autora

No que aos restantes bens diz respeito, os quadros abaixo confirmam que, os aumentos mais significativos, entre o número de beneficiários que possuía determinado bem, antes do Microcrédito, e o número de beneficiários que passou a deter esse mesmo bem, após a obtenção do Microcrédito, ocorrem na FAMI-Picos (cf. Tabelas D.3.2.1.1. e D.3.3.1.1. em anexo).

Por oposição, a Morabi é, das ONG observadas, aquela cujos aumentos relativos à posse do conjunto de bens em causa, associados à concessão de Microcrédito, se revelam menos significativos (cf. Tabelas D.3.2.1.3. e D.3.3.1.3. em anexo).

No caso do CITI-Habitat verifica-se um aumento, ainda que, não tão significativo como na FAMI-Picos, do número de beneficiários que, após contraírem crédito, passaram a possuir bens de tecnologia de informação e comunicação e bens de conforto habitacional. Todavia, de salientar, os dados relativos aos bens de lazer, onde não se apura qualquer tipo de alteração entre o número de beneficiários que possuía estes bens antes do Microcrédito, e o número de beneficiários que os adquiriu depois de contraírem Microcrédito no CITI-Habitat (cf. Tabelas D.3.2.1.2. e D.3.3.1.2. em anexo), ao contrário das outras duas ONG.

Quadro 7.3. – Síntese do número de beneficiários que possui bens de tecnologia de informação e comunicação

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Telemóvel	Antes do Microcrédito	4	8	8
	Depois do Microcrédito	10	10	9
Computador Pessoal	Antes do Microcrédito	1	3	2
	Depois do Microcrédito	4	6	3
Computador	Antes do Microcrédito	1	5	2
	Depois do Microcrédito	5	7	3
Internet	Antes do Microcrédito	0	4	1
	Depois do Microcrédito	3	6	1

Fonte: Inquérito por questionário da autora

Quadro 7.4. – Síntese do número de beneficiários que possui bens de conforto habitacional

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Fogão	Antes do Microcrédito	5	9	10
	Depois do Microcrédito	5	10	10
Frigorífico	Antes do Microcrédito	3	9	7
	Depois do Microcrédito	8	9	8
Microondas	Antes do Microcrédito	1	2	4
	Depois do Microcrédito	6	3	5
Esquentador	Antes do Microcrédito	1	3	2
	Depois do Microcrédito	4	4	4
Máquina de lavar roupa	Antes do Microcrédito	0	5	4
	Depois do Microcrédito	0	8	5
Telefone	Antes do Microcrédito	4	2	1
	Depois do Microcrédito	6	3	1
Instalações sanitárias	Antes do Microcrédito	4	8	7
	Depois do Microcrédito	9	8	9

Fonte: Inquérito por questionário da autor

Quadro 7.5. – Síntese do número de beneficiários que possui bens de lazer

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
TV	Antes do Microcrédito	7	9	10
	Depois do Microcrédito	10	9	10
DVD	Antes do Microcrédito	5	7	4
	Depois do Microcrédito	9	7	5
Aparelhagem de som	Antes do Microcrédito	0	6	5
	Depois do Microcrédito	3	6	6

Fonte: Inquérito por questionário da autora

Apesar da evolução positiva que o Microcrédito revela ter trazido à vida dos beneficiários inquiridos, muitos deles referem sentir falta de alguns bens, sobretudo, eletrodomésticos para as suas cozinhas, já que muitos deles são vendedores ambulantes de doces, produzindo os seus próprios produtos. A melhoria e aumento das suas casa é outro dos aspectos mencionado e transversal às três ONG observadas (cf. Tabelas D.3.3.2.1., D.3.3.2.2. e D.3.3.2.3. em anexo).

7.4. Análise da Sustentabilidade das ONG observadas nas suas dimensões

Os conceitos de Economia Solidária e de Sustentabilidade, tidos como referência no presente trabalho de investigação, podem facilmente ser alvos de confusões e permutações, devido às suas semelhanças e aos fundamentos que partilham. Porém, estes conceitos, ambos resultantes de experiências empíricas próprias e autónomas, tiveram pontos de partida diferentes, completando-se, atualmente, na sua aplicabilidade.

O conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, surgiu por si próprio, a partir não só da constatação da existência de problemas sociais específicos que precisavam de ser combatidos, mas também da descoberta e aproveitamento de oportunidades surgidas na época e, ainda, da capacidade para abraçar algumas iniciativas para fazer faces aos desafios anteriores. Promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a vida em todas as suas expressões, assenta na realização conjugada dos projetos económico, social, cultural, ambiental, territorial, de gestão, de conhecimento e político.

Por sua vez, o conceito de Sustentabilidade Integrada, também ele detentor de uma construção própria, conseguida a partir da experiência empírica, surgiu como resposta aos problemas, ameaças e desafios que têm sido colocados à sociedade do XXI, e que, põem em causa o futuro da humanidade. De carácter integrado, este conceito articula as dimensões da segurança económica, da coesão social, da preservação e valorização ambiental, da valorização da diversidade cultural, da coesão territorial, da aprendizagem permanente e capacidade crítica, da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e da nova ética.

Tanto o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, como o conceito de Sustentabilidade Integrada surgiram por si sós, sem que tivesse havido uma causalidade ou dependência associada à construção teórica de cada um deles. Foram, na sua origem, dois conceitos independentes entre si. No entanto, as suas formulações finais, revelaram que estes dois conceitos estão muito próximos na sua essência, partilhando um carácter sistémico e integrado, onde projetos e dimensões se completam, e princípios teóricos com aplicabilidades práticas que se cruzam. Desta forma, o conceito de Economia Solidária mostra-se o mais capaz de compreender e integrar o conceito de Sustentabilidade Integrada, sendo a Economia Solidária, também ela, uma Economia Sustentável.

À luz desta complementaridade afirmada dos conceitos de Economia Solidária e de Sustentabilidade, a análise da Sustentabilidade às ONG concessionárias de Microcrédito observadas nas suas dimensões, pressuposta nesta investigação, exige o percurso de algumas

etapas. Por outras palavras, a obtenção de resposta à pergunta de partida “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*”, pressupõe que seja percorrido um conjunto de considerações, com base na informação que o trabalho de campo permitiu absorver, até ao culminar da conclusão e, conseqüente, resposta à interrogação que esta investigação tem inerente.

Assim, este ponto começa pela exposição da percepção que os representantes inquiridos das ONG observadas têm, relativamente, à Sustentabilidade das suas organizações. De seguida, são verificados, com base na informação transmitida e da realidade observada, os projetos de Economia Solidária que estas organizações cumprem, através da execução de ações concretas que, por sua vez, permitem concluir sobre o seu verdadeiro contributo para a Sustentabilidade da sociedade sobre o seu domínio de influência, a Sustentabilidade macro.

Recuperando a essência da pergunta de partida, aquilo que esta investigação procura saber está relacionado com a Sustentabilidade micro, mais precisamente, com as dimensões da Sustentabilidade Integrada, para além da dimensão económico-financeira, que garantem a sobrevivência das ONG observadas. Neste sentido, este ponto termina com a aferição dos fatores tidos como fundamentais à verificação da Sustentabilidade interna das três ONG estudadas, ou seja, da Sustentabilidade micro.

7.4.1. Perceção recolhida da Sustentabilidade das ONG observadas

Retomando algumas referências ao conceito de Sustentabilidade expressas no capítulo teórico a ele alusivo, já no decorrer do século XX, a tomada de consciência ambiental, até então incipiente, começou a ser uma das preocupações que viria a estabelecer-se como uma das temáticas mais recorrentes do século XXI, a Sustentabilidade.

Como ficou patente, a emergência do conceito de Sustentabilidade esteve associada à tomada de consciência e à crescente preocupação com os impactos nefastos que a intervenção do Homem tinha na Natureza. O crescente interesse por esta temática, trouxe consigo um maior entendimento deste conceito, quer para investigadores e interessados, quer para a população em geral, ao mesmo tempo que a natural evolução da sociedade e do meio, trouxe consigo a necessidade de uma maior abrangência do conceito, aproximando-o cada vez mais da realidade que traduz.

Por conseguinte, o conceito de Sustentabilidade é entendido, atualmente, numa perspectiva multidimensional onde, no mínimo, são consideradas três dimensões, ou seja, para lá da sua

dimensão ambiental são perspetivadas, também a dimensão económica e a social. Este carácter multidimensional remete para uma ideia de Sustentabilidade global, podendo definir-se, como já descrito no capítulo teórico dedicado a esta temática, como uma Sustentabilidade macro.

Numa perspectiva menos global, o conceito de Sustentabilidade é, recorrentemente, associado a organizações. Neste contexto organizacional, a Sustentabilidade está associada à capacidade que as organizações têm de deter os meios e as soluções económicas para se manterem em atividade, limitando-se, única e exclusivamente, à dimensão económico-financeira. Por oposição, à anterior Sustentabilidade macro, esta trata-se de uma Sustentabilidade micro.

Esta divisão, entre uma Sustentabilidade macro e uma Sustentabilidade micro, supera os limites da organização conceptual teórica. Com base na informação recolhida no terreno, ela existe e, de forma mais ou menos consciente é posta em prática, sistematicamente, pela generalidade dos indivíduos, trazendo consigo resultados concretos em vários domínios da sociedade.

O sector das microfinanças em Cabo Verde sempre funcionou de forma, mais ou menos, espontânea, autorregulada pelos e entre os representantes das instituições constituintes, e com alguma liberdade de ação face ao Estado. Este sector tornou-se numa espécie de braço do Estado, capaz de dar resposta às necessidades de uma camada representativa da população, com recursos escassos e com dificuldade em integrar o mercado de trabalho, e que o próprio Estado se mostra inapto de amparar. Apesar da maioria das atividades financiadas por estas IMF pertencerem à economia informal, o governo nunca aprofundou, verdadeiramente, a sua regularização, quer pela sua expressão no todo da economia cabo-verdiana, quer pela sua relação custo-benefício quando comparada ao desemprego havendo, por assim dizer, um livre funcionamento consentido destas IMF.

Porém, nos anos mais recentes, o governo começou a prestar mais atenção a este sector. Na opinião do secretário da Plataforma das ONG de Cabo Verde, Mário Moniz (cf. Tabela E.15. em anexo), “o país e os próprios governantes foram evoluindo, conheceram as experiências de outros países onde esta atividade já era regulada” e perceberam as suas vantagens. A seu ver, um país deve trabalhar na integração da economia informal na economia formal reduzindo, tanto quanto possível, a informalidade, pois a formalização destas atividades e o enquadramento dos seus agentes económicos no quadro legal permite, ao Estado, um encaixe de impostos, até então inexistentes.

Em termos efetivos esta crescente preocupação resultou na implementação, a 16 de Janeiro de 2015, da Lei n.º 83/VIII/2015³⁴ “às instituições de microfinanças, com exceção dos Bancos ou outras instituições financeiras que operam neste sector nos termos da legislação que lhes é aplicável”.

Para efeitos da sua aplicabilidade, a nova lei das microfinanças, como é reconhecida no terreno, considera “microfinanças, a atividade exercida pelas entidades autorizadas e que consiste na prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis a favor das populações de baixo rendimento, normalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.”. Entendendo-se por “operações adequadas e sustentáveis” os serviços financeiros prestados por estas entidades autorizadas nos termos da Lei n.º 83/VIII/2015 e cujo valor, individualmente, considerado, não ultrapasse o limite fixado pelo Banco de Cabo Verde. Por sua vez, estes serviços financeiros compreendem a constituição de depósitos, concessão de empréstimos, prestação de garantias, intermediação financeira na captação de depósitos e, ainda, todas as operações conexas ligadas à atividade de microfinanças, como a formação e a assistência técnica, visando a progressiva Sustentabilidade do sector em Cabo Verde.

As alusões à Sustentabilidade, presentes nas anteriores transcrições da própria Lei n.º 83/VIII/2015, reforçadas com a interpretação da mesma, por parte dos representantes das ONG observadas e dos observadores privilegiados entrevistados, remetem para a ideia de que, por detrás das suas novas diretrizes, está a ambição de tornar o sector das microfinanças cabo-verdiano sustentável. Parafraseando Mário Moniz (cf. Tabela E.15. em anexo), a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito está, nitidamente, dependente do cumprimento das novas exigências legais. Adotando a regularização, através da organização institucional das instituições que compõem este mesmo sector, como um instrumento potencial da Sustentabilidade, a nova lei das microfinanças prevê a agregação das IMF em três categorias:

- ✘ *Categoria A* – Instituições de microfinanças que recebem depósitos, captam poupanças do público, concedem créditos e praticam outros serviços financeiros para o público em geral, tais como caixas económicas, caixas de poupança postal e caixas de crédito rural, também conhecidas como microbancos;
- ✘ *Categoria B* – Instituições de microfinanças que apenas recebem depósitos e captam poupanças, exclusivamente dos seus membros ou sócios, concedem crédito e

³⁴ Cf. Lei n.º 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro de 2015, *Boletim Oficial Número 6 – I Série*, Ministério das Finanças e do Planeamento, Cabo Verde.

praticam outros serviços financeiros a favor dos mesmos, sendo o caso das cooperativas de poupança e crédito e as mutualidades de poupança e crédito;

- × *Categoria C* – Instituições de microfinanças que intermedeiam a captação de depósitos no território nacional e junto da diáspora cabo-verdiana e refinanciam as outras instituições de microfinanças.

Genericamente, os dados e a informação recolhidos no decurso do trabalho de campo evidenciam uma interpretação económico-financeira, generalizada, do conceito de Sustentabilidade. Aludindo à Sustentabilidade micro, onde são tidos em conta apenas os aspetos económicos e financeiros essenciais à continuidade da atividade organizacional, Bernardino Fernandes, responsável pelo departamento das microfinanças e empreendedorismo do PNLP (cf. Tabela E.16. em anexo) considera que o principal fato para uma IMF ser sustentável é a sua “gestão financeira”. Por seu turno, Ramiro Azevedo, coordenador do PNLP (cf. Tabela E.14. em anexo), acredita que Sustentabilidade destas organizações depende de uma boa carteira de clientes, o que implica que tenham uma estrutura organizacional sólida, que inclua, no mínimo, contabilista, agentes de crédito, gestores com formação na área, e que disponha de contabilidade organizada.

De forma análoga, a interpretação de Sustentabilidade recai sobre os mesmo padrões, quando questionada aos representantes das ONG observadas. A informação recolhida por via das entrevistas semi-diretivas aplicadas tanto a colaboradores (cf. Guião B.3. em anexo) como a responsáveis (cf. Guião B.2. em anexo) é conclusiva relativamente à visão micro da Sustentabilidade, exposta pelos entrevistados. Com justificações mais ou menos extensas, embora todas elas um pouco contidas revelando, por vezes, alguma insegurança na exteriorização do seu próprio entendimento de Sustentabilidade, verifica-se uma enorme consonância naquilo que consideram ser uma instituição sustentável.

Por exemplo, o presidente da FAMI-Picos, Carlos Vaz (cf. Tabela E.1. em anexo) considera que a sua mutualidade só pode ser sustentável pois, todos os sócios têm uma poupança mínima obrigatória e, para além disso, alguns deles não usam o serviço de Microcrédito, só o de poupança, o que garante a sobrevivência do fundo para a atribuição de crédito. Baseando-se nos compromissos financeiros, o presidente do CITI-Habitat, Jacinto Santos (cf. Tabela E.6. em anexo), considera o departamento das microfinanças da sua ONG sustentável, na medida em que cobre todos os custos, única e exclusivamente, com o dinheiro gerado da própria atividade. Com uma justificação semelhante, Lina Gonçalves, administradora delegada do programa de microfinanças da Morabi (cf. Tabela E.11. em anexo), argumenta que a Morabi Microfinanças é sustentável porque, com os recursos financeiros de que dispõe,

consegue honrar todos os seus compromissos, prestar os serviços a que se propõe e, ainda, obter um resultado positivo.

Estes exemplos refletem, de forma simples, o impacto que a atual sociedade mercantilizada tem na generalização da percepção economicista dos indivíduos, sobre tudo aquilo que os rodeia, embora, nem sempre, esta visão seja usada intensionalmente. Aos mesmo tempo, corroboram a divisão, anteriormente, apresentada entre a Sustentabilidade das organizações, micro, onde é tida em conta apenas a dimensão económica-financeira, e a Sustentabilidade da sociedade como um todo, macro, que pressupõe várias dimensões.

Quando confrontados com esta temática, os representantes das três ONG em causa associam, de imediato, uma interpretação económica-financeira, remetendo a análise da Sustentabilidade das suas organizações para uma análise de viabilidade financeira das mesmas. Por conseguinte, ao considerá-las autónomas financeiramente, por não dependerem de ajudas externas para o pleno funcionamento das suas atividades são, consequentemente, consideradas sustentáveis. Ainda que, os representantes destas ONG sejam claros em relação à ausência de receitas externas, por considerarem como receitas apenas as entradas de dinheiro decorrentes das suas atividades, também é verdade, que, confirmam que todas elas estabelecem parcerias com outras entidades, públicas e privadas, resultando, entre outros aspetos, no reforço da sua capacidade financeira (cf. Tabela E.1. em anexo).

Esta visão da Sustentabilidade, considerada redutora quando comparada com a abordagem da Sustentabilidade Integrada adotada na presente tese de Doutoramento, de acordo com a informação recolhida junto dos representantes da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi e dos observadores privilegiados é reforçada pela própria Lei n.º 83/VIII/2015.

A partir dos anos oitenta, o vazio de projetos de crédito para promover atividades geradoras de rendimentos, no quadro dos esforços nacionais de luta contra a pobreza e exclusão social, abriu espaço para que as ONG cabo-verdianas passassem a incluir a vertente de Microcrédito nos seus próprios projetos de luta contra a pobreza, com o apoio de verbas dos parceiros de cooperação para tal (Guedes, 2012:77). Desde então, as ONG têm sido as principais concessionárias de Microcrédito, enquanto financiamento alternativo, em Cabo Verde. Porém, a nova lei das microfinanças, inerente à organização das IMF cabo-verdianas em apenas três categorias, tem também a desagregação desta valência da restante ONG, da qual faz parte.

Desta forma, é exigido que até 16 de Janeiro de 2017, numa mesma organização, todas as atividades de microfinanças sejam separadas das atividades sociais, não do ponto de vista do trabalho, mas dando lugar à criação de uma nova instituição para o departamento das microfinanças, autónoma não só juridicamente, mas também do ponto de vista administrativo

e financeiro. Esta divisão social-económico, entendendo-se por social as atividades sociais e por económico as atividades de microfinanças, tem implícita a segregação, por um lado, da componente social face à componente económica, garantindo que o foco da dimensão social está, somente, na componente social e, por outro lado, da componente económica face à social, garantindo, igualmente, que o foco da dimensão económica-financeira está apenas do lado da componente das microfinanças.

Na opinião de Mário Moniz (cf. Tabela E.15. em anexo), como a parte social das ONG, regra geral, não tem fontes próprias de geração de riqueza, estando dependentes de subvenções, a viabilidade económico-financeira da vertente das microfinanças é, frequentemente, afetada, sendo essencial a “separação do negócio social do negócio das microfinanças” para que o sector das microfinanças em Cabo Verde seja sustentável. Com a adoção da nova lei, a valência das microfinanças continua a integrar a ONG, contudo, a sua gestão passa a ser autónoma, ficando a cargo de gestores qualificados e composta por colaboradores conhecedores da área financeira, como se de uma empresa se tratasse, dispondo dos meios humanos e físicos para que seja o mais rentável possível. Na perspetiva do secretário da Plataforma das ONG, a ONG-mãe desempenhará um papel semelhante ao dos acionistas numa empresa comercial, ficando à sua responsabilidade a coordenação e orientação dos investimentos feitos pela vertente das microfinanças para áreas sociais preservando, dessa forma, os princípios e valores da Economia Social e Solidária.

Menos apologista desta divisão estanque, social-económico, o responsável pelo departamento das microfinanças e empreendedorismo do PNLP (cf. Tabela E.16. em anexo) alerta para o impacto, menos positivo, que estas medidas podem ter para as organizações. Considerando que por terem surgido do esforço concertado da sociedade civil é, por si só, garantia do cumprimento e vitalidade da componente social, tem-se assistido a uma centralização das preocupações com a componente económico-financeira, em detrimento da dimensão social, por parte das próprias ONG. Neste sentido, ao invés do reforço da dimensão económico-financeira que as novas diretrizes legais podem sugerir, Bernardino Fernandes ressalva para a necessidade de se redirecionar as preocupações das ONG, promovendo um maior equilíbrio entre ambas as dimensões e uma Sustentabilidade multidimensional.

7.4.2. Projetos de Economia Solidária verificados nas ONG observadas

Com base no conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, apresentado no capítulo teórico respetivo, e assumido como o conceito de Economia Solidária de referência

no presente trabalho de investigação, a pertença de uma organização ao domínio da Economia Solidária é ditada pela verificação dos oito projetos que este conceito compreende. Neste sentido, o presente ponto, tem como propósito averiguar a inclusão destes mesmos projetos de Economia Solidária pela FAMI-Picos, pelo CITI-Habitat e pela Morabi, a partir a informação recolhida no trabalho de campo.

✱ **Projeto económico:**

O projeto económico traduz-se num conjunto de atividades económicas, como a produção de bens e serviços³⁵, a criação de emprego, a distribuição de rendimentos, a satisfação de necessidades de consumo, a geração de poupanças e investimentos, articuladas com os princípios económicos da versão francófona: economia da dádiva/reciprocidade, economia de mercado e economia de redistribuição de recursos.

A FAMI-Picos, enquanto associação mutualista de poupança e crédito, oferece aos seus sócios dois serviços de microfinanças, o Microcrédito, com uma taxa de juro mensal de 3%, e a poupança, que garante uma remuneração dos depósitos a prazo a uma taxa de 5% ao ano. Para além dos órgãos sociais, o funcionamento desta IMF depende dos onze colaboradores que emprega, um gestor, um sub-gestor, um contabilista, um tesoureiro, quatro agentes de crédito, um rececionista, um segurança e um condutor, cujo total de remunerações médias mensais ronda os 43.972,00CVE.

Com cerca de 2.813 sócios, dos quais 1.092 são beneficiários do serviço de Microcrédito e destes, 652 encontram-se com crédito ativo, num total de 158.601.179,00CVE³⁶ já emprestados, a FAMI-Picos tem contribuído para a satisfação das necessidades de consumo dos seus sócios. Podendo estes créditos ter os mais variados destinos, de acordo com as necessidades dos seus beneficiários, para além da satisfação das necessidades de consumo, este serviço de microfinanças tem contribuído, também, para a geração de investimento, já, que, grande parte tem como destino a criação ou reforço de atividades geradoras de rendimentos. Simultaneamente, tem ao dispor dos seus sócios o serviço de poupança e, ainda que todos tenham uma poupança mínima obrigatória para poderem fazer parte da instituição,

³⁵ Neste caso, relativos apenas à área das microfinanças, já que o CITI-Habitat e a Morabi incluem outras valências que prestam também elas serviços, sobre as quais a presente investigação não se dedicou.

³⁶ No período entre 01.01.2013, adoção do novo plano de negócios, e 23.05.2016, aplicação das entrevistas semi-diretivas.

muitos optam apenas por este serviço, evidenciando a participação da FAMI-Picos na geração de poupança da sociedade no seu domínio de atuação.

Entre outras valências, o CITI-Habitat dispõe de um departamento das microfinanças, responsável pelo serviço de Microcrédito, cuja a taxa de juro é de 2,5%, ao mês, para as atividades de prestação de serviços e de 3%, ao mês, para as atividades de agricultura, pesca e pecuária. Num total de 21 colaboradores do CITI-Habitat no seu todo, com um total de remunerações médias mensais de 46.836,36CVE, este departamento conta com uma coordenadora executiva, duas agentes de crédito, uma tesoureira e uma contabilista.

Com 970 beneficiários com crédito ativo e 105.305.404,00CVE³⁷ em Microcréditos já concedidos, o CITI-Habitat ao financiar, única e exclusivamente, atividades geradoras de rendimentos, tem contribuído, significativamente, para a geração de investimento nas comunidades onde opera. Ao mesmo tempo, o reforço dessas mesmas atividades, com recurso ao Microcrédito, permite a compra dos bens necessários para a dinamização das atividades, permitindo a satisfação das necessidades de consumo dos seus beneficiários. Não gerando diretamente poupança pela oferta de serviços, o CITI-Habitat, ao promover a criação e melhoria do autoemprego pode, contribuir, indiretamente, para a geração de poupanças, associadas ao aumento de rendimento auferido.

Composta por um conjunto de programas, a Morabi dispõe de um programa de microfinanças que oferece aos seus sócios um leque de serviços de microfinanças. Destes serviços fazem parte; o Microcrédito, com uma taxa de juro mensal de 2% para atividades de comércio e prestação de serviços e de 1,5% para atividades para atividades de agricultura, pecuária e pesca; a conta caderneta, com características de uma conta a prazo, em que o juro anual é de 1% para conta à ordem e entre 5% e 6% para depósito a prazo; a totocaixa, usada como uma conta poupança, com uma remuneração igual à anterior; microseguros; e transferência bancária. Devido à sua dimensão considerável, este programa conta com 42 funcionários com diferentes funções, desde administradora delegada do programa de microfinanças, coordenador de agentes de crédito, agentes de crédito, contabilista, comercial, operador de base de dados, que auferem, em média, 40.000,00CVE mensais.

Com 4.295 beneficiários com crédito ativo, num total de 1.775.345.000,00CVE³⁸ emprestados, respeitantes a 28.715 créditos, a Morabi, à semelhança do CITI-Habitat, ao financiar apenas atividades geradoras de rendimentos tem impulsionado, significativamente, o

³⁷ Até ao momento da aplicação das entrevistas semi-diretivas.

³⁸ Até Março de 2016.

investimento por todo o país. Tem, ao mesmo tempo, contribuído para a satisfação das necessidades de consumo, financiando reforços dessas mesmas atividades geradoras de rendimentos e, para a poupança, com os seus serviços de conta caderneta e da totocaixa.

Relativamente à articulação do projeto económico com os princípios económicos da versão francófona de Economia Solidária, nenhuma das ONG observadas integra trabalhadores voluntários, embora os órgãos sociais da FAMI-Picos e do programa de microfinanças da Morabi não auferam qualquer tipo de remuneração e, por isso, possa ser considerado trabalho voluntário.

Todas elas participam na economia de mercado, uma vez que prestam serviços e obtêm daí receitas próprias, nomeadamente, juros, taxa de comissão, penalidades, joias e quotas pagas pelos membros. Segundo os representantes de cada uma das três ONG, são estas receitas, provenientes do mercado, que garantem a Sustentabilidade das suas organizações, por serem superiores às despesas. De acordo com os dados económico-financeiros recolhidos, a FAMI-Picos tem vindo a confirmar esta tendência descrevendo, desde 2014, em resultado das “alterações no plano de negócio, a partir de 2013” (cf. Tabela E.2. em anexo) uma trajetória positiva (cf. Tabela E.5. em anexo). Com um comportamento semelhante, o departamento das microfinanças do CITI-Habitat, no ano de 2015, após a mudança de direção em 2014, obteve receitas superiores às despesas. Já o CITI-Habitat, no seu todo, só a partir de 2014 é que alcançou um situação de resultados extraordinários positivos, na medida em que até esta data, as suas despesas vinham sendo, sempre, superiores às receitas (cf. Tabela E.10. em anexo). Ambas apresentam uma capacidade de honrar os compromissos elevada, traduzida num rácio de solvabilidade superior a 0,5, como desejável, de 0,54 e de 1,46, respetivamente.

No que à economia de redistribuição de recursos diz respeito, as parcerias que todas elas estabelecem com o Estado, resultando em vários projetos de luta contra a pobreza e exclusão social, nas mais diversas atuações, confere à FAMI-Picos, ao CITI-Habitat e à Morabi um papel de destaque na redistribuição de recursos às camadas mais desfavorecidas da sociedade, que o mercado não garante de forma equitativa e que o Estado, por si só, se demonstra incapaz de compensar.

Quadro 7.6. – Projeto económico

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto económico	Produção e/ou distribuição de bens e serviços na área estudada	Microcrédito	Microcrédito	Microcrédito
		Poupança		Conta caderneta
				Totocaixa
				Microseguros
				Transferência bancária
	Criação de empregos	1 gestor 1 sub-gestor 1 contabilista 1 tesoureiro 4 agentes de crédito 1 rececionista 1 segurança 1 condutor	1 coordenadora executiva 2 agentes de crédito 1 tesoureira 1 contabilista num total de 21 colaboradores do CITI-Habitat no seu todo	42 funcionários no programa de microfinanças da Morabi
	Distribuição rendimentos	Total de remunerações médias mensais de 43.972,00CVE	Total de remunerações médias mensais de 46.836,36CVE	Total de remunerações médias mensais de 40.000,00CVE
	Satisfação de necessidades de consumos	Atribuição de Microcrédito para todas as necessidades dos beneficiários	Atribuição de Microcrédito para reforço da atividade dos beneficiários	Atribuição de Microcrédito para reforço da atividade dos beneficiários
	Geração de poupanças	Poupança	-	Conta caderneta
				Totocaixa
	Geração de investimentos	Atribuição de Microcrédito para atividades geradoras de rendimento	Atribuição de Microcrédito para atividades geradoras de rendimento	Atribuição de Microcrédito para atividades geradoras de rendimento

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Articulado com	Economia da dívida/reciprocidade	Os elementos dos órgãos sociais não auferem rendimento	Não tem trabalhadores voluntários	Os elementos dos órgãos sociais do programa de microfinanças não auferem rendimento
		Parcerias com outras entidades	Parcerias com outras entidades	Parcerias com outras entidades
	Economia de mercado	Atribuição de Microcrédito: juros, taxa de comissão, penalidades, jotas e quotas pagas pelos membros	Atribuição de Microcrédito: juros dos Microcréditos, das comissões de abertura e das penalidades cobradas	Atribuição de Microcrédito: juros dos Microcréditos, das comissões de abertura e das penalidades cobradas
		Juros de poupança do crédito bancário a prazo que a organização tem		
	Economia de redistribuição de recursos	Parcerias com o Estado	Parcerias com o Estado	Parcerias com o Estado

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

*** Projeto social:**

Com vista à contribuição para a coesão social da sociedade onde estas ONG se inserem, o projeto social da Economia Solidária prevê a criação de empregos, sobretudo, para os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho, a satisfação das necessidades básicas que não se encontram expressas no mercado, a promoção da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento de iniciativas de luta contra a pobreza e a exclusão social.

É transversal que grande parte dos colaboradores se encontravam em situação de desemprego antes de desempenharem funções em cada uma destas organizações, no caso particular do CITI-Habitat, muitos dos atuais quadros entraram por via de estágios, acabando por se tornarem colaboradores efetivos. Apesar de haver uma clara tendência para um número de

colaboradores, maioritariamente, do sexo feminino em todas elas, a diferença entre o número de funcionários do sexo feminino e funcionários do sexo masculino não é gritante. Por exemplo, dos onze colaboradores da FAMI-Picos, sete são do sexo feminino e quatro do masculino, e dos vinte e um do CITI-Habitat, onze são do sexo masculino e dez do sexo feminino. Não sendo esta uma diferença significativa, ou tão pouco intencional, nenhuma das ONG observadas regista diferenças salariais em função do género, mas sim em função do cargo ocupado e da longevidade do colaborador na ONG.

Similarmente, também a grande maioria dos beneficiários da FAMI-Picos e do CITI-Habitat estavam em situação de desemprego antes de contraírem o seu primeiro Microcrédito, tendo sido este instrumento uma ajuda essencial na sua entrada no mercado de trabalho ou na melhoria das condições de trabalho. Contrariando esta tendência, o número de desempregados apoiados pela Morabi é, bastante mais residual, quando comparado com os valores apresentados pelas restantes ONG. Ainda assim, o recurso aos serviços de microfinanças destas ONG é feito, sobretudo, por indivíduos, que por não reunirem um conjunto de características, se encontram, de alguma forma, excluídos da economia e do sistema financeiro formal. Incapazes de verem satisfeitas as suas necessidades básicas no mercado, recorrem aos serviços de microfinanças, para a obtenção de Microcrédito, o que lhes permite iniciar ou melhorar uma atividade geradora de rendimentos satisfazendo, assim, algumas necessidades básicas que o mercado se mostram incapaz de satisfazer.

Entre outras parcerias, todas as ONG observadas, à semelhança da generalidade das restantes IMF cabo-verdianas, contam com o apoio do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza. Este programa, resulta dos esforços do governo de Cabo Verde para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres e vulneráveis do país. Com vista à redução sustentada da pobreza, o PNLP é um dos principais financiadores das IMF cabo-verdianas, garantindo a manutenção e, em alguns casos, a sobrevivência dos seus fundos para a concessão de Microcrédito. Esta parceria, que visa o desenvolvimento do sector social através do apoio monetário do governo cabo-verdiano, tem implícita não só a promoção socioeconómica dos grupos mais desfavorecidos, como a obrigatoriedade de parte do fundo de crédito, de cada uma das ONG financiadas, ter como destino o financiamento de atividades geradoras de rendimentos em meio rural promovendo, desta forma, o programa de luta contra a pobreza em meio rural.

Quadro 7.7. – Projeto social

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto social	Criação de emprego para os que se encontram fora do mercado de trabalho	A maioria dos atuais funcionários encontravam-se, anteriormente, no desemprego	A maioria dos atuais funcionários encontravam-se, anteriormente, no desemprego	A maioria dos atuais funcionários encontravam-se, anteriormente, no desemprego
	Satisfação de necessidades básicas que não estão expressas no mercado	Permite o acesso ao crédito e à poupança para os indivíduos tendencialmente excluído do sistema financeiro formal	Permite o acesso ao crédito para os indivíduos tendencialmente excluído do sistema financeiro formal	Permite o acesso a um conjunto de serviços de microfinanças para os indivíduos tendencialmente excluído do sistema financeiro formal
	Promoção da igualdade de oportunidades	Conta com 11 funcionários dos quais 7 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino	Conta com 21 funcionários, dos quais 11 são do sexo masculino e 10 do sexo feminino	A maioria dos funcionários são do sexo feminino
		Não há distinção salarial com base no género mas sim, com base nas funções desempenhadas	Salário médio dos colaboradores do sexo masculino é de 56.272,72CVE e o salário médio dos colaboradores do sexo feminino é de 37.400,00CVE	Não há distinção salarial com base no género mas sim, com base nas funções desempenhadas

Promoção de iniciativas de luta contra a pobreza e a exclusão social	Parcerias que garantem a manutenção do fundo de concessão de Microcrédito	Parcerias que garantem a manutenção do fundo de concessão de Microcrédito	Parcerias que garantem a manutenção do fundo de concessão de Microcrédito
		Desenvolvimento de projetos públicos no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social	Desenvolvimento de projetos públicos no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

× Projeto cultural:

Valorizando as culturas, patrimónios e identidades locais, através da economia, o projeto cultural pressupõe que as organizações incluam, nos seus quadros, colaboradores de outras culturas e abranjam, com os seus serviços, beneficiários de outras culturas, ao mesmo tempo que são desenvolvidas iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural, para a proteção dos valores e identidades locais.

Nenhuma das ONG analisadas tem, nos seus quadros, colaboradores de outras culturas, porém, todas abrangem ou já abrangeram, com os seus serviços, beneficiários de culturas diferentes, principalmente, da Guiné-Bissau, de Angola, do Senegal, da Costa do Marfim e do Congo.

Atualmente, a FAMI-Picos não desenvolve nenhum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural, para a proteção dos valores e identidades locais, ao passo que, os representantes da Morabi Microfinanças entrevistados remetem estas ações para a Morabi Social.

Por seu turno, o CITI-Habitat concretizou o projeto “A Cultura como Fator de Inserção Social e Económica no Município de Ribeira Grande de Santiago”, que teve como objetivos promover a Cidade Velha enquanto polo de atração cultural e turística e estimular o empoderamento socioeconómico das famílias e das comunidades locais. A concretização destes objetivos passou pela promoção e valorização do património material e imaterial da

Cidade Velha para o turismo, pela criação de um centro cultural multifuncional para promover os atributos patrimoniais e culturais e pela promoção da Cidade Velha enquanto polo de investigação histórico-cultural por excelência.

Quadro 7.8. –Projeto cultural

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto cultural	Valorização, através da economia, das culturas	Não emprega colaboradores de outras culturas	Não emprega colaboradores de outras culturas	Não emprega colaboradores de outras culturas
		Já apoiou beneficiários de outras culturas	Apoia beneficiários de outras culturas	Apoia beneficiários de outras culturas
	Valorização, através da economia, dos patrimónios	-	Projeto “A Cultura como Fator de Inserção Social e Económica no Município de Ribeira Grande de Santiago”	Morabi Social
	Valorização, através da economia, das identidades locais	-	Projeto “A Cultura como Fator de Inserção Social e Económica no Município de Ribeira Grande de Santiago”	Morabi Social

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

× Projeto ambiental:

O projeto ambiental, que procura conjugar a economia com a ecologia, pela adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis, é um ponto relativamente sensível. Por um lado, denota-se, em alguns casos, um equívoco entre aquilo que são atividades ambientalmente responsáveis e as atividades no meio rural, que todas elas apoiam através do Programa de Luta contra a Pobreza em Meio Rural promovido pelo PNLN.

Por outro, apesar de uma reconhecida preocupação com a preservação ambiental, estas ONG atingiram um ponto de consciencialização ambiental estanque, condicionado pelas limitações do próprio país onde operam. Estas organizações têm um elevado consumo de papel porque, apesar do grande salto dado no mundo informático e de todas elas estarem, notavelmente, informatizadas, há ainda uma grande quantidade de registos em formato de papel.

Têm, igualmente, um grande consumo de energia elétrica, para luz, computadores, ventoinhas e ares condicionados, pois Cabo Verde é um país de temperaturas altas, tornando estes sistemas de climatização de ar imprescindíveis. Mas, também, um grande consumo de combustíveis fósseis, tanto para os automóveis, fundamentais para o acompanhamento dos beneficiários, como para os geradores, indispensáveis num país com sistemáticas falhas no fornecimento de energia elétrica.

Ainda que estas organizações quisessem tornar os seus consumos mais responsáveis, algo que para o presidente do CITI-Habitat está, claramente, em agenda para um futuro próximo, através do uso de energia renovável e aplicação do princípio da eficiência energética, Cabo Verde não dispõe das infraestruturas necessárias para tal. Não existe reciclagem no país, portanto, mesmo que estas ONG quisessem reciclar todo o papel que usam e consumir papel reciclado, não seria possível. De forma análoga, as energias renováveis ainda não estão, suficientemente, desenvolvidas e difundidas, o que condiciona o seu acesso, mesmo para aqueles que estariam dispostos a usá-las.

Todavia, nas palavras de Jacinto Santos, para o CITI-Habitat “o ambiente é uma questão transversal na abordagem ao desenvolvimento económico local e ao desenvolvimento comunitário, sendo o mote de alguns projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, nomeadamente, relativos ao saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgotos, informação e educação para o ambiente – uso de água, manuseamento de resíduos sólidos urbanos – implementação de casas-de-banho.” (cf. Tabela E.6. em anexo).

Condicionada pelas limitações referidas, a preocupação com o ambiente tem sido refletida, de um modo geral, em projetos, iniciativas de consciencialização ou ações de formação. Neste sentido, a FAMI-Picos, em parceira com o PNL e a ADF tem promovido formações relativas às condicionantes da seca e à utilização e transformação de produtos endémicos, e a Morabi à conservação de água e à plantação de árvores de espécies endémicas.

Quadro 7.9. – Projeto ambiental

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto ambiental	Adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis	Oferta formativa relativa às condicionantes da seca e à utilização e transformação de produtos endémicos	Projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, relativos ao saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgotos, informação e educação para o ambiente – uso de água, manuseamento de resíduos sólidos urbanos – implementação de casas-de-banho	Oferta formativa relativa à conservação de água e à plantação de árvores de espécies endémicas

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

*** Projeto territorial:**

O projeto territorial, através da contratação preferencial de pessoas da comunidade, do incentivo de uma relação privilegiada com fornecedores e clientes locais, da promoção da economia local e dos valores e culturas locais, da participação em eventos comunitários, e ainda da dinamização de projetos e ações de interesse para a comunidade, tem um contributo decisivo para o Desenvolvimento Local.

Com maior ou menor abrangência territorial, todas as ONG analisadas têm um raio de atuação que se estende para lá da localidade onde as respetivas sedes se encontram. A par com o pressuposto de luta contra a pobreza em meio rural, subjacente ao financiamento do PNL, todas elas revelam uma atenção especial, tanto para estas áreas, como para todas as zonas mais fragilizadas, não só da ilha de Santiago mas, de Cabo Verde no seu todo.

A FAMI-Picos tem uma grande preocupação com o desenvolvimento das localidades próximas da sua sede nos Picos, envoltas numa extrema pobreza, dispondo de delegações em algumas destas zonas, como em Ribeira da Barca, Santa Catarina, Enjenho e Achada Falcão,

para que o acompanhamento dos projetos desenvolvidos nestas regiões possa ser feito com maior proximidade e assiduidade. Assim, apesar de se registar um número de colaboradores locais superiores, a FAMI-Picos dá oportunidade aos profissionais destas regiões de operarem nas respetivas delegações. Para além dos beneficiários vindos dos Picos, de Ribeira da Barca, de Santa Catarina, de Enjenho ou de Achada Falcão, a FAMI-Picos presta serviços de microfinanças por toda a ilha de Santiago.

Numa lógica de atuação semelhante, o foco do CITI-Habitat são as comunidades locais, urbanas e rurais, havendo uma concentração na periferia da cidade da Praia, no concelho de São Domingos e da Ribeira Grande de Santiago. Tal como a FAMI-Picos, os seus colaboradores e beneficiários são, maioritariamente, locais, embora hajam alguns colaboradores na sede oriundos do interior, e beneficiários de toda a ilha de Santiago, para além dos da Praia, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago.

Com o objetivo de chegar a todas as zonas mais fragilizadas de Cabo Verde, a Morabi dispõe de delegações espalhadas por quase todo o país, na ilha de Santiago em São Domingos, Santa Cruz, Assomada, Calheta e Tarrafal e nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Boavista e Maio. Desta forma, a Morabi consegue servir as camadas mais necessitadas da cidade da Praia, mas também as zonas mais desfavorecidas e rurais não só na ilha de Santiago como noutras ilhas de Cabo Verde. Por conseguinte, os seus colaboradores e beneficiários são tanto locais como provenientes de zonas mais fragilizadas ou rurais.

O natural funcionamento destas ONG tem a si associado a promoção da economia local e dos valores e culturas locais de diferentes formas. Por um lado, contribuem para a dinamização da economia local dando primazia aos fornecedores locais, contratando, sobretudo, colaboradores locais e financiando atividades geradoras de rendimentos a beneficiários locais. Por outro lado, contribuem não só para a dinamização da economia local, como dos valores e culturas locais, através dos projetos que desenvolvem em parceria com outras entidades. Destacam-se, neste aspeto, o CITI-Habitat com o projeto “Rádio Comunitária Voz de Ponta d’Água” cujos objetivos são dar voz e vez às comunidades e seus líderes, contribuir para uma melhor informação, educação e conscientização das comunidades do seu papel no processo de participação local e no exercício da cidadania e democracia e apoiar o CITI-Habitat na sua missão de promoção do desenvolvimento local e empoderamento dos grupos mais desfavorecidos. E, com o projeto “Programa de Desenvolvimento Sociocomunitário em Santiago” que tem o propósito de melhorar as condições de vida das populações mais pobres e garantir a sua inserção social e económica.

Quadro 7.10. – Projeto territorial

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto territorial	Contratação preferencial por indivíduos da comunidade	A maioria dos colaboradores é local	A maioria dos colaboradores é local havendo uma do interior	A maioria dos colaboradores é local
	Promoção de uma relação privilegiada com fornecedores e clientes locais	Todos os fornecedores são locais	Todos os fornecedores são locais	Todos os fornecedores são locais
		O público-alvo são as localidades mais pobres próximas da sua sede	O público-alvo são as comunidades locais, urbanas e rurais, principalmente, na periferia da cidade da Praia, no concelho de São Domingos e da Ribeira Grande de Santiago	O público-alvo estende-se, quase, à totalidade do país
	Promoção da economia local e dos valores e culturas locais	Apoio ao desenvolvimento e manutenção de atividades na comunidade local através do Microcrédito	Apoio ao desenvolvimento e manutenção de atividades na comunidade local através do Microcrédito	Apoio ao desenvolvimento e manutenção de atividades na comunidade local através do Microcrédito
	Participação em eventos comunitários	-	-	-

Dinamização de projetos e ações de interesse para a comunidade	Projetos desenvolvidos em parceria com outras entidades	O projeto “Rádio Comunitária Voz de Ponta d’Água” e o projeto “Programa de Desenvolvimento Sociocomunitário em Santiago”	Morabi Social
--	---	--	---------------

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

× Projeto de gestão:

É desejável que as atividades de Economia Solidária se desenvolvam com uma preocupação de gestão rigorosa e eficiente, adotando os métodos necessários para tal, e não de forma voluntarista, sem os importar das empresas da economia de mercado. No que respeita à gestão e à contabilidade, tal como qualquer outra organização, pública ou privada, bem estruturada e organizada, todas elas dispõem de elementos responsáveis por estas áreas.

A FAMI-Picos conta com um gestor, com o ensino médio, e uma sub-gestora, licenciada em gestão, responsáveis pela gestão, e uma contabilista, com licenciatura em ciências empresariais e organizacionais – vertente contabilidade, responsável pela contabilidade.

Não sendo exclusivamente uma IMF, o CITI-Habitat no seu todo tem a sua gestão à responsabilidade do presidente do Conselho de Direção, licenciado em sociologia, e a contabilidade a um contabilista de formação, enquanto o departamento das microfinanças é gerido pela coordenadora executiva, com mestrado em engenharia financeira, e a contabilidade feita, também, por uma contabilista de formação.

De forma análoga, a gestão da Morabi no seu toda está a cargo da sua presidente e a contabilidade a cargo do departamento de contabilidade, enquanto a gestão da Morabi Microfinanças é garantida pela administradora delegada do programa de microfinanças.

Para além de recursos humanos qualificados, todas elas contam com o apoio de *softwares* desenhados para promover uma gestão eficiente do funcionamento das IMF e dos seus serviços de microfinanças, como o *Finance Solutions* usado pela FAMI-Picos e pela Morabi e o *Fast Crédito* pelo CITI-Habitat.

Relativamente à organização e acompanhamento das suas operações, embora nenhuma delas disponha de um departamento de auditorias internas, a FAMI-Picos pela primeira vez, em 2015, contratou um consultor para fazer a primeira auditoria, neste caso, externa. Com o

mesmo fim, anualmente, a Morabi seleciona, através de concurso, uma empresa para que seja feita também a auditoria externa respetiva. O CITI-Habitat ainda não dispõe deste serviço, nem interna nem externamente, embora o seu presidente adiante que este seja um dos objetivos em agenda.

Equilibrando esta componente mais débil, os representantes de todas as ONG observadas referem a existência de ações de autoavaliação e balanço das atividades. Na FAMI-Picos e no CITI-Habitat, de um modo geral, este balanço é feito, de dois em dois anos e anualmente, respetivamente, nas Assembleias Gerais, e de forma mais particular, trimestralmente, com a participação de todos os colaboradores. No caso da Morabi Microfinanças, o balanço das atividades ocorre, semestralmente, com a presença de todos os colaboradores e, mensalmente, apenas com a administradora delegada do programa de microfinanças e com os colaboradores de cada uma das áreas que integram o programa de microfinanças, separadamente.

A prestação de contas, a nível interno, é feita, de dois em dois anos ou anualmente nas Assembleias Gerais por todas as ONG observadas. Contudo, a nível externo, a divulgação dos dados económicos ou a disponibilidade dos mesmos para consulta, tanto por elementos internos, como por elementos externos à organização, só acontece na FAMI-Picos e no CITI-Habitat.

Com mais ou menos ênfase, todas as ONG proclamam um conjunto de valores, à luz dos princípios e valores da Economia Social e Solidária, que regulam a sua conduta de atuação, de acordo com a opinião dos seus representantes. Para a FAMI-Picos, por exemplo, estes valores passam pela livre adesão, solidariedade, intercooperação, educação, formação dos membros, democracia interna, satisfação dos clientes, respeito ao meio ambiente, Sustentabilidade económica, social e financeira. Já para o CITI-Habitat esses valores são solidariedade, participação, responsabilização e a auto-organização, estando subjacentes os princípios da transparência, prestação de contas e o princípio da autonomia e independência política, institucional e ideológica em relação aos poderes públicos, políticos e religiosos. No caso da Morabi, os valores proclamados são o profissionalismo, sigilo, cultura de qualidade, aposta no cliente, engajamento, espírito de equipa e transparência.

Ainda que a transparência seja um dos valores expressos pela a Morabi, esta indisponibilidade de partilha dos seus dados económicos, põe em causa o seu cumprimento. De acordo com a informação recolhida no terreno, a Morabi revelou ser uma organização muito fechada em si mesma, onde a informação disponível é limitada não só para terceiros, incluindo financiadores, como para os próprios colaboradores, de acordo com as funções que desempenham. Por oposição, a FAMI-Picos e o CITI-Habitat, apesar de não terem os seus

dados económicos disponíveis numa plataforma *online*, disponibilizam os mesmos fisicamente para quem os desejar consultar, ao mesmo tempo que os seus colaboradores têm livre acesso a todos os dados relativos às organizações a que pertencem.

Quadro 7.11. – Projeto de gestão

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto de gestão	Promoção de uma gestão rigorosa e eficiente	A gestão está a cargo de um gestor e de uma sub-gestora, e contabilidade a cargo de uma contabilista	No seu todo a gestão e feita pelo presidente do Conselho de Direção, e a contabilidade por um contabilista O departamento das microfinanças é gerido pela coordenadora executiva e a contabilidade feita por uma contabilista	No seu todo a gestão é feita pela sua presidente e a contabilidade pelo departamento de contabilidade Morabi Microfinanças é gerida pela administradora delegada do programa de microfinanças
		Usa o software <i>Finance Solutions</i>	Este departamento usa o software <i>Fast Credit</i>	Este programa usa o software <i>Finance Solutions</i>
		Auditoria externa	-	Auditoria externa
		Prestação de contas	Prestação de contas	Prestação de contas
		Autoavaliação e balanço das atividades	Autoavaliação e balanço das atividades	Autoavaliação e balanço das atividades
		Disponibilidade de dados económicos	Disponibilidade de dados económicos	Indisponibilidade de dados económicos

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

✘ **Projeto de conhecimento:**

De acordo com o projeto de conhecimento, as experiências da Economia Solidária devem ser vistas como uma aprendizagem permanente e como tal, todas as ONG observadas dispõem de uma componente de formação não só para os seus colaboradores, como também para os seus beneficiários e, em alguns casos, para a sociedade civil.

Como a FAMI-Picos não dispõe dos meios necessários, a sua componente formativa está dependente de parcerias pré-estabelecidas com entidades como o PNLP, a ADF e a OASIS. Sempre que estes parceiros desenvolvam formações vantajosas para os seus colaboradores e beneficiários, a FAMI-Picos tem a função de os encaminhar, garantindo que recebem as formações em causa.

A FAMI-Picos apoia e incentiva a formação académica dos seus colaboradores e dentro das suas capacidades procura promover, com alguma frequência, formações que contribuam para a melhoria do desempenho das suas funções, em áreas como ética associativa, Economia Social e Solidária, e igualdade de género. Simultaneamente, aos os seus beneficiários, oferece formações vantajosas para as suas atividades como, agropecuária, transformação de produtos alimentares, gestão de pequenos negócios, manuseamento de alimentos, higiene e segurança no trabalho.

A falta de meios, já referida, limita a oferta de formações à sociedade civil, ocorrendo no máximo uma vez por ano e com uma durabilidade reduzida, em áreas como operações financeiras, pequenas contabilidades e apresentação de contas.

Trimestralmente, o CITI-Habitat foca-se na capacitação dos seus colaboradores através de reuniões de aprimoramento e reflexão sobre associativismo, voluntariado, desenvolvimento comunitário, técnicas e metodologias de animação para o desenvolvimento, Economia Social e Solidária, gestão de pequenos negócios, empreendedorismo.

Associadas a projetos e sempre que sejam reunidas condições, o CITI-Habitat oferece, aos seus beneficiários, formações que lhes permitam iniciar uma atividade ou melhorar o funcionamento do seu negócio. Algumas dessas formações já ministradas foram em áreas como cabeleireira, estética, manicure/pedicure; capacitação em arte de cabedal e bijutarias; capacitação em artes e cabedal; formação em grafismo digital; animação radiofónica e sonoplastia; guia turístico; reparação de eletrodomésticos; saneamento animal.

Através da sua rádio comunitária, que informa o seus ouvintes para questões relevantes, o CITI-Habitat promove a consciencialização e formação da sociedade civil. Adicionalmente, subjacente a projetos desenvolvidos pelo CITI-Habitat, são ministradas formações a

elementos da sociedade civil nas áreas de cabeleireira, estética, manicure/pedicure; planificação estratégica – orçamento participativo; capacitação em tratamento, captação de imagem e edição de vídeo; capacitação em arte de cabedal e bijutarias; capacitação em artes e cabedal; promoção da Economia Social e Solidária; promoção cooperativa; postos de trabalho; promoção da saúde/educação.

Todos os anos, a Morabi Microfinanças oferece formação, sem parcerias ou ajudas externas, aos seus agentes de crédito, garantindo a reciclagem das suas competências. Em parceria com outras entidades, os restantes colaboradores recebem formações de acordo com a função que desempenham na Morabi, sempre que estas estejam disponíveis.

Como preparação para o Microcrédito, todos os futuros beneficiários devem receber uma formação, que ocorre semanalmente, antes de receberem o seu Microcrédito, garantindo a sua aplicabilidade correta. De forma mais esporádica, os seus beneficiários recebem formações de capacitação concedidas, não só pela Morabi como por entidades parceiras, em áreas como gestão de pequenos negócios, empreendedorismo, inglês, informática.

Com um programa dedicado, exclusivamente, à formação, toda a formação direcionada para a sociedade civil é canalizada para este departamento da Morabi Social.

Quadro 7.12. – Projeto de conhecimento

		FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto de conhecimento	Aprendizagem permanente	Formações em parceria com outras entidades tendo como público-alvo colaboradores e funcionários	Formações trimestrais, sem parcerias, para colaboradores	Formações anuais, sem parcerias, para os agentes de crédito e, em parceria, para todos os colaboradores
		Formações sem parcerias, com menor frequência, para colaboradores e beneficiários	Formações, em parceria, para beneficiários	Formação pré-Microcrédito e, formações, em parceria, para os beneficiários

	Formações de algumas horas para a sociedade civil	Formações no âmbito de projetos e o recurso à rádio comunitária fazendo chegar conhecimento à sociedade civil	Formações através da Morabi Social para a sociedade civil
--	---	---	---

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

✱ **Projeto político:**

Por último, o projeto político, implica que este ocorra, por um lado, a nível interno, uma vez que as suas organizações se regem pelo princípio da gestão democrática e, por outro, a nível externo, por assumirem uma posição de corresponsabilização na regulação dos problemas das sociedades onde se inserem.

Sendo a FAMI-Picos uma associação mutualista de poupança e crédito, os seus beneficiários, antes de o serem, devem constituir-se membros, implicando um contributo precedente à contração de Microcrédito. Este contributo, a par com as ajudas financeiras de outras entidades públicas e privadas, é essencial ao funcionamento da organização, por contribuir para a manutenção do fundo que permite a prestação do seu serviço de microfinanças. Dada a sua relevância para a subsistência da ONG, as ideias e intenções dos seus membros relativamente ao modo de atuação da FAMI-Picos são sempre ouvidas e tidas em conta, resultando, na maioria das vezes, em ações concretas. Devido ao elevado número de membros, 2813, dos quais mais de 50% é do sexo feminino, as Assembleias Gerais são representativas, participando entre 50 e 150 membros, de dois em dois anos, ou sempre que hajam assuntos relevantes para serem postos em discussão.

A história da FAMI-Picos revela que, nos últimos dez anos, os mandatos têm sido sempre de dois anos, como determinado nos seus estatutos, tendo havido sempre rotatividade nos órgãos sociais, à exceção da presidência que se mantem, há três mandatos seguidos, por falta de substitutos. De um modo geral, a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Direção têm sido compostos por mais mulheres do que homem, embora se verifique uma clara intenção de evitar cargos de presidência, por parte das mulheres.

Contrariamente à FAMI-Picos, a história do CITI-Habitat não descreve um comportamento tão exemplar a nível de governança. Desde a sua criação em 1988, o CITI-Habitat só conheceu três presidentes, Luís Araújo de 1988 a 1992, Elísio Rodrigues de 1992 a 2014 e

Jacinto Santos de 2014 até ao presente. Até 2014, esta era uma organização muito fechada e, por isso, não houve rotatividade, nem existiam órgãos sociais, não tendo havido Assembleias Gerais, por mais de vinte anos.

Presentemente, os mandatos têm a duração de três anos, terminando o primeiro mandato do atual presidente em 2017, e as Assembleias Gerais ocorrem uma vez por ano. A afluência dos sócios, 79, na sua maioria homens, ainda não atingiu o nível desejado, embora tenha aumentado de Assembleia Geral para Assembleia Geral, ultrapassando já os 60%. Os sócios têm liberdade para expor novas ideias, alternativas ou soluções nas Assembleias Gerais e, sempre que sejam valorizadas, são incorporadas como propostas da Assembleia Geral e o Conselho de Direção é obrigado a implementá-las.

A indisponibilidade dos representantes da Morabi tornou impossível a aquisição de informação respeitante ao seu projeto político interno, não permitindo concluir sobre a sua existência ou não na prática da organização.

Relativamente à dimensão externa do projeto político, todas elas estabelecem parcerias com diversas entidades, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que resultam no desenvolvimento de projetos que têm como fim colmatar algumas das necessidades essenciais, das mais diversas áreas do quotidiano, dos indivíduos que constituem a sociedade onde estas ONG atuam. A materialização destes projetos em ações concretas, como a oferta formativa, o reforço do fundo de crédito, a implementação de casas-de-banho, a construção de escolas, corresponsabiliza estas ONG, em parceria com as entidades financiadoras, da regulação dos problemas das sociedades onde laboram.

Quadro 9.13. – Projeto político

	FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto Gestão democrática político	Assembleias Gerais representativas	No último mandato passou a haver Assembleia Geral com uma afluência de 60%	-
	Inclusão das ideias expressas pelos sócios	Mudança de paradigma nas últimas eleições, passando a haver inclusão das ideias expressas pelos sócios	-
	Cumprimento dos estatutos da organização	Cumprimento recente dos estatutos da organização	-
	Rotatividades dos órgãos sociais	Anteriormente não havia rotatividade dos órgãos sociais, atualmente, ainda não houve tempo para tal	-
Corresponsabilização na regulação dos problemas da sociedade	Parcerias com outras entidades	Parcerias com outras entidades	Parcerias com outras entidades

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

7.4.3. Contributos das ONG observadas para a Sustentabilidade macro

Tendo presente as reais necessidades que as organizações de Economia Solidária manifestam no seu dia-a-dia, o conceito de Sustentabilidade, detentor de um carácter integrado e articulado, prevê a sua materialização a partir da integração, nas atividades que estas organizações promovem, das dimensões da segurança económica, da coesão social, da

preservação e valorização ambiental, da valorização da diversidade cultural, da coesão territorial, da aprendizagem permanente e capacidade, da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e da nova ética.

Sendo o conceito de Economia Solidária o mais capaz de compreender e integrar o conceito de Sustentabilidade, à luz da complementaridade exposta destes mesmos conceitos, a promoção da Sustentabilidade da sociedade em que uma organização de Economia Solidária atua, depende do cumprimento dos projetos de Economia Solidária e do, respetivo, contributo que as ações desenvolvidas, no âmbito desses mesmos projetos, têm para cada uma das dimensões da Sustentabilidade. Neste sentido, a constatação dos contributos da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi para a Sustentabilidade macro, resulta da sinergia que as ações desenvolvidas por cada uma delas, no âmbito dos projetos de Economia Solidária, têm para a promoção da Sustentabilidade de Cabo Verde, em cada uma das suas oito dimensões.

Para qualquer tipo de instituição, independentemente das suas características, os colaboradores são uma peça-chave para o seu funcionamento e potencial sucesso. Tratando-se, as ONG observadas, de organizações de Economia Solidária, a contratação de colaboradores, na sua maioria, oriundos da comunidade sobre a qual atuam, faz com que estas ONG contribuam, simultaneamente, para a criação de emprego e para a distribuição de rendimentos nessa mesma comunidade.

Por outro lado, estas IMF, ao prestarem serviços de microfinanças promovem, não só o investimento em atividades geradoras de rendimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento da economia local, como contribuem também para a satisfação das necessidades dos seus beneficiários. Através dos respetivos serviços de poupança, a FAMI-Picos e a Morabi potenciam, ainda, diretamente, a geração de poupanças dos seus beneficiários, enquanto o CITI-Habitat, por não oferecer este serviço, contribui, apenas de forma indireta, por via dos Microcréditos que concede e dos rendimentos extras que daí possam advir.

Com um cenário económico-financeiro favorável, desde 2014 para a FAMI-Picos e desde 2015 para o CITI-Habitat, as receitas têm-se sobreposto às despesas, apresentando a FAMI-Picos, para o ano de 2015, um resultado positivo superior ao do CITI-Habitat (cf. Tabelas E.5 e E.10 em anexo). Estas receitas, traduzidas em taxas de comissão, juros e penalidades referentes aos serviços de microfinanças prestados, aliadas aos contributos dos sócios em joias e quotas e aos financiamentos provenientes de parcerias com outras entidades, têm contribuído para a continuidade das atividades que estas ONG desenvolvem junto das comunidades onde operam.

Para além de todos estes contributos para a comunidade onde trabalham, a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi, graças aos projetos e iniciativas que desenvolvem em parceria com outras entidades, principalmente públicas, desempenham, ainda, um papel fundamental na redistribuição de recursos, sempre que esta não é garantida pelo Estado. Deste modo, a integração destas ações por parte das três ONG observadas, associadas ao projeto económico, e mais adequadas às questões da atualidade do que o simples crescimento económico, garante a promoção da Sustentabilidade da sociedade alvo destas mesmas ações, na dimensão da segurança económica.

Todas as ONG observadas intitulam-se IMF por visarem a prestação de serviços de microfinanças adequados às populações de baixo rendimento, normalmente, excluídas do sistema financeiro tradicional. Ao prestarem estes serviços, estas organizações tornam o acesso a serviços financeiros possível para os indivíduos que, por não reunirem as condições consideradas necessárias, são impedidos de aceder ao sistema financeiro tradicional. Desta forma, a oferta de serviços de microfinanças garante que as ONG em causa contribuam para a inserção dos indivíduos, em situação de pobreza e/ou exclusão social e que, consequentemente, se encontram excluídos, não só do sistema financeiro tradicional, como da também da própria economia de mercado tradicional.

Por outro lado, a atribuição, específica, de Microcrédito, por transferir para a posse dos seus beneficiários uma determinada importância monetária, conferindo-lhes um poder de compra que até então não detinham, dá resposta às necessidades básicas destes indivíduos. Esta resposta é dada diretamente quando, este tipo de financiamento pode ser aplicado de acordo com as necessidades dos seus beneficiários, como acontece na FAMI-Picos, ou indiretamente, quando é, obrigatoriamente, investido apenas em atividades geradoras de rendimentos, sendo as necessidades dos seus beneficiários satisfeitas, a partir dos lucros que essas atividades geram, tal como no CITI-Habitat e na Morabi.

Garantido a inserção de pessoas excluídas não só com os seus serviços mas, também, internamente, a maioria dos atuais colaboradores destas ONG foi retirada da situação de desemprego, antes de pertencerem aos respetivos quadros. À luz do respeito pela igualdade de género, nenhuma destas contratações, ou distribuições salariais, verificadas demonstra ter por base o género, mas antes a função desempenhada e a longevidade na IMF em causa. Neste sentido, associando o impacto que a oferta dos seus serviços de microfinanças tem nos seus beneficiários e a conduta adotada nos seus colaboradores, aos projetos que desenvolvem, em parceria com outras entidades, no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, tanto a FAMI-Picos, como o CITI-Habitat e a Morabi contribuem para a Sustentabilidade da

sociedade cabo-verdiana na dimensão da coesão social, relativamente, à igualdade de oportunidades em todas as perspetivas.

A dimensão da preservação e valorização ambiental, apesar de bastante mais exigente e ousada do que somente a proteção ambiental, revelou-se uma dimensão bastante frágil para as ONG em causa. As condicionantes impostas pelo próprio país, incipiente nesta problemática, dificultam a adoção de um comportamento ambientalmente responsáveis pelas organizações, como desejável, reduzindo o seu contributo para esta dimensão da Sustentabilidade aos projetos, iniciativas de consciencialização ou ações de formação que vão sendo desenvolvidos, em parceria com outras entidades, direcionados para a sociedade. Através destas ações, as organizações conseguem consciencializar as comunidades para a importância das questões ambientais e instruí-las para a adoção quotidiana de comportamentos ambientalmente responsáveis.

Apesar de nenhuma destas ONG ter, nos seus quadros, colaboradores de outras culturas, todas elas apoiam ou, no caso da FAMI-Picos, já apoiaram, beneficiários de culturas diferentes, promovendo, com os seus serviços de microfinanças, a inserção de minorias étnicas. Com vista à promoção de formas de cultura local e à valorização cultural, o CITI-Habitat desenvolve projetos como “A Cultura como Fator de Inserção Social e Económica no Município de Ribeira Grande de Santiago”, onde a cultura local e o empoderamento socioeconómico das famílias e das comunidades locais são a principal preocupação.

A falta de referência a projetos, iniciativas de consciencialização ou ações de formação concretas no domínio da valorização cultural desenvolvidos pela FAMI-Picos e pela Morabi, enfatiza o contributo do CITI-Habitat para a Sustentabilidade da sociedade que envolve, na dimensão da valorização da diversidade cultural, onde está implícito o respeito pela riqueza dessa mesma diversidade e a promoção do diálogo intercultural.

Como apurado na dimensão relativa à segurança económica, as ONG observadas apoiam a empregabilidade local ao incluírem, na maioria dos seus postos de trabalhos, colaboradores oriundos da comunidade onde se situam e laboram. Apoiam, igualmente, a iniciativa e o empreendedorismo local ao beneficiarem indivíduos, também eles, provenientes da comunidade envolvente, com os seus serviços de Microcrédito destinados à criação e reforço de atividades geradoras de rendimentos. Ao promoverem, desta forma, o emprego, a iniciativa empresarial e o empreendedorismo local, as ONG observadas contribuem para o aumento do poder de compra dos indivíduos alvo destas ações, dando resposta às necessidades básicas da comunidade onde estas mesmas ações são desenvolvidas.

Porém, independentemente da dimensão e abrangência territorial, todas elas estendem o seu raio de atuação para lá da localidade onde as respectivas sedes se encontram. Com especial interesse pelas regiões mais desfavorecidas na área circundante às localidades onde se situam, a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi não se limitam a intervir nestas áreas.

Quer por meio dos seus serviços de microfinanças, quer pelos projetos e iniciativas desenvolvidas em parceria com outras entidades, estas organizações procuram dinamizar e desenvolver a economia das regiões urbanas, semiurbanas e rurais, comumente, esquecidas. Assim, através da explicitação e valorização dos problemas e desafios resultantes da fragmentação e destruição territorial, provocadas pelo modelo de Desenvolvimento economicista, as ONG observadas contribuem para a Sustentabilidade da sociedade em que intervêm, na dimensão da coesão territorial.

Detentoras de uma significativa componente formativa, as ONG analisadas oferecem aos seus colaboradores, beneficiários e à sociedade civil formações, nas mais diversas áreas dos seus interesses. Embora apoie a formação académica dos seus colaboradores, a estrutura organizacional e a falta de meios disponíveis tornam a FAMI-Picos, a IMF com menor abrangência de formações, sobretudo, quando os destinatários pertencem à sociedade civil.

Composto por outras valências, para além do departamento das microfinanças, que ministram formações, o CITI-Habitat dispõe, paralelamente, de uma rádio comunitária, que faz chegar informação relevante aos seus ouvintes. Por seu turno, a Morabi, graças ao seu programa de formação destinada à sociedade civil, garante a extensão das suas formações a quem delas necessita. Comparativamente, a oferta formativa da FAMI-Picos, uma mutualidade de poupança e crédito, torna-se menos competitiva face à oferta formativa do CITI-Habitat e da Morabi, ONG de maior dimensão, com outras valências para além das microfinanças.

Não obstante, ainda que em proporções diferentes, todas elas contribuem para a Sustentabilidade da sociedade que afetam as suas formações, na dimensão da aprendizagem permanente e capacidade crítica, onde a dimensão do conhecimento é tida como um pilar de interpretação e de construção de um futuro viável e sustentável.

Mediante a ausência de informação primordial para atestar o contributo de todas as ONG observadas para a Sustentabilidade da sociedade cabo-verdiana, na dimensão da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial, esta verificação condensa-se em, apenas duas, das três, organizações em análise. Dada a importância decisiva da dimensão política da Sustentabilidade e, portanto, das possibilidades da sua aplicação e regulação, tanto a FAMI-Picos como o CITI-Habitat revelam-se cumpridoras dos princípios da gestão democrática, através do cumprimento dos estatutos da organização, da existência de rotatividade dos

órgãos sociais, da reunião frequente de Assembleias Gerais e de Assembleias Gerais participadas e com contributos dos sócios ou membros. Contudo, de salientar que no caso do CITI-Habitat, a integração destes mesmos princípios, relativos à gestão democrática, está associada à mudança de presidência em 2014, não se tendo verificado até então.

Paralelamente, através dos projetos promovidos por entidades parceiras, estas organizações desenvolvem um conjunto de experiências de governança partilhada local. Por outras palavras, as parcerias estabelecidas, entre as ONG observadas e outras entidades, traduzem-se em projetos e iniciativas que visam a melhoria do bem-estar dos indivíduos, tendencialmente, excluídos do mercado tradicional. Por incapacidade ou desinteresse em determinadas ações de interesse social, as entidades parceiras, pertencentes à economia pública ou à economia de mercado, remetem para as IMF o desenvolvimento dessas atividades, assegurando o seu financiamento. Assim, ao desenvolverem estes projetos, a FAMI-Picos e o CITI-Habitat, desempenham uma função de corresponsabilização na regulação dos problemas da sociedade, que o Estado e o mercado se demonstram incapazes de regular por si sós, contribuindo para a Sustentabilidade da sociedade onde desenvolvem estas ações, na dimensão da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial.

Relativamente à dimensão da nova ética, que confirma a relevância dos valores da Solidariedade Social, da transparência e da resiliência cooperativa, com consequências decisivas nas dinâmicas de participação, parceria e integração que o conceito exige, nem todas as ONG observadas descrevem um comportamento semelhante.

Sem distinção, todas elas proclamam um conjunto de valores, à luz da Economia Solidária, de acordo com a sua missão e visão, que acreditam integrar na sua conduta diária e nas atividades que desenvolvem, através dos seus representantes. Entre estes, destaca-se a transparência, sendo um dos valores referenciados, especificamente, pela Morabi, embora a sua materialização se tenha revelado aquém do desejável.

Muito fechada em si mesma, a Morabi tende a centralizar todas as informações relativas à sua atividade nos cargos de maior poder, condicionando o clima de união organizacional implícito nesta última dimensão da Sustentabilidade. Por outro lado, ao limitar o acesso aos seus dados, sobretudo económico-financeiros, tanto a colaboradores como entidades parceiras e elementos da sociedade civil, não promove uma gestão transparente, com base na honestidade, como espectável numa organização de Economia Solidária, pondo em causa o seu contributo para a Sustentabilidade para a sociedade que influencia com as suas ações, na dimensão da nova ética.

Por oposição, a FAMI-Picos e o CITI-Habitat presam pelo esforço concertado dos seus representantes no cumprimento dos valores que proclamam, garantindo que são organizações onde existe união, dinâmicas de solidariedade e uma gestão transparente com honestidade. Evidenciando capacidade de resiliência e persistência, no respeito e cumprimento pelos valores que proclamam, estas organizações asseguram um papel ativo nas dinâmicas de participação e parcerias que estabelecem, fundamentais à sua continuidade, contribuindo, conjuntamente, para a Sustentabilidade da comunidade em que estão inseridas, na dimensão da nova ética.

7.4.4. Fatores de Sustentabilidade micro verificados nas ONG observadas

Aferido o impacto e, simultaneamente, o contributo que as atividades desenvolvidas, decorrentes do funcionamento da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi, têm na difusão da Sustentabilidade da sociedade importa, agora, averiguar sobre a própria Sustentabilidade de cada uma destas IMF. Remetendo a análise para a Sustentabilidade interna das organizações, surge a questão sobre quais as dimensões da Sustentabilidade que se destacam como essenciais para a sobrevivência das ONG observadas.

Como a generalidade dos testemunhos dos representantes de cada uma das IMF observadas deixa patente, na opinião destes entrevistados, a sobrevivência e manutenção das suas organizações depende, exclusivamente, de fatores económico-financeiros. Ao partilharem da opinião de Antero Semedo, gestor da FAMI-Picos, de que o segredo para a Sustentabilidade de qualquer IMF assenta na sua capacidade em “ter as receitas superiores às despesas para que possa honrar todos os seus compromissos” (cf. Tabela E.2 em anexo), os representantes destas ONG acabam por reduzir a continuidade das suas organizações a questões económico-financeiras.

Para além destes fatores económico-financeiros, associados à dimensão da segurança económica da Sustentabilidade, o trabalho de terreno evidenciou a relevância de outros fatores para a continuidade das atividades da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi. O contacto direto e continuado com estas três ONG concessionárias de Microcrédito, a interação direta com os seus responsáveis e colaboradores, bem como com observadores privilegiados das suas atividades, permitiu uma leitura mais profundada dos testemunhos dados, revelando a importância de outros fatores para a sobrevivências das organizações. Embora nem sempre explícitas ou associadas diretamente à Sustentabilidade pelos representantes destas IMF, questões de ordem social, política e ética manifestaram-se essenciais para a continuidade das

atividades das organizações, principalmente, pelo impacto positivo que demonstraram ter no reforço da capacidade financeira das mesmas.

Aprofundando a explicitação da importância de cada um destes fatores, enquanto organizações de Economia Solidária, para além de terem presentes os princípios e valores da Economia Social e Solidária é, igualmente, expectável que estas IMF cumpram a missão social para a qual foram constituídas, mantendo-se fieis à sua causa. Ao desenvolverem as suas atividades, para de quem delas mais necessita, de acordo com estes pressupostos, a FAMI-Picos, o CITI-Habitat e a Morabi estão a garantir que a sua missão seja publicamente reconhecida, conferindo-lhes, conseqüentemente, reconhecimento e prestígio.

Associado a este reconhecimento público, para lá dos contornos das comunidades em que atuam, está a capacidade destas ONG atraírem sócios e potenciais investidores, privados e públicos, por acreditarem no trabalho que desenvolvem e pelo impacto positivo que demonstram ter na sociedade. Confirmado nos testemunhos dados pelos representantes das três ONG observadas, tanto os sócios como os investidores, privados e públicos, constituem um elemento importante na vida destas organizações, já que as contrapartidas a eles associadas refletem-se, diretamente, no reforço dos seus fundos de concessão de crédito. Neste sentido, os fatores de carácter social, ou por outras palavras, o reconhecimento do cumprimento da missão de cada uma das IMF e, o resultante prestígio associado, parecem ser o ponto de partida para o reforço da dimensão da segurança económica, constituindo um elemento essencial à sobrevivência destas ONG concessionárias de Microcrédito. Contudo, a atração de novos sócios e a captação de financiamentos decorrentes de parcerias, para além de elementos sociais, dependem de questões de âmbito político e de carácter ético, se não veja-se.

Os sócios, através das suas quotas, constituem uma ajuda importante para o reforço da capacidade financeira das ONG observadas sendo, essa contribuição monetária para o fundo da concessão de Microcrédito, tanto maior, quanto maior for o seu número. A confirmar pela opinião da contabilista do departamento das microfinanças do CITI-Habitat, Sheila Santos, a capacidade de atrair novos sócios é fundamental para a manutenção e reforço da capacidade financeira das ONG observadas, já que, entre outros aspetos, “uma ONG para ser sustentável precisa de angariar receitas dos sócios [e] ter mais sócios” (cf. Tabela E.8. em anexo).

Crentes no trabalho desenvolvido pela organização com que se identificam, graças ao prestígio que lhe reconhecem, os sócios devem identificar-se, igualmente, com a política interna que rege a organização a que pertencem, vendo respeitados os direitos e deveres que o seu estatuto lhes confere. Este respeito pelos direitos e deveres dos sócios está associado a

fatores políticos, decorrentes da implementação de um conjunto de práticas inerentes ao princípio da gestão democrática. Aliando estas práticas ao prestígio reconhecido publicamente, a atração de novos sócios e a manutenção dos antigos pelas ONG parte, assim, da presença de fatores sociais e fatores políticos.

Das três IMF analisadas, a FAMI-Picos é aquela que melhor personifica esta relação de complementaridade, entre fatores sociais e fatores políticos, para a sua sobrevivência, comprovada pela longevidade de pertença dos seus beneficiários, que são, simultaneamente, sócios. De salientar também o caso do CITI-Habitat, cujas alterações de política interna, visando a implementação do princípio da gestão democrática, resultaram num aumento significativo do número de sócios, confirmando a relevância do fator político para a atração de novos sócios e, conseqüentemente, para o reforço das suas atividades.

Relativamente às parcerias, o investimento privado em organizações de carácter social tem sido um instrumento relevante para o desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana. Porém, Cabo Verde é, atualmente, considerado um país de rendimento médio e, como tal, muitas das parcerias, sobretudo, provenientes de cooperações estrangeiras, de que as ONG cabo-verdiana beneficiavam, foram extintas aquando deste aumento de estatuto. Todavia, algumas delas mantiveram-se, com contornos diferentes, e foram surgindo outras, garantindo que as organizações da Economia Solidária continuassem a desenvolver o seu papel, considerado fundamental na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde (Guedes, 2012). No caso das ONG observadas, segundo Lina Gonçalves, administradora delegada do programa de microfinanças da Morabi, estas parcerias tendem a materializar-se “na criação de fundos para a concessão de créditos” (cf. Tabela E.11. em anexo) ou, nas palavras do presidente da FAMI-Picos, Carlos Vaz, “em formações para beneficiários e colaboradores e o reforço da capacidade financeira” (cf. Tabela E.1. em anexo), mas também em projetos, que financiam as suas ações junto da comunidade que têm por objetivo apoiar e desenvolver.

Subjacente à continuidade e à manutenção destas parcerias está, não só o prestígio que estas entidades conferem às ONG que pretendem financiar, como também questões de dimensão ética, que subentendem práticas como uma gestão assente na transparência e na honestidade. Enquanto potenciais investidores, estas entidades têm de confiar nas organização onde o seu dinheiro será investido e ter a garantia de que: a missão e a visão proclamada é respeitada, sendo o dinheiro aplicado nas causas previamente definidas, de carácter social e não em benefício da própria organização; que primam por uma gestão com base na transparência e honestidade, permitindo o acompanhamento das atividades; e, ainda, que promovem dinâmicas de solidariedade.

Enfatizando esta sinergia de questões sociais e éticas, a FAMI-Picos, a confirmar pelo testemunho de Ramiro Azevedo, coordenador do PNL, é eleita pelos seus parceiros investidores, como um exemplo a seguir pelas restantes IMF no que toca à boa gestão, integração das diretrizes políticas e cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária. Não obstante, a julgar pelos dados recolhidos, embora a Morabi não descreva um comportamento semelhante ao da FAMI-Picos, particularmente na prática de uma gestão transparente e com honestidade, todas as ONG observadas contam com a ajuda destas parcerias para a continuidade das atividades que desenvolvem, e têm conseguido mantê-las no tempo.

Ainda no domínio das parcerias, também o Estado cabo-verdiano demonstra ser um grande apoiante das ONG observadas ao investir, continuamente, em projetos por elas desenvolvidos, com vista à satisfação das necessidades dos seus públicos-alvo, fazendo das parcerias públicas um apoio indispensável à continuidade das atividades promovidas por estas organizações. À semelhança das parcerias anteriores, o reconhecimento público, que as ações desenvolvidas por estas IMF, junto da comunidade, lhes confere é o ponto de partida para um potencial investimento. Porém, tratando-se de um entidade pública, a concretização deste investimento envolve não só fatores sociais e éticos, como no caso das parcerias privadas, mas também fatores de carácter político. Associados a estes fatores de âmbito político estão as dinâmicas de governança partilhada, que as ONG observadas desenvolvem com o governo cabo-verdiano, na regulação dos problemas da sociedade, sempre que concretizam projetos públicos que satisfazem necessidades, dos mais desfavorecidos, que, de alguma forma, o Estado não conseguiu satisfazer.

Tal como as parcerias estabelecidas com entidades privadas, todos os representantes entrevistados das ONG observadas reconhecem a importância das parcerias estabelecidas com o Estado cabo-verdiano para continuarem a desenvolver as suas atividades. Reforçando a importância da conjugação entre os fatores sociais, éticos e políticos para a sobrevivência destas organizações, todas elas contam com o financiamento do PNL, que sendo uma entidade pública, apela à presença de fatores políticos e éticos, para o reforço e manutenção dos seus fundos destinados à concessão de Microcrédito. Porém, este investimento nas IMF tem em vista a promoção dos grupos sociais mais desfavorecidos, implicando que parte deste fundo tenha como destino o financiamento de atividades geradoras de rendimentos em meio rural, aludindo a fatores de carácter sociais.

Identificados os fatores sociais, políticos e éticos e justificada a sua importância para a sobrevivência das ONG observadas, as práticas que justificam a relevância destes fatores para

a continuidade das atividades destas organizações, permitem a sua associação a três das oito dimensões do conceito de Sustentabilidade. Reforçado pelas atividades que desenvolvem decorrentes do cumprimento dos projetos de Economia Solidária, podem-se associar os fatores sociais à dimensão da coesão social, os fatores políticos à dimensão da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e os fatores éticos à dimensão da nova ética. Assim, ainda que os representantes das ONG observadas considerem a Sustentabilidade das suas organizações unidimensional, por acreditarem que depende apenas da dimensão da segurança económica, a verdade é que o trabalho de campo provou que a Sustentabilidade interna destas organizações é multidimensional dependendo, para além da dimensão da segurança económica, da dimensão da coesão social, da dimensão da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e da dimensão da nova ética.

CONCLUSÃO

Intitulada “*A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas*”, a presente tese de investigação de Doutorado em Estudos Africanos, afim de aferir sobre a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde, dedicou a sua análise aos projetos específicos de microfinanças das organizações FAMI-Picos, CITI-Habitat e Morabi.

Procurando perceber quais as verdadeiras implicações, práticas e teóricas, que a opção por uma Sustentabilidade unidimensional, assente somente na dimensão económico-financeira, feita pelos responsáveis das IMF cabo-verdianas, tem no domínio de atuação destas organizações, o móbil deste estudo centrou-se na procura da resposta à pergunta de partida, “*Poderão as ONG concessionárias de Microcrédito compatibilizar a sua atribuição com os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária?*”, que guiou toda a presente investigação.

Neste sentido, o estudo dedicado a estas três ONG concessionárias de Microcrédito permitiu concluir que é possível este tipo de organização compatibilizar as suas atividades, nomeadamente, a atribuição de Microcrédito, bem como de outros serviços de microfinanças, com a integração dos conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária. Contudo, esta mesma análise atenta para interrogações, associadas a esta viabilidade de compatibilização da prestação dos serviços de microfinanças com a Sustentabilidade e a Economia Solidária, que merecem ser identificadas e justificadas .

Graças ao trabalho de campo desenvolvido em Cabo Verde, junto destas IMF, foram consolidadas algumas questões pertinentes no decorrer do caminho realizado, desde a colocação da pergunta de partida até à obtenção da sua resposta. De um modo geral, tanto representantes como observadores privilegiados das atividades desenvolvidas pelas organizações em análise partilham de uma interpretação económico-financeira do conceito de Sustentabilidade, passível de ser vista como consequência do impacto que a atual sociedade mercantilizada tem na generalização da perceção economicista dos indivíduos sobre tudo aquilo que os rodeia.

Esta interpretação unidimensional do conceito de Sustentabilidade enaltece a incoerência que se verifica entre a sua formulação teórica e a sua aplicação prática à generalidade das organizações, resultando numa divisão do conceito em Sustentabilidade macro, multidimensional, quando o alvo é a sociedade, e em Sustentabilidade micro, unidimensional, quando se trata de organizações. Reforçada pela nova lei das microfinanças, que visa a

desagregação da componente das microfinanças da restante ONG de que faz parte, esta visão economicista promove uma associação imediata da Sustentabilidade à autonomia financeira das ONG observadas pelos seus representantes, que as consideram sustentáveis por não dependerem de ajudas externas.

Tomando como referência as práticas desenvolvidas por cada uma das três ONG observadas, todas elas cumprem, no essencial, os oitos projetos que confirmam a sua pertença à Economia Solidária, mas não de forma perfeita, verificando-se diferenças de intensidade e de abrangência de projeto para projeto, entre as três ONG em causa, como o Quadro C.1. abaixo demonstra. Detalhadamente, para além da ausência de indícios alusivos a alguns destes projetos da Morabi, que impediu que considerações sobre o seu cumprimento fossem tecidas, os dados recolhidos põem em causa a plena verificação do projeto de gestão, dificultando a sua associação à Economia Solidária. Por outro lado, o cumprimento do projeto político pelo CITI-Habitat demonstrou ser algo recente, trazido pela nova presidência em 2014, com a integração do princípio da gestão democrática, não tendo decorrido ainda o espaço temporal necessário para avaliar a efetividade de algumas das suas dimensões. Ainda assim, a informação obtida junto da FAMI-Picos e do CITI-Habitat sugere um cumprimento muito significativo de todos os projetos de Economia Solidária nas suas atividades diárias, confirmando a sua pertença ao domínio da Economia Solidária.

Quadro C.1. – Projetos de Economia Solidária

	FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Projeto económico	Preenche 9 componentes	Preenche 7 componentes e 1 parcialmente	Preenche 9 componentes
Projeto social	Preenche 4 componentes	Preenche 4 componentes	Preenche 4 componentes
Projeto cultural	Preenche 1 componente parcialmente	Preenche 2 componentes e 1 parcialmente	Preenche 3 componentes parcialmente
Projeto ambiental	Preenche 1 componente	Preenche 1 componente	Preenche 1 componente

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Projeto territorial	Preenche 4 componentes	Preenche 4 componentes	Preenche 3 componentes e 1 parcialmente
Projeto de gestão	Preenche 1 componente	Preenche 1 componente parcialmente	Preenche 1 componente parcialmente
Projeto de conhecimento	Preenche 1 componente parcialmente	Preenche 1 componente	Preenche 1 componente
Projeto político	Preenche 2 componentes	Preenche 2 componentes	Preenche 1 componente

Fonte: Elementos recolhidos pela autora³⁹

Sendo o conceito de Economia Solidária o mais capaz de compreender e integrar o conceito de Sustentabilidade, à luz da complementaridade mútua entre os conceitos, estas ONG concessionárias de Microcrédito, ao cumprirem os projetos de Economia Solidária estão a contribuir para a Sustentabilidade da sociedade cabo-verdiana através das repercussões que as suas ações, desenvolvidas no âmbito desses mesmos projetos, têm para cada uma das dimensões da Sustentabilidade. Neste sentido, todas elas demonstraram contribuir, consideravelmente, para a Sustentabilidade das comunidades que envolvem com as suas atividades. Contudo, à semelhança do cumprimento dos projetos de Economia Solidária, este contributo não se confirmou uniforme para todas as dimensões da Sustentabilidade destacando-se, por um lado, os projetos levados a cabo pelo CITI-Habitat relativamente à dimensão da valorização cultural. E, por outro lado, a menor abrangência da componente formativa da FAMI-Picos, que diminui o seu impacto para a dimensão da aprendizagem permanente e capacidade crítica, quando comparada às restantes IMF, e a falta de

³⁹ De acordo com a definição do conceito de Economia Solidária adotado, foram consideradas 9 componentes para o projeto económico, 4 componentes para o projeto social e 3 componentes para projeto cultural. No caso do projeto ambiental, devido às condicionantes de Cabo Verde, foi considerada apenas 1 componente, embora o desejável fossem 4. Para o projeto territorial, foram consideradas 5 componentes, para o projeto de gestão 1 componentes, com seis subcomponentes, para o projeto de conhecimento 1 componente, com 3 subcomponentes, e para o projeto político 2 componentes.

transparência observada na Morabi, que põe em causa o seu contributo para a dimensão da nova ética da Sustentabilidade.

Quadro C.2. – Dimensões da Sustentabilidade

	FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Dimensão da segurança económica	Contribui	Contribui	Contribui
Dimensão da coesão social	Contribui	Contribui	Contribui
Dimensão da preservação e valorização ambiental	Contribui parcialmente	Contribui parcialmente	Contribui parcialmente
Dimensão da valorização da diversidade cultural	Contribui parcialmente	Contribui	Contribui parcialmente
Dimensão da coesão territorial	Contribui	Contribui	Contribui
Dimensão da aprendizagem permanente e capacidade crítica	Contribui	Contribui	Contribui
Dimensão da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial	Contribui	Contribui	Contribui de forma limitada
Dimensão da nova ética	Contribui	Contribui	Contribui parcialmente

Fonte: Elementos recolhidos pela autora

Apesar de na opinião dos representantes das ONG observadas a sobrevivência das suas organizações estar dependente, exclusivamente, de fatores económico-financeiros, a experiência empírica evidenciou a importância de fatores de ordem social, política e ética para a continuidade das suas atividades. As práticas, concebidas pelas organizações analisadas, que justificam a pertinência destes fatores para a subsistência de cada uma delas, reforçadas pelo cumprimento dos projetos de Economia Solidária, associam estes mesmos fatores às dimensões do conceito de Sustentabilidade. A associação dos fatores sociais à dimensão da coesão social, dos fatores políticos à dimensão da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e os fatores éticos à dimensão da nova ética, confirma a multidimensionalidade da Sustentabilidade das ONG observadas, conforme a formulação e o reconhecimento do conceito pressupõem e contrariando o pressuposto unidimensional da Sustentabilidade quando dirigida a organizações.

Não há, então, uma incoerência total na compatibilização da oferta de serviços de microfinanças com a Sustentabilidade e a Economia Solidária, mas sim uma incoerência parcial, entre os discurso dos representantes das ONG observadas e as ações por elas desenvolvidas. Ainda que estes partilhem de um discurso centrado, apenas, na dimensão económico-financeira da Sustentabilidade, a verdade é que as práticas levadas a cabo por estas organizações mantêm-nas fieis aos princípios e valores da Economia Solidária, não as afastando da sua essência de organização de Economia Solidária.

Não obstante, este discurso economicista da Sustentabilidade pode, rapidamente, influenciar as ações desenvolvidas por estas organizações, substituindo a atual condição de incoerência parcial por uma incoerência total entre Sustentabilidade e Economia Solidária. Deste modo, a consciencialização, por parte dos responsáveis das ONG observadas, de que a Sustentabilidade das suas organizações é multidimensional é a chave para que haja compatibilização plena dos seus serviços de microfinanças com a integração dos conceitos de Sustentabilidade e de Economia Social e Solidária. Cientes de que a sobrevivência das suas organizações, para além de fatores económico-financeiro, depende também de fatores sociais, políticos e éticos, a preocupação dos seus responsáveis deixa de se limitar à dimensão da segurança económica da Sustentabilidade para se estender ao cumprimento de um conjunto de práticas que garantam as restantes dimensões. Desta forma, a própria persecução da Sustentabilidade, ao exigir que as organizações desenvolvam estas práticas, reforçadas pelo cumprimento dos projetos de Economia Solidária, conduz a uma harmonia entre Sustentabilidade e Economia Social e Solidária, onde as organizações só conseguem ser verdadeiramente sustentáveis respeitando os princípios e valores da Economia Social e Solidária.

O caminho percorrido para chegar a esta conclusão foi pautado pelo cumprimento de um conjunto de objetivos, alguns deles de carácter teórico e outros com uma maior associação à experiência empírica, definidos no arranque desta investigação. Tendo por base os conceitos de Economia Social e Solidária, Microcrédito e Sustentabilidade, o quadro teórico da presente tese procurou constituir uma mais-valia para a discussão e, respetiva, formulação e reformulação teórica, não só, destes conceitos com também dos que os envolvem.

Frequentemente alvos de confusões terminológicas, quer no debate académico, quer fora dele, a análise feita, separadamente, aos conceitos de Economia Social e Economia Solidária confirmou a pertença destes a contextos e a fins diferentes tendo, por isso, pressupostos e significados distintos, entre si. De igual forma, a exposição dos conceitos de sistema financeiro formal e sistema financeiro informal, financiamentos alternativos e

complementares, bem como dos instrumentos que constituem cada um destes sistemas, dos quais o Microcrédito faz parte, clarificou as suas noções e as diferentes realidades que cada um destes conceitos entende. Numa tentativa de por fim à incoerência que se verifica no conceito de Sustentabilidade, entre a sua formulação e sua aplicabilidade prática no seio das organizações, foi proposta uma definição multidimensional do conceito, que teve por base as reais necessidades que as organizações de Economia Solidária manifestam no seu dia-a-dia.

Relativamente aos restantes objetivos, o presente estudo permitiu compreender que, por um lado, a preferência pela Sustentabilidade económico-financeira das ONG concessionárias de Microcrédito, ao centrar as preocupações dos seus representantes, apenas, nas questões económico-financeiras, põe em causa o cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária, tal como a própria sobrevivência das organizações, cuja Sustentabilidade depende de outros fatores que não, exclusivamente, económico-financeiros. Por outro lado, provou que estas organizações podem ser sustentáveis, mantendo-se fiéis à lógica da prática de microfinanças alternativas, sempre que os seus representantes tenham presente a multidimensionalidade do conceito de Sustentabilidade.

Por conseguinte, tal como pressuposto no enquadramento teórico, a definição de Sustentabilidade Integrada proposta, prova que é possível as ONG concessionárias de Microcrédito serem sustentáveis mantendo-se, ao mesmo tempo, fiéis aos pressupostos da Economia Solidária. Não tendo havido uma causalidade ou tão pouco uma dependência na construção teórica destes dois conceitos, independentes entre si na sua origem, as suas formulações finais denunciam uma extrema proximidade entre eles.

Comungando de um carácter sistémico e integrado, onde projetos e dimensões se completam, e princípios teóricos com aplicabilidades práticas que se cruzam, o conceito de Economia Solidária revela-se o mais capaz de compreender e integrar o conceito de Sustentabilidade Integrada, já que a Economia Solidária é, também ela, uma Economia Sustentável.

Enquanto o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia facilitou a verificação dos projetos de Economia Solidária na FAMI-Picos, no CITI-Habitat e na Morabi, o conceito de Sustentabilidade adotado permitiu averiguar sobre o contributo que estas organizações têm para a Sustentabilidade da sociedade cabo-verdiana, através dos impactos que as ações que desenvolvem, no âmbito dos seus projetos de Economia Solidária, têm para cada uma das dimensões da Sustentabilidade. Propiciou, ainda, a associação dos fatores, identificados como essenciais à sobrevivência das ONG observadas, a algumas das dimensões da Sustentabilidade, afirmando a sua multidimensionalidade, mesmo quando dirigida a organizações.

Sendo verdade que os conceitos definidos e apresentados no enquadramento teórico foram pertinentes para a interpretação dos três projetos de Microcrédito estudados, também é verdade que algumas insuficiências surgiram aquando da sua construção. A reduzida oferta de documentos académicos passíveis de serem usados como suporte à construção teórica, principalmente, dos conceitos de Microcrédito e Sustentabilidade exigiu a formulação de propostas capazes de enquadrar, teoricamente, o objeto de estudo de acordo com as suas características. Assim, até chegar à definição de Microcrédito mais adequada ao objeto de estudo deste trabalho de investigação, que de acordo com as suas particularidades pressupõe que este seja entendido como um financiamento alternativo, no âmbito dos instrumentos das microfinanças, foi necessário começar por esclarecer os conceitos envolventes, deixando patentes as suas disparidades.

Relativamente ao conceito de Sustentabilidade, a visão economicista que domina a sua aplicabilidade às organizações, partilhada tanto nos registos bibliográficos como pelo senso comum, entra em conflito com os pressupostos das organizações de Economia Solidária. Composto por este tipo de organizações, o objeto de estudo desta investigação exigiu a opção por um conceito capaz de responder às suas reais necessidades, com um carácter integrado e articulado, o que se traduziu na proposta da autoria de Rogério Roque Amaro (2016) de uma Sustentabilidade Integrada.

Não obstante a estas insuficiências, pode afirmar-se que os conceitos de Economia Solidária, de Microcrédito e de Sustentabilidade, tomados como base, revelaram-se extremamente importantes na discussão da Sustentabilidade das ONG cabo-verdianas concessionária de Microcrédito, no apoio à preparação e ao trabalho de campo, mas também à análise dos projetos da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi, por permitirem confrontar a teoria com a prática de forma bastante válida.

Tendo como preocupações as implicações teóricas e práticas que a obsessão por uma Sustentabilidade focada apenas na componente económico-financeira, feita pelas organizações da Economia Solidária concessionárias de Microcrédito, pode ter no seu domínio de atuação, as lacunas teóricas encontradas abrem caminho a investigações futuras.

Revisitando a história do Microcrédito, a grande parte dos autores que se dedica a este tema, remete o seu aparecimento para os anos 70 do século XX, associado à iniciativa desenvolvida por Muhammad Yunus no Bangladesh, que deu origem ao *Grameen Bank*. Apesar das suas origens, assentes nas lógicas de solidariedade e tradições culturais, remeterem para práticas presentes na civilização humana já há vários séculos, é Yunus que o define e dá a conhecer ao mundo ocidental esta prática de emprestar dinheiro, em montantes relativamente pequenos,

aos mais pobres, com dificuldades de acesso ao crédito formal, sem exigência de garantias reais, como Microcrédito.

Numa lógica de entreajuda com vista à redução da extrema pobreza do seu país Yunus, rapidamente, percebeu que o seu esforço devia ser canalizado para o combate à dependência dos trabalhadores, excluídos do sistema financeiro formal, dos seus agiotas através da concessão de pequenos empréstimos monetários que lhes restituiria a autonomia financeira de que não dispunham. Na base destes empréstimos, a que Yunus designou de Microcréditos, está, somente, o combate à pobreza e o apoio a todos os empreendedores excluídos do sistema financeiro formal, por não disporem de garantias reais para o integrarem. Com contornos que não se enquadram nem na economia de mercado, nem na economia pública, o Microcrédito é, assim, um financiamento alternativo, que constitui uma alternativa aos financiamentos conhecidos e aceites na economia formal.

Embora tenha sido esta a essência da criação do Microcrédito, a sua proliferação, especialmente pelo ocidente, foi desvirtuando estes pressupostos, trazendo consigo implicações tanto para a formulação teórica como para a sua aplicabilidade prática. Exemplo disso são os programas públicos e algumas estratégias de bancos comerciais com financiamentos que, à primeira vista, podem parecer alternativos, mas que na verdade são apenas uma componente de outras formas de financiamento dito normal, de que estes já dispõem usualmente. Se, por um lado, as organizações de Economia Solidárias são as únicas capazes de integrar financiamentos alternativos. Por outro, estes financiamento ao complementarem o leque de oferta de serviços que estas iniciativas dispõem, atraindo mais consumidores sem alterar o seu objetivo final, o lucro ou os interesses prosseguidos pelo Estado, integram os financiamentos complementares e não alternativos.

De forma análoga, a distinção entre estes dois tipos de financiamento distintos passa despercebida à generalidade dos trabalhos dedicados a esta temática, potenciando incorreções de análise quando tomados como única referência. Neste sentido, visa-se fundamental o desenvolvimento de investigações válidas, capazes de contribuir para a consolidação da formulação destes conceitos, díspares entre si, ampliando o suporte bibliográfico dedicado a esta temática.

Por seu turno, a pesquisa levada a cabo em torno do conceito de Sustentabilidade, para a construção do quadro teórico da presente tese, alertou também para a necessidade do reforço dos trabalhos académicos a si dedicados. Recuperando a origem do conceito de Sustentabilidade, este deriva do conceito de Desenvolvimento Sustentável que, de uma forma geral, é entendido numa perspetiva multidimensional onde no mínimo são consideradas a

dimensão económica, relativa ao crescimento económico, a dimensão social referente à coesão social e a dimensão ambiental que respeita à proteção e preservação do meio ambiente.

Contudo, quando a Sustentabilidade se refere às organizações assiste-se, tanto a nível teórico como prático, a uma sobrevalorização do dimensão económica, em detrimento das restantes, que acaba por associar a Sustentabilidade de uma organização à sua capacidade de reunir os meios financeiros e as soluções económicas necessárias para se manter em atividade. Esta incoerência, entre aquilo que foi o conceito de inspiração para formulação e reconhecimento do conceito de Sustentabilidade e o que se verifica na prática em relação às organizações, traz consigo repercussões, não só na conduta das próprias organizações como, também, nas teorias criadas sobre este conceito. Se, por um lado, esta visão economicista da Sustentabilidade, fomentada pela atual sociedade mercantilista, incentiva os responsáveis das organizações a limitarem a sobrevivência destas às questões económicas, tendo como única ambição o alcance da viabilidade económico-financeira. Por outro, o próprio suporte bibliográfico existente incita a esta distinção e desagregação do conceito de Sustentabilidade entre Sustentabilidade macro, multidimensional e, por isso, associado à sociedade, e Sustentabilidade micro, unidimensional, relativa às organizações, independentemente da sua natureza.

Este enfoque da dimensão económica, embora contraditório com a era da Sustentabilidade e, por consequência, das organizações sustentáveis, é ainda mais evidente quando as organizações em causa pertencem à Economia Solidária, por entrar em conflito com os seus pressupostos. Com uma Sustentabilidade que não se limita à dimensão financeira, como a experiência empírica comprova, esta alastra-se a um conjunto de fatores de carácter social, político e ético. Sob prejuízo da sua sobrevivência, a Sustentabilidade de uma organização de Economia Solidária não pode ser entendida numa perspectiva unidimensional, ao invés, deve ser multidimensional, integrada e articulada com as suas dimensões, respondendo às suas necessidades quotidianas. Reforçada pelos desafios e ameaças postas à sociedade do século XXI, a necessidade de consolidação de uma Sustentabilidade multidimensional, na totalidade das suas aplicabilidades, independentemente de ser associada à sociedade ou às organizações, é contrariada pela ausência de suporte teórico, praticamente inexistente, neste domínio. Seria, por isso, uma mais-valia que investigações académicas fossem desenvolvidas sobre esta temática, tão atual e com tamanhas repercussões positivas para a sociedade em que vivemos, conseguidas à custa do respeito pela totalidade das suas dimensões.

Para além destas sugestões para futuras investigações de âmbito mais teórico, o trabalho de campo desenvolvido em Cabo Verde evidenciou, ainda, a relevância do desenvolvimento de estudos futuros sobre o impacto, que a adoção da nova lei das microfinanças, teve no desempenho das IMF cabo-verdianas. As organizações da Economia Solidária concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde estão a passar por um período de transição. Com a ambição de tornar o sector das microfinanças sustentável, o governo cabo-verdiano implementou a 16 de Janeiro de 2015 a Lei n.º 83/VIII/2015, ou como é reconhecida no terreno, a nova lei das microfinanças. Para além da regularização, através da organização institucional em três categorias, das instituições que compõem este sector, esta lei prevê também a desagregação da valência das microfinanças da restante ONG da qual faz parte.

Em termos práticos, esta divisão entre as atividades sociais e económicas das ONG concessionárias de Microcrédito potencia uma segregação quer da componente social face à componente económica, garantindo que o foco da dimensão social está, somente, na componente social, quer da componente económica face à social, garantindo, igualmente, que o foco da dimensão económica-financeira está apenas do lado da componente das microfinanças. Se a implementação desta nova lei das microfinanças tem como objetivo a Sustentabilidade do sector das microfinanças, como a sua análise e a opinião dos representantes das ONG observadas e dos observadores privilegiados leva a crer, a sua aplicação prática denuncia a sobrevalorização da dimensão económica-financeira, identificada anteriormente, enfatizando a incoerência generalizada entre a formulação do conceito de Sustentabilidade na sua origem e a sua aplicabilidade na prática, quando direcionada para organizações.

Ora, se o presente trabalho de investigação confirma que as ONG concessionária de Microcrédito, tal como todas as organizações pertencentes à Economia Solidária, para se manterem fieis aos princípios e valores da Economia Social e Solidária devem perseguir uma Sustentabilidade multidimensional. Seria, então, interessante desenvolverem-se estudos futuros que averiguassem o impacto que a adoção desta nova lei, assente numa conceção de Sustentabilidade unidimensional, teve na atribuição dos serviços de microfinanças das IMF cabo-verdianas e na sua pertença ao domínio da Economia Solidária.

Só as instituições de Economia Solidária estão capacitadas para promoverem o sistema financeiro alternativo, por serem as únicas que integram os princípios e valores da Economia Social e Solidária, no exercício da sua atividade. Deste modo, os financiamentos alternativo, só o são, se integrarem os princípios e valores da Economia Social e Solidária e se forem, ao mesmo tempo, difundidos pelas instituições de Economia Social e Solidária. Entendendo-se o

Microcrédito como financiamento alternativo, a sua continuidade, enquanto tal, está dependente da continuidade da integração dos princípios e valores da Economia Social Solidária pelas respectivas IMF que os concedem.

Porém, as diretrizes da implementação da nova lei das microfinanças que implicam, entre outros aspectos, a segregação da componente das microfinanças da restante ONG que integram, enaltecem a opção por uma Sustentabilidade focada na dimensão económico-financeira. Com base na experiência empírica levada a cabo na presente tese, esta opção por uma Sustentabilidade unidimensional compromete a continuidade de pertença ao domínio da Economia Solidária pelas ONG concessionária de Microcrédito cabo-verdianas.

Se nada for feito para contrariar esta tendência, as atuais organizações de Economia Solidária concessionárias de Microcrédito transformar-se-ão em instituições de microfinanças comerciais e os seus atuais serviços, pertencentes ao sistema financeiro alternativo, darão lugar a meros serviços de microfinanças complementares. A confirmar-se esta extinção das IMF pertencentes à Economia Solidária e, conseqüentemente, do Microcrédito enquanto financiamento alternativo, denominações e estatutos devem ser repensados, já que a essência e conduta originais, de facultar aos mais pobres os instrumentos necessários para a sua emancipação individual, económica e social, serão substituídas pela persecução do lucro, como qualquer outra organização comercial.

De acordo com as conclusões que este trabalho permitiu, a busca pela Sustentabilidade não é condicionante para esta desvinculação das IMF à Economia Solidária. Tal como qualquer organização, pertença ela à economia de mercado ou à economia pública, é desejável que as ONG concessionárias de Microcrédito sejam sustentáveis para se manterem no ativo e continuarem a ajudar quem mais precisa. No entanto, esta busca não deve ser dirigida a uma Sustentabilidade, apenas, económica-financeira, mas antes a uma Sustentabilidade multidimensional, assente em dimensões cujo cumprimento, através das atividades que desenvolvem, garante a continuidade e o reforço da integração dos princípios e valores da Economia Solidária.

Assim sendo, seria pertinente esta ser uma questão discutida e debatida publicamente, consciencializando os poderes políticos para a identificação e distinção das organizações concessionárias de Microcrédito, que o fazem segundo os princípios e valores da Economia Social e Solidária, das restantes práticas organizacionais que prestam estes serviços. A afirmação desta distinção permitiria a reformulação de diferentes estatutos para as ONG concessionárias de Microcrédito e para as organizações que prestam serviços de microfinanças numa lógica comercial, o que por sua vez faria desaparecer as apropriações

indevidas de estatutos, já que cada organização estaria legalmente enquadrada de acordo com os seus princípios e objetivos de atuação. Ao mesmo tempo, a tomada de conhecimento, pelos poderes políticos, de que a Sustentabilidade das organizações da Economia Solidária depende de outros fatores para além dos económicos, tornar-se-ia uma mais-valia para a formulação e implementação de leis mais ajustadas à realidade destas organizações. Por outro lado, o debate público desta temática, consciencializaria os responsáveis das ONG concessionárias de Microcrédito para a importância da ambição por uma Sustentabilidade nas suas várias dimensões garantindo, simultaneamente, a sua pertença à Economia Solidária e a continuidade dos financiamentos alternativos que prestam, a quem deles mais necessita.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ACEP (2000), *O associativismo e o micro-crédito na luta contra a pobreza pela promoção do bem-estar rural: estudos de casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Afonso, Cíntia (2006), *Sustentabilidade: caminho ou utopia?*, São Paulo, Annablume.
- Agência Geral do Ultramar (1961), *Cabo Verde. Pequena monografia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Aleixo, Anabela (2014), *Da Economia Social para a Economia Solidária*, Tese de Mestrado na área de Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Almeida, Fernando (2002), *O bom negócio da sustentabilidade*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1975), “Teoria e investigação empírica nas ciências sociais”, *Análise Social*, Vol. XI, 42/43, pp.365-445.
- Amaral, Ilídio do (2005), “A importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana”, *Finisterra*, XL, 79, pp.53-72.
- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Caderno de Estudos Africanos*, número 4, pp.34-70.
- Amaro, Rogério Roque (2009), “A economia solidária da Macaronésia – Um novo conceito”, *Revista de Economia Solidária*, número 1, pp.11-31.
- Amaro, Rogério Roque (2011), “Projecto ECOS, Proposta de um referencial conceptual e metodológico para a construção de um indicador de sustentabilidade das organizações de economia solidária”, *Revista de Economia Solidária*, número 3, pp. 156-171.
- Amaro, Rogério Roque (2016), “A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária – Proposta de Conceptualização e de Avaliação”, *Projeto “ECOS”, Projeto final do PROJECTO “ECOS”*.
- Armani, Domingos (2004), “Sustentabilidade: desafio democrático”, em Brasil, Ministério da Saúde (orgs.), *Sustentabilidade: AIDS e sociedade civil em debate*, Brasília, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Programa Nacional de DST e AIDS.
- Aryeety, Ernest (1995), “The informal financial sector”, em Matthew Martin e Gilian Ngola (orgs.), *Economic Research and Policy Making in Sub-Saharan Africa*, Nairobi, African Economic Research Consortium-AERC.
- Banco de Cabo Verde (2011), *Relatório anual 2013*, Praia, Banco de Cabo Verde.
- Baroni, Margaret (1992), “Ambiguidade e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável”, *Revista de Administração de Empresas*, número 32, pp.14-24.
- Basu, Anupam, Rodolphe Blavy e Murat Yulek (2004), “Microfinance in Africa: experience and lessons from selected African countries”, *International Monetary Fund*, WP/04/174.
- Becker, Howard (1997), *Métodos de pesquisa em ciências sociais* (3ª ed.), São Paulo, Editora Hucitec.

- Bertucci, Jonas de Oliveira (2005), *A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte*, Tese de Mestrado em Ciências Económicas, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Económicas.
- Blewiit, John (2015), *Understanding sustainable development*, Londres, Routledge.
- Brito, Brígida (2010), “Turismo em meio insular africano: análise comparativa de impactos” *Revista AmbientalMENTEsustentable*, volume 5, número 9-10, pp.157-177.
- Caeiro, Joaquim (2008), “Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia”, *Revista Katálysis*, volume 11, número 1, pp.61-72.
- Caldas, José Castro e Maria de Fátima Ferreiro (2007), *Introdução ao pensamento económico* (não editado).
- Cardoso, Manuela (2004), “Strategies to surpass the vulnerability of the small Island states with few resources: The case of Cape Verde”, *Centro de Estudos Africanos*, Ocassional paper séries nº11.
- Carli, Ana (2013), “A sustentabilidade como pressuposto necessário ao desenvolvimento económico”, *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, Ano III, número 7.
- Cooperação Portuguesa (2008), *Portugal: Cabo Verde 2008-2011*, Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- Coraggio, José Luis (2011), “La presencia de la economia social y solidaria (ESS) y su institucionalizacion en America Latina”, *Revista de Economia Solidária*, número 3, pp.37-73.
- Costa, António Firmino da (1990), “A pesquisa de terreno em sociologia”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, Paulo César da (2011), *Kixikila e o desenvolvimento local em Angola*, Tese de Mestrado na Área de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Coutinho, Clara Pereira (2014), *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. Teoria e prática*, Coimbra, Edições Almedina.
- Cruz, António e Aline Mendonça dos Santos (2011), “A economia solidária e as novas utopias: permanências e ruturas no movimento histórico do associativismo económico”, em Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos (org.), *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Edições Almedina.
- Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, em Antonio David Cattani *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina.
- Direção Regional de Estatística da Madeira (2014), *Anuário estatístico da Região Autónoma da Madeira 2013*, Funchal, Direção Regional de Estatística da Madeira.
- Ducados, Henda Lucia e Manuel Ennes Ferreira (1998), *O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município de Sambizanga (Luanda)*, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- Egelston, Anne (2013), *Sustainable development: a history*, Tese de Doutoramento na Área de Filosofia, Nova Jérsei, Universidade de Nova Jérsei.

- Engels, Friedrich (1877), *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, s.l., Ridendo Castigat Mores.
- Escobar, Arturo (2005), “El “postdesarrollo” como concepto y práctica social” em Daniel Mato (orgs.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*, Caracas, Faculdade de Ciências Económicas e Sociais, Universidade Central da Venezuela.
- Évora, Iolanda (2009), *Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana*, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- Feliciano, José Fialho *et al* (2007) (orgs.), *Protecção social na Economia Informal nos PALOP: análise qualitativa e implicações para a redução da exclusão social e da pobreza*, Lisboa, Centro de Estudos Africanos.
- Ferguson, Naill (2009), *The ascent of money, A financial history of the world*, London, Penguin Books.
- Ferreira, Bárbara *et al* (2014a), “Altermundialismo, novos movimentos sociais e economia solidária”, *Revista de Economia Solidária*, número 6, pp.17-71.
- Ferreira, Bárbara (2014b), *Notas sobre a evolução do(s) conceitos de Desenvolvimento – um roteiro crítico por algumas das suas principais perspectivas*, Trabalho de avaliação de conhecimentos desenvolvido no âmbito da Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, ISEG.
- Ferreira, Sílvia (2009), “Terceiro Setor”, em Antonio David Cattani *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina.
- França Filho, Genauto (2002), “Terceiro sector, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”, *Bahia Análise & Dados*, volume 12, número 1, pp.9-19.
- França Filho, Genauto e Jean-Louis Laville (2004), *Economia solidária, uma abordagem internacional*, Porto Alegre, UFRGS Editora.
- Freitas, Juarez (2011), *Sustentabilidade: direito ao futuro*, Belo Horizonte, Editora Forum.
- Friedmann, John (1996), *Empowerment, uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Antecedentes e expressões atuais da economia solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número 84, pp.81-99.
- Gama, Cláudia Raquel dos Santos (2004), *Microcrédito: Um instrumento de luta contra a pobreza na cidade da Praia*, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Governo Regional da Madeira (2014), *Orçamento 2014. Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Governo Regional da Madeira.
- Governo Regional dos Açores (2015), *Plano Regional Anual 2015. Região Autónoma dos Açores*, Açores, Governo Regional dos Açores.
- Grassi, Marzia (2007), “Economia informal em rede: trocas económicas e complexidade social”, *Caderno de Estudos Africanos*, número 13/14, pp.127-142.

- Guedes, Joana (2012), *O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat*, Tese de Mestrado na área de Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Guedes, Joana e Rogério Roque Amaro (2014), “Economia informal e experiências de crédito solidário popular na África lusófona”, *Revista de Economia Solidária*, número 7, pp.161-189.
- Guérin, Isabelle *et al* (2009), “Understanding the diversity and complexity of demand for microfinance services: lessons from informal finance”, *RUME – rural microfinance and employment*, número 7.
- Guitérrez Nieto, Begoña (2005), “Antecedentes del microcrédito. Lecciones del pasado para las experiencias actuales”, *CIRIEC – España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, número 51, pp. 25-50.
- Guitérrez Nieto, Begoña (2006), “El microcrédito: dos escuela teóricas y su influencia en las estrategias de lucha contra la pobreza”, *CIRIEC – España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, número 54, pp. 167-186.
- Hespanha, Pedro (2009), “Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número 84, pp.49-63.
- Hespanha, Pedro (2011), “Economia solidária de raiz popular: a fase adulta de uma metamorfose”, em Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos (org.), *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Edições Almedina.
- Hollis, Aidan e Arthur Sweetman (1996), *The evolution of a microcredit institution: the Irish loan funds, 1720-1920*, Canada, Universidade de Toronto.
- Hollis, Aidan (1999), *Women and microcredit in history: gender in the Irish loan funds*, Canada, Universidade de Calgary.
- Hugon, Philippe (1997), “O sector informal: balanço de 25 anos de trabalho”, *Ensaio FEE*, vol. 18, número 2, pp.32-63.
- Hugon, Philippe (1999), *A economia de África*, Vulgata, Lisboa.
- Krein, José Dari e Marcelo Weishaupt Proni (2010), *Economia informal: aspetos conceituais e teóricos*, Brasil, Escritório da OIT.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2011), *Apresentação dos resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação*, Praia, INECV.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2015), *Anuário Estatístico*, Praia, INECV.
- João, Maria (1991), *Os Açores no século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Laville, Jean-Louis e Luiz Inácio Gaiger (2009), “Economia solidária”, em Antonio David Cattani *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina.
- Leão, Emanuel, Sérgio Lagoa e Pedro Leão (2012), *Política monetária e mercados financeiros*, Lisboa, Edições Sílabo.

- Leal, Carlos (s.a.), “A era das organizações sustentáveis”, (online) consultado em 23.03.2016. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/08/04.pdf>
- Lechat, Noelle (2002), “Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Ano 2, número 1, pp.123-140.
- Ledgerwood, Joanne (2000), *Microfinance handbook: an institutional and financial perspective*, Washington, D.C., World Bank.
- Lewis, Arthur (1955), *Theory of Economic Growth*, Grã-Bretanha, George Allen & Unwin Ltd.
- Lima, Diogénia e Daniel Luc Godard (1991), *Os Açores, o paraíso desconhecido*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Loures, Rodrigo (2009), *Sustentabilidade XXI, educar e inovação sob uma nova consciência*, São Paulo, Gente Editora.
- Low, Elaine (1995), *A bibliographical survey of rotating savings and credit associations*, Oxford, Oxfam Centre for Cross-Cultural Research on Women.
- Macitela, Cidália Albertina Alexandre (2007), *O contributo do microcrédito para a promoção de desenvolvimento nas comunidades rurais no distrito de Cuamba*, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Marx, Karl (1974), *Miséria da filosofia*, Porto, Publicações Escorpião.
- Meadows, Donella et al (1972), *The limits to growth*, Nova Iorque, Universe Books.
- Ministério das Finanças e do Planeamento (2015), *Relatório ODM Cabo Verde 2015 (dados referentes a 2014)*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento.
- Ministério das Finanças e do Planeamento (2004), *Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento.
- Monteiro, Fátima (2004), “Cabo Verde na encruzilhada atlântica”, *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, 20, pp.19-30.
- Monteiro, Gizela (2008), *Empowerment – uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde – o caso de Lajedos*, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- OIT (2005), *A OIT e a Economia Informal*, Lisboa, Escritório da OIT.
- Oliveira, Ilda Martins de (2012), *Economia social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável*, Dissertação de Mestrado em Auditoria, Porto, Instituto Politécnico do Porto.
- ONU (1972), *Report of the United Nations conference on the human environment*, Nova Iorque, ONU.
- ONU (1993), *Report of the United Nations conference on environment and development, Volume I – Resolutions adopted by the conference*, Nova Iorque, ONU.
- ONU (2002), *Report of the world summit on sustainable development, Johannesburg, South Africa, 26 August – 4 September 2002*, Nova Iorque, ONU.
- ONU (2005), *The social summit ten years later*, Nova Iorque, ONU.
- Pereira, Daniel (2005), *Estudos da história de Cabo Verde*, Praia, Alfa-Comunicações.

- Pina, Rita Maria Mendes de (2007), “Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural”, *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, III.
- Pinto de Abreu, António (2007), “Sector informal, microfinanças e empresariado nacional em Moçambique”, *Cadernos de Estudos Africanos*, número 11-12, dezembro-junio, pp.39-54.
- Plum, Werner (1979), *Utopias inglesas, modelos de cooperação social e tecnológica*, Alemanha, Friedrich-Ebert-Stiftung.
- PNUD (2003), *Relatório do desenvolvimento humano 2003*, Lisboa, MENSAGEM – Serviço de Recursos Editoriais, Lda.
- Polanyi, Karl (1980), *A grande transformação, as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.
- Psico, José Augusto Tomo (2007), *A avaliação do desempenho social das instituições de microfinanças*, Tese de Doutoramento na Área de Gestão, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Quintela, Ana Cristina (2009), *A emergência de organizações da economia social e solidária de 2º Nível como estratégia individual de promoção da sustentabilidade das organizações de 1º Nível. O caso da ADL*, Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Marques, João Minhoto e Mendes, Maria Amália, Trad), Lisboa Gradiva – Publicações Lda. (Obra original publicada em 1988).
- Robinson, Marguerite (2001), *The microfinance revolution: sustainable finance for the poor*, Washington, D.C., World Bank.
- Sachs, Ignacy (2002), *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Salamon, Lester *et al* (2014), “Navigating the future: Making Headway on Sustainability for Social Accountability Organizations”, GPSA Working Paper Series, número 2.
- Servet, Jean-Michel (2009), “Microcrédito”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina.
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2014), *Anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013*, Açores, Serviço Regional de Estatística dos Açores.
- Silva, Omarildo da (2010), *O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsariana*, Tese de Mestrado na Área de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG.
- Singer, Paul (s.a.), “Seminário sobre economia solidária no BNES” (online), consultado em 13.04.2015.
Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0EAD416BD/SEMIN%C3%81RIO%20SOBRE%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20NO%20BNES.pdf>
- Singer, Paul (2009), “Finanças solidárias e moeda social” (online), consultado em 13.04.2015.
Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf>

Singer, Paul (2013), “A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo” (online), consultado em 13.04.2015. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0D6A81487/A%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20IDEOL%C3%93GICA%20E%20POL%C3%8DTICA%20DA%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20COMO%20ALTERNATIVA%20VI%C3%81VEL%20AO%20CAPITALISMO%20E.pdf>

Smith, Adam (2006) *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

The Economist Intelligence Unit (2016), “Democracy Index 2015: Democracy in an age of anxiety”, (online), consultado em 26.12.2016. Disponível em: <http://www.yabiladi.com/img/content/EIU-Democracy-Index-2015.pdf>

Tomás, António (2007), *O fazedor de utopias, uma biografia de Amílcar Cabral*, Lisboa, Tinta-da-China.

Razeto, Luis (1999), “La economia solidaria: concepto, realidade y proyecto”, *Revista Persona y Sociedad*, volume XIII, número 2.

Reis, Victor (2010), *Desenvolvimento em Cabo Verde, as opções estratégicas e o investimento direto estrangeiro – contributo português*, Lisboa, Mimographus.

Rist, Gilbert (2008), *The history of development, from western origins to global faith*, Londres, Zed Books.

Rostow, Walt (1960), *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge Universe Press.

Yunus, Muhammad (2008a), *O Banqueiro dos Pobres*, Lisboa, DIFEL.

Yunus, Muhammad (2008b), *Criar um Mundo sem Pobreza*, Lisboa, DIFEL.

WCED (1987), *Our common future*, Oxford, Oxford University Press.

Willis, Katie (2011), *Theories and practices of development*, Oxon, Routledge.

WOCCU – World Council of Credit (2011), International Credit Union Day: A Brief History (online), consultado em 23.10.2015. Disponível em: <http://tecutt.net/files/files1/History07.pdf>.

Bibliografia electrónica

Governo das Canárias:

http://www.gobiernodecanarias.org/cmayer/interreg/indice/observatorio_macaronesia/pt/macaronesia/index.html (acedido a 08.06.2015 às 16:15).

Instituto Nacional de Estatística:

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt (acedido a 09.06.2015 às 13:48).

BBVA Research:

https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2015/04/Situacion_Canarias_Abr15_Cap31.pdf
(acedido a 22.07.2015 às 21:01).

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde – Resultados do Censo de 2010:

<http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/Start.pdf> (acedido em 15.06.2015 às 16:59).

FONTES

Lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro de 2015, *Boletim Oficial Número 6 – I Série*, Ministério das Finanças e do Planeamento, Cabo Verde.

ANEXOS

Anexo A – Figuras	XI
Figura A.1. – Pirâmide etária de Cabo Verde	XI
Anexo B – Guiões dos inquéritos por questionário e das entrevistas semi-diretivas aplicadas.....	XII
Guião B.1. – Guião dos inquéritos por questionário aplicado aos dez beneficiários do Microcrédito da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi	XII
Guião B.2. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos responsáveis da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi.....	XXII
Guião B.3. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos colaboradores da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi.....	XXVII
Guião B.4. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos observadores privilegiados do trabalho desenvolvido pela FAMI-Picos, pelo CITI-Habitat e pela Morabi.....	XXXII
Anexo C – Informação recolhida no trabalho de campo através da observação direta	XXXIV
Notas C.1. – Notas informativas das três ONG em análise recolhidas através da observação direta.....	XXXIV
Anexo D – Tabelas e dados recolhidos do trabalho de campo	XXXVIII
Tabelas D.1. – Caracterização dos beneficiários	XXXVIII
Tabelas D.1.1. – Caracterização geral	XXXVIII
Tabela D.1.1.1.1. – Idade dos beneficiários da FAMI-Picos.....	XXXVIII
Tabela D.1.1.1.2. – Idade dos beneficiários do CITI-Habitat.....	XXXIX
Tabela D.1.1.1.3. – Idade dos beneficiários da Morabi.....	XXXIX
Tabela D.1.1.2.1. – Género dos beneficiários da FAMI-Picos.....	XXXIX
Tabela D.1.1.2.2. – Género dos beneficiários do CITI-Habitat.....	XXXIX
Tabela D.1.1.2.3. – Género dos beneficiários da Morabi.....	XXXIX
Tabela D.1.1.3.1. – Nacionalidade dos beneficiários da FAMI-Picos	XXXIX
Tabela D.1.1.3.2. – Nacionalidade dos beneficiários do CITI-Habitat.....	XL
Tabela D.1.1.3.3. – Nacionalidade dos beneficiários da Morabi	XL
Tabela D.1.1.4.1. – Estado civil dos beneficiários da FAMI-Picos.....	XL
Tabela D.1.1.4.2. – Estado civil dos beneficiários do CITI-Habitat	XL
Tabela D.1.1.4.3. – Estado civil dos beneficiários da Morabi.....	XL
Tabela D.1.1.5.1. – Número de filhos dos beneficiários da FAMI-Picos	XLI

Tabela D.1.1.5.2. – Número de filhos dos beneficiários do CITI-Habitat.....	XLI
Tabela D.1.1.5.3. – Número de filhos dos beneficiários da Morabi.....	XLI
Tabela D.1.1.6.1. – Habilitações literárias dos beneficiários da FAMI-Picos....	XLI
Tabela D.1.1.6.2. – Habilitações literárias dos beneficiários do CITI-Habitat..	XLI
Tabela D.1.1.6.3. – Habilitações literárias dos beneficiários da Morabi.....	XLII
Tabela D.1.1.7.1. – Ocupação profissional atual dos beneficiários da FAMI-Picos	XLII
Tabela D.1.1.7.2. – Ocupação profissional atual dos beneficiários do CITI- Habitat.....	XLIII
Tabela D.1.1.7.3. – Ocupação profissional atual dos beneficiários da Morabi	XLIII
Tabelas D.2. – Acesso ao Microcrédito.....	XLIV
Tabelas D.2.1. – Situação atual	XLIV
Tabela D.2.1.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos com Microcrédito ativo.....	XLIV
Tabela D.2.1.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat com Microcrédito ativo...	XLIV
Tabela D.2.1.1.3. – Beneficiários da Morabi com Microcrédito ativo	XLIV
Tabela D.2.1.2.1. – Ano em que esse Microcrédito foi contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos	XLIV
Tabela D.2.1.2.2. – Ano em que esse Microcrédito foi contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	XLV
Tabela D.2.1.2.3. – Ano em que esse Microcrédito foi contraído pelos beneficiários da Morabi.....	XLV
Tabela D.2.1.3.1. – Montante, em CVE, desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos	XLV
Tabela D.2.1.3.2. – Montante, em CVE, desse Microcrédito contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	XLV
Tabela D.2.1.3.3. – Montante, em CVE, desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da Morabi.....	XLV
Tabela D.2.1.4.1. – Taxa de juro aplicada a esse Microcrédito contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos	XLVI
Tabela D.2.1.4.2. – Taxa de juro aplicada a esse Microcrédito contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	XLVI
Tabela D.2.1.4.3. – Taxa de juro aplicada a esse Microcrédito contraído pelos beneficiários da Morabi.....	XLVI

Tabela D.2.1.5.1. – Valor das mensalidades desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos	XLVI
Tabela D.2.1.5.2. – Valor das mensalidades desse Microcrédito contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	XLVI
Tabela D.2.1.5.3. – Valor das mensalidades desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da Morabi.....	XLVII
Tabela D.2.1.6.1. – Destino dado a esse Microcrédito pelos beneficiários da FAMI-Picos	XLVII
Tabela D.2.1.6.2. – Destino dado a esse Microcrédito pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	XLVII
Tabela D.2.1.6.3. – Destino dado a esse Microcrédito pelos beneficiários da Morabi.....	XLVII
Tabela D.2.1.7.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que têm sentido dificuldades em cumprir as mensalidades	XLVIII
Tabela D.2.1.7.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que têm sentido dificuldades em cumprir as mensalidades	XLVIII
Tabela D.2.1.7.3. – Beneficiários da Morabi que têm sentido dificuldades em cumprir as mensalidades	XLVIII
Tabela D.2.1.8.1. – Forma como os beneficiários da FAMI-Picos têm ultrapassado essas dificuldades.....	XLVIII
Tabela D.2.1.8.2. – Forma como os beneficiários do CITI-Habitat têm ultrapassado essas dificuldades.....	XLIX
Tabela D.2.1.8.3. – Forma como os beneficiários da Morabi têm ultrapassado essas dificuldades.....	XLIX
Tabelas D.2.2. – Situações anteriores	XLIX
Tabela D.2.2.1.1. – Número de Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos	XLIX
Tabela D.2.2.1.2. – Número de Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	L
Tabela D.2.2.1.3. – Número de Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi.....	L
Tabela D.2.2.2.1. – Tempo, em anos, desde que os beneficiários da FAMI-Picos começaram a contrair Microcréditos	L

Tabela D.2.2.2.2. – Tempo, em anos, desde que os beneficiários do CITI-Habitat começaram a contrair Microcréditos	L
Tabela D.2.2.2.3. – Tempo, em anos, desde que os beneficiários da Morabi começaram a contrair Microcréditos	LI
Tabela D.2.2.3.1. – Montantes médios, em CVE, dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos	LI
Tabela D.2.2.3.2. – Montantes médios, em CVE, dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat	LI
Tabela D.2.2.3.3. – Montantes médios, em CVE, dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi	LI
Tabela D.2.2.4.1. – Taxas de juro aplicadas aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos	LI
Tabela D.2.2.4.2. – Taxas de juro aplicadas aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	LII
Tabela D.2.2.4.3. – Taxas de juro aplicadas aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi.....	LII
Tabela D.2.2.5.1. – Destino dado aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos	LII
Tabela D.2.2.5.2. – Destino dado aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat.....	LIII
Tabela D.2.2.5.3. – Destino dado aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi.....	LIII
Tabela D.2.2.6.1. – Duração média em meses dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos	LIII
Tabela D.2.2.6.2. – Duração média em meses dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat	LIII
Tabela D.2.2.6.3. – Duração média em meses dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi	LIV
Tabela D.2.2.7.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que cumpriram a totalidade dos pagamentos dos Microcréditos já contraídos	LIV
Tabela D.2.2.7.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que cumpriram a totalidade dos pagamentos dos Microcréditos já contraídos.....	LIV
Tabela D.2.2.7.3. – Beneficiários da Morabi que cumpriram a totalidade dos pagamentos dos Microcréditos já contraídos	LIV

Tabela D.2.2.8.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que sentiram dificuldades em cumprir as mensalidades dos Microcréditos já contraídos	LV
Tabela D.2.2.8.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que sentiram dificuldades em cumprir as mensalidades dos Microcréditos já contraídos	LV
Tabela D.2.2.8.3. – Beneficiários da Morabi que sentiram dificuldades em cumprir as mensalidades dos Microcréditos já contraídos	LV
Tabela D.2.2.9.1. – Forma como os beneficiários da FAMI-Picos ultrapassaram essas dificuldades.....	LV
Tabela D.2.2.9.2. – Forma como os beneficiários do CITI-Habitat ultrapassaram essas dificuldades.....	LVI
Tabela D.2.2.9.3. – Forma como os beneficiários da Morabi ultrapassaram essas dificuldades	LVI
Tabelas D.2.3. – Sistemas de ajuda mútua.....	LVI
Tabela D.2.3.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que pertencem a sistemas de ajuda mútua	LVI
Tabela D.2.3.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que pertencem a sistemas de ajuda mútua	LVII
Tabela D.2.3.1.3. – Beneficiários da Morabi que pertencem a sistemas de ajuda mútua.....	LVII
Tabelas D.2.4. – Educação e formação após Microcrédito.....	LVII
Tabela D.2.4.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que tinham habilitações literárias diferentes antes do Microcrédito.....	LVII
Tabela D.2.4.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que tinham habilitações literárias diferentes antes do Microcrédito.....	LVII
Tabela D.2.4.1.3. – Beneficiários da Morabi que tinham habilitações literárias diferentes antes do Microcrédito	LVII
Tabela D.2.4.2.1. – Beneficiário(a) da FAMI-Picos que aumentou as suas habilitações literárias após o Microcrédito.....	LVIII
Tabela D.2.4.3.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que fizeram alguma formação adicional oferecida pela ONG	LVIII
Tabela D.2.4.3.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que fizeram alguma formação adicional oferecida pela ONG	LVIII
Tabela D.2.4.3.3. – Beneficiários da Morabi que fizeram alguma formação adicional oferecida pela ONG	LVIII

Tabela D.2.4.3.1. – Formação oferecida pela FAMI-Picos aos seus beneficiários	LIX
Tabela D.2.4.3.2. – Formação oferecida pelo CITI-Habitat aos seus beneficiários	LIX
Tabela D.2.4.3.3. – Formação oferecida pela Morabi aos seus beneficiários.....	LX
Tabela D.2.4.4.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que alteraram o seu emprego após o Microcrédito.....	LX
Tabela D.2.4.4.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que alteraram o seu emprego após o Microcrédito.....	LX
Tabela D.2.4.4.3. – Beneficiários da Morabi que alteraram o seu emprego após o Microcrédito	LX
Tabelas D.2.5. – Emprego e rendimento	LXI
Tabela D.2.5.1.1. – Emprego atual versus emprego anterior ao Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos	LXI
Tabela D.2.5.1.2. – Emprego atual versus emprego anterior ao Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat.....	LXII
Tabela D.2.5.1.3. – Emprego atual versus emprego anterior ao Microcrédito dos beneficiários da Morabi.....	LXIII
Tabela D.2.5.2.1. – Rendimento mensal atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos.....	LXIII
Tabela D.2.5.2.2. – Rendimento mensal atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat.....	LXIV
Tabela D.2.5.2.3. – Rendimento mensal atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da Morabi.....	LXIV
Tabelas D.2.6. – Despesas familiares	LXV
Tabela D.2.6.1.1. – Despesas familiares atuais versus despesas familiares antes do Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos.....	LXV
Tabela D.2.6.1.2. – Despesas familiares atuais versus despesas familiares antes do Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat.....	LXV
Tabela D.2.6.1.3. – Despesas familiares atuais versus despesas familiares antes do Microcrédito dos beneficiários da Morabi.....	LXV
Tabelas D.2.7. – Companhia habitacional.....	LXVI
Tabela D.2.7.1.1. – Agregado familiar dos beneficiários da FAMI-Picos	LXVI
Tabela D.2.7.1.2. – Agregado familiar dos beneficiários do CITI-Habitat.....	LXVI

Tabela D.2.7.1.3. – Agregado familiar dos beneficiários da Morabi.....	LXVI
Tabela D.2.7.2.1. – Beneficiários da FAMI-Picos cujo agregado familiar modificou após o Microcrédito.....	LXVI
Tabela D.2.7.2.2. – Beneficiários do CITI-Habitat cujo agregado familiar modificou após o Microcrédito.....	LXVI
Tabela D.2.7.2.3. – Beneficiários da Morabi cujo agregado familiar modificou após o Microcrédito.....	LXVII
Tabelas D.2.8. – Rendimento mensal familiar	LXVII
Tabela D.2.8.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos cujo rendimento mensal familiar modificou após o Microcrédito.....	LXVII
Tabela D.2.8.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat cujo rendimento mensal familiar modificou após o Microcrédito.....	LXVII
Tabela D.2.8.1.3. – Beneficiários da Morabi cujo rendimento mensal familiar modificou após o Microcrédito.....	LXVII
Tabela D.2.8.2.1. – Rendimento mensal familiar atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos.....	LXVIII
Tabela D.2.8.2.2. – Rendimento mensal familiar atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat.....	LXVIII
Tabela D.2.8.2.3. – Rendimento mensal familiar atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da Morabi.....	LXIX
Tabelas D.2.9. – Condição de vida	LXIX
Tabela D.2.9.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que consideram que o Microcrédito melhorou a sua condição vida.....	LXIX
Tabela D.2.9.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que consideram que o Microcrédito melhorou a sua condição vida.....	LXX
Tabela D.2.9.1.3. – Beneficiários da Morabi que consideram que o Microcrédito melhorou a sua condição vida	LXX
Tabelas D.3. – Bens de conforto	LXXI
Tabelas D.3.1. – Habitação	LXXI
Tabela D.3.1.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos com casa própria antes e depois do Microcrédito	LXXI
Tabela D.3.1.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat com casa própria antes e depois do Microcrédito	LXXI

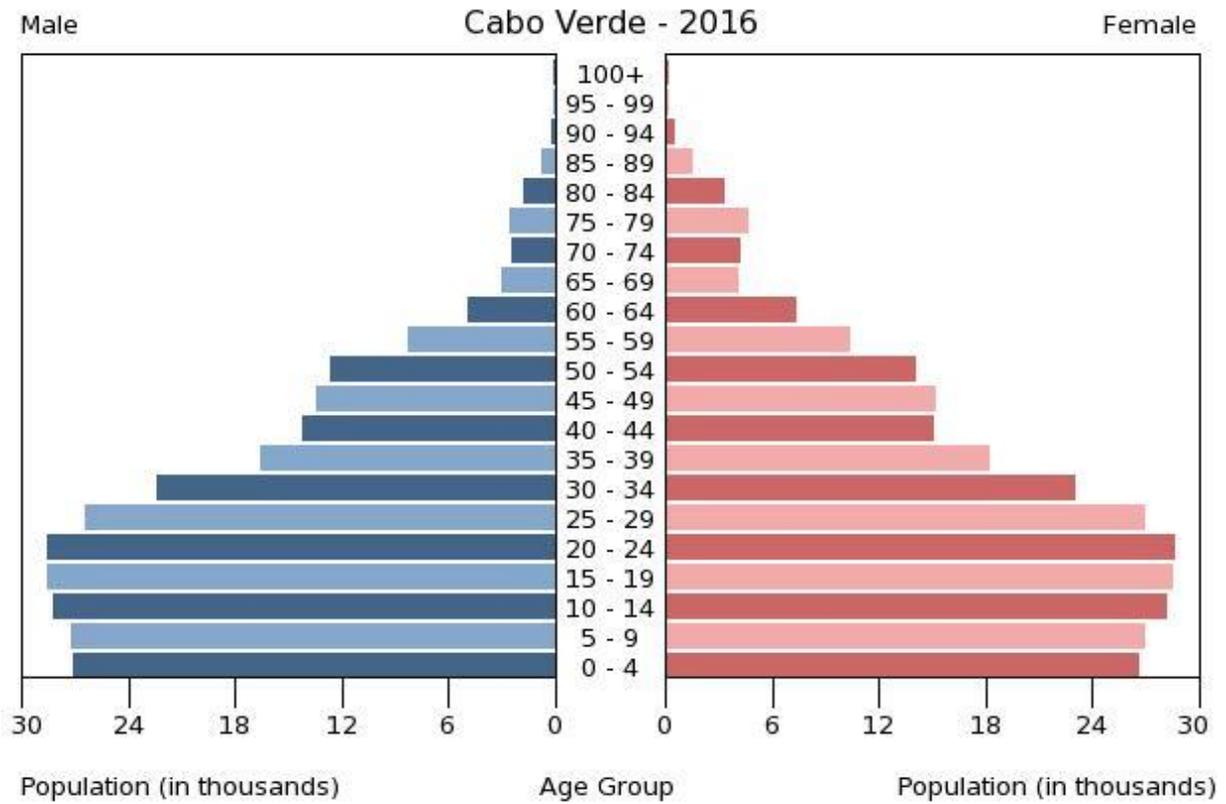
Tabela D.3.1.1.3. – Beneficiários da Morabi com casa própria antes e depois do Microcrédito	LXXI
Tabela D.3.1.2.1. – Montante médio, em CVE, das rendas pagas pelos beneficiários da FAMI-Picos antes e depois do Microcrédito.....	LXXI
Tabela D.3.1.2.2. – Montante médio, em CVE, das rendas pagas pelos beneficiários do CITI-Habitat antes e depois do Microcrédito.....	LXXII
Tabela D.3.1.2.3. – Montante médio, em CVE, das rendas pagas pelos beneficiários da Morabi antes e depois do Microcrédito.....	LXXII
Tabelas D.3.2. – Bens de conforto duradouro.....	LXXII
Tabelas D.3.2.1.1. – Bens de conforto duradouro que os beneficiários da FAMI-Picos possuíam antes e depois do Microcrédito.....	LXXII
Tabelas D.3.2.1.2. – Bens de conforto duradouro que os beneficiários do CITI-Habitat possuíam antes e depois do Microcrédito.....	LXXIII
Tabelas D.3.2.1.2. – Bens de conforto duradouro que os beneficiários da Morabi possuíam antes e depois do Microcrédito.....	LXXIII
Tabelas D.3.3. – Bens de conforto habitacionais	LXXIV
Tabelas D.3.3.1.1. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da FAMI-Picos possuíam antes e depois do Microcrédito.....	LXXIV
Tabelas D.3.3.1.2. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários do CITI-Habitat possuíam antes e depois do Microcrédito.....	LXXVII
Tabela D.3.3.1.3. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da Morabi possuíam antes e depois do Microcrédito.....	LXXIX
Tabela D.3.3.2.1. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da FAMI-Picos sentem falta	LXXXI
Tabela D.3.3.2.2. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários do CITI-Habitat sentem falta	LXXXII
Tabela D.3.3.2.3. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da Morabi sentem falta	LXXXII
Tabelas D.4. – Situação social	LXXXII
Tabelas D.4.1. – Problemas	LXXXII
Tabela D.4.1.1.1. – Principais problemas na vida dos beneficiários da FAMI-Picos.....	LXXXIII
Tabela D.4.1.1.2. – Principais problemas na vida dos beneficiários do CITI-Habitat.....	LXXXIII

Tabela D.4.1.1.3. – Principais problemas na vida dos beneficiários da Morabi	LXXXIII
Tabela D.4.1.2.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que consideram que o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas referidos anteriormente	LXXXIV
Tabela D.4.1.2.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que consideram que o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas referidos anteriormente	LXXXIV
Tabela D.4.1.2.3. – Beneficiários da Morabi que consideram que o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas referidos anteriormente	LXXXV
Anexo E – Dados recolhidos no trabalho de campo através das entrevistas semi-diretivas aplicadas	LXXXVI
Tabela E.1. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao presidente da FAMI-Picos	LXXXVI
Tabela E.2. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao gestor da FAMI-Picos	XCII
Tabela E.3. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à contabilista da FAMI-Picos	XCVI
Tabela E.4. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à agente de crédito da FAMI-Picos	C
Tabela E.5. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas na FAMI-Picos	CIV
Tabela E.6. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao presidente do CITI-Habitat	CXVIII
Tabela E.7. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à coordenadora executiva do departamento das microfinanças do CITI-Habitat	CXXIV
Tabela E.8. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à contabilista do departamento das microfinanças do CITI-Habitat	CXXVIII
Tabela E.9. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à agente de crédito do CITI-Habitat	CXXXII
Tabela E.10. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas no CITI-Habitat	CXXXVI
Tabela E.11. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à administradora delegada do programa de microfinanças da Morabi	CL

Tabela E.12. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à coordenadora dos agentes de crédito da região Sul da Morabi.....	CLV
Tabela E.13. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas na Morabi.....	CLIX
Tabela E.14. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao coordenador do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Ramiro Azevedo	CLXVI
Tabela E.15. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao secretário da Plataforma das ONG, Mário Moniz	CLXVIII
Tabela E.16. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao responsável pelo departamento de microfinanças e empreendedorismo do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, Bernardino Fernandes.....	CLXX
Tabela E.17. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos observadores privilegiados.....	CLXXIII

Anexo A – Figuras

Figura A.1. – Pirâmide etária de Cabo Verde



Fonte: Central Intelligence Agency

Anexo B – Guiões dos inquéritos por questionário e das entrevistas semi-diretivas aplicadas

Guião B.1. – Guião dos inquéritos por questionário aplicado aos dez beneficiários do Microcrédito da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi

Com o presente documento pretende-se recolher informações sobre a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito, através dos seus responsáveis, colaboradores e beneficiários. É constituído por um inquérito por questionário onde se espera que responda, na medida do possível, autonomamente às questões colocadas.

Este instrumento metodológico enquadra-se numa investigação no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos do Instituto Superior do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, para que seja possível produzir a tese respetiva.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas.

Por favor responda com sinceridade pois não existem respostas corretas ou incorretas. A sua opinião é muito importante. Obrigado pela colaboração.

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Caracterização do(a) beneficiário(a)

1.1. Caracterização geral

1.1.1. Nome (Facultativo)

1.1.2. Idade

1.1.3. Género (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.1.4. Nacionalidade

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

1.1.5. Naturalidade

--

1.1.6. Residência atual

--

1.1.7. Estado Civil (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Solteiro(a)	União de facto	Casado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)

1.1.8. Número de filhos

--

1.1.9. Habilitações Literárias atuais (Assinale com X apenas o último grau de ensino concluído)

Analfabeto(a)					
Sabe ler e/ou escrever					
Ensino Básico		Ensino Secundário	Ensino Superior		
1. ^a Fase:		Ciclo:		Bacharelato	
1. ^o Ano		7. ^o Ano		Licenciatura	
2. ^o Ano		8. ^o Ano			
2. ^a Fase:		2. ^o Ciclo:		Pós-Graduação	
3. ^o Ano		9. ^o Ano			
4. ^o Ano		10. ^o Ano			
3. ^a Fase:		3. ^o Ciclo:		Mestrado	
5. ^o Ano		11. ^o Ano		Doutoramento	
6. ^o Ano		12. ^o Ano			

1.1.10. Ocupação profissional atual

--

2. Acesso ao Microcrédito

2.1. Situação atual

2.1.1. Tem, atualmente, algum microfinanciamento ativo? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.1.2. Se sim, há quanto tempo?

--

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

2.1.3. Qual o montante?

--

2.1.4. Qual o valor da taxa de juro?

--

2.1.5. O valor das mensalidades é: (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Fixa	Decrescente

2.1.6. Porque razão pediu o Microcrédito?

--

2.1.7. Tem sentido dificuldades em cumprir as mensalidades? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.1.8. Se sim, como tem ultrapassado essas dificuldades?

--

2.2. Situações anteriores

2.2.1. Quantas vezes já acedeu a este tipo de financiamento? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

1 vez	2 vezes	3 vezes	4 vezes	5 vezes	Mais de 5 vezes

2.2.2. Em que datas?

--	--	--	--	--	--

2.2.3. Quais os montantes?

--	--	--	--	--	--

2.2.4. Qual o valor da taxa de juro?

--	--	--	--	--	--

2.2.5. Onde aplicou?

--	--	--	--	--	--

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

2.2.6. Qual a duração média de cada um dos empréstimos?

--	--	--	--	--	--

2.2.7. Conseguiu cumprir a totalidade dos pagamentos? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.2.8. Sentiu dificuldades em cumprir a totalidade dos pagamentos? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.2.9. Se sim, como ultrapassou essas dificuldades?

--

2.3. Sistemas de ajuda mútua

2.3.1. Para além do Microcrédito pertence a algum sistema de ajuda mútua? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.3.2. Se sim, em qual?

--

2.4. Educação e formação após Microcrédito

2.4.1. As suas habilitações literárias eram diferentes antes do Microcrédito? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

2.4.2. Se sim, quais eram? (Assinale com um X apenas o último grau de ensino concluído)

Analfabeto(a)		
Sabe ler e/ou escrever		
Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
1. ^a Fase:	Ciclo:	Bacharelato
1. ^o Ano	7. ^o Ano	
2. ^o Ano	8. ^o Ano	Licenciatura
2. ^a Fase:	2. ^o Ciclo:	
3. ^o Ano	9. ^o Ano	Pós-Graduação
4. ^o Ano	10. ^o Ano	
3. ^a Fase:	3. ^o Ciclo:	Mestrado
5. ^o Ano	11. ^o Ano	
6. ^o Ano	12. ^o Ano	Doutoramento

2.4.3. Fez alguma formação adicional oferecida pela ONG após o Microcrédito? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.4.4. Se sim, qual?

--

2.4.5. A sua atividade profissional mudou com o Microcrédito? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.5. Emprego e rendimento

2.5.1. Emprego atual

--

2.5.2. Rendimento mensal auferido atualmente (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

2.5.3. Emprego antes do Microcrédito

--

2.5.4. Rendimento mensal auferido antes do Microcrédito (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

2.6. Despesas familiares

2.6.1. As despesas familiares são: (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal

2.6.2. As despesas familiares antes do Microcrédito eram: (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal

2.7. Companhia habitacional

2.7.1. Com quem vive?

--

2.7.2. Este número era diferente antes do Microcrédito (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.7.3. Se sim, era: (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Menor	Maior

2.8. Rendimento mensal familiar

2.8.1. Rendimento mensal familiar auferido atualmente é: (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

2.8.2. Este rendimento era diferente antes do Microcrédito? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.8.3. Se sim, qual era o rendimento familiar mensal auferido antes do Microcrédito (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

2.9. Condição de vida

2.9.1. Considera que a sua condição de vida melhorou com o recurso ao Microcrédito? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

2.9.2. Se sim, de que forma?

3. Bens de conforto

3.1. Habitação

3.1.1. Tem casa própria? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.1.2. Se não, paga renda? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.1.3. Se sim, qual o montante?

<input type="text"/>

3.1.4. Antes do Microcrédito tinha casa própria? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.1.5. Se não, pagava renda? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.1.6. Se sim, qual o montante?

<input type="text"/>

3.2. Bens de conforto duradouro

3.2.1. Atualmente, tem: (Assinale com um X as opções corretas)

Carro	Mota	Telemóvel	Computador pessoal
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.2.2. Antes do Microcrédito, tinha: (Assinale com um X as opções corretas)

Carro	Mota	Telemóvel	Computador pessoal
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.3. Bens de conforto habitacionais

3.3.1. Atualmente em sua casa, tem: (Assinale com um X as opções corretas)

Televisão		Fogão		Máquina de lavar roupa	
Leitor de DVDs		Frigorífico		Máquina de secar roupa	
Aparelhagem de som		Máquina de lavar louça		Ar condicionado	
Computador		Micro-ondas		Telefone	
Internet		Esquentador		Instalações sanitárias	

3.3.2. Antes do Microcrédito, tinha em sua casa: (Assinale com um X as opções corretas)

Televisão		Fogão		Máquina de lavar roupa	
Leitor de DVDs		Frigorífico		Máquina de secar roupa	
Aparelhagem de som		Máquina de lavar louça		Ar condicionado	
Computador		Micro-ondas		Telefone	
Internet		Esquentador		Instalações sanitárias	

3.3.3. Sente falta de alguns bens de conforto que ainda não tenha conseguido adquirir? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

3.3.4. Se sim, de quais?

--

4. Situação Social

4.1. Problemas

4.1.1. Quais são os principais problemas na sua vida? (Assinale com um X opções corretas)

Económicos	Sociais	Familiares	Saúde	Outro

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

4.1.2. O Microcrédito ajudou a ultrapassar algum desses problemas? (Assinale com um X uma das seguintes opções)

Sim	Não

4.1.3. Se sim, de que forma?

Obrigado pela colaboração

Guião B.2. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos responsáveis da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi

ENTREVISTA SEMI-DIRETIVA

1. Caracterização do(a) responsável

1.1. Dados gerais

- 1.1.1. Como se chama?
- 1.1.2. Qual a sua nacionalidade?
- 1.1.3. E a sua naturalidade?
- 1.1.4. Qual o nível de escolarização que possui?

1.2. Tempo e funções na ONG

- 1.2.1. Há quanto tempo trabalha com a ONG?
- 1.2.2. Qual o cargo que ocupa?
- 1.2.3. Sempre ocupou esse cargo ou já teve outros na ONG? Quais?
- 1.2.4. Teve um trabalho anterior a este? Onde?

2. Acompanhamento do Microcrédito

2.1. Informação sobre os beneficiários do Microcrédito

- 2.1.1. Sabe quantos beneficiários de Microcrédito a ONG tem?
- 2.1.2. Como caracteriza esses beneficiários em termos de idade, sexo, escolaridade, situação em relação ao emprego, situação económica?
- 2.1.3. Porque razão recorrerem ao Microcrédito?
- 2.1.4. Onde aplicam o dinheiro do Microcrédito?
- 2.1.5. É frequente apresentarem dificuldade no pagamento da totalidade do empréstimo?
- 2.1.6. Quando essas dificuldades surgem, qual o procedimento que a ONG segue?
- 2.1.7. É costume, recorrerem a este tipo de financiamento mais do que uma vez?

2.2. Montantes recebidos e valores a pagar

- 2.2.1. Sabe qual os valores ou escalões que a ONG empresta?
- 2.2.2. Qual a duração média dos Microcréditos?
- 2.2.3. Qual o valor global de Microcrédito atribuído?

- 2.2.4. Qual o valor da taxa de juro que a ONG pratica?
- 2.2.5. Como é calculada a mensalidade que o beneficiário irá pagar?
- 2.2.6. Conhece a taxa de reembolso?
- 2.2.7. Qual a sua opinião sobre esse valor?

2.3. Futuro do Microcrédito

- 2.3.1. Qual a sua opinião face à situação atual da valência do Microcrédito? E do seu futuro?

3. Dimensões da Sustentabilidade

3.1. Informação geral

- 3.1.1. Acha que a ONG é sustentável? Porque?

3.2. Segurança económica

- 3.2.1. Quem são os responsáveis pela gestão da ONG?
- 3.2.2. Existem colaboradores responsáveis pela gestão da ONG? Quantos?
- 3.2.3. Qual a formação desses colaboradores?
- 3.2.4. Quais os valores do ativo, do passivo e dos capitais próprios da ONG?
- 3.2.5. Quais os valores das receitas e despesas anuais da ONG?
- 3.2.6. Tem informação sobre a evolução dessas receitas e despesas nos 10 últimos anos?
- 3.2.7. Dessas receitas, tem conhecimento do valor das receitas provenientes do Estado? E do mercado?
- 3.2.8. Existe uma estimativa da taxa de crescimento anual da ONG?
- 3.2.9. Qual o valor do fundo de maneio? E do excedente de exploração?
- 3.2.10. A ONG conta com ajudas externas?
- 3.2.11. Qual a sua origem e o seu montante?
- 3.2.12. Qual o valor médio dos salários dos colaboradores?
- 3.2.13. Existem colaboradores voluntários na ONG?

3.3. Coesão Social

- 3.3.1. Quantos colaboradores tem a ONG?
- 3.3.2. Quantos colaboradores do sexo feminino?
- 3.3.3. Qual o salário médio dos colaboradores do sexo masculino? E do sexo feminino?
- 3.3.4. Sabe quantos colaboradores estavam no desemprego antes de trabalharem com a ONG?

- 3.3.5. E quantos colaboradores se sentiam marginalizados de alguma forma e ultrapassaram essa condição desde que trabalham com a ONG?
- 3.3.6. Tem conhecimento do número de beneficiários que se encontravam no desemprego e ultrapassaram esta situação após recorrerem ao Microcrédito?
- 3.3.7. E daqueles que, de alguma forma, eram marginalizados antes de acederem ao Microcrédito?

3.4. Preservação e valorização ambiental

- 3.4.1. Quantos beneficiários do Microcrédito têm a sua atividade relacionada com o meio ambiente?
- 3.4.2. Existe alguma preocupação especial em relação à ajuda dessas atividade?
- 3.4.3. A ONG promove algum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental? Quais? Dirigidas a quem?
- 3.4.4. Qual o consumo mensal de energia elétrica, de combustíveis, de água e de papel?
- 3.4.5. Qual o volume mensal de lixo produzido pela ONG?
- 3.4.6. É feita separação dos lixos recicláveis na ONG?
- 3.4.7. Há utilização de formas de energia alternativa?
- 3.4.8. Considera a ONG ambientalmente responsável?

3.5. Valorização da diversidade cultural

- 3.5.1. Tem conhecimento da existência na ONG de colaboradores de outras culturas?
- 3.5.2. E de beneficiários?
- 3.5.3. A ONG promove algum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais? Quais? Dirigidas a quem?

3.6. Coesão territorial

- 3.6.1. Existem colaboradores da ONG oriundos do interior ou de zonas mais fragilizadas?
- 3.6.2. Quantos são os locais?
- 3.6.3. Sabe quantos dos beneficiários da ONG residem no interior ou em zonas mais fragilizadas?

- 3.6.4.** Existe alguma preocupação especial em relação à ajuda dessas regiões?
 - 3.6.5.** E quantos são os locais?
 - 3.6.6.** Em relação aos fornecedores locais da ONG, tem conhecimento do seu número face aos fornecimentos totais?
 - 3.6.7.** A ONG promove algum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local? Quais? Dirigidas a quem?
- 3.7.** Aprendizagem permanente e capacidade crítica
- 3.7.1.** A ONG oferece formação adicional aos seus colaboradores?
 - 3.7.2.** Em que áreas?
 - 3.7.3.** Com que frequência ocorrem essas formações?
 - 3.7.4.** Quantos colaboradores já aumentaram as suas formações desde que trabalham com a ONG?
 - 3.7.5.** A ONG oferece formação adicional aos seus beneficiários?
 - 3.7.6.** Em que áreas?
 - 3.7.7.** Com que frequência ocorrem essas formações?
 - 3.7.8.** Quantos beneficiários já aumentaram as suas formações desde que trabalham com a ONG?
 - 3.7.9.** A ONG oferece formação à sociedade civil?
 - 3.7.10.** Em que áreas?
 - 3.7.11.** Com que frequência ocorrem essas formações?
 - 3.7.12.** Sabe se a ONG organiza ações de autoavaliação e balanço das suas atividades? Com que frequência? Quem participa?
- 3.8.** Governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial
- 3.8.1.** Quantos sócios tem a ONG?
 - 3.8.2.** Desses, quantos são do sexo feminino?
 - 3.8.3.** Participam sempre todos nas Assembleias Gerais? E noutras reuniões importantes da ONG?
 - 3.8.4.** Com que frequência ocorrem as Assembleias Gerais?
 - 3.8.5.** Nessas Assembleias Gerais, o contributo dos sócios tende a converter-se em iniciativas ou projetos concretos, com aplicabilidade real? Exemplos
 - 3.8.6.** Quantos mandatos existiram nos últimos 10 anos? Com que durabilidade?
 - 3.8.7.** Tem existido rotatividade nos órgãos dirigentes?

- 3.8.8. Quantos presidentes estiveram na direção, na assembleia geral e no conselho fiscal nos últimos 10 anos?
- 3.8.9. Quantas pessoas ocuparam lugares nos órgãos sociais nos últimos 10 anos?
- 3.8.10. Qual a percentagem de mulheres que ocuparam lugares nos órgãos sociais nos últimos 10 anos?
- 3.8.11. A ONG estabelece parcerias com outras ONG, instituições privadas ou organismos públicos?
- 3.8.12. Quais os principais resultados dessas parcerias?

3.9. Nova ética

- 3.9.1. Quais os valores que a ONG proclama como mais importantes?
- 3.9.2. Na sua opinião, a ONG tem sido fiel a esses valores?
- 3.9.3. Existem auditorias internas? Com que frequência?
- 3.9.4. Quantas prestações de contas ocorreram nos últimos 10 anos?
- 3.9.5. Os dados económicos da ONG encontram-se publicamente disponíveis para quem desejar consultá-los?

4. Compatibilidade da Sustentabilidade e da Economia Social e Solidária

4.1. Opinião sobre os valores da Economia Social e Solidária e da Sustentabilidade

- 4.1.1. Quais são, na sua opinião, fatores implícitos para que uma ONG seja sustentável?
- 4.1.2. Uma ONG é uma Instituição de Economia Social e Solidária por incluir na sua atividade determinados princípios e valores. Acredita que a ONG cumpre com esses mesmos princípios e valores?
- 4.1.3. Acredita que é possível a ONG cumprir os princípios e valores de Economia Social e Solidária e, ao mesmo tempo, manter-se sustentável?

Guião B.3. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos colaboradores da FAMI-Picos, do CITI-Habitat e da Morabi

ENTREVISTA SEMI-DIRETIVA

1. Caracterização do(a) colaborador(a)

1.1. Dados gerais

- 1.1.1. Como se chama?
- 1.1.2. Qual a sua nacionalidade?
- 1.1.3. E a sua naturalidade?
- 1.1.4. Qual o nível de escolarização que possui?

1.2. Tempo e funções na ONG

- 1.2.1. Há quanto tempo trabalha com a ONG?
- 1.2.2. Qual o cargo que ocupa?
- 1.2.3. Sempre ocupou esse cargo ou já teve outros na ONG? Quais?
- 1.2.4. Teve um trabalho anterior a este? Onde?

2. Acompanhamento do Microcrédito

2.1. Conhecimento geral

- 2.1.1. Conhece bem a valência do Microcrédito da ONG?
- 2.1.2. Já trabalhou nessa valência?

2.2. Informação sobre os beneficiários do Microcrédito

- 2.2.1. Sabe quantos beneficiários é que a ONG abrange?
- 2.2.2. Como é que caracteriza esses beneficiários em termos de idade, sexo, escolaridade, situação em relação ao emprego, situação económica?
- 2.2.3. Qual é, para si, o principal motivo que os leva a recorrerem ao Microcrédito?
- 2.2.4. Onde aplicam o dinheiro do Microcrédito?
- 2.2.5. É frequente apresentarem dificuldade no pagamento da totalidade do empréstimo?
- 2.2.6. Quando essas dificuldades surgem, qual o procedimento que a ONG segue?
- 2.2.7. É costume, recorrerem a este tipo de financiamento mais do que uma vez?

2.3. Montantes recebidos e valores a pagar

- 2.3.1. Sabe qual os valores ou escalões que a ONG empresta?
 - 2.3.2. Qual a duração média dos Microcréditos?
 - 2.3.3. Conhece o valor global de Microcrédito atribuído?
 - 2.3.4. Tem conhecimento da taxa de juro que a ONG pratica?
 - 2.3.5. E de como é calculada a mensalidade que o beneficiário irá pagar?
 - 2.3.6. Tem alguma ideia em relação à taxa de reembolso?
 - 2.3.7. Qual a sua opinião sobre esse valor?
- 2.4. Futuro do Microcrédito
- 2.4.1. Qual a sua opinião face à situação atual da valência do Microcrédito? E do seu futuro?

3. Dimensões da Sustentabilidade

3.1. Informação geral

- 3.1.1. Acha que a ONG é sustentável? Porque?

3.2. Segurança económica

- 3.2.1. Quem são os responsáveis pela gestão da ONG?
- 3.2.2. Existem colaboradores responsáveis pela gestão da ONG? Quantos?
- 3.2.3. Qual a formação desses colaboradores?
- 3.2.4. Tem alguma ideia dos valores das receitas e despesas anuais da ONG?
- 3.2.5. Tem informação sobre a evolução dessas receitas e despesas nos 10 últimos anos?
- 3.2.6. Dessas receitas, tem conhecimento do valor das receitas provenientes do Estado? E do mercado?
- 3.2.7. A ONG conta com ajudas externas?
- 3.2.8. Qual a sua origem e o seu montante?
- 3.2.9. Qual o valor médio dos salários dos colaboradores?
- 3.2.10. Existem colaboradores voluntários na ONG?

3.3. Coesão Social

- 3.3.1. Sabe quantos colaboradores tem a ONG?
- 3.3.2. E desses, sabe quantos colaboradores são do sexo feminino?
- 3.3.3. Existe diferença entre o salário dos colaboradores do sexo masculino e feminino?
- 3.3.4. Tem conhecimento de algum dos atuais colaboradores estarem no desemprego antes de trabalharem com a ONG?

3.3.5. Sabe se algum deles se sentiam marginalizado de alguma forma antes de trabalham com a ONG?

3.3.6. Tem conhecimento do número de beneficiários que se encontravam no desemprego e ultrapassaram esta situação após recorrerem ao Microcrédito?

3.3.7. E daqueles que, de alguma forma, eram marginalizados antes de acederem ao Microcrédito?

3.4. Preservação e valorização ambiental

3.4.1. Quantos beneficiários do Microcrédito têm a sua atividade relacionada com o meio ambiente?

3.4.2. Existe alguma preocupação especial em relação à ajuda dessas atividade?

3.4.3. A ONG promove algum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental? Quais? Dirigidas a quem?

3.4.4. É feita separação dos lixos recicláveis na ONG?

3.4.5. Tem conhecimento da utilização de formas de energia alternativa pela ONG?

3.4.6. Considera a ONG ambientalmente responsável?

3.5. Valorização da diversidade cultural

3.5.1. Tem conhecimento da existência na ONG de colaboradores de outras culturas?

3.5.2. E de beneficiários?

3.5.3. A ONG promove algum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural ou para a proteção dos valores e identidades locais? Quais? Dirigidas a quem?

3.6. Coesão territorial

3.6.1. Existem colaboradores da ONG oriundos do interior ou de zonas mais fragilizadas?

3.6.2. Sabe quantos são os locais?

3.6.3. Sabe quantos dos beneficiários da ONG residem no interior ou em zonas mais fragilizadas?

3.6.4. Existe alguma preocupação especial em relação à ajuda dessas regiões?

3.6.5. E quantos são os locais?

- 3.6.6.** Em relação aos fornecedores locais da ONG, tem conhecimento do seu número face aos fornecimentos totais?
- 3.6.7.** A ONG promove algum tipo de iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local? Quais? Dirigidas a quem?
- 3.7.** Aprendizagem permanente e capacidade crítica
 - 3.7.1.** Sabe se a ONG oferece formação adicional aos seus colaboradores?
 - 3.7.2.** Em que áreas?
 - 3.7.3.** Com que frequência ocorrem essas formações?
 - 3.7.4.** Quantos colaboradores já participaram nessas formações?
 - 3.7.5.** Sabe se a ONG oferece formação adicional aos seus beneficiários?
 - 3.7.6.** Em que áreas?
 - 3.7.7.** Com que frequência ocorrem essas formações?
 - 3.7.8.** Quantos beneficiários já participaram nessas?
 - 3.7.9.** A ONG oferece formação à sociedade civil?
 - 3.7.10.** Em que áreas?
 - 3.7.11.** Com que frequência ocorrem essas formações?
 - 3.7.12.** Sabe se a ONG organiza ações de autoavaliação e balanço das suas atividades? Com que frequência? Quem participa?
- 3.8.** Governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial
 - 3.8.1.** Tem ideia de quantos sócios tem a ONG?
 - 3.8.2.** Sabe qual a percentagem de mulheres que faz parte dos sócios?
 - 3.8.3.** Qual o número médio de sócios presentes nas Assembleias Gerais ou noutras reuniões importantes da ONG?
 - 3.8.4.** Sabe quantos mandatos existiram nos últimos 10 anos? Com que durabilidade?
 - 3.8.5.** Tem existido rotatividade nos órgãos dirigentes?
 - 3.8.6.** Quantos presidentes estiveram na direção, na assembleia geral e no conselho fiscal nos últimos 10 anos?
 - 3.8.7.** Quantas pessoas ocuparam lugares nos órgãos sociais nos últimos 10 anos?
 - 3.8.8.** Qual a percentagem de mulheres que ocuparam lugares nos órgãos sociais nos últimos 10 anos?
 - 3.8.9.** A ONG estabelece parcerias com outras ONG, instituições privadas ou organismos públicos?

3.8.10. Quais os principais resultados dessas parcerias?

3.9. Nova ética

3.9.1. Quais os valores que a ONG proclama como mais importantes?

3.9.2. Na sua opinião, a ONG tem sido fiel a esses valores?

3.9.3. Tem conhecimento da existência de auditorias internas? Com que frequência?

3.9.4. Conhece os dados económicos da ONG?

3.9.5. Qual a sua opinião sobre esses valores?

4. Compatibilidade da Sustentabilidade e da Economia Social e Solidária

4.1. Opinião sobre os valores da Economia Social e Solidária e da Sustentabilidade

4.1.1. Quais são, na sua opinião, fatores implícitos para que uma ONG seja sustentável?

4.1.2. Uma ONG é uma Instituição de Economia Social e Solidária por incluir na sua atividade determinados princípios e valores. Acredita que a ONG cumpre com esses mesmos princípios e valores?

4.1.3. Acredita que é possível a ONG cumprir os princípios e valores de Economia Social e Solidária e, ao mesmo tempo, manter-se sustentável?

Guião B.4. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos observadores privilegiados do trabalho desenvolvido pela FAMI-Picos, pelo CITI-Habitat e pela Morabi

ENTREVISTA SEMI-DIRETIVA

1. Enquadramento das ONG concessionárias de Microcrédito

1.1. Conhecimento geral

1.1.1. Conhece ONG concessionárias de Microcrédito?

1.1.2. Sabe quantas existem em Cabo Verde?

1.2. Desempenho das ONG concessionárias de Microcrédito

1.2.1. Como caracteriza, no geral, o desempenho dessas ONG?

1.2.2. Sabe quais os montantes que costumam emprestar?

1.2.3. Tem conhecimento da taxa de juro que praticam?

1.2.4. E da taxa de reembolso?

1.3. Beneficiários

1.3.1. Em relação ao seus beneficiários, sabe que tipo de pessoas (idade, sexo, situação perante o trabalho, situação económica, atividade económica) abrangem com os seus serviços?

1.3.2. Tem ideia de quantos são os beneficiários destas ONG?

2. Sustentabilidade

2.1. Enquadramento da Sustentabilidade

2.1.1. Quando começou a surgir a preocupação com a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito?

2.1.2. Essa preocupação surgiu por parte das próprias ONG ou de outras entidades de regulação superior?

2.2. Desempenho da Sustentabilidade

2.2.1. Que medidas é que as ONG estão a tomar mediante essa preocupação com a Sustentabilidade?

2.2.2. Essa medidas partem das próprias ONG ou de outras entidades superiores?

2.2.3. Verificam-se diferenças no desempenho da atividade das ONG desde que a Sustentabilidade se tornou uma preocupação?

2.2.4. Quais? Estão a atingir os resultados previstos?

2.3. Opinião sobre as dimensões da Sustentabilidade

2.3.1. Quais são, para si, as principais dimensões a ter em conta no âmbito da Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito?

2.3.2. Sendo a Sustentabilidade a articulação de oito dimensões, considera que estas ONG praticam a totalidade destas dimensões nas suas atividades?

2.4. Valores da Economia Social e Solidária e da Sustentabilidade

2.4.1. Esta crescente preocupação com a Sustentabilidade não aproxima as ONG das instituições bancárias concessionárias de Microcrédito?

2.4.2. Esta, inevitável, aproximação não afasta as ONG dos seus princípios e valores de origem e, conseqüentemente, do seu objectivo de existência?

2.4.3. É possível as ONG concessionárias Microcrédito serem sustentáveis e, ao mesmo tempo, respeitarem os princípios e valores da Economia Social e Solidária?

2.4.4. O que seria necessário para se alcançar esta coexistência?

1.1.

3. O futuro das ONG concessionárias de Microcrédito

3.1. Opinião sobre o futuro das ONG concessionárias de Microcrédito

3.1.1. Qual o futuro que prevê para as ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde?

Anexo C – Informação recolhida no trabalho de campo através da observação direta

Notas C.1. – Notas informativas das três ONG em análise recolhidas através da observação direta

	FAMI-Picos	CITI-Habitat	Morabi
Abrangência territorial	Tem uma abrangência média, na medida em que tem beneficiários em toda a ilha de Santiago, sendo Santiago Centro o ponto forte. Contudo, ainda não se expandiu para outras ilhas	Das três, a ONG com menos abrangência. Está mais dedicada aos concelhos de Santa Cruz, São Domingos, Santa Catarina e Ribeira Grande de Santiago, ou seja, Santiago Sul e um concelho de Santiago Centro	Uma ONG a nível nacional, com delegações em todas as ilhas à exceção da Brava e do Fogo e, por isso, a ONG com maior abrangência das três
Estrutura e dimensão	A FAMI tem também uma estrutura média, quando comparada com as outras duas ONG, com um total de onze funcionários, dos quais quatro são agentes de crédito	É das três, a ONG com um departamento de microfinanças mais pequenos, com menos funcionários, cinco no total. O CITI-Habitat tem apenas dois agentes de crédito	Dada a sua dimensão, é a ONG com a maior estrutura e mais diversificada, composta por 42 funcionários com funções desde supervisor de operações bancárias, a caixas, a operadores de base de dados, etc. Destes, 22 são agentes de crédito
Comunicação	Como o presidente está sempre presente,	O presidente raramente está	A comunicação entre colaboradores e a

	<p>há uma constante comunicação entre a direção e os colaboradores e vice-versa, sem serem necessárias grandes antecipações ou marcações prévias</p>	<p>presente na instituição o que dificulta, em muito, a comunicação entre colaboradores e direção. Há uma barreira entre a direção e os funcionários, sendo necessário marcações prévias para a comunicação, embora nem sempre se realizem, mesmo quando marcadas com antecedência.</p> <p>Por outro lado, a reestruturação e a formalidade imposta pela nova direção tem limitado a comunicação interna.</p> <p>A comunicação pareceu-me um ponto fraco e com tendência a piorar</p>	<p>coordenadora dos agentes de crédito e entre esta e a administradora delegada pareceu-me fácil. Já com a presidente, pareceu-me quase inexistente, não tendo havido hipótese para a conhecer</p>
Formalidade	<p>É uma ONG formal, a sua abrangência e dimensão assim o exigem, mas é uma ONG de fácil contacto tanto para os clientes como para</p>	<p>A nova direção e, conseqüentemente, a nova diretora executiva do departamento das microfinanças estão a tornar a ONG mais</p>	<p>É uma instituição muito formal. Considero-a praticamente uma empresa e não consegui perceber a existência da sua</p>

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	terceiros. É uma instituição de proximidade	formal e mais burocrática o que dificultou em alguns aspetos, sobretudo, de tempo, a minha pesquisa	componente social no trato com os seus beneficiários como nas outras duas ONG
Proximidade	É uma ONG de proximidade, apesar da sua abrangência, o presidente conhece todos os beneficiários e opera no terreno com e como os outros funcionários da ONG	Apesar desta nova tendência de formalidade do CITI-Habitat incutida pela nova direção que, segundo as agentes de Microcrédito tem distanciado a ONG dos seus beneficiários por se estar a perder o carácter social, estas têm tentado manter o CITI-Habitat numa ONG de proximidade	Não é uma ONG de proximidade, é uma instituição formalizada que funciona como um banco. Os beneficiários pedem dinheiro emprestado para pagar as prestações dos Microcréditos que têm nesta ONG. Pareceu-me haver pouco trabalho de terreno com carácter social e de proximidade e mais com carácter de recolha de mensalidades
Disponibilidade e abertura	Apesar de nunca ter tido nenhum contato anterior com esta ONG a disponibilidade do presidente, como dos restantes	Como já tinha colaborado anteriormente com esta ONG, houve uma grande disponibilidade para me apoiarem nesta	Inicialmente, a Morabi mostrou-se completamente disponível para colaborar com esta investigação, embora posteriormente tenha

	<p>colaboradores, foi total, tanto no que respeitou o meu acompanhamento aos beneficiários, como na integração na ONG, bem como nos dados económicos da mesma. Senti uma enorme receptividade. É também, neste sentido, uma instituição aberta. Numa perspetiva exterior, revelou-se completamente disponível para se dar a conhecer em todas as suas dimensões. A nível interno revelou ser uma instituição onde a informação não está limitada às funções dos seus funcionários</p>	<p>investigação, apesar de ter tipo alguma dificuldade na reunião de alguma informação, nomeadamente, da direção. É uma instituição aberta. Numa perspetiva exterior, revelou-se completamente disponível para se dar a conhecer em todas as suas dimensões. As suas contas são públicas e qualquer pessoa, funcionário ou não, pode consultar as contas da instituição. A nível interno revelou ser uma instituição onde a informação não está limitada às funções dos seus funcionários</p>	<p>sido muito difícil ou até impossível reunir e obter algumas informações essenciais. Da mesma forma, é uma instituição extremamente fechada. A informação está completamente limitada e restrita às funções de cada colaborador e centralizada nos cargos superiores. O grosso dos dados da ONG está na posse da administradora delegada e na direção, e os funcionários estão limitados ao considerado necessário para o desempenho da sua função. No que respeita a elementos exteriores há alguma relutância em dar informações, sobretudo, económicas,</p>
--	---	---	--

			limitando o conhecimento aprofundado da instituição
Outros aspetos			Apesar de ter estado nesta ONG o mesmo número de dias que na FAMI-Picos, dada a pouca abertura, e a evidente restrição feita ao acesso as informações variadas, não consegui absorver a quantidade de informação que absorvi da observação não participante da FAMI-Picos

Anexo D – Tabelas e dados recolhidos do trabalho de campo

Tabelas D.1. – Caracterização dos beneficiários

Tabelas D.1.1. – Caracterização geral

Tabela D.1.1.1.1. – Idade dos beneficiários da FAMI-Picos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade	10	30	62	46,40	10,352
N válido (listwise)	10				

Tabela D.1.1.1.2. – Idade dos beneficiários do CITI-Habitat

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade	10	26	56	36,60	8,922
N válido (listwise)	10				

Tabela D.1.1.1.3. – Idade dos beneficiários da Morabi

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade	10	23	61	35,90	13,634
N válido (listwise)	10				

Tabela D.1.1.2.1. – Género dos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Masculino	4	40,0	40,0	40,0
	Feminino	6	60,0	60,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.2.2. – Género dos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Masculino	5	50,0	50,0	50,0
	Feminino	5	50,0	50,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

5.1.

Tabela D.1.1.2.3. – Género dos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Masculino	1	10,0	10,0	10,0
	Feminino	9	90,0	90,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.3.1. – Nacionalidade dos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Cabo-verdiana	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.1.1.3.2. – Nacionalidade dos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Cabo-verdiana	9	90,0	90,0	90,0
	Angolana	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.3.3. – Nacionalidade dos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Cabo-verdiana	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.1.1.4.1. – Estado civil dos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Solteiro(a)	7	70,0	70,0	70,0
	União de facto	2	20,0	20,0	90,0
	Casado(a)	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.4.2. – Estado civil dos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Solteiro(a)	4	40,0	40,0	40,0
	União de facto	4	40,0	40,0	80,0
	Casado(a)	2	20,0	20,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.4.3. – Estado civil dos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Solteiro(a)	5	50,0	50,0	50,0
	União de facto	2	20,0	20,0	70,0
	Casado(a)	3	30,0	30,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.5.1. – Número de filhos dos beneficiários da FAMI-Picos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Filhos	10	0	14	3,40	4,061
N válido (listwise)	10				

Tabela D.1.1.5.2. – Número de filhos dos beneficiários do CITI-Habitat

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Filhos	10	0	3	1,60	1,174
N válido (listwise)	10				

Tabela D.1.1.5.3. – Número de filhos dos beneficiários da Morabi

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Filhos	10	0	7	2,40	2,366
N válido (listwise)	10				

Tabela D.1.1.6.1. – Habilitações literárias dos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	4º Ano	3	30,0	30,0	30,0
	5º Ano	1	10,0	10,0	40,0
	7º Ano	1	10,0	10,0	50,0
	8º Ano	2	20,0	20,0	70,0
	10º Ano	1	10,0	10,0	80,0
	12º Ano	1	10,0	10,0	90,0
	Sabe ler e/ou escrever	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.6.2. – Habilitações literárias dos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	4º Ano	2	20,0	20,0	20,0
	7º Ano	1	10,0	10,0	30,0

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

8º Ano	2	20,0	20,0	50,0
10º Ano	2	20,0	20,0	70,0
12º Ano	2	20,0	20,0	90,0
Analfabeto(a)	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.6.3. – Habilitações literárias dos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	4º Ano	1	10,0	10,0	10,0
	5º Ano	1	10,0	10,0	20,0
	7º Ano	1	10,0	10,0	30,0
	8º Ano	1	10,0	10,0	40,0
	10º Ano	3	30,0	30,0	70,0
	12º Ano	2	20,0	20,0	90,0
	Sabe ler e/ou escrever	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.1.1.7.1. – Ocupação profissional atual dos beneficiários da FAMI-Picos

		Género		Total	
		Masculino	Feminino		
Profissão	Vendedor(a) ambulante	0	3	3	
	Motorista - Dono(a)	1	0	1	
	Restaurante/Bar Dono(a)	-	0	1	
	Ferreiro(a) - Dono(a)	1	0	1	
	Aposentado(a)	0	1	1	
	Serralheiro(a) - Dono(a)	1	0	1	
	Quiosque - Dono(a)	0	1	1	
	Eletricista Empregado(a)/Dono(a)	-	1	0	1
	Total		4	6	10

Tabela D.1.1.7.2. – Ocupação profissional atual dos beneficiários do CITI-Habitat

Profissão		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Vendedor(a) ambulante		0	1	1
Quiosque - Dono(a)		0	1	1
Empermort - Dono(a)		1	0	1
Criação de pintos		0	1	1
Desinfestação e Autolavagem/Centro de Energias Renováveis		1	0	1
Cabeleireiro(a) - Dono(a)		0	1	1
Pescador(a) - Dono(a)		1	0	1
Agricultor(a)		1	0	1
Supermercado - Dono(a)		1	0	1
Monitor(a) de infância - Dono(a)		0	1	1
Total		5	5	10

Tabela D.1.1.7.3. – Ocupação profissional atual dos beneficiários da Morabi

Profissão		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Vendedor(a) ambulante		1	4	5
Vendedor(a) fixo(a)		0	3	3
Vendedor(a) ambulante/Restaurante - Empregado(a)		0	1	1
Vendedor(a) fixo(a)/Estudante		0	1	1
Total		1	9	10

Tabelas D.2. – Acesso ao Microcrédito

Tabelas D.2.1. – Situação atual

Tabela D.2.1.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos com Microcrédito ativo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	7	70,0	70,0	70,0
	Não	3	30,0	30,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.1.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat com Microcrédito ativo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.1.1.3. – Beneficiários da Morabi com Microcrédito ativo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.1.2.1. – Ano em que esse Microcrédito foi contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	2014	1	10,0	14,3	14,3
	2015	3	30,0	42,9	57,1
	2016	3	30,0	42,9	100,0
	Total	7	70,0	100,0	
Omisso	Sistema	3	30,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.1.2.2. – Ano em que esse Microcrédito foi contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	2011	1	10,0	10,0	10,0
	2013	1	10,0	10,0	20,0
	2014	1	10,0	10,0	30,0
	2015	1	10,0	10,0	40,0
	2016	6	60,0	60,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.1.2.3. – Ano em que esse Microcrédito foi contraído pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	2015	4	40,0	40,0	40,0
	2016	6	60,0	60,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.1.3.1. – Montante, em CVE, desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montante	7	15000,00	500000,00	195000,00	210772,38910
N válido (listwise)	7				

Tabela D.2.1.3.2. – Montante, em CVE, desse Microcrédito contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montante	10	100000,00	580000,00	216000,00	148039,03390
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.1.3.3. – Montante, em CVE, desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da Morabi

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montante	10	50000,00	150000,00	93000,00	38311,58804
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.1.4.1. – Taxa de juro aplicada a esse Microcrédito contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	3%	7	70,0	100,0	100,0
Omisso	Sistema	3	30,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.1.4.2. – Taxa de juro aplicada a esse Microcrédito contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	1,5%	1	10,0	10,0	10,0
	2%	1	10,0	10,0	20,0
	2,5%	7	70,0	70,0	90,0
	3%	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.1.4.3. – Taxa de juro aplicada a esse Microcrédito contraído pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	2%	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.1.5.1. – Valor das mensalidades desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Decrescentes	7	70,0	100,0	100,0
Omisso	Sistema	3	30,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.1.5.2. – Valor das mensalidades desse Microcrédito contraído pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Fixas	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.1.5.3. – Valor das mensalidades desse Microcrédito contraído pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Fixas	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.1.6.1. – Destino dado a esse Microcrédito pelos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Reforço	5	50,0	71,4	71,4
	Reforço e melhoria da casa	1	10,0	14,3	85,7
	Melhoria da casa	1	10,0	14,3	100,0
	Total	7	70,0	100,0	
Omisso	Sistema	3	30,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.1.6.2. – Destino dado a esse Microcrédito pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Reforço	8	80,0	80,0	80,0
	Iniciar negócio	2	20,0	20,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.1.6.3. – Destino dado a esse Microcrédito pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Reforço	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.1.7.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que têm sentido dificuldades em cumprir as mensalidades

		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldades na Mensalidade	Sim	2	1	3
	Não	1	3	4
Total		3	4	7

Tabela D.2.1.7.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que têm sentido dificuldades em cumprir as mensalidades

		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldades na Mensalidade	Sim	2	0	2
	Não	3	5	8
Total		5	5	10

Tabela D.2.1.7.3. – Beneficiários da Morabi que têm sentido dificuldades em cumprir as mensalidades

		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldades na Mensalidade	Sim	0	5	5
	Não	1	4	5
Total		1	9	10

Tabela D.2.1.8.1. – Forma como os beneficiários da FAMI-Picos têm ultrapassado essas dificuldades

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Com o trabalho	3	30,0	100,0	100,0
Omisso	Sistema	7	70,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.1.8.2. – Forma como os beneficiários do CITI-Habitat têm ultrapassado essas dificuldades

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não ultrapassa	2	20,0	100,0	100,0
Omisso	Sistema	8	80,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.1.8.3. – Forma como os beneficiários da Morabi têm ultrapassado essas dificuldades

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pede emprestado a família/amigos	3	30,0	60,0	60,0
	Totocaixa	1	10,0	20,0	80,0
	Com o salário do emprego	1	10,0	20,0	100,0
	Total	5	50,0	100,0	
Omisso	Sistema	5	50,0		
Total		10	100,0		

Tabelas D.2.2. – Situações anteriores

Tabela D.2.2.1.1. – Número de Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos

Quantidade de Microcréditos		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
1 vez		2	0	2
2 vezes		0	3	3
4 vezes		1	1	2
Mais de 5 vezes		1	2	3
Total		4	6	10

Tabela D.2.2.1.2. – Número de Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Quantidade de Microcréditos	1 vez	3	0	3
	2 vezes	1	4	5
	3 vezes	0	1	1
	Mais de 5 vezes	1	0	1
Total		5	5	10

Tabela D.2.2.1.3. – Número de Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Quantidade de Microcréditos	1 vez	0	3	3
	2 vezes	0	2	2
	3 vezes	1	0	1
	Mais 5 vezes	0	4	4
Total		1	9	10

Tabela D.2.2.2.1. – Tempo, em anos, desde que os beneficiários da FAMI-Picos começaram a contrair Microcréditos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Tempo em Anos	10	2	19	6,80	5,554
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.2.2.2. – Tempo, em anos, desde que os beneficiários do CITI-Habitat começaram a contrair Microcréditos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Tempo em Anos	10	0,5	7	2,850	2,0823
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.2.2.3. – Tempo, em anos, desde que os beneficiários da Morabi começaram a contrair Microcréditos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Tempo em Anos	10	0,5	13	3,300	3,9101
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.2.3.1. – Montantes médios, em CVE, dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montantes Médios	10	12500,00	375000,00	120250,00	101738,0214
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.2.3.2. – Montantes médios, em CVE, dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montantes Médios	10	75000,00	432500,00	179250,00	103976,827
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.2.3.3. – Montantes médios, em CVE, dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montantes Médios	10	50000,00	100000,00	68500,00	18566,69
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.2.4.1. – Taxas de juro aplicadas aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido 3%	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.2.4.2. – Taxas de juro aplicadas aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	1,5%	1	10,0	10,0	10,0
	2%	1	10,0	10,0	20,0
	2,5%	7	70,0	70,0	90,0
	3%	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.2.4.3. – Taxas de juro aplicadas aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	2%	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.2.5.1. – Destino dado aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Reforço	4	40,0	40,0	40,0
	Iniciar negócio	1	10,0	10,0	50,0
	Melhorar a casa	1	10,0	10,0	60,0
	Iniciar negócio e reforço	1	10,0	10,0	70,0
	Reforço e melhorar a casa	1	10,0	10,0	80,0
	Reforço e consumo	1	10,0	10,0	90,0
	Reforço, melhorar a casa e comprar animais	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.2.5.2. – Destino dado aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Reforço	4	40,0	40,0	40,0
	Iniciar negócio	1	10,0	10,0	50,0
	Iniciar negócio e reforço	5	50,0	50,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.2.5.3. – Destino dado aos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Reforço	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.2.6.1. – Duração média em meses dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	12 meses	5	50,0	50,0	50,0
	18 meses	2	20,0	20,0	70,0
	24 meses	2	20,0	20,0	90,0
	36 meses	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.2.6.2. – Duração média em meses dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	8 meses	1	10,0	10,0	10,0
	10 meses	1	10,0	10,0	20,0
	12 meses	5	50,0	50,0	70,0
	18 meses	1	10,0	10,0	80,0
	30 meses	1	10,0	10,0	90,0
	36 meses	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.2.6.3. – Duração média em meses dos Microcréditos já contraídos pelos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	6 meses	4	40,0	40,0	40,0
	10 meses	3	30,0	30,0	70,0
	12 meses	3	30,0	30,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.2.7.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que cumpriram a totalidade dos pagamentos dos Microcréditos já contraídos

		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
Cumprimento dos Pagamentos	Sim	3	6	9
	Não	1	0	1
Total		4	6	10

Tabela D.2.2.7.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que cumpriram a totalidade dos pagamentos dos Microcréditos já contraídos

		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
Cumprimento dos Pagamentos	Sim	3	5	8
	Não	2	0	2
Total		5	5	10

Tabela D.2.2.7.3. – Beneficiários da Morabi que cumpriram a totalidade dos pagamentos dos Microcréditos já contraídos

		Gênero		Total
		Masculino	Feminino	
Cumprimento dos Pagamentos	Sim	1	9	10
Total		1	9	10

Tabela D.2.2.8.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que sentiram dificuldades em cumprir as mensalidades dos Microcréditos já contraídos

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldades nas Mensalidades	Sim	3	3	6
	Não	1	3	4
Total		4	6	10

Tabela D.2.2.8.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que sentiram dificuldades em cumprir as mensalidades dos Microcréditos já contraídos

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldades nas Mensalidades	Sim	2	2	4
	Não	3	3	6
Total		5	5	10

Tabela D.2.2.8.3. – Beneficiários da Morabi que sentiram dificuldades em cumprir as mensalidades dos Microcréditos já contraídos

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldades nas Mensalidades	Sim	0	5	5
	Não	1	4	5
Total		1	9	10

Tabela D.2.2.9.1. – Forma como os beneficiários da FAMI-Picos ultrapassaram essas dificuldades

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Flexibilidade da ONG	2	20,0	33,3	33,3
	Com o trabalho	4	40,0	66,7	100,0
	Total	6	60,0	100,0	
Omisso	Sistema	4	40,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.2.9.2. – Forma como os beneficiários do CITI-Habitat ultrapassaram essas dificuldades

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Com o trabalho	2	20,0	50,0	50,0
	Não ultrapassou	2	20,0	50,0	100,0
	Total	4	40,0	100,0	
Omisso	Sistema	6	60,0		
Total		10	100,0		

Tabela D.2.2.9.3. – Forma como os beneficiários da Morabi ultrapassaram essas dificuldades

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pede emprestado a família/amigos	4	40,0	80,0	80,0
	Totocaixa	1	10,0	20,0	100,0
	Total	5	50,0	100,0	
Omisso	Sistema	5	50,0		
Total		10	100,0		

Tabelas D.2.3. – Sistemas de ajuda mútua

Tabela D.2.3.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que pertencem a sistemas de ajuda mútua

		Nome do sistema de ajuda mútua			Total
		Mutualidade de saúde	Mutualidade de saúde e <i>mitim</i>	<i>Mitim</i> e OTACA	
Sistema de ajuda mútua	Sim	2	1	1	4
Total		2	1	1	4

Tabela D.2.3.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que pertencem a sistemas de ajuda mútua

		Nome do sistema de ajuda mútua			Total
		Totocaixa	Mutualidade de saúde	Totocaixa e <i>mitim</i>	
Sistema de ajuda mútua	Sim	2	1	1	4
Total		2	1	1	4

Tabela D.2.3.1.3. – Beneficiários da Morabi que pertencem a sistemas de ajuda mútua

		Nome do sistema de ajuda mútua		Total
		Totocaixa		
Sistema de ajuda mútua	Sim		3	3
Total			3	3

Tabelas D.2.4. – Educação e formação após Microcrédito

Tabela D.2.4.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que tinham habilitações literárias diferentes antes do Microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	1	10,0	10,0	10,0
	Não	9	90,0	90,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que tinham habilitações literárias diferentes antes do Microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.4.1.3. – Beneficiários da Morabi que tinham habilitações literárias diferentes antes do Microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não	10	100,0	100,0	100,0

Tabela D.2.4.2.1. – Beneficiário(a) da FAMI-Picos que aumentou as suas habilitações literárias após o Microcrédito

		Habilitações Literárias Antes do Microcrédito 6º Ano	Total
Habilitações Literárias Atuais	10º Ano	1	1
Total		1	1

Tabela D.2.4.3.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que fizeram alguma formação adicional oferecida pela ONG

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	3	30,0	30,0	30,0
	Não	7	70,0	70,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.3.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que fizeram alguma formação adicional oferecida pela ONG

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	4	40,0	40,0	40,0
	Não	6	60,0	60,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.3.3. – Beneficiários da Morabi que fizeram alguma formação adicional oferecida pela ONG

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	6	60,0	60,0	60,0
	Não	4	40,0	40,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.3.1. – Formação oferecida pela FAMI-Picos aos seus beneficiários

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	7	70,0	70,0	70,0
Agropecuária	1	10,0	10,0	80,0
Gestão de pequenos negócios; Transformação de produtos	1	10,0	10,0	90,0
Transformação de produtos	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.3.2. – Formação oferecida pelo CITI-Habitat aos seus beneficiários

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	6	60,0	60,0	60,0
Cabeleireira; Estética; Empreendedorismo	1	10,0	10,0	70,0
Contabilidade; Empreendedorismo; Higiene e segurança no trabalho; Fiscalidade	1	10,0	10,0	80,0
Empreendedorismo	1	10,0	10,0	90,0
Formação de líderes	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.3.3. – Formação oferecida pela Morabi aos seus beneficiários

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	4	40,0	40,0	40,0
Gestão de pequenos negócios	1	10,0	10,0	50,0
Microfinanças; Autoestima; Gestão de pequenos negócios	1	10,0	10,0	60,0
Pré-Crédito	4	40,0	40,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.4.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que alteraram o seu emprego após o Microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	3	30,0	30,0	30,0
	Não	7	70,0	70,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.4.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que alteraram o seu emprego após o Microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	5	50,0	50,0	50,0
	Não	5	50,0	50,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.2.4.4.3. – Beneficiários da Morabi que alteraram o seu emprego após o Microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	2	20,0	20,0	20,0
	Não	8	80,0	80,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabelas D.2.5. – Emprego e rendimento

Tabela D.2.5.1.1. – Emprego atual versus emprego anterior ao Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos

Emprego atual	Vendedor (a) ambulante	Emprego antes do Microcrédito							Total
		Motorista - Empregado (a)	Restaurante /Bar - Empregado (a)	Ferreiro (a) - Dono(a)	Professor(a)	Serralheiro (a) - Empregado (a)	Quiosque - Dono(a)	Eletricista - Empregado(a) /Dono(a)	
Vendedor(a) ambulante	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Motorista - Dono(a)	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Restaurante/Bar - Dono(a)	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Ferreiro(a) - Dono(a)	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Aposentado(a)	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Serralheiro(a) - Dono(a)	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Quiosque - Dono(a)	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Eletricista - Empregado(a)/Dono (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	3	1	1	1	1	1	1	1	10

Tabela D.2.5.1.2. – Emprego atual versus emprego anterior ao Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat

Emprego atual	Vendedor(a) ambulante	Emprego antes do Microcrédito										Monitor(a) de infância - Empregado(a) Total		
		Quiosque - Dono(a)	Empermort - Dono(a)	Desempregado(a)	Autolavagem - Empregado(a)	Cabeleireiro(a) - Empregado(a)	Pescador(a) - Empregado(a)	Agricultor(a)	Supermercado - Empregado(a)	Empregado(a)				
Emprego Vendedor(a) ambulante	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Quiosque - Dono(a)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Empermort - Dono(a)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Criação de pintos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desinfestação e Autolavagem/Centro de Energias Renováveis	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cabeleireiro(a) - Dono(a)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Pescador(a) - Dono(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Agricultor(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Supermercado - Dono(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Monitor(a) de infância - Dono(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10

Tabela D.2.5.1.3. – Emprego atual versus emprego anterior ao Microcrédito dos beneficiários da Morabi

Emprego atual	Emprego antes do Microcrédito				Total
	Vendedor(a) ambulante	Vendedor(a) fixo(a)	Desempregado(a)	Vendedor(a) fixo(a)/Estudante	
Vendedor(a) ambulante	4	0	1	0	5
Vendedor(a) fixo(a)	0	3	0	0	3
Vendedor(a) ambulante/Restaurante - Empregado(a)	1	0	0	0	1
Vendedor(a) fixo(a)/Estudante	0	0	0	1	1
Total	5	3	1	1	10

Tabela D.2.5.2.1. – Rendimento mensal atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos

Rendimento atual	Rendimento antes do Microcrédito			Total
	Menos de 10.000,00CVE e 10.000,00CVE	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	
Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	3	5	8	8
Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	0	1	1	1
Entre 50.000,00CVE e 70.000,00CVE	0	1	1	1
Total	3	7	10	10

Tabela D.2.5.2.2. – Rendimento mensal atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat

		Rendimento antes do Microcrédito			Total
		Menos de 10.000,00CVE	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	
Rendimento atual	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	4	3	0	7
	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	0	1	0	1
	Entre 50.000,00CVE e 70.000,00CVE	0	0	1	1
	Entre 70.000,00CVE e 90.000,00CVE	0	1	0	1
Total		4	5	1	10

Tabela D.2.5.2.3. – Rendimento mensal atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da Morabi

		Rendimento antes do Microcrédito			Total
		Menos de 10.000,00CVE	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	
Rendimento atual	Menos de 10.000,00CVE	1	0	0	1
	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	4	3	0	7
	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	1	0	1	2
Total		6	3	1	10

Tabelas D.2.6. – Despesas familiares

Tabela D.2.6.1.1. – Despesas familiares atuais versus despesas familiares antes do Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos

		Despesas familiares antes do Microcrédito			Total
		Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal	
Despesas familiares atuais	Inferiores ao rendimento mensal	3	0	2	5
	Iguais ao rendimento mensal	2	1	0	3
	Superiores ao rendimento mensal	0	0	2	2
Total		5	1	4	10

Tabela D.2.6.1.2. – Despesas familiares atuais versus despesas familiares antes do Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat

		Despesas familiares antes do Microcrédito			Total
		Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal	
Despesas familiares atuais	Inferiores ao rendimento mensal	2	2	1	5
	Superiores ao rendimento mensal	0	0	5	5
Total		2	2	6	10

Tabela D.2.6.1.3. – Despesas familiares atuais versus despesas familiares antes do Microcrédito dos beneficiários da Morabi

		Despesas familiares antes do Microcrédito			Total
		Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal	
Despesas familiares atuais	Inferiores ao rendimento mensal	5	1	1	7
	Iguais ao rendimento mensal	0	1	0	1
	Superiores ao rendimento mensal	0	0	2	2
Total		5	2	3	10

Tabelas D.2.7. – Companhia habitacional

Tabela D.2.7.1.1. – Agregado familiar dos beneficiários da FAMI-Picos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Agregado Familiar	10	1	12	4,00	3,266
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.7.1.2. – Agregado familiar dos beneficiários do CITI-Habitat

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Agregado Familiar	10	3	12	5,30	2,710
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.7.1.3. – Agregado familiar dos beneficiários da Morabi

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Agregado Familiar	10	2	7	4,00	1,826
N válido (listwise)	10				

Tabela D.2.7.2.1. – Beneficiários da FAMI-Picos cujo agregado familiar modificou após o Microcrédito

		Agregado familiar diferente antes do Microcrédito		Total
		Sim		
Dimensão do agregado familiar antes do Microcrédito	Menor		3	3
	Maior		3	3
Total			6	6

Tabela D.2.7.2.2. – Beneficiários do CITI-Habitat cujo agregado familiar modificou após o Microcrédito

		Agregado familiar diferente antes do Microcrédito		Total
		Sim		
Dimensão do agregado familiar antes do Microcrédito	Menor		2	2
	Maior		1	1
Total			3	3

Tabela D.2.7.2.3. – Beneficiários da Morabi cujo agregado familiar modificou após o Microcrédito

	Agregado familiar diferente antes do Microcrédito		Total
	Sim		
Dimensão do agregado familiar Maior antes do Microcrédito		2	2
Total		2	2

Tabelas D.2.8. – Rendimento mensal familiar

Tabela D.2.8.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos cujo rendimento mensal familiar modificou após o Microcrédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento familiar diferente antes do Microcrédito	Sim	2	3	5
	Não	2	3	5
Total		4	6	10

Tabela D.2.8.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat cujo rendimento mensal familiar modificou após o Microcrédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento familiar diferente antes do Microcrédito	Sim	4	5	9
	Não	1	0	1
Total		5	5	10

Tabela D.2.8.1.3. – Beneficiários da Morabi cujo rendimento mensal familiar modificou após o Microcrédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento familiar diferente antes do Microcrédito	Sim	1	2	3
	Não	0	7	7
Total		1	9	10

Tabela D.2.8.2.1. – Rendimento mensal familiar atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da FAMI-Picos

		Rendimento familiar antes do Microcrédito			Total
		Menos de 10.000,00CVE	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	
Rendimento familiar atual	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	2	0	0	2
	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	0	2	0	2
	Mais de 110.000,00CVE	0	0	1	1
Total		2	2	1	5

Tabela D.2.8.2.2. – Rendimento mensal familiar atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários do CITI-Habitat

		Rendimento familiar antes do Microcrédito				Total
		Menos de 10.000,00 CVE	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	Entre 50.000,00CVE e 70.000,00CVE	
Rendimento familiar atual	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	1	0	0	0	1
	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	0	4	0	0	4
	Entre 50.000,00CVE e 70.000,00CVE	0	0	1	0	1
	Entre 70.000,00CVE e 90.000,00CVE	0	1	0	1	2
	Entre 90.000,00CVE e 110.000,00CVE	0	1	0	0	1
Total		1	6	1	1	9

Tabela D.2.8.2.3. – Rendimento mensal familiar atual versus rendimento anterior ao Microcrédito dos beneficiários da Morabi

		Rendimento familiar antes do Microcrédito		Total
		Menos de 10.000,00CVE	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	
Rendimento familiar atual	Entre 10.000,00CVE e 30.000,00CVE	1	0	1
	Entre 30.000,00CVE e 50.000,00CVE	1	1	2
Total		2	1	3

Tabelas D.2.9. – Condição de vida

Tabela D.2.9.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que consideram que o Microcrédito melhorou a sua condição vida

		Melhoria da condição de vida através do Microcrédito		Total
		Sim	Não	
Forma como o Microcrédito melhorou a condição de vida dos beneficiários		0	1	1
	Abriu o restaurante/bar e pagou a dívida	1	0	1
	Com a melhoria do negócio criou os filhos	1	0	1
	Conseguiu casa própria e ter o negócio próprio	1	0	1
	Melhoria da capacidade financeira	3	0	3
	Melhoria da casa, da alimentação e da variedade de produtos vendidos	1	0	1
	Melhoria do negócio	1	0	1
	Melhoria do negócio e da capacidade financeira	1	0	1
Total		9	1	10

Tabela D.2.9.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que consideram que o Microcrédito melhorou a sua condição vida

		Melhoria da condição de vida através do Microcrédito		Total
		Sim		
Forma como o Microcrédito melhorou a condição de vida dos beneficiários	Aumento do negócio e da capacidade financeira	1		1
	Conseguiu emprego próprio	1		1
	Melhoria da capacidade financeira	1		1
	Melhoria do negócio	1		1
	Melhoria do negócio e da capacidade financeira	1		1
	Melhorou a capacidade financeira	2		2
	Melhorou e aumentou o negócio	1		1
	Melhorou exponencialmente a sua vida	1		1
	Passou a ter um rendimento	1		1
Total		10		10

Tabela D.2.9.1.3. – Beneficiários da Morabi que consideram que o Microcrédito melhorou a sua condição vida

		Melhoria da condição de vida através do Microcrédito		Total
		Sim	Não	
Forma como o Microcrédito melhorou a condição de vida dos beneficiários	Ajudou nas despesas	1	0	1
	Aumentou o negócio	1	0	1
	Garante a sua única fonte de rendimento	1	0	1
	Melhorou a casa	1	0	1
	Melhorou o negócio	1	0	1
	Melhorou o negócio e a capacidade financeira	3	0	3
	Passou a ter rendimento	1	0	1
	Podia ter melhorado mais	0	1	1
Total		9	1	10

Tabelas D.3. – Bens de conforto

Tabelas D.3.1. – Habitação

Tabela D.3.1.1.1. – Beneficiários da FAMI-Picos com casa própria antes e depois do Microcrédito

		Casa própria antes		Total
		Sim	Não	
Casa própria atual	Sim	7	1	8
	Não	0	2	2
Total		7	3	10

Tabela D.3.1.1.2. – Beneficiários do CITI-Habitat com casa própria antes e depois do Microcrédito

		Casa própria antes		Total
		Sim	Não	
Casa própria atual	Sim	4	1	5
	Não	0	5	5
Total		4	6	10

Tabela D.3.1.1.3. – Beneficiários da Morabi com casa própria antes e depois do Microcrédito

		Casa própria antes		Total
		Sim	Não	
Casa própria atual	Sim	4	0	4
	Não	0	6	6
Total		4	6	10

Tabela D.3.1.2.1. – Montante médio, em CVE, das rendas pagas pelos beneficiários da FAMI-Picos antes e depois do Microcrédito

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montante atual	1	40000,00	40000,00	40000,0000	.
Montante antes	1	5000,00	5000,00	5000,0000	.
N válido (listwise)	0				

Tabela D.3.1.2.2. – Montante médio, em CVE, das rendas pagas pelos beneficiários do CITI-Habitat antes e depois do Microcrédito

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montante atual	0				
Montante antes	1	18000,00	18000,00	18000,0000	.
N válido (listwise)	0				

Tabela D.3.1.2.3. – Montante médio, em CVE, das rendas pagas pelos beneficiários da Morabi antes e depois do Microcrédito

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Montante atual	3	5000,00	13000,00	7686,6667	4601,57944
Montante antes	2	12000,00	13000,00	12500,0000	707,10678
N válido (listwise)	2				

Tabelas D.3.2. – Bens de conforto duradouro

Tabelas D.3.2.1.1. – Bens de conforto duradouro que os beneficiários da FAMI-Picos possuíam antes e depois do Microcrédito

		Carro antes		Total
		Sim	Não	
Carro atual	Sim	1	0	1
	Não	1	8	9
Total		2	8	10

		Mota antes		Total
		Sim	Não	
Mota atual	Não	1	9	10
Total		1	9	10

		Telemóvel antes		Total
		Sim	Não	
Telemóvel atual	Sim	4	6	10
Total		4	6	10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Computador Pessoal antes		Total
		Sim	Não	
Computador Pessoal atual	Sim	1	3	4
	Não	1	5	6
Total		2	8	10

Tabelas D.3.2.1.2. – Bens de conforto duradouro que os beneficiários do CITI-Habitat possuíam antes e depois do Microcrédito

		Carro antes		Total
		Sim	Não	
Carro atual	Sim	2	0	2
	Não	0	8	8
Total		2	8	10

		Mota antes		Total
		Sim	Não	
Mota atual	Sim	0	0	0
	Não	0	10	10
Total		0	10	10

		Telemóvel antes		Total
		Sim	Não	
Telemóvel atual	Sim	8	2	10
	Não	0	0	0
Total		8	2	10

		Computador Pessoal antes		Total
		Sim	Não	
Computador Pessoal atual	Sim	3	3	6
	Não	0	4	4
Total		3	7	10

Tabelas D.3.2.1.2. – Bens de conforto duradouro que os beneficiários da Morabi possuíam antes e depois do Microcrédito

		Carro antes		Total
		Sim	Não	
Carro atual	Sim	1	0	1
	Não	0	9	9
Total		1	9	10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Mota antes		Total
		Não		
Mota atual	Não	10		10
Total		10		10

		Telemóvel antes		Total
		Sim	Não	
Telemóvel atual	Sim	8	1	9
	Não	0	1	1
Total		8	2	10

		Computador Pessoal antes		Total
		Sim	Não	
Computador Pessoal atual	Sim	2	1	3
	Não	0	7	7
Total		2	8	10

Tabelas D.3.3. – Bens de conforto habitacionais

Tabelas D.3.3.1.1. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da FAMI-Picos possuíam antes e depois do Microcrédito

		TV antes		Total
		Sim	Não	
TV atual	Sim	7	3	10
Total		7	3	10

		DVD antes		Total
		Sim	Não	
DVD atual	Sim	5	4	9
	Não	0	1	1
Total		5	5	10

		Som antes		Total
		Não		
Som atual	Sim	3		3
	Não	7		7
Total		10		10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Computador antes		Total
		Sim	Não	
Computador antes	Sim	1	4	5
	Não	0	5	5
Total		1	9	10

		Internet antes		Total
		Sim	Não	
Internet atual	Sim	3		3
	Não		7	7
Total		3	7	10

		Fogão antes		Total
		Sim	Não	
Fogão atual	Sim	5	5	10
	Não			
Total		5	5	10

		Frigorífico antes		Total
		Sim	Não	
Frigorífico atual	Sim	3	5	8
	Não	0	2	2
Total		3	7	10

		Máquina de lavar louça antes		Total
		Sim	Não	
Máquina de lavar louça atual	Sim			
	Não		10	10
Total			10	10

		Microondas antes		Total
		Sim	Não	
Microondas atual	Sim	1	5	6
	Não	0	4	4
Total		1	9	10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Esquentador antes		Total
		Sim	Não	
Esquentador atual	Sim	1	3	4
	Não	0	6	6
Total		1	9	10

		Máquina de lavar roupa antes		Total
		Não		
Máquina de lavar roupa atual	Não			10
Total				10

		Máquina de secar roupa antes		Total
		Não		
Máquina de secar roupa atual	Não			10
Total				10

		Ar condicionado antes		Total
		Não		
Ar condicionado atual	Não			10
Total				10

		Telefone antes		Total
		Sim	Não	
Telefone atual	Sim	4	2	6
	Não	0	4	4
Total		4	6	10

		Instalações sanitárias antes		Total
		Sim	Não	
Instalações sanitárias atual	Sim	4	5	9
	Não	0	1	1
Total		4	6	10

Tabelas D.3.3.1.2. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários do CITI-Habitat possuíam antes e depois do Microcrédito

		TV antes		Total
		Sim	Não	
TV atual	Sim	9		9
	Não	1		1
Total		10		10

		DVD antes		Total
		Sim	Não	
DVD atual	Sim	7	0	7
	Não	0	3	3
Total		7	3	10

		Som antes		Total
		Sim	Não	
Som atual	Sim	6	0	6
	Não	0	4	4
Total		6	4	10

		Computador Antes		Total
		Sim	Não	
Computador atual	Sim	5	2	7
	Não	0	3	3
Total		5	5	10

		Internet antes		Total
		Sim	Não	
Internet atual	Sim	4	2	6
	Não	0	4	4
Total		4	6	10

		Fogão antes		Total
		Sim	Não	
Fogão atual	Sim	9	1	10
	Total	9	1	10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Frigorífico antes		Total
		Sim	Não	
Frigorífico atual	Sim	9	0	9
	Não	0	1	1
Total		9	1	10

		Máquina de lavar louça antes		Total
		Não		
Máquina de lavar louça atual	Não			10
Total				10

		Microondas antes		Total
		Sim	Não	
Microondas atual	Sim	2	1	3
	Não	0	7	7
Total		2	8	10

		Esquentador antes		Total
		Sim	Não	
Esquentador atual	Sim	3	1	4
	Não	0	6	6
Total		3	7	10

		Máquina de lavar roupa antes		Total
		Sim	Não	
Máquina de lavar roupa atual	Sim	5	3	8
	Não	0	2	2
Total		5	5	10

		Máquina de secar roupa antes		Total
		Não		
Máquina de secar roupa atual	Não			10
Total				10

		Ar condicionado antes		Total
		Não		
Ar condicionado atual	Não			10
Total				10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Telefone antes		Total
		Sim	Não	
Telefone atual	Sim	2	1	3
	Não	0	7	7
Total		2	8	10

		Instalações sanitárias antes		Total
		Sim	Não	
Instalações sanitárias atual	Sim	8	0	8
	Não	0	2	2
Total		8	2	10

Tabela D.3.3.1.3. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da Morabi possuíam antes e depois do Microcrédito

		TV antes	
		Sim	Total
TV atual	Sim	10	10
Total		10	10

		DVD antes		Total
		Sim	Não	
DVD atual	Sim	4	1	5
	Não	0	5	5
Total		4	6	10

		Som antes		Total
		Sim	Não	
Som atual	Sim	5	1	6
	Não	0	4	4
Total		5	5	10

		Computador antes		Total
		Sim	Não	
Computador atual	Sim	2	1	3
	Não	0	7	7
Total		2	8	10

		Internet antes	Total
--	--	----------------	-------

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Sim	Não	
Internet atual	Sim	1	0	1
	Não	0	9	9
Total		1	9	10

		Fogão antes		
		Sim	Não	Total
Fogão atual	Sim	10		10
Total		10		10

		Frigorífico antes		
		Sim	Não	Total
Frigorífico atual	Sim	7	1	8
	Não	0	2	2
Total		7	3	10

		Máquina de lavar louça antes		
		Não		Total
Máquina de lavar louça atual	Não		10	10
Total			10	10

		Microondas antes		
		Sim	Não	Total
Microondas atual	Sim	4	1	5
	Não	0	5	5
Total		4	6	10

		Esquentador antes		
		Sim	Não	Total
Esquentador atual	Sim	2	2	4
	Não	0	6	6
Total		2	8	10

		Máquina de lavar roupa antes		
		Sim	Não	Total
Máquina de lavar roupa atual	Sim		4	5
	Não		5	5
Total			6	10

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

		Máquina de secar roupa antes	Total
		Não	
Máquina de secar roupa atual	Não	10	10
Total		10	10

		Ar condicionado antes	Total
		Não	
Ar condicionado atual	Não	10	10
Total		10	10

		Telefone antes		Total
		Sim	Não	
Telefone atual	Sim	1	0	1
	Não	0	9	9
Total		1	9	10

		Instalações sanitárias antes		Total
		Sim	Não	
Instalações sanitárias atual	Sim	7	2	9
	Não	0	1	1
Total		7	3	10

Tabela D.3.3.2.1. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da FAMI-Picos sentem falta

		Falta de bens de conforto	Total
		Sim	
Bens que os beneficiários sentem falta	Casa própria	1	1
	Cozinha e divisão para forno	1	1
	Cozinha equipada	1	1
	Esquentador e máquina para o trabalho	1	1
	Frigorífico	1	1
	Frigorífico, aparelho de som e máquina de soldar	1	1
	Melhorar a casa	1	1
	Melhorar o quiosque	1	1
	Renovar alguns equipamentos	1	1
	Terminar a casa	1	1
Total		10	10

Tabela D.3.3.2.2. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários do CITI-Habitat sentem falta

	Falta de bens de conforto		Total
	Sim	Não	
Bens que os beneficiários sentem falta	0	1	1
Apenas bens de luxo e não de necessidade	1	0	1
Aumentar a casa	1	0	1
Carro de trabalho	1	0	1
Casa própria	1	0	1
Casa própria e carro	1	0	1
Casa própria e curso superior	1	0	1
De tudo	1	0	1
Melhorar a casa	1	0	1
Terminar a casa	1	0	1
Total	9	1	10

Tabela D.3.3.2.3. – Bens de conforto habitacionais que os beneficiários da Morabi sentem falta

	Falta de bens de conforto		Total
	Sim	Não	
Bens que os beneficiários sentem falta	0	2	2
Casa-de-banho e cozinha	1	0	1
Concluir a licenciatura	1	0	1
Forno grande	1	0	1
Frigorífico e forno	1	0	1
Máquina de lavar roupa	1	0	1
Melhorar e aumentar a casa	1	0	1
Móvel para plasma	1	0	1
Outros bens de conforto	1	0	1
Total	8	2	10

Tabelas D.4. – Situação social

Tabelas D.4.1. – Problemas

Tabela D.4.1.1.1. – Principais problemas na vida dos beneficiários da FAMI-Picos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Económicos	6	60,0	60,0	60,0
	Saúde	1	10,0	10,0	70,0
	Habitação	1	10,0	10,0	80,0
	Económicos e Habitação	2	20,0	20,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.4.1.1.2. – Principais problemas na vida dos beneficiários do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Económicos	4	40,0	40,0	40,0
	Saúde	1	10,0	10,0	50,0
	Económicos e Habitação	1	10,0	10,0	60,0
	Económicos e Saúde	1	10,0	10,0	70,0
	Económicos, Familiares e Saúde	1	10,0	10,0	80,0
	Económico, Habitação e Estudos	2	20,0	20,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.4.1.1.3. – Principais problemas na vida dos beneficiários da Morabi

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Económicos	5	50,0	50,0	50,0
	Saúde	1	10,0	10,0	60,0
	Económicos e Habitação	1	10,0	10,0	70,0
	Económicos e Saúde	3	30,0	30,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Tabela D.4.1.2.1. – Beneficiários da FAMI-Picos que consideram que o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas referidos anteriormente

		Ajuda do Microcrédito	
		Sim	Total
Forma como o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas	Ajuda a pagar as contas mensais	1	1
	Com o negócio que abriu conseguirá ter a sua casa	1	1
	Melhorou a capacidade financeira	2	2
	Melhorou a casa	1	1
	Melhorou o negócio e a capacidade financeira	2	2
	Melhorou um pouco a condição económica	1	1
	Melhorou a venda porque conseguiu comprar fogão, aumentou e melhorou a casa	1	1
	Produz produtos medicinais que a ajudam na sua saúde	1	1
Total		10	10

Tabela D.4.1.2.2. – Beneficiários do CITI-Habitat que consideram que o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas referidos anteriormente

		Ajuda do Microcrédito		Total
		Sim	Não	
Forma como o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas		0	1	1
	Abriu o negócio e melhorou a capacidade financeira	1	0	1
	Apesar de todas as dificuldades melhorou a capacidade financeira	1	0	1
	Conseguiu emprego próprio	1	0	1
	Melhorou a capacidade financeira	2	0	2
	Melhorou o negócio e a capacidade financeira	1	0	1
	Passou a ter um rendimento que antes não tinha	1	0	1
	Total	7	1	8

Tabela D.4.1.2.3. – Beneficiários da Morabi que consideram que o Microcrédito ajudou a ultrapassar os problemas referidos anteriormente

	Ajuda do Microcrédito		Total
	Sim	Não	
Forma como o	0	2	2
Microcrédito			
ajudou a			
ultrapassar os			
problemas			
Ajudou pouco	1	0	1
Aumentou a capacidade financeira para fazer consultas	1	0	1
Aumentou muito a capacidade financeira	1	0	1
Aumentou o negócio e a capacidade financeira	1	0	1
Conseguiu ter rendimento	1	0	1
Melhorou a capacidade financeira	1	0	1
Melhorou muito a capacidade financeira	1	0	1
Não considera ter muitos problemas económicos	1	0	1
Total	8	2	10

Anexo E – Dados recolhidos no trabalho de campo através das entrevistas semi-diretivas aplicadas

Tabela E.1. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao presidente da FAMI-Picos

	Respostas
Dados gerais	Carlos Vaz, Cabo-verdiano, São Salvador do Mundo, 12º ano
Tempo e funções na ONG	Está envolvido com a FAMI-Picos desde o seu início, é presidente há 3 mandatos (6 anos), foi membro-fundador e vice-presidente. Antes trabalhou como técnico social e na preparação de organizações mutualistas
Número de beneficiários	1092 beneficiários, dos quais 652 têm crédito ativo
Caracterização dos beneficiários	Pessoas muito humildes, de baixa renda, sempre com perspectiva futura e que aceitam a FAMI-Picos como uma organização deles, porque todos os beneficiários para o serem têm que ser sócios
Razão e destino dado ao Microcrédito	Mais acessível, menos burocracia e é uma organização dos beneficiários, o que faz com que se sintam mais à vontade para pedirem Microcréditos Todos os fins
Dificuldades de pagamento	Alguns beneficiários sentem dificuldades, sobretudo, em início de negócio, quando isso acontece o agente de crédito dirige-se ao beneficiário para um possível renegociação da dívida. Caso a dívida se mantenha, é o fiador que deve pagar o dinheiro em falta e, num último recurso, leva-se a pessoa para tribunal
Recurso ao Microcrédito	A maioria dos beneficiários recorre mais que uma vez
Montantes emprestados e duração média	De 10.000,00CVE a 300.000,00CVE, havendo a exceção de até 900.000,00/1.000.000,00CVE para os bons pagadores Desde 30 dias aos 24 meses, sendo a média de 15 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	158.601.179,00CVE (De 01.01.2013 a 23.05.2016)

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 3% e as mensalidades são decrescentes, calculadas pelo programa informático																		
Taxa de reembolso	Acima dos 90%																		
Situação atual e futura do Microcrédito	Está a traçar um percurso muito positivo, mas ainda carece de formação e de uma estratégia mais aprofundada e aplicada. Aposta em colaboradores formados e capacitados para evoluírem a instituição com os seus conhecimentos																		
Sustentabilidade da ONG	A FAMI-Picos é sustentável porque consegue manter a atividade quase de forma autónoma, pois todos os sócios têm uma poupança mínima obrigatória e para além disso alguns deles não usam o serviço de Microcrédito, só de poupança, o que garante a sobrevivência do fundo para a atribuição de crédito																		
Responsáveis pela gestão da ONG	Um gestor com o ensino médio e uma sub-gestora licenciada em gestão																		
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	<table border="1"><thead><tr><th></th><th>Ativo</th><th>Passivo</th><th>Capital Próprio</th><th>Resultado Líquido</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>123.551.341,49</td><td>79.186.898,63</td><td>43.319.318,06</td><td>1.045.124,80</td></tr></tbody></table>				Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido	2015	123.551.341,49	79.186.898,63	43.319.318,06	1.045.124,80						
	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido															
2015	123.551.341,49	79.186.898,63	43.319.318,06	1.045.124,80															
Valores das receitas e despesas	<table border="1"><thead><tr><th></th><th>Receitas</th><th>Despesas</th><th>Resultados extraordinários</th></tr></thead><tbody><tr><td>2013</td><td>11.662.775,93</td><td>11.958.148,29</td><td></td></tr><tr><td>2014</td><td>15.211.602,22</td><td>12.956.668,79</td><td>3.072.669,00</td></tr><tr><td>2015</td><td>18.232.045,57</td><td>15.345.696,71</td><td>2.072.361,00</td></tr></tbody></table>				Receitas	Despesas	Resultados extraordinários	2013	11.662.775,93	11.958.148,29		2014	15.211.602,22	12.956.668,79	3.072.669,00	2015	18.232.045,57	15.345.696,71	2.072.361,00
	Receitas	Despesas	Resultados extraordinários																
2013	11.662.775,93	11.958.148,29																	
2014	15.211.602,22	12.956.668,79	3.072.669,00																
2015	18.232.045,57	15.345.696,71	2.072.361,00																
Origem das receitas	As receitas são provenientes do mercado através dos juros dos Microcréditos, da taxa de comissão, das penalidades, das joias e cotas, dos juros de poupança do crédito a prazo da FAMI-Picos																		

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Ajudas externas	Parceria com o governo através do PNL P que permite o reforço da capacidade de financiar o Microcrédito
Salário médio dos colaboradores	43.972,00CVE
Colaboradores voluntários	Não, apenas os órgãos sociais
Número de colaboradores	11, 7 mulheres e 4 homens: 4 agentes de crédito; 1 segurança; 1 condutor; 1 gestor; 1 sub-gestor; 1 contabilista; 1 rececionista; 1 tesoureira
Salário médio dos colabores por sexo	-
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Apenas 2 tinham emprego anterior
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Mais de 50% dos beneficiários não tinham emprego ou estavam numa situação de emprego precário
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	55 agricultura, 69 pecuária e 2 pesca
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Como é uma atividade muito vulnerável, sujeita a muitos riscos, a FAMI-Picos tem sempre especial atenção na concessão de crédito a estas atividades
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Em parceria com o PNL P e o ADF a FAMI tem feito algumas formações relativas a pragas, seca e a transformação de produtos
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	Em 2015 o consumo mensal de energia rondou os 8.977,00CVE, de combustíveis 36.910,00CVE, de água 2.316,00CVE e de papel 20.435,00CVE
Responsabilidade ambiental da ONG	Sim
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas e os beneficiários que eram de outras culturas são, atualmente, cabo-verdianos
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	Atualmente não
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria é local, mas existem alguns de zonas mais fragilizadas que operam na delegação da Ribeira da Barca, Santa Catarina, Enjenho, Achada Falcão

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A FAMI-Picos tem beneficiários de toda a ilha de Santiago, tanto locais, como de zonas mais fragilizadas, embora a maioria seja local
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	Existe uma grande preocupação em ajudar a desenvolver essas zonas fragilizadas por terem uma extrema pobreza
Fornecedores da ONG	A maioria dos fornecedores é da Praia, apenas a água é do Picos
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	Existem projetos direcionados para o desenvolvimento local
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, incentiva a sua formação académica e canaliza-os para formações feitas em parceria com o PNLP, a ADF e a OASIS de acordo com a função na ONG mas também em ética associativa, Economia Social e Solidária, igualdade de género. Estas formações ocorrem anualmente
Formação dada aos beneficiários	Sim, em parceria com outras instituições em agropecuária, transformação de produtos alimentares, gestão de pequenos negócios, manuseamento de alimentos, higiene e segurança no trabalho. Estas formações ocorrem trimestralmente, dependendo das associações que estão a promover as formações
Formação dada à sociedade civil	Apenas formações de poucas horas em operações financeiras, pequenas contabilidades, apresentação de contas, anualmente
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	No geral o balanço das atividades é feito anualmente, em particular, sempre que são apresentados os resultados fiscalmente, trimestralmente, e todos os colaboradores participam
Número de sócios	2813 sócios, dos quais 2000/2500 estão ativos e mais de 50% são mulheres
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	Assembleias representativas com 50-150 sócios presentes e ocorrem de 2 em 2 anos ou sempre que hajam assuntos relevantes para serem discutidos
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	As ideias e intenções dos sócios são sempre ouvidas e tidas em conta, resultando, na maioria das vezes, em ações concretas

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	Os mandatos têm a duração de dois anos, tendo existido 4 mandatos nos últimos 10 anos (2009/2011/2013/2015) e em todos os mandatos houve rotatividade dos órgãos, há exceção do presidente que se encontra no cargo de presidente da direção há 3 mandatos
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	No últimos 10 anos, há exceção do último mandato que incluiu mais duas pessoa na direção, existiram 2 presidentes na direção, 5 elementos na Assembleia Geral em cada mandato, 5 elementos na direção de cada mandato e 5 elementos no conselho fiscal de cada mandato Atualmente, A Assembleia Geral tem 5 elementos, a direção 7 elementos e o conselho fiscal 5 elementos A percentagem de mulheres tem sido sempre superior à dos homens, embora elas preferiram ficar por cargos abaixo da presidência
Parcerias estabelecidas pela ONG	Governo através do PNL P e com a ADF, faz parte da Plataforma das ONG, da FAM-F, da OASIS e do Fórum Cooperativo, resultando em formações para beneficiários e colaboradores e o reforço da capacidade financeira
Valores proclamados pela ONG	Livre adesão, solidariedade, intercooperação, educação, formação dos membros, democracia interna satisfação dos clientes, respeito ao meio ambiente, Sustentabilidade económica, social e financeira
Auditorias internas	A primeira auditoria interna aconteceu o ano passado, 2015, feita por um consultor contratado para o efeito
Prestitão de contas	Sempre nas Assembleias Gerais
Disponibilidade dos dados económicos	Não estão publicamente disponíveis
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Ser autónoma, pensar por si e não se deixar influenciar pela intenção de outros órgãos superiores, ter uma visão de longo prazo, muita planificação direcionada para esse mesmo futuro, ter muitos sócios de qualidade, diversificar os seus microfinanciamentos e apostar na formação

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária por parte da ONG	
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	eSim, através do equilíbrio entre o social e o económico, com preferência para uma relativa superioridade da componente económica face à social, para que uma organização de Economia Social e Solidária se consiga manter sustentável

Tabela E.2. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao gestor da FAMI-Picos

	Respostas
Dados gerais	Antero Semedo, Cabo-verdiano, São Salvador do Mundo, Ensino médio
Tempo e funções na ONG	Desde 2000 como gestor. Anteriormente trabalhou no Ministério da Solidariedade como técnico social
Número de beneficiários	652 beneficiários com crédito ativo (no dia 23.05.2016) num total 1.092 beneficiários de Microcrédito
Caracterização dos beneficiários	Pessoas de todos os tipos e de todas as classes sociais, baixa, média e alta, desempregados à procura de uma oportunidade de emprego, empregados públicos e do sector privado embora, a maioria, sejam mulheres com uma condição económica baixa com escolaridade, tendencialmente, média/baixa, entre os 18 e os 70 anos
Razão e destino dado ao Microcrédito	Por tradição, por terem um sentido de pertença em relação à FAMI-Picos e, por procurarem créditos baixos e rápidos Aplicam não só em atividades geradoras rendimento, mas para tudo o que precisarem
Dificuldades de pagamento	Alguns beneficiários têm dificuldades, quando isso acontece a FAMI-Picos é flexível e num primeiro momento é o agente de crédito que se dirige ao beneficiário para uma possível renegociação da dívida. Caso a dívida se mantenha, é o fiador que deve pagar o dinheiro em falta e, num último recurso, leva-se a pessoa para tribunal
Recurso ao Microcrédito	Em geral recorrem mais que uma vez
Montantes emprestados e duração média	Desde 10.000,00CVE a 300.000,00CVE para primeiros clientes e até 900.000,00CVE para repetentes, bons pagadores Desde 30 dias a 24 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	158.601.179,00CVE (De 01.01.2013 a 23.05.2016), sendo 93.000.000,00CVE para mulheres e 65.301.179,00CVE para homens

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 3%, podendo haver uma redução para clientes feis, e as mensalidades são decrescentes, calculadas pelo programa informático <i>Finance Solutions</i>
Taxa de reembolso	Superior a 90%
Situação atual e futura do Microcrédito	Desde a aplicação do novo plano de negócios, a partir de 2013, que a atividade tem melhorado e prevê-se que continue a melhorar
Sustentabilidade da ONG	A FAMI-Picos é uma instituição sustentável que não perdeu a sua missão e visão inicial
Responsáveis pela gestão da ONG	Um gestor com o ensino médio e uma sub-gestora licenciada em gestão
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	Mercado, através dos seus serviços
Ajudas externas	Do governo, através do PNLP
Salário médio dos colaboradores	Dos 23.000,00CVE aos 86.000,00CVE
Colaboradores voluntários	Não
Número de colaboradores	11, 7 mulheres e 4 homens
Salário médio dos colaboradores por sexo	Diferem de acordo com a função
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Apenas 3 tinham emprego anterior
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	-
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	55 agricultura, 69 pecuária e 2 pesca
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Como é uma atividade muito vulnerável, sujeita a muitos riscos, a FAMI-Picos tem sempre especial atenção na concessão de crédito a estas atividades
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Trabalha em parceria com o Ministério da Agricultura e do Ambiente, canalizando os colaboradores e beneficiários quando há formações
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Responsabilidade ambiental da ONG	É uma instituição com consciência ambiental
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas e os beneficiários que eram de outras culturas são, atualmente, cabo-verdianos
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	Atualmente não
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria dos colaboradores são locais
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A FAMI-Picos tem beneficiários de toda a ilha de Santiago, tanto locais, como de zonas mais fragilizadas, embora a maioria seja local
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	A principal preocupação está em melhorar a economia dos municípios vizinhos, São Lourenço dos Órgãos e Santa Catarina, e do Tarrafal
Fornecedores da ONG	A maioria dos fornecedores é da Praia, apenas a água é do Picos
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	A parceria com a PNLP ajudou a FAMI-Picos a contribuir, significativamente, para o desenvolvimento de Santiago Centro
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, através de parcerias em contabilidade e gestão, tesouraria, agentes de crédito, etc., anualmente
Formação dada aos beneficiários	Sim, através de parcerias em gestão de pequenos negócios, manuseamento de alimentos, higiene, dependendo da instituição formadora
Formação dada à sociedade civil	Não
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	-
Número de sócios	2300 sócios, 58% mulheres
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	Assembleias representativas com 150-200 sócios presentes
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	2009/2011/2013/2015 o presidente manteve-se, mas os outros órgãos sociais foram mudando
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Parcerias estabelecidas pela ONG	A FAMI-Picos é membro da FAM-F e da Plataforma das ONG e parceira do PNL P
Valores proclamados pela ONG	Transparência, democracia, livre adesão, cooperação, entreaduda
Auditorias internas	É feita uma fiscalização geral aquando da prestação de contas nas finanças, trimestralmente
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Sim, valores favoráveis, na medida em que as receitas superam as despesas e ainda permitem a acumulação para o reforço do Microcrédito
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Receitas superiores às despesas para que possa honrar todos os seus compromissos
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social Solidária por parte da ONG	eSim, por exemplo, uma das exigências é que a taxa de juro seja aplicada sobre o montante em dívida e não sobre o total constante
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	eSim

Tabela E.3. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à contabilista da FAMI-Picos

	Respostas
Dados gerais	Silvania Gomes, Cabo-verdiana, Santa Catarina, Licenciatura em ciências empresariais e organizacionais – vertente contabilidade
Tempo e funções na ONG	Desde 2014 como contabilista. Antes trabalhou numa empresa de contabilidade
Número de beneficiários	-
Caracterização dos beneficiários	Mulheres chefes de família, com uma idade média de 33 anos, jovens desempregados de baixo rendimento e com dificuldade em aceder ao crédito bancário, já que as instituições bancárias tem um maior interesse por empréstimos de valor alto
Razão e destino dado ao Microcrédito	Maior acessibilidade, empréstimos de montantes pequenos e de curta duração Aplicam em pequenos negócios, reabilitação e construção de habitação, educação, saúde, etc.
Dificuldades de pagamento	Alguns beneficiários têm dificuldade em pagar e quando isso acontece, o agente de crédito tenta renegociar com ele de forma a que o pagamento passe a ser possível, se mesmo assim o beneficiário não pagar as mensalidades, recorre-se ao fiador e, em último caso, ao tribunal
Recurso ao Microcrédito	Quase todos os beneficiários pedem crédito mais que uma vez
Montantes emprestados e duração média	De 10.000,00CVE a 300.000,00CVE, havendo exceções até 900.000,00CVE para clientes fieis. Desde 30 dias a 24 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	158.601.179,00CVE (De 01.01.2013 a 23.05.2016)
Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 3% sobre o total em dívida e as mensalidades são decrescentes calculadas através do programa informático
Taxa de reembolso	Desde 01.01.2013 foram devolvidos 155.493.636,00CVE o que dá uma taxa de reembolso de 98%

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Situação atual e futura do Microcrédito	A FAMI-Picos é uma instituição de referência em Cabo Verde que já ajudou muita gente. Como é formada por uma equipa jovem prevê-se que continue a evoluir e até a expandir-se para outras ilhas																			
Sustentabilidade da ONG	A FAMI-Picos é sustentável porque as receitas conseguem cobrir todas as despesas e ainda contribuir para o fundo do Microcrédito																			
Responsáveis pela gestão da ONG	-																			
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido																
	2015	123.551.341,49	79.186.898,63	43.319.318,06																
				1.045.124,80																
Valores das receitas e despesas	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Receitas</th> <th>Despesas</th> <th>Resultados extraordinários</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>11.662.775,93</td> <td>11.958.148,29</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>15.211.602,22</td> <td>12.956.668,79</td> <td>3.072.669,00</td> </tr> <tr> <td>2015</td> <td>18.232.045,57</td> <td>15.345.696,71</td> <td>2.072.361,00</td> </tr> </tbody> </table>					Receitas	Despesas	Resultados extraordinários	2013	11.662.775,93	11.958.148,29		2014	15.211.602,22	12.956.668,79	3.072.669,00	2015	18.232.045,57	15.345.696,71	2.072.361,00
	Receitas	Despesas	Resultados extraordinários																	
2013	11.662.775,93	11.958.148,29																		
2014	15.211.602,22	12.956.668,79	3.072.669,00																	
2015	18.232.045,57	15.345.696,71	2.072.361,00																	
Origem das receitas	As receitas são provenientes do mercado através dos juros dos Microcréditos, da taxa de comissão, das penalidades, das joias e cotas, dos juros de poupança do crédito a prazo da FAMI																			
Ajudas externas	Não																			
Salário médio dos colaboradores	43.972,00CVE																			
Colaboradores voluntários	Não																			
Número de colaboradores	-																			
Salário médio dos colabores por sexo	-																			
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão-social																				

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão-social	-
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	-
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	-
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a preservação ambiental	-
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-
Responsabilidade ambiental da ONG	-
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	-
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	-
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	-
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	-
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	-
Fornecedores da ONG	São todos da Praia, à exceção da água que vem dos Picos
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	-
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, em áreas de atividade dos seus colaboradores, 3 a 4 vezes por ano
Formação dada aos beneficiários	Sim, anualmente, dependendo das formações promovidas pelas associações parceiras em áreas como gestão de pequenos negócios
Formação dada à sociedade civil	Não
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	No geral, o balanço das atividades é feito anualmente. Em particular, este balanço é feito sempre que são apresentados os resultados fiscais, trimestralmente, e todos os colaboradores participam
Número de sócios	-
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Com o governo, através do PNLP e com algumas câmaras municipais, resultando em financiamento para a concessão de Microcréditos
Valores proclamados pela ONG	Solidariedade, união, responsabilidade
Auditorias internas	Sim, através de uma empresa externa independente que, anualmente, faz auditorias internas
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Sim, têm evoluído positivamente
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Responsabilidade, trabalho árduo, divisão das tarefas e boa gestão
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social Solidária por parte da ONG	Sim. Apesar do lado económico, a FAMI-Picos também é social e tem como objetivo ajudar os seus beneficiários a terem melhores condições de vida
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	Sim. Apesar da sua essência social, a componente económica não deve ser ignorada, porque o sucesso e a Sustentabilidade de uma ONG dependem da harmonia entre a componente social e económica, que devem andar sempre lado-a-lado

Tabela E.4. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à agente de crédito da FAMI-Picos

	Respostas
Dados gerais	Sónia Furtado, Cabo-verdiana, Santa Catarina, Licenciatura em ciência política e administração
Tempo e funções na ONG	Desde 2007, como agente de crédito e nunca teve outro trabalho
Número de beneficiários	-
Caracterização dos beneficiários	Mulheres, mães chefes de família, com um nível de escolaridade e rendimento baixo, entre os 25 e os 50 anos
Razão e destino dado ao Microcrédito	Oportunidade para criar condições de vida. Construção e melhoria de habitação, prestação de serviços como venda ambulante e venda fixa, educação
Dificuldades de pagamento	Os beneficiários costumam ter dificuldades para pagar as mensalidades. Quando isso acontece, o agente de crédito renegocia as mensalidades de forma a que o beneficiário consiga pagar, se ainda assim as mensalidades não forem pagas, recorre-se aos fiadores e, no limite, ao tribunal
Recurso ao Microcrédito	Quase todos os beneficiários pedem crédito mais que uma vez
Montantes emprestados e duração média	De 10.000,00CVE a 300.000,00CVE, podendo ser aumentado para bons pagadores. Num primeiro pedido, o limite são 100.000,00CVE. Desde 30 dias a 24 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	-
Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro é de 3% e as mensalidades são decrescentes, definidas pelo sistema informático usado
Taxa de reembolso	Segundo o gestor está dentro da média
Situação atual e futura do Microcrédito	Situação atual bastante positiva devido às melhoras significativas. O futuro prevê-se brilhante
Sustentabilidade da ONG	A FAMI-Picos é sustentável porque funciona de forma autónoma sem contar com ajudas externas

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Responsáveis pela gestão da ONG	-
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	
Ajudas externas	-
Salário médio dos colaboradores	-
Colaboradores voluntários	-
Número de colaboradores	-
Salário médio dos colaboradores por sexo	-
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	Bastantes
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Como as atividades relacionadas com o meio ambiente são muito vulneráveis e com um risco grande associado, a FAMI-Picos tem sempre cuidado ao dar crédito a estas atividades
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a preservação ambiental	
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-
Responsabilidade ambiental da ONG	-
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas e os beneficiários que eram de outras culturas são, atualmente, cabo-verdianos
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A FAMI-Picos tem beneficiários de toda a ilha de Santiago, tanto locais, como de zonas mais fragilizadas
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	A FAMI-Picos tem especial preocupação com estas regiões, até porque tem uma parceria com o PNLP, que prevê a ajuda destas mesmas regiões
Fornecedores da ONG	-
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	-
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, no mínimo, anualmente, em áreas relacionadas com as suas formações e atividades desempenhadas
Formação dada aos beneficiários	Sim, quando há formações resultantes de parcerias, em áreas que contribuem para o desenvolvimento das suas atividades
Formação dada à sociedade civil	-
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Sim, semestralmente, com todos os colaboradores
Número de sócios	-
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Pelo menos com o governo através do PNLP, que ajuda a financiar a atividade do Microcrédito
Valores proclamados pela ONG	-
Auditorias internas	Sim, anualmente
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Sim
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Dar crédito, receber os juros e a taxa de comissão desses mesmos créditos e, ainda, ter algum fundo para conseguir manter a Sustentabilidade

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária por parte da ONG

Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG

Tabela E.5. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas na FAMI-Picos

	Respostas			
	Presidente	Gestor	Contabilista	
Dados gerais	Carlos Vaz; Cabo-verdiano; São Salvador do Mundo; 12º ano	Antero Semedo; Cabo-verdiano; São Salvador do Mundo; Ensino médio	Silvania Gomes; Cabo-verdiano; Catarina; Licenciatura em ciências empresariais e organizacionais – vertente contabilidade	Agente de crédito Sónia Furtado; Cabo-verdiano; Santa Catarina; Licenciatura em ciência política e administração
Tempo e funções na ONG	Desde a criação da FAMI-Picos, é presidente há 3 mandatos (6 anos), foi membro-fundador e vice-presidente. Antes trabalhou como técnico social e na preparação de organizações mutualistas	Desde 2000 como gestor. Anteriormente trabalhou no Ministério da Solidariedade como técnico social	Desde 2014 como contabilista. Antes trabalhou numa empresa de contabilidade	Desde 2007, como agente de crédito e nunca teve outro trabalho
Número de beneficiários	1092 beneficiários, dos quais 652 têm crédito ativo	652 beneficiários com crédito ativo (no dia 23.05.2016) num total 1.092 beneficiários de Microcrédito	-	-
Caracterização dos beneficiários	Pessoas muito humildes, de baixa renda, sempre com perspectiva futura e que aceitam a FAMI-Picos como uma organização deles, porque todos os o serem	Pessoas de todos os tipos e de todas as classes sociais, desempregados à procura de uma oportunidade de	Mulheres chefes de família, com uma idade média de 33 anos, jovens desempregados de baixo rendimento e com dificuldade em aceder ao crédito bancário	Mulheres, mães chefes de família, com um nível de escolaridade e rendimento baixo, entre os 25 e os 50

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	sócios	emprego, empregados públicos e do sector privado embora, a maioria, sejam mulheres com uma condição económica baixa com escolaridade, tendencialmente, média/baixa, entre os 18 e os 70 anos	anos
Razão e destino dado ao Microcrédito	Mais acessível, menos burocracia e é uma organização dos beneficiários, o que faz com que se sintam mais à vontade para pedirem Microcréditos Todos os fins	Por tradição, por terem um sentido de pertença em relação à FAMI-Picos e, por procurarem créditos baixos e rápidos Aplicam não só em atividades geradoras de rendimento, mas para tudo o que precisarem	Oportunidade para criar condições de vida. Construção e melhoria de habitação, prestação de serviços como venda ambulante e venda fixa, educação
Dificuldades de pagamento	Alguns beneficiários sentem dificuldades, sobretudo, no início de negócio, quando isso acontece o agente de crédito dirige-se ao beneficiário para um possível renegociação da	Alguns beneficiários têm dificuldades, quando isso acontece é o agente de crédito que se dirige ao beneficiário para uma possível renegociação da dívida.	Os beneficiários costumam ter dificuldades para pagar as mensalidades. Quando isso acontece, o agente

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	dívida. Caso a dívida se mantenha, é o fiador que deve pagar o dinheiro em falta e, num último recurso, leva-se a pessoa para tribunal	Caso a dívida se mantenha, é o fiador que deve pagar o dinheiro em falta e, num último recurso, leva-se a pessoa para tribunal	de renegociação das mensalidades de forma a que o beneficiário consiga pagar, se ainda assim as mensalidades não forem pagas, recorre-se aos fiadores e, no limite, ao tribunal
Recurso ao Microcrédito	Quase todos os beneficiários pedem crédito mais que uma vez	Quase todos os beneficiários pedem crédito mais que uma vez	Quase todos os beneficiários pedem crédito mais que uma vez
Montantes emprestados e duração média	De 10.000,00CVCV a 300.000,00CVCV, havendo a exceção de até 900.000,00/1.000.000,00CVCV para os bons pagadores. Desde 30 dias aos 24 meses, sendo a média de 15 meses	De 10.000,00CVCV a 300.000,00CVCV para primeiros clientes e até 900.000,00CVCV para repetentes, bons pagadores. Desde 30 dias a 24 meses	De 10.000,00CVCV a 300.000,00CVCV, havendo exceções até 900.000,00CVCV para clientes fiéis. Desde 30 dias a 24 meses
Totalidade de dinheiro já	158.601.179,00CVCV (Desde 01.01.2013 a 23.05.2016)	158.601.179,00CVCV (De 01.01.2013 a 23.05.2016)	158.601.179,00CVCV (De 01.01.2013 a 23.05.2016)

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

emprestado		23.05.2016), 93.000.000,00CVE para mulheres e 65.301.179,00CVE para homens		
Taxa de juro e mensalidade	Taxa de juro de 3% e as mensalidades são decrescentes, calculadas pelo programa informático	Taxa de juro de 3%, podendo haver uma redução para clientes fiéis, e as mensalidades são decrescentes, calculadas pelo programa informático <i>Finance Solutions</i>	Taxa de juro de 3% sobre o total em dívida e as mensalidades são decrescentes calculadas através do programa informático	Taxa de juro é de 3% e as mensalidades são decrescentes, definidas pelo sistema informático usado
Taxa de reembolso	Acima dos 90%	Superior a 90%	Desde 01.01.2013 foram devolvidos 155.493.636,00CVE o que dá uma taxa de reembolso de 98%	Segundo o gestor está dentro da média
Situação atual e futura do Microcrédito	Está a traçar um percurso muito positivo, mas ainda carece de formação e de uma estratégia mais aprofundada e aplicada. Aposta em colaboradores formados e capacitados para evoluírem a instituição com os seus conhecimentos	Desde a aplicação do novo plano de negócios, a partir de 2013, que a atividade tem melhorado e prevê-se que continue a melhorar	A FAMI-Picos é uma instituição de referência em Cabo Verde que já ajudou muita gente. Como é formada por uma equipa jovem prevê-se que continue a evoluir e até a expandir-se para outras ilhas	Situação atual bastante positiva devido às melhoras significativas. O futuro prevê-se brilhante
Sustentabilidade da ONG	A FAMI-Picos é sustentável porque consegue manter a atividade quase de forma	A FAMI-Picos é uma instituição sustentável que não perdeu a sua	A FAMI-Picos é sustentável porque as receitas conseguem cobrir todas as despesas e ainda contribuir para o fundo	A FAMI-Picos é sustentável porque funciona de forma

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

autónoma	missão e visão inicial	do Microcrédito	autónoma sem contar com ajudas externas																
Responsáveis pela gestão da ONG	Um gestor com o ensino médio e uma sub-gestora licenciada em gestão	-	-																
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>123.551.341,49</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>79.186.898,63</td> </tr> <tr> <td>Capital Próprio</td> <td>43.319.318,06</td> </tr> <tr> <td>Resultado Líquido</td> <td>1.045.124,80</td> </tr> </tbody> </table>		2015	Ativo	123.551.341,49	Passivo	79.186.898,63	Capital Próprio	43.319.318,06	Resultado Líquido	1.045.124,80	-						
	2015																		
Ativo	123.551.341,49																		
Passivo	79.186.898,63																		
Capital Próprio	43.319.318,06																		
Resultado Líquido	1.045.124,80																		
Valores das receitas e despesas	-	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Receitas</th> <th>Despesas</th> <th>Resultados extraordinários</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>11.662.775,93</td> <td>11.958.148,29</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>15.211.602,22</td> <td>12.956.668,79</td> <td>3.072.669,00</td> </tr> <tr> <td>2015</td> <td>18.232.045,57</td> <td>15.345.696,71</td> <td>2.072.361,00</td> </tr> </tbody> </table>		Receitas	Despesas	Resultados extraordinários	2013	11.662.775,93	11.958.148,29		2014	15.211.602,22	12.956.668,79	3.072.669,00	2015	18.232.045,57	15.345.696,71	2.072.361,00	-
	Receitas	Despesas	Resultados extraordinários																
2013	11.662.775,93	11.958.148,29																	
2014	15.211.602,22	12.956.668,79	3.072.669,00																
2015	18.232.045,57	15.345.696,71	2.072.361,00																
Origem das receitas	As receitas são provenientes do mercado através dos juros dos Microcréditos, da taxa de comissão, das penalidades, das cotas, dos juros de poupança do crédito a prazo da FAMI-Picos	Mercado, através dos seus serviços	As receitas são provenientes do mercado através dos juros dos Microcréditos, da taxa de comissão, das penalidades, das joias e cotas, dos juros de poupança do crédito a prazo da FAMI																
Ajudas externas	Parceria com o governo através do PNLN que permite o reforço da capacidade de financiar o	Do governo, através do PNLN	Não																

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	Microcrédito			
Salário médio dos colaboradores	43.972,00CVE	Dos 23.000,00CVE aos 86.000,00CVE	43.972,00CVE	-
Colaboradores voluntários	Não, apenas os órgãos sociais	Não	Não	-
Número de colaboradores	11, 7 mulheres e 4 homens	11, 7 mulheres e 4 homens	-	-
Salário médio dos colabores por sexo	-	Diferem de acordo com a função	-	-
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Apenas 2 tinha emprego anterior	Apenas 3 tinham emprego anterior	-	-
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Mais de 50% dos beneficiários não tinham emprego ou estavam numa situação de emprego precário	-	-	-
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	55 agricultura, 69 pecuária e 2 pesca	55 agricultura, 69 pecuária e 2 pesca	-	Bastantes
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Como é uma atividade muito vulnerável, a FAMI-Picos tem sempre especial atenção na concessão de crédito a estas atividades	Como é uma atividade muito vulnerável, sujeita a muitos riscos, a FAMI-Picos tem sempre especial atenção na concessão de crédito	-	Como as atividades relacionadas com o meio ambiente são muito vulneráveis e com um risco grande associado, a

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Iniciativas de conscientização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Em parceria com o PNLP e o ADF a FAMI tem feito algumas formações relativas a pragas, seca e a transformação de produtos	Trabalha em parceria com o Ministério da Agricultura e do Ambiente, canalizando os colaboradores e beneficiários quando há formações	-	FAMI-Picos tem sempre cuidado ao dar crédito a estas atividades
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	Em 2015 o consumo mensal de energia rondou os 8.977,00CVE, de combustíveis 36.910,00CVE, de água 2.316,00CVE e de papel 20.435,00CVE	-	-	-
Responsabilidade ambiental da ONG	Sim	É uma instituição com consciência ambiental	-	-
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas e os beneficiários que eram de outras culturas são, atualmente, cabo-verdianos	Não há colaboradores de outras culturas e os beneficiários que eram de outras culturas são, atualmente, cabo-verdianos	-	Não há colaboradores de outras culturas e os beneficiários que eram de outras culturas são, atualmente, cabo-verdianos

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	Atualmente não	Atualmente não	-	-
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria é local, mas existem alguns de zonas mais fragilizadas que operam na delegação da Ribeira da Barca, Santa Catarina, Enjenho, Achada Falcão	A maioria dos colaboradores são locais	-	-
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A FAMI-Picos tem beneficiários de toda a ilha de Santiago, tanto locais, como de zonas mais fragilizadas, embora a maioria seja local	A FAMI-Picos tem beneficiários de toda a ilha de Santiago, tanto locais, como de zonas mais fragilizadas, embora a maioria seja local	-	A FAMI-Picos tem beneficiários de toda a ilha de Santiago, tanto locais, como de zonas mais fragilizadas
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	Existe uma grande preocupação em ajudar a desenvolver essas zonas fragilizadas por terem uma	A principal preocupação está em melhorar a economia dos municípios vizinhos,	-	A FAMI-Picos tem especial preocupação com estas regiões, até

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	extrema pobreza	São Lourenço dos Órgãos e Santa Catarina, e do Tarrafal		porque tem uma parceria com o PNLN, que prevê a ajuda destas mesmas regiões
Fornecedores da ONG	A maioria dos fornecedores é da Praia, apenas a água é do Picos	A maioria dos fornecedores é da Praia, apenas a água é do Picos	São todos da Praia, à exceção da água que vem dos Picos	
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	Existem projetos direcionados para o desenvolvimento local	A parceria com a PNLN ajudou a FAMI-Picos a contribuir, significativamente, para o desenvolvimento de Santiago Centro	-	-
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, incentiva a sua formação académica e canaliza-os para formações feitas em parceria com o PNLN, a ADF e a OASIS de acordo com a função na ONG mas também em ética associativa, Economia Social e Solidária, igualdade de género. Estas formações ocorrem anualmente	Sim, através de parcerias em contabilidade e gestão, tesouraria, agentes de crédito, etc., anualmente	Sim, em áreas de atividade dos seus colaboradores, 3 a 4 vezes por ano	Sim, no mínimo, anualmente, em áreas relacionadas com as suas formações e atividades desempenhadas

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Formação dada aos beneficiários	Sim, em parceria com outras instituições em agropecuária, transformação de produtos alimentares, gestão de pequenos negócios, manuseamento de alimentos, higiene e segurança no trabalho. Estas formações ocorrem trimestralmente, dependendo das associações que estão a promover as formações	Sim, através de parcerias em gestão de pequenos negócios, manuseamento de alimentos, higiene, dependendo da instituição formadora	Sim, anualmente, dependendo das formações promovidas pelas associações parceiras em áreas como gestão de pequenos negócios	Sim, quando há formações resultantes de parcerias, em áreas que contribuem para o desenvolvimento das suas atividades
Formação dada à sociedade civil	Apenas formações de poucas horas em operações financeiras, pequenas contabilidades, apresentação de contas, anualmente	Não	Não	-
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	No geral o balanço das atividades é feito anualmente, em particular, sempre que são apresentados os resultados fiscalmente, trimestralmente, e todos os colaboradores participam	-	No geral, o balanço das atividades é feito anualmente. Em particular, este balanço é feito sempre que são apresentados os resultados fiscalmente, trimestralmente, e todos os colaboradores participam	Sim, semestralmente, com todos os colaboradores
Número de sócios	2813 sócios, dos quais 2000/2500 estão ativos e	2300 sócios, 58% mulheres	-	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Frequência e participação nas Assembleias Gerais	mais de 50% são mulheres Assembleias representativas com 50-150 sócios presentes e ocorrem de 2 em 2 anos ou sempre que hajam assuntos relevantes para serem discutidos	Assembleias representativas com 150-200 sócios presentes	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	As ideias e intenções dos sócios são sempre ouvidas e tidas em conta, resultando, na maioria das vezes, em ações concretas	-	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	Os mandatos têm a duração de dois anos, tendo existido 4 mandatos nos últimos 10 anos (2009/2011/2013/2015) e em todos os mandatos houve rotatividade dos órgãos, há exceção do presidente que se encontra no cargo de presidente da direção há 3 mandatos	2009/2011/2013/2015 o presidente manteve-se, mas os outros órgãos sociais foram mudando	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	No últimos 10 anos, há exceção do último mandato que incluiu mais duas pessoas na direção, existiram 2 presidentes na direção, 5	-	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	<p>elementos na Assembleia Geral em cada mandato, 5 elementos na direção de cada mandato e 5 elementos no conselho fiscal de cada mandato</p> <p>Atualmente, A Assembleia Geral tem 5 elementos, a direção 7 elementos e o conselho fiscal 5 elementos</p> <p>A percentagem de mulheres tem sido sempre superior à dos homens, embora elas preferiram ficar por cargos abaixo da presidência</p>			
<p>Parcerias estabelecidas pela ONG</p>	<p>Governo através do PNLP e com a ADF, faz parte da Plataforma das ONG, da FAM-F, da OASIS e do Fórum Cooperativo, resultando em formações para beneficiários e colaboradores e o reforço da capacidade financeira</p>	<p>A FAMI-Picos é membro da FAM-F e da Plataforma das ONG e parceira do PNLP</p>	<p>Com o governo, através do PNLP e com algumas câmaras municipais, resultando em financiamento para a concessão de Microcréditos</p>	<p>Pelo menos com o governo através do PNLP, que ajuda a financiar a atividade do Microcrédito</p>
<p>Valores proclamados pela ONG</p>	<p>Livre adesão, solidariedade, intercooperação, educação, formação dos membros, democracia interna</p>	<p>Transparência, democracia, livre adesão, cooperação, entreatajuda</p>	<p>Solidariedade, união, responsabilidade</p>	<p>-</p>

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	satisfação dos clientes, respeito ao meio ambiente, Sustentabilidade económica, social e financeira			
Auditorias internas	A primeira auditoria interna aconteceu o ano passado, 2015, feita por um consultor contratado para o efeito	É feita uma fiscalização geral aquando da prestação de contas nas finanças, trimestralmente	Sim, através de uma empresa externa independente que, anualmente, faz auditorias internas	Sim, anualmente
Prestação de contas	Sempre nas Assembleias Gerais	-	-	-
Disponibilidade dos dados económicos	Não estão publicamente disponíveis	Sim, valores favoráveis, na medida em que as receitas superam as despesas e ainda permitem a acumulação para o reforço do Microcrédito	Sim, têm evoluído positivamente	Sim
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Ser autónoma, pensar por si e não se deixar influenciar pela intenção de outros órgãos superiores, ter uma visão de longo prazo, muita planificação direcionada para esse mesmo futuro, ter muitos sócios de qualidade, diversificar os seus microfinanciamentos e	Receitas superiores às despesas para que possa honrar todos os seus compromissos	Responsabilidade, trabalho árduo, divisão das tarefas e boa gestão	Dar crédito, receber os juros e a taxa de comissão desses mesmos créditos e, ainda, ter algum fundo para conseguir manter a Sustentabilidade

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária por parte da ONG	apostar na formação Sim	Sim, por exemplo, uma das exigências é que a taxa de juro seja aplicada sobre o montante em dívida e não sobre o total constante	Sim. Apesar do lado económico, a FAMI-Picos também é social e tem como objetivo ajudar os seus beneficiários a terem melhores condições de vida	Sim
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	Livre adesão, solidariedade, intercooperação, educação, formação dos membros, democracia interna satisfação dos clientes, respeito ao meio ambiente, Sustentabilidade económica, social e financeira	Sim	Sim. Apesar da sua essência social, a componente económica não deve ser ignorada, porque o sucesso e a Sustentabilidade de uma ONG dependem da harmonia entre a componente social e económica, que devem andar sempre lado-a-lado	Sim

Tabela E.6. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao presidente do CITI-Habitat

	Respostas
Dados gerais	Jacinto Santos, Cabo-verdiano, Praia, Licenciatura em sociologia
Tempo e funções na ONG	Desde o início, desde de 1988 como presidente da mesa da Assembleia Geral, de 2009 como vice-presidente do conselho de direção e desde 2014 como presidente do conselho de direção. Anteriormente, desempenhou funções na área social
Número de beneficiários	-
Caracterização dos beneficiários	-
Razão e destino dado ao Microcrédito	-
Dificuldades de pagamento	Grande parte tem dificuldades de pagamento, mas a taxa de inadimplência tem diminuído significativamente, pois desde a separação das microfinanças do social que os beneficiários deixaram de olhar para o Microcrédito como uma doação
Recurso ao Microcrédito	-
Montantes emprestados e duração média	-
Totalidade de dinheiro já emprestado	-
Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 2,5% e 3% (a microfinança não trabalha com a taxa de juro, mas sim com as oportunidades) é aplicada sobre o capital em dívida somando as amortizações (crescentes) que dará mensalidades constantes
Taxa de reembolso	Em 2015, foi superior a 80% e recuperaram-se 15.000,00CVE de créditos antigos

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Situação atual e futura do Microcrédito
Evitar que o serviço e a futura instituição tenham custos que só consigam ser cobertos através da alteração das taxas de juro. O futuro passa pela sua reestruturação em mutualidade de poupança e crédito, com novos serviços das microfinanças, autonomia a diferentes níveis, e pela modernização através da utilização das tecnologias de informação reduzindo os custos para a instituição e para os clientes

Sustentabilidade da ONG
Desde 2014 o departamento das microfinanças tem mostrado Sustentabilidade, paga todos os seus custos sem precisar do dinheiro de terceiros. O CITI-Habitat como é uma ONG, não tem fontes próprias de geração de riqueza, o que torna a questão da Sustentabilidade relativa

Responsáveis pela gestão da ONG
O presidente do conselho de direção, licenciado em sociologia

	Ativo	Passivo	Capital Próprio
2015	140.644.196,92	57.067.002,26	83.577.194,66
2014	107.112.063,90	26.464.156,12	80.647.907,78
2013	101.854.756,37	14.387.680,00	87.467.076,37
2012	125.804.669,22	33.926.382,00	91.878.287,22

Valores das receitas e despesas

	Receitas	Despesas	Resultados dos recursos apurados
2015	127.354.429,51	125.638.315,62	1.716.113,89
2014	52.349.402,00	60.918.832,20	-8.569.430,20
2013	67.162.425,65	72.019.862,86	-4.857.437,21

Origem das receitas
Em 2014, 85,2% das receitas vinham da cooperação portuguesa, 10% da administração pública, 3,3% de receitas próprias e 1,5% de outros doadores

Ajudas externas
Subvenções
46.836,36CVE

Salário médio dos colaboradores

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Colaboradores voluntários	Não																				
Número de colaboradores	21, 11 do sexo masculino e 10 do sexo feminino																				
Salário médio dos colaboradores por sexo	O salário médio dos colaboradores do sexo masculino é de 56.272,72CVE e o salário médio dos colaboradores do sexo feminino é de 37.400,00CVE																				
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Grande parte entrou no CITI-Habitat através de estágios e acabaram por ficar, os restantes vieram de outros empregos																				
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	A maioria																				
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	-																				
Atenção dada a atividades relacionadas com o meio ambiente	O ambiente é uma questão transversal na abordagem ao desenvolvimento económico local e ao desenvolvimento comunitário, sendo mote de alguns projetos																				
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Projeto “FAS: Programa de Ligação Domiciliária de Água e Esgotos + Kits Sanitários em Santiago”																				
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Energia</th> <th>Combustíveis</th> <th>Água</th> <th>Mat. Escritório</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>255.511,00</td> <td>1.006.130,00</td> <td>12.531,00</td> <td>435.690,87</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>80.037,00</td> <td>165.000,00</td> <td>5.813,00</td> <td>156.718,00</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>258.99,00</td> <td>33.904,00</td> <td>69.320,00</td> <td>468.728,00</td> </tr> </tbody> </table>		Energia	Combustíveis	Água	Mat. Escritório	2015	255.511,00	1.006.130,00	12.531,00	435.690,87	2014	80.037,00	165.000,00	5.813,00	156.718,00	2013	258.99,00	33.904,00	69.320,00	468.728,00
	Energia	Combustíveis	Água	Mat. Escritório																	
2015	255.511,00	1.006.130,00	12.531,00	435.690,87																	
2014	80.037,00	165.000,00	5.813,00	156.718,00																	
2013	258.99,00	33.904,00	69.320,00	468.728,00																	
Responsabilidade ambiental da ONG	Sim, embora se possa fazer mais. O objetivo é, no futuro, usar energia renovável e aplicar o princípio da eficiência energética																				
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas																				
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	Projeto “A Cultura como Fator de Inserção Social e Económica no Município de Ribeira Grande de Santiago”																				
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria é local mas há, pelo menos, uma do interior																				
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	-																				

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	O foco do CITI-Habitat são as comunidades locais, urbanas e rurais, havendo uma concentração na periferia da cidade da Praia, no concelho de São Domingos e da Ribeira Grande de Santiago
Fornecedores da ONG	Todos locais
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos orientados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	O projeto “Rádio Comunitária Voz de Ponta d’Água” e o projeto “Programa de Desenvolvimento Sociocomunitário em Santiago”
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, duas a três vezes por ano, capacitação através de reuniões de aprimoramento e reflexão sobre associativismo, voluntariado, desenvolvimento comunitário, técnicas e metodologias de animação para o desenvolvimento, Economia Social e Solidária, gestão de pequenos negócios, empreendedorismo
Formação dada aos beneficiários	Sim, sempre que possível em cabeleireira, estética, manicure/pedicure; capacitação em arte de cabedal e bijutarias; capacitação em artes e cabedal; formação em grafismo digital; animação radiofónica e sonoplastia; guia turístico; reparação de eletrodomésticos; saneamento animal
Formação dada à sociedade civil	Sim, através da rádio comunitária que informa o seus ouvintes sempre para questões relevantes. Formações decorrentes de projetos como cabeleireira, estética, manicure/pedicure; planificação estratégica – orçamento participativo; capacitação em tratamento, captação de imagem e edição de vídeo; capacitação em arte de cabedal e bijutarias; capacitação em artes e cabedal; promoção da Economia Social e Solidária; promoção cooperativa; postos de trabalho; promoção da saúde/educação
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Trimestralmente e anualmente nas Assembleias Gerais Externamente aos financiadores dos projetos
Número de sócios	79 sócios, 27 do sexo feminino
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	Anualmente. Na última houve uma afluência de 60%

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Contributo dos sócios em Assembleia Geral	As opiniões a alterações de propostas incorporam-se em propostas da Assembleia Geral e o conselho de direção é obrigado a implementar essas ideias
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	O CITI-Habitat teve apenas 3 presidentes até ao momento, de 1988-1992 (Luís Araújo), de 1992-2014 (Elísio Rodrigues) e de 2014 até ao presente (Jacinto Santos). Atualmente, os mandatos são de 3 anos Nos anteriores dois mandatos não haviam órgãos sociais
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	Na Assembleia Geral existem 4 pessoas (2 homens e 2 mulheres), no conselho de direção 8 (3 mulheres e 5 homens), no conselho fiscal 5 (2 mulheres e 3 homens) e no conselho de ética e de disciplina 5 (todos homens)
Parcerias estabelecidas pela ONG	Com o governo e municípios, parcerias pontuais por projetos com a UE, com o MCA, com o Ministério de desenvolvimento rural, com alguns centros de emprego e formação profissional com o centro de energias renováveis, com a universidade Piaget e com a escola de agricultura de Toulouse
Valores proclamados pela ONG	Solidariedade, participação, responsabilização e a auto-organização, subjacentes estão os princípios da transparência, prestação de contas e o princípio da autonomia e independência política, institucional e ideológica em relação aos poderes públicos, políticos e religiosos
Auditorias internas	Não
Prestação de contas	Anualmente, em Assembleia Geral
Disponibilidade dos dados económicos	Estão disponíveis para quem quiser consultar
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Gestão sustentável que passa pela capacidade de gerar receitas próprias e mobilizar recursos para desenvolvimento dos projetos
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social Solidária por parte da ONG	eSim, por inteiro. O CITI-Habitat não visa o lucro, não gera excedentes, ninguém se apropria dos excedentes, das poupanças, dos ganhos que se obtêm da execução dos projetos, servem para reforçarem a capacidade do CITI-Habitat e ampliar o impacto da sua ação

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG

e Não há contradição entre o cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e a Sustentabilidade de uma ONG. O princípio da Sustentabilidade é aplicável a todo o tipo de atividade humana, mesmo as instituições de fim não lucrativo devem ser sustentáveis, têm que ter Sustentabilidade institucional, financeira e técnica

Tabela E.7. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à coordenadora executiva do departamento das microfinanças do CITI-Habitat

	Respostas
Dados gerais	Aarabela Monteiro, Cabo-verdiana, Praia, Mestrado em engenharia financeira
Tempo e funções na ONG	Desde 2014 como coordenadora executiva do departamento das microfinanças, anteriormente, tinha trabalhado numa empresa de construção como contabilista
Número de beneficiários	970 beneficiários com crédito ativo
Caracterização dos beneficiários	Mulheres jovens entre os 18-35 anos, chefes de família, à procura do primeiro emprego, com uma escolarização baixa/média e com uma situação económica muito fragilizada
Razão e destino dado ao Microcrédito	Falta de oportunidades, dificuldade em conseguir empréstimos no banco por causa da burocracia e da maior exigência em relação ao fiador Sobretudo, prestação de serviços
Dificuldades de pagamento	Sim, grande parte tem dificuldades para pagar, mas a taxa de inadimplência tem vindo a diminuir. Nos casos de incumprimento os agentes de crédito advertem o beneficiário, se passados 3 meses o pagamento não for feito é a coordenadora executiva que contacta com eles, se a dívida se mantiver é dada ordem de transferência direta ao banco e, em último recurso ,o problema é levado a tribunal
Recurso ao Microcrédito	Muitos beneficiários voltam a pedir Microcrédito
Montantes emprestados e duração média	De 20.000,00CVE aos 300.000,00CVE, sendo que num primeiro pedido o limite é de 50.000,00CVE Desde 4 a 24 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	105.305.404,00CVE (Até 17.05.2016)

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de juro e mensalidades	A taxa de juro é de 2,5% por mês para as atividades de prestação de serviços e de 3% para as atividades de agricultura e pecuniária, aplicada sobre o capital em dívida As mensalidades são fixas, calculadas pelos sistema informático <i>Fast Crédito</i>
Taxa de reembolso	-
Situação atual e futura do Microcrédito	Bom desempenho e com evolução positiva desde a separação das microfinanças do social. Num prazo de 5 anos, espera-se que seja feita a transição para um microbanco sustentável
Sustentabilidade da ONG	O departamento das microfinanças é sustentável porque paga os seus custos mensais e tem benefícios, o único problema é a necessidade de limpar a carteira de créditos antigos
Responsáveis pela gestão da ONG	A gestão do departamento das microfinanças está a cargo da coordenadora executiva, licenciada em gestão e com Mestrado em engenharia financeira
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	Mercado, através da taxa de juro, das comissões de abertura e dos juros de mora
Ajudas externas	Não
Salário médio dos colaboradores	52.000,00CVE
Colaboradores voluntários	Não
Número de colaboradores	5, todos do sexo feminino
Salário médio dos colabores por sexo	52.000,00CVE
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Do departamento das microfinanças nenhuma estava
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Em 2015, 93%

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	79 beneficiários com atividades relacionadas com o meio ambiente (agricultura, pecuária, pesca)
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Atividades com muito risco e, regra geral, são beneficiários considerados maus pagadores, porém há um incentivo à ajuda destas atividades através do PNL P
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Não
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-
Responsabilidade ambiental da ONG	Pouco
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, da Guiné-Bissau, do Senegal, da Costa do Marfim e do Congo
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	Não
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria são locais, mas há dois do interior
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	96 beneficiários são do interior, dos concelhos de concelhos de Santa Cruz, São Domingos, Santa Catarina e Ribeira Grande de Santiago, os restantes locais
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	O departamento das microfinanças faz sessões de formações para os beneficiários dessas regiões
Fornecedores da ONG	Todos locais
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, capacitação semestral através de reuniões de aprimoramento e reflexão sobre associativismo, voluntariado, desenvolvimento comunitário, técnicas e metodologias de animação para o desenvolvimento, Economia Social e Solidária, gestão de pequenos negócios, empreendedorismo

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Formação dada aos beneficiários	Sim, semestral ou trimestralmente em gestão de pequenos negócios, contabilidade básica para pequenos negócios, Economia Social e Solidária, educação financeira, higiene e manipulação de alimentos
Formação dada à sociedade civil	Não
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Semestralmente, com todos os elementos do departamento das microfinanças e também nas Assembleias Gerais
Número de sócios	-
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Com o governo através do PNL P que financia o fundo para a concessão Microcrédito
Valores proclamados pela ONG	-
Auditorias internas	A primeira realizar-se-á em Dezembro de 2016
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Estão disponíveis para quem quiser consultar
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Prestação de contas e organização de dados
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária por parte da ONG	eSim, o CITI-Habitat tem os princípios e valores da Economia Social e Solidária sempre presentes
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	A separação do departamento das microfinanças do social, deteriorou a componente social deste serviço de proximidade, levando a crer que é difícil manter válidos os princípios e valores da Economia Social e Solidária e, ao mesmo tempo, a Sustentabilidade económica-financeira que tanto se ambiciona

Tabela E.8. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à contabilista do departamento das microfinanças do CITI-Habitat

	Respostas
Dados gerais	Sheila Santos, Cabo-verdiana, Praia, Licenciatura em contabilidade e administração
Tempo e funções na ONG	Desde 2014 como estagiária e, atualmente, como contabilista. Não teve outro emprego
Número de beneficiários	970 beneficiários com crédito ativo
Caracterização dos beneficiários	Jovens à procura do primeiro emprego, entre os 18-35 anos, a maioria, mulheres chefes de família que procuram uma melhor condição de vida para si e para os seus filhos
Razão e destino dado ao Microcrédito	Criar o próprio emprego e até para terceiros, e garantirem alguma Sustentabilidade Sobretudo, prestação de serviços, mas também agricultura, pecuária e artesanato
Dificuldades de pagamento	De uma forma geral, há dificuldade de pagamento das prestações. Quando isso acontece, é feito o contacto com o beneficiário e renegociam-se as datas e os montantes das mensalidades facilitando o pagamento sem prejudicar a ONG ou o beneficiário
Recurso ao Microcrédito	A maioria volta a pedir Microcrédito
Montantes emprestados e duração média	De 20.000,00CVE a 300.000,00CVE, sendo o limite do primeiro pedido de 50.000,00CVE A duração média é de 24 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	105.305.404,00CVE (Até 17.05.2016)

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de juro e mensalidades	A taxa de juro é de 2,5% por mês para as atividades de prestação de serviços e de 3% para as atividades de agricultura e pecuniária, aplicada sobre o montante em dívida As mensalidades são fixas, calculadas através do programa informático <i>Fast Crédito</i>																				
Taxa de reembolso	2013: 95%; 2014: 87%; 2015: 50% (Crédito cedidos no final de 2015 que só começaram a ser pagos em 2016)																				
Situação atual e futura do Microcrédito	É um serviço que tem ajudado muito as famílias cabo-verdianas e se continuar a evoluir assim, será muito bem visto																				
Sustentabilidade da ONG	O departamento das microfinanças é sustentável porque é autónomo, financia-se com o seu próprio dinheiro e não com o dinheiro de terceiros																				
Responsáveis pela gestão da ONG	Presidente, administradores e coordenadora executiva																				
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-																				
Valores das receitas e despesas	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">2015</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Receitas</th> <th>Despesas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Orçamentado</td> <td></td> <td>5.000.000,00</td> <td>4.786.887,40</td> </tr> <tr> <td>Obtido</td> <td></td> <td>4.673.878,64</td> <td>4.594.985,00</td> </tr> <tr> <td>Percentagem</td> <td></td> <td>93% das receitas orçamentadas</td> <td>96% das despesas orçamentadas</td> </tr> </tbody> </table>			2015				Receitas	Despesas	Orçamentado		5.000.000,00	4.786.887,40	Obtido		4.673.878,64	4.594.985,00	Percentagem		93% das receitas orçamentadas	96% das despesas orçamentadas
		2015																			
		Receitas	Despesas																		
Orçamentado		5.000.000,00	4.786.887,40																		
Obtido		4.673.878,64	4.594.985,00																		
Percentagem		93% das receitas orçamentadas	96% das despesas orçamentadas																		
Origem das receitas	Mercado, através da taxa de juro, das comissões de abertura e dos juros de mora																				
Ajudas externas	Não																				
Salário médio dos colaboradores	-																				
Colaboradores voluntários	-																				
Número de colaboradores	5, todos do sexo feminino																				
Salário médio dos colaboradores por sexo	Não há diferença salarial por género																				

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social										
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	A maioria									
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	-									
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	-									
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Dá formação aos agricultores, por exemplo, com formações direcionadas para o controlo das pragas e aos beneficiários com atividade pecuniária com primeiros socorros aos animais									
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">2015 (mensal)</th> </tr> <tr> <th>Luz e água</th> <th>Combustíveis</th> <th>Material de escritório</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>54.822,00</td> <td>115.330,00</td> <td>44.440,00</td> </tr> </tbody> </table>	2015 (mensal)			Luz e água	Combustíveis	Material de escritório	54.822,00	115.330,00	44.440,00
2015 (mensal)										
Luz e água	Combustíveis	Material de escritório								
54.822,00	115.330,00	44.440,00								
Responsabilidade ambiental da ONG	Sim, porque faz sempre controlo das despesas									
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, da Guiné, Nigéria, Angola									
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais										
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria é local, mas há uma colaboradora do interior									
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria dos beneficiários são locais, mas também há de concelhos do interior, como São Domingos, Santa Catarina, Santiago, Ribeira Grande de Santiago									
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	A preocupação está direcionada para a pessoa e não tanto com o local onde ela se encontra									
Fornecedores da ONG	-									

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos-direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, ocasionalmente, em microfinança, contabilidade, gestão de pequenos negócios
Formação dada aos beneficiários	Sim, duas três vezes por ano em microfinança, contabilidade, gestão de pequenos negócios
Formação dada à sociedade civil	-
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Trimestralmente
Número de sócios	-
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	-
Valores proclamados pela ONG	Inclusão social e financeira
Auditorias internas	-
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Estão disponíveis para quem desejar consultar
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Angariar receitas dos sócios, ter mais sócios, prestar serviços e ter ajudas do Estado
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária por parte da ONG	eSim
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	eSim

Tabela E.9. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à agente de crédito do CITI-Habitat

	Respostas
Dados gerais	Conceição Amado, Cabo-verdiana, Fogo, 5.º ano – curso geral
Tempo e funções na ONG	Desde 1996, como animadora social e agente de crédito. Atualmente, como agente de crédito. Anteriormente, foi promotora social na câmara municipal e no ministério da saúde
Número de beneficiários	-
Caracterização dos beneficiários	Mulheres entre os 18-35 anos, chefes de família com uma escolarização baixa/média e com uma situação económica muito fragilizada
Razão e destino dado ao Microcrédito	Autoemprego
Dificuldades de pagamento	Sobretudo, em prestação de serviços – pequeno comércio, mas também agricultura, pecuária, aviário, artesanato e produção Sim, principalmente, os mais pobres. Quando acontece, renegocia-se a dívida, se mesmo assim não resultar, contacta-se diretamente o fiador, podendo o CITI-Habitat levantar o dinheiro em falta diretamente do fiador, contudo, só é usado quando não se encontra outra solução
Recurso ao Microcrédito	Geralmente todos voltam a pedir
Montantes emprestados e duração média	De 20.000,00CVE a 300.000,00CVE, havendo limite de 50.000,00CVE na primeira vez De 4 a 24 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	-
Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 2,5% para as atividades de prestação de serviços e 3% para as atividades primárias, aplicada sobre o total em dívida As mensalidades são calculadas pelo programa informático <i>Fast Crédito</i>
Taxa de reembolso	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Situação atual e futura do Microcrédito	Está a evoluir muito, sendo uma enorme ajuda para o combate à pobreza. No futuro transformar-se-á numa mutualidade
Sustentabilidade da ONG	No seu todo não é sustentável porque depende muito de ajudas externas, já o departamento das microfinanças é sustentável, porque labora só com o seu próprio dinheiro
Responsáveis pela gestão da ONG	A responsável pelo departamento das microfinanças é a coordenadora executiva
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	Do mercado, através da taxa de juro, dos juros de mora e das comissões de abertura
Ajudas externas	O departamento das microfinanças não tem ajudas externas
Salário médio dos colaboradores	41.200,00CVE (Departamento das microfinanças)
Colaboradores voluntários	Não
Número de colaboradores	5, todos do sexo feminino
Salário médio dos colaboradores por sexo	41.200,00CVE
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	A contabilista e a coordenadora executiva
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	90% estava no desemprego antes do Microcrédito
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	-
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Sim, o departamento das microfinanças tem um projeto de crédito destinado para essas atividades que se chama “luta contra a pobreza no meio rural”
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	-
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-
Responsabilidade ambiental da ONG	Não financiam projetos que não respeitem o meio ambiente

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, da Guiné-Bissau, Angola, Ex-colónias francesas
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	-
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	São todos locais
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	Há beneficiários de todos os meios, interior, rural, semi-urbano e urbano, mas a maioria é local
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	Sim
Fornecedores da ONG	Todos da Praia
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	-
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, em desenvolvimento local. A nova direção tem a ideia de ser todos os meses, mas ainda não começou
Formação dada aos beneficiários	Sim, educação financeira, todos os meses, para os futuros beneficiários e em gestão de pequenos negócios, higiene e manipulação de alimentos, educação financeira, marketing, anualmente
Formação dada à sociedade civil	Não
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Não
Número de sócios	-
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	-
Valores proclamados pela ONG	Cidadania, proteção social, meio ambiente, bem-estar das populações

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Auditorias internas	Ainda não
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados econômicos	Estão disponíveis para colaboradores e exteriores à organização consultarem
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Ter dinheiro para pagar os salários, ter apoios do governo e ter projetos para conseguir dinheiro
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária por parte da ONG	Sim, o CITI-Habitat é uma ONG por excelência, por cumprir com os valores implícitos de uma ONG
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	Sim

Tabela E.10. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas no CITI-Habitat

	Respostas			
	Presidente	Coordenadora executiva	Contabilista	Agente de crédito
Dados gerais	Jacinto Santos, Cabo-verdiano, Licenciatura em sociologia	Aarabela Monteiro, Cabo-verdiana, Licenciatura em Engenharia administrativa financeira	Sheila Santos, Cabo-verdiana, Licenciatura em contabilidade	Conceição Amado, Cabo-verdiana, Fogo, 5º ano – curso geral
Tempo e funções na ONG	Desde o início, desde de 1988 como presidente da Assembleia Geral, desde 2009 como vice-presidente do conselho de direção de 2014 como presidente do conselho de direção. Anteriormente desempenhou funções na área social	Desde 2014 como coordenadora do departamento de microfinanças.	Desde 2014 como estagiária atualmente como contabilista. Não animadora social e agente de crédito.	Desde 1996, como animadora social e agente de crédito. Atualmente, como agente de crédito. Anteriormente, foi promotora social na câmara municipal e no ministério da saúde
Número de beneficiários		970 beneficiários com crédito ativo	970 beneficiários com crédito ativo	-
Caracterização dos beneficiários		Mulheres jovens entre os 18-35 anos, chefes de família, à procura de primeiro emprego, com uma baixa/média e com situação económica muito fragilizada	Jovens à procura de emprego, entre os 18-35 anos, chefes de família, à procura de emprego, com uma melhor condição de vida para si e para os seus filhos	Mulheres entre os 18-35 anos, a 18-35 anos, chefes de família com uma situação económica muito fragilizada

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

<p>Razão e destino dado ao Microcrédito</p>	<p>Falta de oportunidades, em terceiros, e garantir alguma dificuldade conseguir empréstimos Sustentabilidade no banco por causa da Sobretudo, prestação de serviços, prestação de serviços – pequeno burocracia e da maiores também agricultura, pecuária e comércio, mas exigência em relação ao artesanato fiador Sobretudo prestação de serviços e artesanato e produção</p>	<p>Autoemprego Sobretudo, em prestação de serviços – pequeno comércio, mas também agricultura, pecuária, aviário, artesanato e produção</p>
<p>Dificuldades de pagamento</p>	<p>De grande parte tem dificuldades de pagamento, Sim, grande parte tem De uma forma geral, há dificuldade Sim, principalmente mas a taxa de inadimplência tem diminuído dificuldades para pagar, de prestações os mais pobres. significativamente, pois desde a separação a taxa de Quando isso acontece, é feito o Quando acontece, a microfinanças do social que os beneficiários inadimplência tem vindo contacto com o beneficiário e renegocia-se a deixaram de olhar para o Microcrédito como a diminuir. Nos casos de renegociam-se as datas e os dívidas, se mesmo uma doação incumprimento os montantes das mensalidades assim não resultar, agentes de crédito facilitando o pagamento sem contactar-se advertem o beneficiário, prejudicar a ONG ou o beneficiário diretamente o fiador, se passados 3 meses o pagamento não for feito é a coordenadora executiva que contacta com eles, se a dívida se mantiver é dada ordem de transferência direta ao banco e, em último recurso, o problema é levado a tribunal</p>	<p>Sim, principalmente os mais pobres. Quando acontece, a renegocia-se a dívidas, se mesmo não resultar, contactar-se diretamente o fiador, podendo o CITEHabitat levantar o dinheiro em falta diretamente do fiador, contudo, só é usado quando não se encontra outra solução</p>

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de reembolso	Em 2015, foi superior a 80% e recuperaram-se-15.000,00CVE de créditos antigos	2013: 95%; 2014: 87%; 2015: 50%-(Crédito cedidos no final de 2015 que só começaram a ser pagos em 2016)
Situação futura Microcrédito	Evitar que o serviço e a futura instituição tenham custos que só consigam ser cobertos através da alteração das taxas de juro. O futuro Microcrédito passa pela sua reestruturação em poupança e crédito, com novos serviços e pela modernização através da utilização de tecnologias de informação, reduzindo os custos para a instituição e para os clientes	É um serviço que tem ajudado muito, está a evoluir muito, desdeas famílias cabo-verdianas e sendo uma enorme ajuda para o combate à pobreza. N futuro transformar-se-á numa mutualidade
Sustentabilidade da ONG	Desde 2014 o departamento das microfinanças tem mostrado Sustentabilidade, paga todos os seus custos sem precisar do dinheiro de terceiros. O CITI-Habitat como é uma ONG não tem fontes próprias de geração de riqueza, que torna a questão da Sustentabilidade relativa	O departamento das microfinanças é autónomo, sustentável porque o seu próprio depende muito de dinheiro de ajudas externas, já o departamento das microfinanças é sustentável, porque labora só com o seu próprio dinheiro

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Responsáveis pela gestão da ONG	O presidente do conselho de direção em sociologia	A gestão das microfinanças está a cargo da coordenadora executiva, licenciada em gestão e com Mestrado em engenharia financeira	do Presidente, das coordenadora executiva	administradores executiva	eA responsável pelo departamento das microfinanças é a coordenadora executiva																				
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ativo</th> <th>Passivo</th> <th>Capital Próprio</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>140.644.196,92</td> <td>57.067.002,26</td> <td>83.577.194,66</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>107.112.063,90</td> <td>26.464.156,12</td> <td>80.647.907,78</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>101.854.756,37</td> <td>14.387.680,00</td> <td>87.467.076,37</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>125.804.669,22</td> <td>33.926.382,00</td> <td>91.878.287,22</td> </tr> </tbody> </table>						Ativo	Passivo	Capital Próprio	2015	140.644.196,92	57.067.002,26	83.577.194,66	2014	107.112.063,90	26.464.156,12	80.647.907,78	2013	101.854.756,37	14.387.680,00	87.467.076,37	2012	125.804.669,22	33.926.382,00	91.878.287,22
	Ativo	Passivo	Capital Próprio																						
2015	140.644.196,92	57.067.002,26	83.577.194,66																						
2014	107.112.063,90	26.464.156,12	80.647.907,78																						
2013	101.854.756,37	14.387.680,00	87.467.076,37																						
2012	125.804.669,22	33.926.382,00	91.878.287,22																						
Valores das receitas e despesas	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Receitas</th> <th>Despesas</th> <th>Resultados dos recursos apurados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>127.354.429,51</td> <td>125.638.315,62</td> <td>1.716.113,89</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>52.349.402,00</td> <td>60.918.832,20</td> <td>-8.569.430,20</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>67.162.425,65</td> <td>72.019.862,86</td> <td>-4.857.437,21</td> </tr> </tbody> </table>						Receitas	Despesas	Resultados dos recursos apurados	2015	127.354.429,51	125.638.315,62	1.716.113,89	2014	52.349.402,00	60.918.832,20	-8.569.430,20	2013	67.162.425,65	72.019.862,86	-4.857.437,21				
	Receitas	Despesas	Resultados dos recursos apurados																						
2015	127.354.429,51	125.638.315,62	1.716.113,89																						
2014	52.349.402,00	60.918.832,20	-8.569.430,20																						
2013	67.162.425,65	72.019.862,86	-4.857.437,21																						
Origem das receitas	Em 2014, 85,2% das receitas vinham do Mercado, através da taxa de juro, das comissões de abertura e dos juros de mora e outros doadores																								
Ajudas externas	Subvenções																								

2015	
Receitas	Despesas
Orçamentado	5.000.000,00
Obtido	4.673.878,64
Percentagem	93% das receitas orçamentadas
	96% das despesas orçamentadas

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Salário médio dos colaboradores	4.6836,36CVE	-	52.000,00CVE	-	41.200,00CVE (Departamento das microfinanças)
Colaboradores voluntários	Não	-	Não	-	Não
Número de colaboradores	21, 11 do sexo masculino e 10 do sexo feminino	5, todos do sexo feminino	5, todos do sexo feminino	5, todos do sexo feminino	5, todos do sexo feminino
Salário médio dos colaboradores por sexo	O salário médio dos colaboradores do sexo masculino é de 56.272,72CVE e o salário médio dos colaboradores do sexo feminino é de 37.400,00CVE	52.000,00CVE	Não há diferença salarial por género	41.200,00CVE	
Colaboradores em situação anterior de desemprego e exclusão social	em Grande parte entrou no CITI-Habitat através de deestágios e acabaram por ficar, os restantes e/ou vieram de outros empregos	Do departamento das microfinanças nenhuma estava			A contabilista e a coordenadora executiva
Beneficiários em situação anterior de desemprego e exclusão social	A maioria	Em 2015, 93%	A maioria	90% estava no desemprego antes do Microcrédito	
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	79 beneficiários com atividades relacionadas com o meio ambiente (agricultura, pecuária, pesca)	-			-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Atenção dada a atividades relacionadas com meu ambiente	O ambiente é uma questão transversal na abordagem ao desenvolvimento econômico local e ao desenvolvimento comunitário, sendo mote de alguns projetos	Atividades com muito-considerados pagadores, porém há um incentivo à ajuda destas atividades através do PNLP	Sim, o departamento das microfinanças tem um projeto de crédito destinado para essas atividades que se chama “luta contra a pobreza no meio rural”
Iniciativas de conscientização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	de Projeto “FAS: Programa de Domiciliária de Água e Esgotos + Kits Sanitários em Santiago”	Não	Dá formação aos agricultores, por exemplo, com formações direcionadas para o controlo das pragas e aos beneficiários com atividade pecuniária com primeiros socorros aos animais
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-	-	-
Responsabilidade ambiental da ONG	Sim, embora se possa fazer mais, objetivo é, no futuro, usar energia renovável e aplicação do princípio da eficiência energética	Pouco	Sim, porque faz sempre projetos que não respeitem o meio ambiente

	Energia	Combustíveis	Água	Mat. Escritório
2015	255.511,00	1.006.130,00	12.531,00	435.690,87
2014	80.037,00	165.000,00	5.813,00	156.718,00
2013	258.99,00	733.904,00	69.320,00	468.728,00

2015 (mensal)	
Luz e água	Material de escritório
54.822,00	44.440,00

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, da Guiné, Nigéria, Angola	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, da Guiné-Bissau, Senegal, da Costa do Marfim e do Congo	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, das outras culturas, mas beneficiários sim, da Guiné-Bissau, Angola, Ex-colónias francesas
Iniciativas de projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	de Projeto “A Cultura como Fator de Inserção Social e Económica no Município de Ribeira	Não	-
Colaboradores locais do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria é local mas há, pelo menos, uma do interior	A maioria são locais, mas há dois do interior	A maioria é local, mas há uma colaboradora do interior
Beneficiários locais do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria é local mas há, pelo menos, uma do interior	96 beneficiários são do interior, dos concelhos de Santa Cruz, São Domingos, Catarina e Grande de Santiago, os restantes locais	Há beneficiários de todos os meios, interior, rural, semi-urbano e urbano, mas a maioria é local

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	O foco do CITI-Habitat são as comunidades locais, urbanas e rurais, havendo uma concentração na periferia da cidade da Praia, no concelho de São Domingos e da Ribeira Grande de Santiago	O departamento de microfinanças faz sessões de formações para beneficiários dessas regiões	A preocupação está direcionada para o local e não tanto com o local onde se encontra	Sim
Fornecedores da ONG	Todos locais	Todos locais	-	Todos da Praia
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	O projeto “Rádio Comunitária Voz de Ponta-d’Água” e o projeto “Programa de Desenvolvimento Sociocomunitário em projetos Santiago”	-	-	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

<p>Formação dada colaboradores</p>	<p>Sim, duas a três vezes por ano, capacitação através de reuniões de aprimoramento e reflexões voluntariado, reuniões comunitário, técnicas e aprimoramento e reflexão sobre metodologias de animação para o desenvolvimento, Economia Social e Solidária, associativismo, gestão de pequenos negócios, voluntariado, empreendedorismo</p>	<p>Sim, ocasionalmente, através de demicrofinança, contabilidade, gestão de pequenos negócios e sobre</p>	<p>em Sim, em desenvolvimento local, com a nova direção a ideia é ser todos os meses, mas ainda não começou</p>
<p>Formação dada aos beneficiários</p>	<p>Sim, sempre que possível em cabeleireira, estética, manicure/pedicure; arte de cabedal e bijutarias; capacitação em artes e cabedal; formação em grafismo digital; animação radiofônica e turística; reparação de saneamento animal</p>	<p>Sim, duas a três vezes por ano em Sim, em microfinança, contabilidade, gestão de pequenos negócios, contabilidade de pequenos negócios, Economia Social e Solidária, gestão de negócios, empreendedorismo</p>	<p>em Sim, educação financeira todos os meses para os futuros beneficiários e em gestão de pequenos negócios, higiene e manipulação de alimentos, educação financeira, marketing anualmente</p>

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Formação dada sociedade civil	Sim, através da rádio comunitária que informa o seu ouvintes sempre para questões relevantes	Formações decorrentes de projetos como cabeleireira, estética, manicure/pedicure; planificação estratégica – orçamento participativo; capacitação em tratamento, captação de imagem e edição de vídeo; capacitação em arte de cabedal e bijutarias; capacitação em artes e cabedal; promoção da Economia Social e Solidária; promoção cooperativa; postos de trabalho; promoção da saúde/educação	Não
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Trimestralmente e anualmente nas Assembleias Gerais	Semestralmente, com todos os elementos do departamento das microfinanças e também nas Assembleias Gerais	Não
Número de sócios	79 sócios, 27 do sexo feminino	-	-
Frequência de participação nas Assembleias Gerais	Anualmente, na última houve uma afluência de 60%	-	-
Contributo dos sócios Assembleia Geral	As opiniões a alterações de propostas em incorporam-se em propostas da Assembleia Geral e o conselho de direção é obrigado a implementar essas ideias	-	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Mandatos dos últimos 10 anos de rotatividade e presidência	O CITI-Habitat teve apenas 3 presidentes até ao momento, de 1988-1992 (Luís Araújo), de 1992-2014 (Elísio Rodrigues) e de 2014 até ao presente (Jacinto Santos). Atualmente, os mandatos são de 3 anos Nos anteriores dois mandatos não haviam órgãos sócias	-	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	Na Assembleia Geral existem 4 pessoas (2 homens e 2 mulheres), no conselho de direção 8 (3 mulheres e 5 homens), no conselho fiscal 5 (2 mulheres e 3 homens) e no conselho de ética e de disciplina 5 (todos homens)	-	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Com o governo e municípios, parcerias pontuais para projetos com a UE, com o MCA, com o PNL que financia o Ministério de desenvolvimento rural, com alguns centros de emprego e formação profissional com o centro de energias renováveis, com a universidade Piaget e com a escola de agricultura de Toulouse	-	-
Valores proclamados pela ONG	Solidariedade, participação, responsabilização e auto-organização subjacentes estão os princípios da transparência, prestação de contas e o princípio da autonomia e independência política, institucional e ideológica em relação aos poderes públicos, políticos e religiosos	Inclusão social e financeira	Cidadania, proteção social, meio ambiente, bem-estar das populações
Auditorias internas	Não	A primeira realizar-se-á em Dezembro de 2016	Ainda não
Prestação de contas	Anualmente, em Assembleia Geral	-	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Disponibilidade dos dados económicos	Estão disponíveis para quem quiser consultar	Estão disponíveis para quem quiser consultar	Estão disponíveis para quem desejar consultar	Estão disponíveis para colaboradores e exteriores à organização, consultarem
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Gestão sustentável que passa pela capacidade de gerar receitas próprias e mobilizar recursos para o desenvolvimento dos projetos	Prestação de contas e organização de dados	Angariar receitas dos sócios, ter mais sócios, prestar serviços e ajudas do Estado	Ter dinheiro para pagar os salários, ter apoios do governo e ter projetos para conseguir dinheiro
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária por parte da ONG	Sim, por inteiro. O CITI-Habitat não visa o lucro, não gera excedentes, dos ganhos que se obtêm da execução dos projetos, reforçarem a capacidade da ONG ampliar o impacto da sua ação	Sim, o CITI-Habitat tem princípios e valores da Economia Social e Solidária sempre presentes	Sim	Sim, o CITI-Habitat é uma ONG por excelência, por cumprir com os valores implícitos de uma ONG

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

<p>Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e da Economia Solidária e a Sustentabilidade e existência da Sustentabilidade da ONG</p> <p>Não há contradição entre o cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e da Economia Solidária e a Sustentabilidade de uma ONG. O princípio da sustentabilidade é aplicável a todo o tipo de atividade humana, mesmo que de fim não lucrativo, levando em consideração as substituições de fim não lucrativo devem ser sustentáveis, tem que ter princípios válidos os princípios e valores da Economia Social e Solidária e ao mesmo tempo a sustentabilidade económica-financeira que tanto se ambiciona</p>	<p>A separação do departamento das microfinanças do social, deteriorou a componente deste serviço de proximidade, levando a dificuldade de manter os princípios e valores da Economia Social e Solidária e ao mesmo tempo a sustentabilidade económica-financeira que tanto se ambiciona</p>	<p>Sim</p>
--	--	------------

Tabela E.11. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à administradora delegada do programa de microfinanças da Morabi

	Respostas
Dados gerais	Lina Gonçalves, Cabo-verdiana, São Lourenço dos Órgãos, Licenciatura em biologia
Tempo e funções na ONG	Entrou em 2000, como agente de crédito, coordenadora de agentes de crédito, operadora de base de dados, contabilista, responsável financeira, responsável comercial e, atualmente, é administradora delegada do programa de microfinanças. Não teve outro emprego
Número de beneficiários	4.295 com crédito ativo
Caracterização dos beneficiários	Inicialmente eram analfabetos, sem acesso ao crédito bancário formal, maioritariamente, mulheres chefes de família, desempregadas. Hoje em dia também há jovens, quadros superiores, pessoas com formações profissionais, que descobriram o seu potencial em negócios
Razão e destino dado ao Microcrédito	A maioria para reforçarem o negócio e uma pequena parte para abrir um negócio e sair do desemprego Os principais sectores de atividade são, sobretudo o comércio, mas também a agricultura, pecuária, pesca e prestação de serviços
Dificuldades de pagamento	Uma minoria. Quando acontece, é feita uma renegociação da dívida, prolongando o prazo de pagamento ou cedendo alguns meses de cadência, sempre sem sufocar o cliente
Recurso ao Microcrédito	Quase todos voltam a pedir Microcrédito
Montantes emprestados e duração média	De 10.000,00CVE até 750.000,00CVE Desde 30 dias a 36 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	1.775.345.000,00CVE para 28.715 créditos (até Março de 2016)

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 2% ao mês para atividades de comércio e prestação de serviços e 1,5% mês para atividades de agricultura, pecuária e pesca, aplicada sobre o montante total pedido As mensalidades são calculadas pelo sistema informático <i>Fianace Solutions</i>
Taxa de reembolso	Média de 95%
Situação atual e futura do Microcrédito	Situação boa. A Morabi é a líder nacional e a perspectiva é de se manter nesse lugar
Sustentabilidade da ONG	É sustentável porque com os recursos disponíveis, doações, mas também financiamentos e o recurso à banca, a Morabi consegue honrar todos os seus compromissos, conceder todos os créditos e ainda ter um resultado líquido positivo
Responsáveis pela gestão da ONG	Cada um dos programa tem o seu respetivo coordenador. O responsável pela Morabi microfinanças é a administradora delegada do programa de microfinanças
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	As receitas são de mercado, obtidas através dos juros dos créditos, das comissões e das penalidades cobradas
Ajudas externas	Financiamento de parceiros nacionais e internacionais, parcerias com câmaras municipais, com o IIEFP, com a direção geral do ambiente, com a direção geral das pescas, com a cooperação luxemburguesa, com a cooperação espanhola, com a UE, embaixada dos EUA, cooperação francesa, a ADF, entre outros
Salário médio dos colaboradores	40.000,00CVE
Colaboradores voluntários	Os órgãos sociais são todos voluntários na Morabi microfinanças. Na social há muitos voluntários
Número de colaboradores	42, maioria do sexo feminino

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Salário médio dos colabores por sexo	Não existem diferenças salariais por género										
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Quase todos										
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Uma pequena percentagem										
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	20% do Microcrédito é destinado a atividades relacionadas com o meio ambiente										
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	Não financiam nenhuma atividade que prejudique o meio ambiente										
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Morabi Social										
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Média mensal</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Combustível (inclui subsídio de transporte para os agentes de crédito)</td> <td>90.000,00</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade</td> <td>60.000,00</td> </tr> <tr> <td>Água</td> <td>20.000,00</td> </tr> <tr> <td>Material de escritório</td> <td>100.000,00</td> </tr> </tbody> </table>		Média mensal	Combustível (inclui subsídio de transporte para os agentes de crédito)	90.000,00	Eletricidade	60.000,00	Água	20.000,00	Material de escritório	100.000,00
	Média mensal										
Combustível (inclui subsídio de transporte para os agentes de crédito)	90.000,00										
Eletricidade	60.000,00										
Água	20.000,00										
Material de escritório	100.000,00										
Responsabilidade ambiental da ONG	Sim										
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, maioritariamente, de África										
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	Morabi Social										
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	Dada a localização das delegações da Morabi há tanto colaboradores locais como do interior e de zonas mais fragilizadas, existindo na sede colaboradores que vivem no interior										
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A Morabi tem beneficiários de todo o país										

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	Sim, como essas pessoas se autoexcluem, devido à cultura existente nessas zonas de não se fazer empréstimos, a Morabi faz várias sessões nessas comunidades sobre educação financeira e sobre as vantagens do Microcrédito
Fornecedores da ONG	Todos locais
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	Morabi Social
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, anualmente, é feita reciclagem de agentes de crédito pela Morabi, e em parceria com outras entidades, atendimento dos agentes de crédito, auditoria para o pessoal da área financeira
Formação dada aos beneficiários	Sim, semanalmente, é dada preparação para o crédito. De forma mais esporádica são ministradas, tanto pela Morabi como por outras entidades parceiras, formações em áreas como gestão de pequenos negócios, empreendedorismo, inglês, informática
Formação dada à sociedade civil	Morabi Social, com o programa de formação
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Semestralmente são reunidos todos os colaboradores e é feito o balanço das suas atividades. Mensalmente, a administradora delegada faz este balanço por áreas, juntamente com os colaboradores de cada uma delas
Número de sócios	Não tem sócios, mas sim membros. Inicialmente foi formada por 220 membros, atualmente, tem menos
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Muitas e resultam na criação de fundos para a concessão de créditos e, para alguma formação
Valores proclamados pela ONG	Profissionalismo, sigilo, cultura de qualidade, aposta no cliente, engajamento, espírito de equipa e transparência

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Auditorias internas	Não há um gabinete de auditoria interna mas, anualmente, é feita auditoria externa por uma entidade selecionada por concurso
Prestação de contas	Anualmente, as contas são aprovadas pelo conselho fiscal antes de serem fechadas
Disponibilidade dos dados económicos	Os que se encontram disponíveis para consulta não estão atualizados
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Divisão da parte social do “business”. Todos os colaboradores devem sentir-se parte da instituição para estarem engajados e motivados para trabalharem para a Sustentabilidade da instituição. Ter uma direção com estratégias muito bem claras, muito bem definidas e saber partilhá-las com os seus colaboradores para se obterem resultados
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária por parte da ONG	eA Morabi tem tentado, mas podia fazer mais
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	É possível, a Morabi não visa o lucro, visa o resultado líquido positivo

Tabela E.12. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada à coordenadora dos agentes de crédito da região Sul da Morabi

	Respostas
Dados gerais	Bernadete de Pina, Cabo-verdiana, Santiago, Formação profissional de nível 5 em contabilidade e finanças
Tempo e funções na ONG	Entrou em 2010 como estagiária e atualmente é Coordenadora de Agentes de Crédito da região Sul do país. Antes trabalhou em muitos outros sítios com diferentes funções
Número de beneficiários	4.295 com crédito ativo
Caracterização dos beneficiários	Mulheres, desempregadas, desde os 18 aos 65 anos, com escolaridade baixa, normalmente, até ao 4º ou 6º ano. Atualmente, há um número elevado de jovens com formação alta à procura do primeiro emprego, ou de uma possibilidade de emprego melhor ou até complementar
Razão e destino dado ao Microcrédito	Autoemprego e meio de subsistência, a si e à sua família A maioria é em comércio
Dificuldades de pagamento	Poucos. Quando acontece é feito um estudo, como primeira medida, e dependendo do caso, pode-se fazer uma renegociação da dívida, ou dar um intervalo tempo até a pessoa se reestabelecer. Não resultando, recorre-se ao fiador e, em última instância, ao tribunal
Recurso ao Microcrédito	Quase todos voltam a pedir Microcrédito
Montantes emprestados e duração média	Dos 10.000,00CVE aos 500.000,00CVE, valores mais altos ficam à responsabilidade do conselho de administração Desde 30 dias a 36 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	-

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 2% ao mês para atividades de comércio e prestação de serviços e 1,5% mês para atividades de agricultura, pecuária e pesca, aplicada sobre o montante total pedido As mensalidades são fixas e calculadas pelo programa informático <i>Finance Solutions</i>
Taxa de reembolso	Ronda os 95%
Situação atual e futura do Microcrédito	-
Sustentabilidade da ONG	Perante a conjuntura do país, face aos concorrentes e, de uma forma geral, a Morabi consegue pagar as suas despesas e cumprir com os seus compromissos, logo é aceitável Administradora e delegada de microfinanças
Responsáveis pela gestão da ONG	
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	-
Ajudas externas	-
Salário médio dos colaboradores	-
Colaboradores voluntários	-
Número de colaboradores	42 na Morabi microfinanças, a maioria é do sexo feminino
Salário médio dos colaboradores por sexo	Varia por funções e não por género
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão-social	
Beneficiários em situação anterior de desemprego e/ou exclusão-social	
Beneficiários com atividade relacionada com o meio ambiente	-
Atenção dada a atividades relacionadas com o meu ambiente	É dada uma atenção especial a estas atividades, daí a taxa de juro mais baixa

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a preservação ambiental	Na Morabi social já existiram projetos ligados à conservação de água e à plantação de árvores
Consumo de energia, combustíveis, água e material de escritório	-
Responsabilidade ambiental da ONG	Não se pode considerar ambientalmente responsável porque ainda usa muito papel e ainda não há uma grande preocupação com essa questão
Colaboradores e beneficiários de outras culturas	Não há colaboradores de outras culturas, mas beneficiários sim, da costa ocidental de África, Brasil, Portugal
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural para a proteção dos valores e identidades locais	
Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A maioria são locais, mas há dois que vivem no interior e trabalham na sede
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	Como a Morabi está espalhada por todo o país tem tantos beneficiários locais, como do interior, como de zonas fragilizadas
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	Sim, existem delegações em diferentes ilhas, várias delas no interior de Santiago, e existe um cuidado especial no cálculo destas mensalidades, diluindo o seu montante por períodos mais longos, ou uma menor exigência em relação ao fiador
Fornecedores da ONG	Todos locais
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, anualmente, é feita reciclagem das funções desempenhadas na Morabi e sempre que hajam formações resultantes de parcerias
Formação dada aos beneficiários	Sim, todos os beneficiários têm uma formação antes de obterem crédito e depois sempre que possível há formação na área das suas atividades
Formação dada à sociedade civil	Sim, na Morabi Social que tem um programa só de formação

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Trimestralmente faz-se o balanço das atividades para cada grupo de trabalhadores e, anualmente, o novo plano de atividades, participando os superiores
Número de sócios	-
Frequência e participação nas Assembleias Gerais	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Com o IEPF e com câmaras municipais
Valores proclamados pela ONG	-
Auditorias internas	Não há um auditor interno de forma explícita, mas existem auditorias internas, pelo menos uma vez por ano
Prestação de contas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Não tem acesso por não ser da sua competência
Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Não depender de doações, sobretudo, externas, honrar mensalmente os compromissos e conseguir o desembolso dos créditos solicitados
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária por parte da ONG	eSim
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Sim Solidária e existência de Sustentabilidade na ONG	eSim

Tabela E.13. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas na Morabi

Respostas

	Administradora delegada do programa de Microcrédito	Coordenadora de agentes de crédito da região sul
Dados gerais	Lina Gonçalves, Cabo-verdiana, São Lourenço dos Órgãos, Licenciatura em biologia	Bernadete de Pina, Cabo-verdiana, Santiago, Formação profissional de nível 5 em contabilidade e finanças
Tempo e funções na ONG	Entrou em 2000, como agente de crédito, coordenadora de agentes de crédito, operadora de base de dados, contabilista, responsável financeira, responsável comercial, e atualmente é Administradora delegada do programa de microfinanças. Não teve outro emprego	Entrou em 2010 como estagiária e atualmente é Coordenadora de Agentes de Crédito da região Sul do país. Antes trabalhou em domínios diferentes com funções
Número de beneficiários	4.295 com crédito ativo	4.295 com crédito ativo
Caracterização dos beneficiários	Inicialmente eram analfabetos, sem acesso ao crédito bancário formal, maioritariamente, mulheres chefes de família, desempregadas. Hoje em dia também há jovens, quadros superiores, pessoas com formação profissional, que descobriram o seu potencial em negócios	Mulheres, desempregadas, desde os 18 aos 65 anos, com escolaridade baixa, normalmente, há um número elevado de jovens com formação alta em procura do primeiro emprego, ou de uma possibilidade de emprego melhor ou até complementar
Razão e destino dado ao Microcrédito	A maioria para reforçarem o negócio e uma pequena parte para abrir um negócio e sair do desemprego. Os principais sectores de atividade são, sobretudo comércio, mas também a agricultura, pecuária, e prestação de serviços	Autoemprego e meio de subsistência, a si e à sua família. A maioria é em comércio

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Dificuldades de pagamento	Uma minoria. Quando acontece, é feita uma Poucos. Quando acontece é feito um estudo, renegociação da dívida, prolongando o prazo de como primeira medida, e dependendo do pagamento ou cedendo alguns meses de cadência, caso, pode-se fazer uma renegociação da dívida, ou dar um intervalo tempo até a pessoa se reestabelecer. Não resultando, recorre-se ao fiador e, em última instância, ao tribunal
Recurso ao Microcrédito	Quase todos voltam a pedir Microcrédito
Montantes emprestados e duração média	De 10.000,00CVE até 750.000,00CVE Desde 30 dias a 36 meses
Totalidade de dinheiro já emprestado	1.775.345.000,00CVE para 28.715 créditos (até Março de 2016)
Taxa de juro e mensalidades	Taxa de juro de 2% ao mês para atividades de comércio e prestação de serviços e 1,5% mês para atividades de comércio e prestação de serviços e 1,5% mês para agricultura, pecuária e pesca, aplicada sobre o montante para atividades de agricultura, pecuária e pesca, aplicada sobre o montante total pedido As mensalidades são calculadas pelo sistema informático <i>Finance Solutions</i>
Taxa de reembolso	Média de 95% Ronda os 95%
Situação atual e futura do Microcrédito	Situação boa. A Morabi é a líder nacional e a perspectiva é de se manter nesse lugar

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Sustentabilidade da ONG	É sustentável porque com os recursos disponíveis,Perante a conjuntura do país, face aos doações, mas também financiamentos e o recurso àconcorrentes e, de uma forma geral, a Morabi banca, a Morabi consegue honrar todos os seuscompromissos, conceder todos os créditos e ainda tercom os seus compromissos, logo é aceitável um resultado líquido positivo
Responsáveis pela gestão da ONG	Cada um dos programa tem o seu respetivoAdministradora e delegada de microfinanças coordenador. O responsável pela Morabi microfinanças é a administradora delegada do programa de microfinanças
Valores do ativo, passivo e capitais próprios	-
Valores das receitas e despesas	-
Origem das receitas	As receitas são de mercado, obtidas através dos juros dos créditos, das comissões e das penalidades cobradas
Ajudas externas	Financiamento de parceiros nacionais e internacionais, parcerias com câmaras municipais, com o IEFP, com a direção geral do ambiente, com a direção geral das pescas, com a cooperação luxemburguesa, com a cooperação espanhola, com a UE, embaixada dos EUA, cooperação francesa, a ADF, entre outros
Salário médio dos colaboradores	40.000,00CVE
Colaboradores voluntários	Os órgãos sociais são todos voluntários na Morabi-microfinanças. Na social há muitos voluntários
Número de colaboradores	42, maioria do sexo feminino
Salário médio dos colabores por sexo	Não existem diferenças salariais por género
Colaboradores em situação anterior de desemprego e/ou exclusão social	Quase todos
	Varia por funções e não por género

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Colaboradores locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	Dada a localização das delegações da Morabi há tanto colaboradores locais como do interior e de zonas mais fragilizadas, existindo na sede colaboradores que vivem no interior	A maioria são locais, mas há dois que vivem no interior e trabalham na sede
Beneficiários locais versus do interior ou de zonas mais fragilizadas	A Morabi tem beneficiários de todo o país	Como a Morabi está espalhada por todo o país tem tantos beneficiários locais, como do interior, como de zonas fragilizadas
Atenção dada ao interior ou a zonas mais fragilizadas	Sim, como essas pessoas se autoexcluem, devido à cultura existente nessas zonas de empréstimos, a Morabi faz várias sessões nessas comunidades sobre educação financeira e vantagens do Microcrédito	Sim, existem delegações em diferentes ilhas, não se fazervárias delas no interior de Santiago, e existe especial cuidado no cálculo destas
Fornecedores da ONG	Todos locais	períodos mais longos, ou uma menor exigência em relação ao fiador
Iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a coesão territorial e o desenvolvimento local	Todos locais	Todos locais
Formação adicional dada aos colaboradores	Sim, anualmente, é feita reciclagem de agentes de crédito pela Morabi, e em parceria com outras entidades, atendimento dos agentes de crédito, auditoria para o pessoal da área financeira	Sim, anualmente, é feita reciclagem das funções desempenhadas na Morabi e sempre
Formação dada aos beneficiários	Sim, semanalmente, é dada preparação para o crédito. De forma mais esporádica são ministradas, em áreas como gestão de pequenos negócios, empreendedorismo, inglês, informática	Sim, todos os beneficiários têm uma formação antes de obterem crédito e depois há formação na área das suas atividades

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Formação dada à sociedade civil	Morabi Social, com o programa de formação	Sim, na Morabi Social que tem um programa só de formação
Existência de autoavaliação e balanço das atividades	Semestralmente são reunidos todos os colaboradores e é feito o balanço das suas atividades. Mensalmente, a administradora delegada faz este balanço por áreas, e, anualmente, o novo plano de atividades, juntamente com os colaboradores de cada uma delas	Trimestralmente faz-se o balanço das atividades para cada grupo de trabalhadores, e, anualmente, o novo plano de atividades, participando os superiores
Número de sócios	Não tem sócios, mas sim membros. Inicialmente foi formada por 220 membros, atualmente, tem menos	-
Frequência e participação nas Assembleias- Gerais	-	-
Contributo dos sócios em Assembleia Geral	-	-
Mandatos dos últimos 10 anos e rotatividade da presidência	-	-
Órgãos sociais atuais e dos últimos 10 anos	-	-
Parcerias estabelecidas pela ONG	Muitas e resultam na criação de fundos para a concessão de créditos e, para alguma formação	Com o IEP e com câmaras municipais
Valores proclamados pela ONG	Profissionalismo, sigilo, cultura de qualidade, aposta no cliente, engajamento, espírito de equipa e transparência	-
Auditorias internas	Não há um gabinete de auditoria interna mas, anualmente, é feita auditoria externa por uma entidade selecionada por concurso	Não há um auditor interno de forma explícita, mas existem auditorias internas, pelo menos uma vez por ano
Prestação de contas	Anualmente, as contas são aprovadas pelo conselho fiscal antes de serem fechadas	-
Disponibilidade dos dados económicos	Os que se encontram disponíveis para consulta não estão atualizados	Não tem acesso por não ser da sua competência

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Fatores necessários para que uma ONG seja sustentável	Divisão da parte social do “business”. Todos os colaboradores devem sentir-se parte da instituição para estarem engajados e motivados para trabalhar para a Sustentabilidade da instituição. Ter uma direção com estratégias muito bem claras, muito bem definidas e saber partilhá-las com os seus colaboradores para se obterem resultados	Não dependem de doações, sobretudo os mensalistas. Não dependem de doações para a prestação de serviços, honrar compromissos e conseguir o desembolso dos créditos solicitados
Cumprimento dos princípios e valores da Economia Social e Solidária por parte da ONG	A Morabi tem tentado, mas podia fazer mais	Sim
Cumprimentos dos princípios e valores da Economia Social e Solidária e existência de sustentabilidade na ONG	É possível, a Morabi não visa o lucro, visa o resultado	Sim

Tabela E.14. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao coordenador do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Ramiro Azevedo

	Respostas
Número de ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Existem muitas
Desempenho geral das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	As IMF integradas em ONG apresentam um desenvolvimento condicionado, mas com potencialidade de melhoria se, se separarem da ONG e se autonomizarem o departamento das microfinanças
Características gerais das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	
Características dos beneficiários das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	
Surgimento da preocupação com a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito	A preocupação com a Sustentabilidade surgiu tanto do governo como das próprias ONG, embora tenha existido um período de consciencialização desde o seu surgimento até ao reconhecimento da necessidade de Sustentabilidade
Medidas aplicadas decorrentes da preocupação com a Sustentabilidade	-
Diferenças no desempenho das ONG concessionárias de Microcrédito	Nas instituições que são exclusivamente IMF já se assiste a esta tomada de consciência e a algumas mudanças. As outras, ainda estão numa fase de intenção, não se tendo verificado mudanças ou diferenças significativas
Principais dimensões a ter em conta no âmbito da Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito	Uma boa carteira de crédito, o que implica uma estrutura organizacional sólida. Capacitação dos colaboradores para poder evoluir. Uso do software de gestão, ao qual as IMF ainda se revelam um pouco resistentes. Transparência nas suas contas
Prática da Sustentabilidade pelas ONG concessionárias de Microcrédito nas suas oito dimensões	

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Aproximação das ONG às instituições bancárias concessionárias de Microcrédito e afastamento do seu objectivo de existência	Não há aproximação porque a vocação das IMF não é económica, mas sim de apoio às comunidades menos favorecidas, que têm menos acesso ao crédito formal. Para além disso, os financiadores também controlam o destino dado ao seu investimento
Articulação entre a Sustentabilidade e os princípios e valores da Economia Social e Solidária	É possível, se as IMF mantiverem o seu objeto social, mas sem descartar a lógica económica, que é necessária para recuperar os recursos e para diminuir os riscos de incumprimento
Futuro das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Se as ONG, aos separarem o social das microfinanças, mantiverem os seus princípios e, ao mesmo tempo, salvaguardarem a autonomia organizacional será uma mais-valia porque, as microfinanças serão encaradas como um instrumento de apoio à Economia Social e Solidária e as ONG deixarão de ser um “parasita” das IMF

Tabela E.15. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao secretário da Plataforma das ONG, Mário Moniz

	Respostas
Número de ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	12
Desempenho geral das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Tendo em conta o contexto de surgimento do Microcrédito, é bom. Tendo em conta os critérios de uma boa gestão, dos recursos mobilizados, dos resultados conseguidos, da equipa técnica e da organização estrutural, o desempenho não é tão bom
Características gerais das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	As IMF emprestam montantes pequenos, a uma taxa de juro alta e têm uma taxa de reembolso de 90%
Características dos beneficiários das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	
Surgimento da preocupação com a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito	ONGA preocupação com a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito surgiu no quadro normal de reflexão e da evolução do país, já que o país e os próprios governantes foram evoluindo, conheceram as experiências de outros países onde esta atividade já era regulada e perceberam as suas vantagens, tendo sido motivada pelo governo, mas também pelas próprias ONG
Medidas aplicadas decorrentes da preocupação com a Sustentabilidade	Ainda se está num período de reflexão e preparação em relação à mudança
Diferenças no desempenho das ONG concessionárias de Microcrédito	-
Principais dimensões a ter em conta no âmbito da Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito	Adaptar-se às exigências legais (separação do social das microfinanças) e provar que consegue atuar dentro dos parâmetros definidos, o que pressupõe a existência de uma equipa técnica capacitada, uma contabilidade montada, a prestação de contas, capacidade de produzir e publicar informações periódicas e ter monitorização interna
Prática da Sustentabilidade pelas ONG concessionárias de Microcrédito nas suas oito dimensões	O novo plano estratégico da FAM-F prevê que as ONG concessionárias de Microcrédito cumpram as oito dimensões da Sustentabilidade

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Aproximação das ONG às instituições bancárias concessionárias de Microcrédito e afastamento do seu objectivo de existência	o objetivo é as ONG concessionárias de Microcrédito serem iguais aos bancos comerciais no que respeita à eficiência e ao profissionalismo
Articulação entre a Sustentabilidade e os princípios e valores da Economia Social e Solidária	É possível porque, o novo quadro de atuação das ONG concessionárias de Microcrédito prevê que hajam duas partes, a parte do negócio, que tem que ser vista como negócio que tem como objetivo o lucro, e a parte social, que tem as suas exigências que devem ser respeitadas. Como tal, o importante é que os resultados desse negócio esteja ao serviço da luta contra a pobreza e a exclusão social
Futuro das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Neste contexto de mudança e separação das microfinanças do social, prevê-se um futuro risonho para as ONG concessionárias de Microcrédito que ficarão mais formalizadas e organizadas, o que vai transmitir mais confiança e segurança aos clientes e a futuros investidores

Tabela E.16. – Análise de conteúdo vertical da entrevista semi-diretiva aplicada ao responsável pelo departamento de microfinanças e empreendedorismo do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, Bernardino Fernandes

	Respostas
Número de ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	13: FAMI-Picos, ASDIS, SoldiFogo, OMCV, Morabi, Solmi, CITI-Habitat, AMUSA, UNSOCOR, CRESEBRAVA, ORAC, ADIRV e MAIENSE
Desempenho geral das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	
Características gerais das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Apesar de não estar definido um limite de crédito concedido, no geral, não ultrapassa 1.000.000,00CVE
Características dos beneficiários das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	
Surgimento da preocupação com a Sustentabilidade das ONGA concessionárias de Microcrédito	ONGA preocupação com a Sustentabilidade surgiu num primeiro momento em 1997 com um projeto da ACDI/VOCA onde começou a dar-se importância à existência de uma estrutura mínima para o bom funcionamento da valência do Microcrédito das ONG que queriam ser sustentáveis. E, num segundo momento em 2007 com o projeto <i>Millenium Challegence Account</i> , que veio enfatizar a necessidade das ONG se focarem na sua performance e na abordagem à Sustentabilidade
Medidas aplicadas decorrentes da preocupação com a Sustentabilidade	Capacitação dos recursos humanos e, a consequente implementação dos conhecimentos resultantes dessa capacitação, separação das micrfinanças do social, discursos direcionados para a Sustentabilidade, introdução e uso de tecnologias como software de gestão

Diferenças no desempenho das ONG concessionárias de Microcrédito	Verifica-se que o próprio discurso das ONG está diferente, mais voltado para o lado financeiro do que social. Há uma tomada de consciência que “o seu trabalho parte da inclusão financeira e, a inclusão financeira dá a inclusão social”. Há um foco maior no cliente, numa ambição de fidelização, os processos de concessão de crédito são mais rápidos, há uma maior flexibilidade e agilidade de crédito, os agentes de créditos estão mais capacitados no desempenho das suas funções
Principais dimensões a ter em conta no âmbito da Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito	Gestão financeira, transparência, na medida em que, as ONG estão muito fechadas entre si e verifica-se alguma relutância em tornar públicos os dados económicos e financeiros da atividade, e uma maior flexibilidade e agilidade de crédito
Prática da Sustentabilidade pelas ONG concessionárias de Microcrédito nas suas oito dimensões	As ONG descuraram um pouco a sua componente social, na medida em que, a sua existência já garantia essa dimensão, por si só, e começaram a focar-se mais na componente mais fraca, a económica-financeira. Atualmente, é necessário voltar à dimensão social, deixada de lado
Aproximação das ONG às instituições bancárias concessionárias de Microcrédito e afastamento do seu objectivo de existência	É necessário fazerem-se esforços para que esta busca da Sustentabilidade não afaste as ONG do seu objetivo de existência e não se desvirtue da sua essência e missão. Este fenómeno já se verifica, mas as próprias ONG parecem ter noção e tem havido um autocontrolo neste sentido
Articulação entre a Sustentabilidade e os princípios e valores da Economia Social e Solidária	É possível, mas para tal é necessário recriar, reinventar e inovar a estrutura de funcionamento das ONG. Esta busca pela Sustentabilidade tem riscos inerentes, nomeadamente, o foco no lado económico-financeiro que pode por em causa a missão das ONG. Neste sentido, é necessário uma postura de autovigilância por parte das próprias ONG para que não se desvirtuem

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Futuro das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Cabo Verde não tem mercado nem dimensão para a coexistência de todas as IMF. Como há excesso de bancos comerciais em Cabo Verde, com excesso de liquidez, não se prevê que as IMF se transformem em bancos comerciais. Por outro lado, haverá sempre espaço para a informalidade e necessidade da IMF que satisfaçam as necessidades destes indivíduos
--	--

Tabela E.17. – Análise de conteúdo horizontal das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos observadores privilegiados

	Respostas		
	Ramiro Azevedo	Mário Moniz	
Número de ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	Existem muitas	12	13: FAMI-Picos, ASDIS, SoldiFogo, OMCV, Morabi, Solmi, CITI-Habitat, AMUSA, UNSOCOR, CRESCEBRAVA, ORAC, ADIRV e MAIENSE
Desempenho geral das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	As IMF integradas em ONG apresentam um desenvolvimento condicionado, mas com potencialidade de melhoria se, se separarem da ONG e se autonomizarem o departamento das microfinanças	Tendo em conta o contexto de surgimento do Microcrédito, é bom. Tendo em conta os critérios de uma boa gestão, dos recursos mobilizados, dos resultados conseguidos, da equipa técnica e da organização estrutural, o desempenho não é tão bom	-
Características gerais das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	-	As IMF emprestam montantes pequenos, a uma taxa de juro alta e têm uma taxa de reembolso de 90%	Apesar de não estar definido um limite de crédito concedido, no geral, não ultrapassa 1.000.000,00CVE
Características dos beneficiários das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde	-	-	-
Surgimento da preocupação com a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito	A preocupação com a Sustentabilidade surgiu tanto do governo como das próprias ONG, embora tenha existido um período de consciencialização desde o seu	A preocupação com a Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito surgiu no quadro normal de reflexão e evolução do país, tendo	A preocupação com a Sustentabilidade surgiu num primeiro momento em 1997 com um projeto da ACDI/VOCA onde começou a dar-se importância à

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

<p>Medidas aplicadas decorrentes da preocupação com a Sustentabilidade</p>	<p>surgimento até ao reconhecimento da necessidade de Sustentabilidade</p>	<p>sido motivada pelo governo, mas também pelas próprias ONG</p>	<p>existência de uma estrutura mínima para o bom funcionamento da valência do Microcrédito das ONG que queriam ser sustentáveis. E, num segundo momento em 2007 com o projeto <i>Millenium Challenge Account</i>, que veio enfatizar a necessidade das ONG se focarem na sua performance e na abordagem à Sustentabilidade</p>
<p></p>	<p>-</p>	<p>Ainda se está num período de reflexão e preparação em relação à mudança</p>	<p>Capacitação dos recursos humanos e, a consequente implementação dos conhecimentos resultantes dessa capacitação, separação das microfinanças do social, discursos direcionados para a Sustentabilidade, introdução e uso de tecnologias como <i>software</i> de gestão</p>
<p>Diferenças no desempenho das ONG concessionárias de Microcrédito</p>	<p>Nas instituições que são exclusivamente IMF já se assiste a esta tomada de consciência e a algumas mudanças. As outras, ainda estão numa fase de intenção, não se tendo verificado mudanças ou diferenças significativas</p>	<p>-</p>	<p>Verifica-se que o próprio discurso das ONG está diferente, mais voltado para o lado financeiro do que social. Há uma tomada de consciência que “o seu trabalho parte da inclusão financeira e, a inclusão financeira dá a inclusão</p>

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

<p>Principais dimensões a ter em conta no âmbito da Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito</p>	<p>Uma boa carteira de crédito, o que implica uma estrutura organizacional sólida. Capacitação dos colaboradores para poder evoluir. Uso do software de gestão, ao qual as IMF ainda se revelam um pouco resistentes. Transparência nas suas contas</p>	<p>Adaptar-se às exigências legais (separação do social das microfinanças) e provar que consegue atuar dentro dos parâmetros definidos, o que pressupõe a existência de uma equipa técnica capacitada, uma contabilidade montada, a prestação de contas, capacidade de produzir e publicar informações periódicas e ter monotorização interna</p>	<p>social”. Há um foco maior no cliente, numa ambição de fidelização, os processos de concessão de crédito são mais rápidos, há uma maior flexibilidade e agilidade de crédito, os agentes de créditos estão mais capacitados no desempenho das suas funções</p>
<p>Prática da Sustentabilidade pelas ONG concessionárias de Microcrédito nas suas oito dimensões</p>	<p>-</p>	<p>O novo plano estratégico da FAM-F prevê que as ONG concessionárias de Microcrédito cumpram as oito dimensões da Sustentabilidade</p>	<p>As ONG descuraram um pouco a sua componente social, na medida em que, a sua existência já garantia essa dimensão, por si só, e começaram a focar-se mais na componente mais fraca, a económica-financeira.</p>

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

<p>Aproximação das ONG às instituições bancárias concessionárias de Microcrédito e afastamento do seu objectivo de existência</p>	<p>Não há aproximação porque a vocação das IMF não é económica, mas sim de apoio às comunidades menos favorecidas, que têm menos acesso ao crédito formal. Para além disso, os financiadores também controlam o destino dado ao seu investimento</p>	<p>O objetivo é as ONG concessionárias de Microcrédito serem iguais aos bancos comerciais no que respeita à eficiência e ao profissionalismo</p>	<p>Atualmente, é necessário voltar à dimensão social, deixada de lado É necessário fazerem-se esforços para que esta busca da Sustentabilidade não afaste as ONG do seu objetivo de existência e não se desvirtue da sua essência e missão. Este fenómeno já se verifica, mas as próprias ONG parecem ter noção e tem havido um autocontrolo neste sentido</p>
<p>Articulação entre a Sustentabilidade e os princípios e valores da Economia Social e Solidária</p>	<p>É possível, se as IMF mantiverem o seu objeto social, mas sem descartar a lógica económica, que é necessária para recuperar os recursos e para diminuir os riscos de incumprimento</p>	<p>É possível porque, o novo quadro de atuação das ONG concessionárias de Microcrédito prevê que hajam duas partes, a parte do negócio, que tem que ser vista como negócio que tem como objetivo o lucro, e a parte social, que tem as suas exigências que devem ser respeitadas. Como tal, o importante é que os resultados desse negócio esteja ao serviço da luta contra a pobreza e a exclusão social</p>	<p>É possível, mas para tal é necessário recriar, reinventar e inovar a estrutura de funcionamento das ONG. Esta busca pela Sustentabilidade tem riscos inerentes, nomeadamente, o foco no lado económico-financeiro que pode por em causa a missão das ONG. Neste sentido, é necessário uma postura de autovigilância por parte das próprias ONG para que não se desvirtuem</p>
<p>Futuro das ONG concessionárias de Microcrédito em Cabo Verde</p>	<p>Se as ONG, aos separarem o social das microfinanças, mantiverem os seus princípios e,</p>	<p>Neste contexto de mudança e separação das microfinanças do social, prevê-se um futuro risonho</p>	<p>Cabo Verde não tem mercado nem dimensão para a coexistência de todas as IMF. Como há excesso</p>

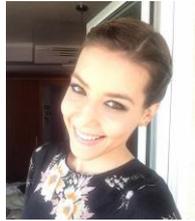
A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

	<p>ao mesmo tempo, salvaguardarem a autonomia organizacional será uma mais-valia porque, as microfinanças serão encaradas como um instrumento de apoio à Economia Social e Solidária e as ONG deixarão de ser um “parasita” das IMF</p>	<p>para as ONG concessionárias de Microcrédito que ficarão mais formalizadas e organizadas, o que vai transmitir mais confiança e segurança aos clientes e a futuros investidores</p>	<p>de bancos comerciais em Cabo Verde, com excesso de liquidez, não se prevê que as IMF se transformem em bancos comerciais. Por outro lado, haverá sempre espaço para a informalidade e necessidade da IMF que satisfaçam as necessidades destes indivíduos</p>
--	---	---	--

CV

INFORMAÇÃO PESSOAL

Joana Filipa Mota Nunes Guedes



📍 Urbanização Fonte Nova, Rua da Encosta lote 54 n.º20, 3100-542 Pombal (Portugal)

☎ +351918628998

✉ Joanita_Guedes@hotmail.com

Sexo Feminino | Data de nascimento 06/03/1989 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

03/04/2017–Presente

Estágio Profissional

Maria de Fátima Mota Raimundo Guedes (Empresa Familiar), Pombal (Portugal)
Responsável pela contabilidade de algumas das PME's clientes

28/09/2015–31/03/2017

Part-Time

Maria de Fátima Mota Raimundo Guedes (Empresa Familiar), Pombal (Portugal)
Responsável pela contabilidade de algumas das PME's clientes

10/03/2014–06/07/2014

Professor Assistente Convidado

Instituto Politécnico de Leiria, Leiria (Portugal)
Professor das unidades curriculares:
Economia
Gestão de Empresas e Empreendedorismo

28/06/2010–17/07/2010

Estágio Curricular

Centro de Inovação em Tecnologia de Intervenção Social para o Habitat (CITI-Habitat), Praia (Cabo Verde)
Intervenção nas áreas:
Microcrédito
Saúde
Saneamento Básico

30/05/2010–Presente

Part-Time

Trabalhador Independente, Pombal (Portugal)
Manicure de verniz gel ao domicílio

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

01/09/2013–Presente	Doutoramento em Estudos Africanos	Nível 8 QRQ
	ISCTE-IUL Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa (Portugal) www.iscte-iul.pt Tese: "A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito - implicações e articulações teóricas e práticas"	
01/10/2015–21/10/2015	Certificado de Competências Pedagógicas	
	Mindform - Formação Profissional e Consultadoria, Lda. Rua Hermenegildo Capelo, n.º 2, 2410-108 Leiria (Portugal) www.mindform.pt	
01/09/2010–12/12/2012	Mestrado em Economia Social e Solidária	Nível 7 QRQ (17)
	ISCTE-IUL Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa (Portugal) www.iscte-iul.pt Áreas de maior interesse: Microcrédito; Economia Social; Economia Solidária; Responsabilidade Social das Organizações; ONG Dissertação em Economia Social e Solidária: " O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat" Desenvolvida na ONG cabo-verdiana CITI-Habitat	
01/09/2007–23/06/2010	Licenciatura em Economia	Nível 6 QRQ (16)
	ISCTE-IUL Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa (Portugal) www.iscte-iul.pt Áreas de maior interesse: Economia Social e Solidária; Macroeconomia; Mercados Financeiros Internacionais; Econometria Estágio em Economia: "Cabo-Verde, um país promissor" Realizado na ONG cabo-verdiana CITI-Habitat	

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

inglês
espanhol

COMPREENDER	FALAR	ESCREVER
Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
Bom	Razoável	Razoável

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Competências de comunicação Capacidade de adaptação a ambientes heterógenos (em termos de cultura, idade ou sexo)
Facilidade de interação e comunicação
Capacidade de trabalho em equipa
Adquiridas no decorrer das atividades desenvolvidas no estágio curricular e no trabalho de terreno subjacente à realização da dissertação de mestrado em Cabo Verde

Competências de organização Gestão de recursos logísticos e humanos
Liderança
Responsabilidade
Exigência
Organização
Espírito inovador, interventivo e de equipa
Adquiridas através dos recorrentes trabalhos de grupo levados a cabo durante a Licenciatura em Economia e o Mestrado em Economia Social e Solidária

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador avançado

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

Domínio na ótica do utilizador de ferramentas como Office (Word, Excel, Powerpoint) e Internet Explorer

Domínio na ótica do utilizador de ferramentas de manipulação de imagens (Paint, Photoshop)

Domínio na ótica do utilizador do programa Statistical Package for the Social Sciences – SPSS e do Eview

Domínio na ótica do utilizador do programa de contabilidade SAGE ContaPlus Elite

Outras competências Conhecimentos musicais de diferentes instrumentos, como Órgão, Piano, Violino, Flauta de Bisel e Leitura de partitura musical
Ballet (formação segundo a Royal Academy of Dance) e Dança Jazz
Yoga, Judo; Hidroginástica
Prática diária de atividade física (ginásio)

Carta de Condução B1, B

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Publicações Guedes, Joana e Rogério Roque Amaro (2014), "Economia informal e experiências de crédito solidário popular na África Lusófona", Revista de Economia Solidária, número 7.

A Sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito

Publicações Guedes, Joana (2012), O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat, Tese de Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE-IUL, Lisboa.

Distinções e prémios Quadro de honra na Escola Secundária de Pombal

Certificações V Jornadas de Economia Social: "O futuro do 3º setor"